UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA

A língua espanhola no Brasil:
História de sua presença em materiais linguísticos produzidos
entre 1919 e 1961

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2019

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA

A língua espanhola no Brasil:
História de sua presença em materiais linguísticos produzidos
entre 1919 e 1961

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientadora: Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho
Sansone

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D1881 Danna, Stela Maris Detregiacchi Gabriel
A língua espanhola no Brasil: História de sua
presença em materiais linguísticos produzidos entre
1919 e 1961 / Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna
; orientador Olga Ferreira Coelho Sansone. - São
Paulo, 2019.
223 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Língua espanhola. 2. Historiografia Linguística.
3. materiais escolares. 4. materiais filológicos. 5.
visão de língua. I. Sansone, Olga Ferreira Coelho,
orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

Data da defesa: 04/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da Comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 03/12/2019

Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone - Orientadora

Nome: DANNA, Stela Maris Detregiacchi Gabriel

Título: **A língua espanhola no Brasil: História de sua presença em materiais linguísticos produzidos entre 1919 e 1961**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em: 4/10/2019

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

À Maristela, minha fortaleza.

Ao Mauro, meu guia protetor.

Agradecimentos

Gostaria de registrar, em primeiro lugar, meu agradecimento à Profa. Dra. Olga Coelho, que coincidentemente foi a primeira professora que conheci na Universidade de São Paulo, em 2007. Mais do que ter sido a “primeira”, foi quem me introduziu, de fato, nas pesquisas acadêmicas, ao me apresentar o CEDOCH (Centro de Documentação em Historiografia Linguística) e ao me incentivar a realizar uma iniciação científica, um intercâmbio estudantil, o mestrado e, nestes últimos quatro anos, o doutorado. Especialmente a respeito do período de doutoramento, sou-lhe grata pelas discussões acerca do projeto, pelas reuniões/trocas de mensagem com orientações sobre a tese e pelos momentos de apoio em que a condição de “mulher cientista” revelou-se mais pesada do que eu imaginava.

Agradeço também:

À professora doutora Cristina Altman (USP) que teve um papel importantíssimo na minha formação como pesquisadora. Suas contribuições na qualificação do doutorado foram essenciais para que eu pudesse refletir sobre meu objeto de pesquisa, fazer ajustes no projeto inicial e prosseguisse com a redação da tese.

Aos professores doutores Marcos Lopes (USP) e Maria Teresa Celada (USP), pelas valiosas orientações dadas, respectivamente, no processo de seleção para o doutorado e na qualificação.

Ao professor doutor Adrián Pablo Fanjul (USP), por ter contribuído com a minha formação acadêmica durante as aulas da graduação, e em discussões formais e informais ao longo do mestrado e doutorado. Sou muito grata às sugestões bibliográficas que compartilhou comigo.

Aos professores doutores Tomás Haddad (USP), Rogério Monteiro de Siqueira (USP) e Marli Quadros Leite (USP), que possibilitaram em suas aulas debates que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

À professora doutora Luizete Guimarães Barros (UEM), amiga e grande incentivadora dos estudos sobre a língua espanhola. Agradeço-lhe imensamente por sempre me prestigiar nas apresentações de trabalho e pelas dicas bibliográficas que me ajudaram tanto.

Aos professores doutores Otto Zwatjes (Université Paris 7), José Borges Neto (UFPR) e Ricardo Cavaliere (UFF), pelos debates sobre Historiografia Linguística e pelos comentários a respeito de fases parciais da minha pesquisa.

Aos professores Anselmo Guimarães (UFS), Dayala Vargens (UFF) e Diego Alexandre (UFRN), pelos materiais compartilhados.

A todos os pesquisadores do CEDOCH, com os quais convivi entre 2015 e 2019. Em especial, gostaria de registrar meus agradecimentos à Bruna Polachini, Ênio Sugiyama Júnior, José Cardoso Neto, Karina Oliveira, Olivia Yumi, pesquisadores com os quais mais tive contato, seja na FFLCH, no espaço do CEDOCH ou nos eventos acadêmicos externos.

Aos funcionários do Departamento de Linguística (DL-USP), pelo auxílio com questões administrativas.

Aos funcionários do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), da Biblioteca Brasileira (USP) e da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH/USP) pela acolhida e ajuda.

À FTD Educação e, em especial, aos colegas do Núcleo de Idiomas, pelo incentivo aos meus estudos. Ressalto aqui o suporte que recebi de Ana Carolina Costa Lopes, Cayube Galas e Renata Lara de Moraes. Também quero registrar meu muito obrigada: à amiga Magueda Lopes, que ficou comigo vários dias até tarde na editora durante a redação da tese; à Isabel Lacombe e à Larissa Vanucci, que tiveram as palavras certas para me acalmar em momentos de ansiedade.

Ao João Monteiro, pelo apoio e carinho de sempre, especialmente nos dois primeiros anos desta pesquisa.

Às minhas amigas de vida, Aline Rodrigues, Lilian Dantas Leung e Helena Tanikawa, pelas conversas e pelo cuidado, tão fundamentais.

Aos meus familiares, que acompanharam este percurso e que sempre se mostraram torcendo para o meu sucesso. Menciono meus tios, Celso Detregiacchi Gabriel e Maria Cecília Marabini Gabriel, que cederam o apartamento deles para que eu concluísse a tese.

Ao Carlos Ferrer Plaza que, neste finzinho de doutorado, se fez tão presente na minha vida, apesar de estar fisicamente tão longe. A sua leveza e alegria tornaram esse período crucial menos difícil para mim. Obrigada pela confiança e paz.

Por fim, aos meus pais, Mauro Danna e Maristela Detregiacchi Gabriel Danna, que são as pessoas que mais estiveram ao meu lado durante a realização desta pesquisa. Vocês foram e são minhas inspirações para que eu chegasse até aqui.

El nuestro es un idioma fabulosamente eficaz, pero también
fabulosamente olvidado.

(Gabriel García Márquez *in* **Ínsula**, 1968)

RESUMO

A presente tese teve por objetivo principal investigar a emergência dos estudos de língua espanhola no Brasil e o tratamento geral dado a esta língua em nove materiais linguísticos publicados entre 1919 e 1961. Os materiais contemplados, que pertencem à esfera escolar e à esfera filológica, são: **Ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol** (1919), **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920) e **Esbozo de comparación del Español con el Portugués** (2003[1936]), de Antenor Nascentes; **A língua nacional: notas aproveitáveis** (1933[1921]), de João Ribeiro; **O problema da língua brasileira** (1961[1940]), de Silvio Elia; **Manual de español** (1945), de Idel Becker; **Español básico** (1947[1946]), de José Ramón Calleja Álvarez; **Iniciação à filologia portuguesa** (1951), de Gladstone Chaves de Melo; e **A unidade da România ocidental** (1951), de Theodoro Henrique Maurer Jr. Em vista do nosso objetivo, reconstruímos o contexto social, histórico, político e econômico do período (KOERNER, 1989; SWIGGERS, 2005[2004]), reunimos os dados legais vinculados à esfera escolar e operamos com os seguintes critérios, que puderam ser aplicados aos materiais das duas esferas: (i) modo de nomear a língua; (ii) modelização global da descrição (SWIGGERS, 2012); (iii) existência de outras línguas nas sistematizações; (iv) origem dos dados linguísticos; (v) menções a autores hispânicos; (vi) contatos intelectuais entre os autores das obras e estudiosos hispânicos. O cruzamento dos dados revelou resultados como a predileção pelo tratamento de dados linguísticos da Espanha e a tímida presença de americanismos nos materiais das duas esferas. Nos materiais para fins escolares, verificamos uma abordagem sincrônica da língua espanhola, vista como ideal e homogênea, na qual o nível morfológico e o nível sintático se mostraram mais explorados. Nos materiais filológicos, constatamos uma abordagem diacrônica do espanhol, visto como real e mutável por fatores geográficos, históricos, sociais e culturais, cujo nível fonético e o nível lexical foram os privilegiados. Ademais, concluímos que os fatos contextuais e os documentos oficiais tiveram um impacto maior sobre a configuração dos materiais linguísticos para fins escolares do que sobre a dos materiais filológicos.

Palavras-chave: Língua espanhola; Historiografia Linguística; materiais escolares; materiais filológicos; visão de língua; níveis de articulação linguística.

ABSTRACT

The present thesis had as main objective to investigate the emergency of the Spanish language studies in Brazil and the general treatment given to this language in nine linguistics materials, which were published between 1919 and 1961. The covered materials, which are from academic and philological realm, are: **Ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol** (1919), **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920) and **Esbozo de comparación del Español con el Portugués** (2003[1936]), by Antenor Nascentes; **A língua nacional: notas aproveitáveis** (1933[1921]), by João Ribeiro; **O problema da língua brasileira** (1961[1940]), by Silvio Elia; **Manual de español** (1945), by Idel Becker; **Español básico** (1947[1946]), by José Ramón Calleja Álvarez; **Iniciação à filologia portuguesa** (1951), by Gladstone Chaves de Melo; and **A unidade da România ocidental** (1951), by Theodoro Henrique Maurer Jr. Given the proposed objectives, we rebuilt the social, historical, political and economic context from this period (KOERNER, 1989; SWIGGERS, 2005[2004]). We gathered legal data bound to the academic realm and operated with the following criteria, which could be applied to the materials of both realms: (i) way to name the language; (ii) global modelling of the description (SWIGGERS, 2012); (iii) existence of other language systematization; (iv) origin of linguistic data; (v) reference to Hispanic scholars and writers; (vi) intellectual contact among authors of the works analysed in this thesis and Hispanic scholars. The data crosschecking revealed results such as the preference by the treatment of linguistic data from Spain and some timid presence of Americanism in the materials of both realms. Among the materials for academic purposes, we verified a synchronic approach of the Spanish language, seen as ideal and homogeneous; in which the morphological and syntactic levels were showed more explored. Among the philological materials, we observed a diachronic approach of the Spanish language, seen as real and mutable by geographical, historical, social and cultural factors, whose phonetic and lexical levels seem to have been the privileged ones. We further concluded that context data and official documents had a major impact on the configuration of linguistics materials with academic purposes than on philological materials.

Key words: Spanish language; Linguistic Historiography; academic materials; philological materials; language view; levels of linguistic articulation.

RESUMEN

La presente tesis doctoral tuvo como objetivo principal investigar la emergencia de los estudios de lengua española en Brasil y el tratamiento general dado a esta lengua en nueve materiales lingüísticos publicados entre 1919 y 1961. Los materiales contemplados, que pertenecen a la esfera escolar y a la esfera filológica, son: **Ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol** (1919), **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920) y **Esbozo de comparación del Español con el Portugués** (2003[1936]), de Antenor Nascentes; **A língua nacional: notas aproveitáveis** (1933[1921]), de João Ribeiro; **O problema da língua brasileira** (1961[1940]), de Silvio Elia; **Manual de español** (1945), de Idel Becker; **Español básico** (1947[1946]), de José Ramón Calleja Álvarez; **Iniciação à filologia portuguesa** (1951), de Gladstone Chaves de Melo; y **A unidade da România ocidental** (1951), de Theodoro Henrique Maurer Jr. Teniendo en cuenta nuestro objetivo, reconstruimos el contexto social, histórico, político y económico del período (KOERNER, 1989; SWIGGERS, 2005[2004]), reunimos los datos legales vinculados a la esfera escolar y operamos con los siguientes criterios, que pudieron aplicarse a los materiales de las dos esferas: (i) modo de nombrar la lengua; (ii) modelización global de la descripción (SWIGGERS, 2012); (iii) existencia de otras lenguas en las sistematizaciones; (iv) origen de los datos lingüísticos; (v) mención a autores hispánicos; (vi) contactos intelectuales entre los autores de las obras y estudiosos hispánicos. El cruce de los datos reveló resultados como la predilección por el tratamiento de datos lingüísticos de España y la tímida presencia de americanismos en los materiales de las dos esferas. En los materiales para fines escolares, verificamos un abordaje sincrónico de la lengua española, vista como ideal y homogénea, en la cual el nivel morfológico y el nivel sintático fueron los más explotados. En los materiales filológicos, constatamos un abordaje diacrónico del español, visto como real y mutable por factores geográficos, históricos, sociales y culturales, cuyo nivel fonético y nivel lexical fueron los privilegiados. Además, concluimos que los hechos contextuales y los documentos oficiales tuvieron un impacto mayor sobre la configuración de los materiales lingüísticos para fines escolares que sobre la de los materiales filológicos.

Palabras clave: Lengua española; Historiografía Lingüística; materiales escolares; materiales filológicos; visión de lengua; niveles de articulación lingüística.

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1.</i> Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Nascentes (1920).....	68
<i>Quadro-síntese 2.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Nascentes (1920).....	73
<i>Quadro 3.</i> Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Becker (1945).....	82
<i>Quadro-síntese 4.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Becker (1945).....	87
<i>Quadro-síntese 5.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Álvarez (1947[1946]).....	95
<i>Quadro 6.</i> Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos citados em Nascentes (1919).....	99
<i>Quadro-síntese 7.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Nascentes (1919).....	104
<i>Quadro 8.</i> Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos citados em Nascentes (2003[1936]).....	107
<i>Quadro-síntese 9.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Nascentes (2003[1936]).....	109
<i>Quadro 10.</i> Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Ribeiro (1933[1921]).....	115
<i>Quadro-síntese 11.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo João Ribeiro (1933[1921])	118
<i>Quadro 12.</i> Estudiosos citados em Elia (1961[1940]).....	123
<i>Quadro-síntese 13.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Elia (1961[1940]).....	125
<i>Quadro 14.</i> Estudiosos citados em Chaves de Melo (1951).....	132
<i>Quadro-síntese 15.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Chaves de Melo (1951).....	134
<i>Quadro 16.</i> Estudiosos citados em Maurer Jr. (1951).....	139
<i>Quadro-síntese 17.</i> O tratamento dado ao espanhol, segundo Maurer Jr. (1951)	144
<i>Quadro 18.</i> Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Nascentes (1920) e Becker (1945).....	150

<i>Quadro 19.</i> Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados nos materiais filológicos	155
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1. A LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL.....	22
1.1. Contextualização histórica.....	22
1.2. O estudo das línguas estrangeiras no Brasil e o espanhol.....	25
1.3. Os documentos oficiais que implementam e orientam o espanhol na educação brasileira (ensino regular-secundário).....	27
1.4. Por que falamos de língua espanhola (e não castelhana)?.....	33
1.4.1. Um breve panorama da polêmica: Espanha.....	34
1.4.2. Um breve panorama da polêmica: América.....	37
1.4.3. Nosso posicionamento diante da polêmica.....	37
CAPÍTULO 2. PERSPECTIVAS E DEMARCAÇÕES.....	39
2.1. Um olhar sob o viés da Historiografia Linguística.....	39
2.2. Caminhos para “cercar o problema” na Historiografia Linguística.....	40
2.2.1. A abordagem selecionada.....	43
2.2.2. A circunscrição da pesquisa.....	44
2.3. As tarefas do trabalho historiográfico.....	45
2.4. Modelos de ‘história’ para uma interpretação historiográfica.....	46
2.5. O recorte temporal estabelecido.....	47
2.6. Os materiais de que nos ocupamos.....	49
2.6.1. Os materiais para fins escolares.....	50
2.6.2. Os materiais filológicos.....	51
2.7. Fases e critérios de análise estabelecidos.....	57
CAPÍTULO 3. O ESPANHOL NOS MATERIAIS PARA FINS ESCOLARES.....	61
3.1. A Grammatica de Antenor Nascentes.....	61
3.1.1. Dados externos.....	61
3.1.2. Dados internos.....	63
3.2. O Manual de Idel Becker.....	73
3.2.1. Dados externos.....	73
3.2.2. Dados internos.....	74

3.3. O Español Básico de José Ramón Calleja Álvarez.....	87
3.3.1. Dados externos.....	87
3.3.2. Dados internos.....	88
CAPÍTULO 4. O ESPANHOL NOS MATERIAIS FILOLÓGICOS.....	96
4.1. Ensaio de phonetica diferencial luso-castellana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol de Antenor Nascentes.....	97
4.1.1. Dados internos.....	97
4.2. Esbozo de comparación del español con el portugués de Antenor Nascentes.....	104
4.2.1. Dados internos.....	104
4.3. A Língua Nacional de João Ribeiro.....	109
4.3.1. Dados externos.....	109
4.3.2. Dados internos.....	110
4.4. O problema da língua brasileira de Sílvia Elia.....	119
4.4.1. Dados externos.....	119
4.4.2. Dados internos.....	120
4.5. Iniciação à Filologia Portuguesa de Gladstone Chaves de Melo.....	125
4.5.1. Dados externos.....	125
4.5.2. Dados internos.....	126
4.6. A unidade da România Ocidental de Theodoro Henrique Maurer Jr.....	134
4.6.1. Dados externos.....	134
4.6.2. Dados internos.....	135
CAPÍTULO 5. CONFIGURAÇÃO, RUPTURA E CONTINUIDADE NAS DESCRIÇÕES DO ESPANHOL.....	145
5.1. Considerações sobre o perfil dos autores e dos materiais selecionados.....	145
5.2. Uma síntese de dados presentes nos materiais para fins escolares.....	147
5.3. Uma síntese de dados presentes nos materiais filológicos.....	153
5.4. Cruzamento das interpretações acerca dos materiais para uso escolar e filológicos.....	161

CAPÍTULO 6. REFLEXÕES ACERCA DA EMERGÊNCIA E DO TRATAMENTO DADO AO ESPANHOL NOS MATERIAIS LINGUÍSTICOS.....	164
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	174
-------------------------	------------

ANEXOS.....	183
--------------------	------------

Anexo I. Portaria Ministerial de 19 de março de 1936, página 5793

Anexo II. Reprodução da Portaria n.º 556, de 13 de novembro de 1945

Anexo III. Reprodução das capas e folhas de rosto dos materiais para fins escolares levantados e localizados .

Anexo IV. Reprodução das capas e folhas de rosto de Nogueira e Peixoto (1945) e Rigo (1948).

Anexo V. Quadro das menções à língua espanhola em Ribeiro (1933[1921]).

Anexo VI. Quadro das menções à língua espanhola e a hispânicos em Elia (1961[1940]).

Anexo VII. Quadro das menções à língua espanhola em Chaves de Melo (1951).

Anexo VIII. Quadro das menções à língua espanhola e a hispânicos em Maurer Jr. (1951).

INTRODUÇÃO

A presente tese buscou investigar a emergência¹ dos estudos de língua espanhola no Brasil e o tratamento geral dado a esta língua em materiais publicados entre 1919 e 1961. Partindo de Celada e González (2000), Celada (2002), Guimarães (2012), Camargo (2004) e Freitas (2010), depreendemos que o surgimento de tais estudos esteve relacionado ao contexto educacional e, portanto, também deu origem a sistematizações linguísticas para fins escolares. Determinações legais e outros dados contextuais também se revelaram impulsionadores do desenvolvimento desses trabalhos.

Verificamos que o período delimitado mostra, além de uma intensa imigração de espanhóis para o Brasil e de iniciativas de estabelecer relações com países hispanofalantes da América do Sul, uma oscilação interessante entre gestos oficiais que aparentam procurar valorizar a língua e outros que aparentam minimizar a sua relevância, sobretudo no contexto de ensino. Assim, o intervalo temporal foi delimitado levando em conta fatos que parecem demarcar momentos de conquista e perda de destaque do estudo da língua espanhola no Brasil: em 1919, é publicado o trabalho **Ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol**, pelo historiógrafo, filólogo, dialetólogo e lexicógrafo Antenor Veras Nascentes (1886-1972). Além disso, é criada por um decreto-lei² a cátedra de espanhol³ para o então chamado curso secundário do Colégio Pedro II. Já em 1961, é publicado o último volume da **Ibérida: Revista de Filologia**, primeira publicação periódica do Brasil dedicada a estudos literários e filológicos ibéricos. Ademais, é nesse mesmo ano que ocorre a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil⁴, que ignora o ensino de línguas estrangeiras e, por conseguinte, o espanhol.

¹ Por emergência, entendemos “o lugar de destaque” ou a “posição de evidência” que os estudos do espanhol ganharam no Brasil.

² BRASIL. Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919. **Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para exercicio de 1919**. Rio de Janeiro: MEC, 1919.

³ Até este ano, a língua espanhola não havia sido mencionada em qualquer documento oficial como integrante do currículo do curso secundário brasileiro. No entanto, segundo estudo de Guimarães (2018), o espanhol — como disciplina — já havia aparecido, em 1898, em currículos de escolas militares e no currículo de ensino da Academia do Commercio do Rio de Janeiro, em 1902.

⁴ BRASIL. Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, MEC: 1961. Esta lei ganhou uma segunda versão em 1971 (BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, MEC, 1971).

Na prática, a língua inglesa é a que se mantém em destaque com a ausência de orientações oficiais sobre o ensino de língua estrangeira, vista como um canal de acesso à cultura e à informação.

Pelo exposto, decidimos nos concentrar na análise do período compreendido entre a segunda e a sexta década do século passado, embora remissões a períodos anteriores e posteriores tenham sido necessárias.

Com bases nas teses e artigos atuais que mencionamos no primeiro parágrafo, vimos a necessidade de reunir as informações encontradas, algumas dispersas, a fim de compreender melhor, agora sob a perspectiva da Historiografia Linguística, o aparecimento de estudos sobre o espanhol no Brasil. Para tanto, pautamo-nos em questões como as seguintes: (1) Com a reunião dessas informações dispersas podemos continuar afirmando que os trabalhos publicados em 1919 e 1920 são os fundadores dos estudos de espanhol no Brasil?; (2) O tratamento geral dado a esta língua nos materiais para fins escolares publicados entre 1919 e 1961 apresentou que tipos de continuidades e rupturas? (3) Considerando que o autor do primeiro material de língua espanhola para fim escolar, Antenor Nascentes, pertencia ao grupo dos chamados “filólogos-cientistas” — estudiosos que se dedicavam a estudar determinados fenômenos linguísticos registrados em textos-fontes, com fundamentação teórica explícita, geralmente em uma perspectiva histórica ou diacrônica, e em correlação com outras línguas românicas (cf. COELHO, 1998; ALTMAN, 2004; DANNA, 2014, entre outros) — poderíamos dizer que os fatores que impulsionaram a produção de descrições da língua espanhola para fins escolares também teriam tido algum reflexo sobre os estudos ditos “filológicos”, de pretensão mais científica? (4) Como teriam se configurado as descrições do espanhol no âmbito filológico? (5) A forma de tratar a língua espanhola no contexto acadêmico ou “científico” era similar ou distinta daquela que circulava no contexto escolar? (6) Esses materiais revelariam a existência de contato intelectual entre os estudos linguísticos brasileiros e os hispânicos?

A fim de responder às nossas questões, optamos, em um primeiro momento, por reconstruir parte do contexto social, histórico e político do período selecionado, colocando em lugar de destaque o levantamento e análise das determinações legais acerca do espanhol que nele foram publicadas. Em um segundo momento, optamos por levantar e analisar tanto “materiais para fins escolares”, isto é, destinados ao ensino da língua espanhola nos contextos oficiais — diretamente relacionados a tais

determinações — quanto “materiais filológicos”, isto é, prototípicos da produção mais prestigiada na comunidade acadêmica em formação nessa época.

Foram analisados três materiais para fins escolares — que revelam o principal modo como o espanhol foi tratado no recorte temporal de investigação — e seis materiais filológicos —, que mostram estudos mais aprofundados de temas linguísticos, pois acessam reflexões e práticas de pretensão mais “científicas” ou “acadêmicas”.

Os materiais para fins escolares são: a **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920), de Antenor Nascentes (1886-1972); a parte de descrição gramatical do **Manual de español** (1945), de Idel Becker (1910 - 1994); e as descrições gramaticais do **Español básico** (1946), de José Ramón Calleja Álvarez (1909 - ?). Selecionamos analisar Nascentes (1920) por ser a primeira descrição gramatical do espanhol no Brasil e Becker (1945) por ser tida como uma obra que consolida os estudos de língua espanhola no país, fortemente influenciada por Nascentes (1920)⁵. A obra de Álvarez também foi escolhida para ser analisada, pois inclui um dos documentos legais norteadores dos estudos do espanhol nas escolas brasileiras — vestígio de sua vinculação às orientações oficiais — e por representar uma série de obras para fins escolares publicadas após 1945 (cf. a lista de obras completas no **Capítulo 2**).

Dos “materiais filológicos”, constam em nossa análise: **Ensaio de phonetica differencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol** (1919), de Antenor Nascentes; **A língua nacional: notas aproveitáveis** (1933[1921]), de João Ribeiro (1860 -1934); o **Esbozo de comparación del Español con el Portugués** (2003[1936]), de Antenor Nascentes; **O problema da língua brasileira** (1961[1940]), de Silvio Elia (1913 - 1998); **Iniciación à filologia portuguesa** (1951), de Gladstone Chaves de Melo (1917 - 2001); e **A unidade da România ocidental** (1951), de Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906 - 1979).

A seleção desses seis materiais filológicos é fruto de uma pesquisa que, em um primeiro momento, privilegiou textos que apresentassem exclusivamente uma descrição do espanhol produzida por brasileiros. Desta procura inicial, chegamos aos dois textos de Nascentes (1919; 2003[1936]). Em um segundo momento, decidimos considerar obras filológicas que não tinham como foco a sistematização da língua

⁵ Cf. Celada (2002) e Camargo (2004).

espanhola, mas que trouxessem dados sobre ela (ou, em último caso, sobre estudos linguísticos hispânicos). Dessa procura posterior, optamos por tratar de Ribeiro (1933[1921]), Elia (1961[1940]), Chaves de Melo (1951) e Maurer Jr. (1951).

Da vasta produção de filólogos do período em foco, que seria impossível de analisar de forma mais completa, priorizamos tratar esses materiais filológicos porque são, de um lado, trabalhos explicitamente relacionados ao espanhol, e, de outro lado, trabalhos tomados como ‘exemplares’ (cf. Kuhn 1962) em seu período de surgimento, que exploram temas de destaque no programa de estudos da filologia no Brasil (cf. COELHO 1998; 2018): 1) a questão da formação histórica e do estatuto do português do Brasil e 2) a inserção dos estudos da língua portuguesa no contexto dos estudos diacrônicos românicos.

A proposta foi verificar como, ao tratar desses temas considerados centrais, os filólogos se remetaram ao espanhol. Esse exercício foi feito como uma espécie de ilustração do modo como a língua espanhola teria circulado em trabalhos de temáticas vistas como relevantes dentro do ‘paradigma’ (cf. KUHN 1962) filológico. Os dois temas, além disso, põem em cena situações compartilhadas pela língua portuguesa e pela língua espanhola, o que, hipoteticamente, aumentaria as chances de presença do espanhol.

As análises realizadas procuraram caracterizar visões do espanhol e formas de tratá-lo, no contexto escolar e no contexto acadêmico. Empregamos critérios que contemplaram o levantamento de dados “externos” e “internos” relativos aos materiais (SWIGGERS, 2005[2004]). Dentre os nossos critérios de análise, constam, por exemplo: os dados biográficos dos autores, dados legais relativos ao ensino de espanhol, dados histórico-político-sociais, público-alvo das obras, a modelização global de descrição (conceito proposto em Swiggers 2012, que explicaremos mais adiante) e os níveis de articulação abordados, técnicas de descrição, como a presença ou ausência de comparação ou contraste entre o espanhol e o português, eventuais outras línguas presentes na descrição, origem dos dados linguísticos, menção a escritores ou estudiosos hispânicos e ausência/presença de temas que suscitaram algum nível de discussão entre o autor brasileiro e estudos produzidos por hispânicos. Estes critérios de análise são melhor detalhados e explicitados no **Capítulo 2** desta tese.

Além desta **INTRODUÇÃO**, a presente tese contém seis capítulos. No **CAPÍTULO 1. A LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL**, elaboramos um panorama

acerca do período sócio-político-cultural considerado para análise, abrangendo considerações sobre o estudo das línguas estrangeiras no Brasil e focalizando a língua espanhola. Além disso, apresentamos nosso levantamento e análise descritiva a respeito dos documentos oficiais que orientaram o estudo do espanhol nas escolas regulares do Brasil. Por fim, expomos considerações sobre as duas principais formas de nomear esta língua — encontradas nos nossos materiais em análise —, explicitando os motivos nos quais nos baseamos para adotar, ao longo de toda a tese, a denominação espanhol/língua espanhola para fazer referência à língua-objeto.

Destinamos o **CAPÍTULO 2. PERSPECTIVAS E DEMARCAÇÕES** à explicitação tanto dos objetivos e propostas de investigação de nossa área de especialidade (a Historiografia Linguística), quanto dos pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa. Ademais, detalhamos os critérios de seleção dos materiais escolhidos para análise e os critérios e fases de análise adotados.

No **CAPÍTULO 3. O ESPANHOL NOS MATERIAIS PARA FINS ESCOLARES**, apresentamos nossa tentativa de reconstrução de dados bio-bibliográficos dos autores dos materiais para fins escolares e expusemos uma análise descritiva do tratamento dado ao espanhol nesses textos com base nos critérios elencados no **CAPÍTULO 2**. O mesmo ocorre no **CAPÍTULO 4. O ESPANHOL NOS MATERIAIS FILOLÓGICOS**, porém a reconstrução e a análise são relativas ao tratamento do espanhol no âmbito acadêmico.

No **CAPÍTULO 5. CONFIGURAÇÃO, RUPTURA E CONTINUIDADE NAS DESCRIÇÕES DO ESPANHOL**, exibimos, em um primeiro momento, uma síntese dos dados provenientes das análises e, em um segundo momento, um cruzamento desses mesmos dados.

No **CAPÍTULO 6. REFLEXÕES ACERCA DA EMERGÊNCIA E DO TRATAMENTO DADO AO ESPANHOL NOS MATERIAIS LINGUÍSTICOS**, expusemos algumas interpretações a respeito dos dados levantados com o objetivo de responder às nossas perguntas iniciais e de auxiliar a compreender melhor o estudo da língua espanhola no contexto brasileiro de 1919 a 1961.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, apresentamos uma síntese das conclusões às quais chegamos, realizamos uma avaliação da pesquisa e apontamos novas possibilidades de investigação, que não puderam ser contempladas nesta tese, mas que se mostraram relevantes para ampliar o conhecimento sobre o espanhol no Brasil.

Acreditamos que esta tese contribui não apenas para uma nova interpretação dos estudos de espanhol no Brasil entre 1919 e 1961 — agora sob o viés da Historiografia Linguística —, mas também para repensarmos o (e lutarmos por um) lugar de atenção desta língua no país, após ter sido desvalorizada por medidas do governo através da exclusão da oferta de seu ensino nas escolas regulares (por meio da revogação da Lei 11.161/2005 pela Medida Provisória nº 746 de 2016 [BRASIL, 2016]) e pelo (risco de) fechamento da habilitação Letras-Espanhol em diversas instituições universitárias.

CAPÍTULO 1. A LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL

1.1. Contextualização histórica

Como sabemos, as línguas portuguesa e espanhola são consideradas “irmãs”, “herdeiras” do latim, muito “próximas” entre si. Além disso, ainda dessa perspectiva histórica, emergiram em territórios vizinhos e foram trazidas ao continente americano em um contexto semelhante, o das chamadas Grandes Navegações. Aqui, conviveram com outras línguas e, aos poucos, impuseram-se como línguas oficiais nos lugares a que chegaram com o colonizador. Contudo, apesar da proximidade histórica entre as duas línguas, no Brasil, o “mundo hispânico” parece não ter recebido especial atenção — pelo menos no âmbito de estudos linguísticos “desinteressados” — até o século XX.

Nos registros históricos, vemos que, no final do século XIX, esse “mundo hispânico” se aproximou do “mundo brasileiro”. O fim do regime escravocrata, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, produziram alterações que tiveram (e têm) reflexo na sociedade brasileira como um todo.

Uma das alterações de maior relevância tem relação com a necessidade de mão de obra diante do novo cenário de trabalho, com o fim da escravidão. Para resolver os problemas decorrentes da escassez de trabalhadores, surgiu como alternativa a imigração de europeus, provindos sobretudo de regiões rurais (DEL PRIORE e VENANCIO, 2010, s/p.). Estes imigrantes eram, assim, camponeses que decidiam se estabelecer definitivamente no Brasil e que não constituíam mão de obra qualificada. De acordo com Guimarães (1998, p. 179), “[...] milhares de pessoas disputavam um lugar nos 'buques' com destino ao Novo Mundo, empurrados pela pobreza e intolerância”. Em outras palavras, esses imigrantes fugiam das más condições de vida na Europa.

Dentre os imigrantes europeus que vieram para o país no início do século XX, estiveram os espanhóis que, segundo Weber et al (2009) e Uebel e Pauli (2015), chegaram a várias partes do país, mas sem formar grupos ou comunidades, como faziam os imigrantes alemães e italianos, por exemplo.

O ápice da imigração espanhola ao Brasil ocorreu no início do século XX⁶, período que coincide com o marco temporal em foco nesta tese. De acordo com Martins (1989, p. 7), “a partir de 1905, a imigração espanhola para São Paulo passou a ser, durante certo tempo, a mais numerosa”. Lanza e Lamounier (2015, p. 100) trazem dados semelhantes, concluindo que na década de 1910, a quantidade de imigrantes espanhóis superava a de imigrantes portugueses e italianos, por exemplo. Segundo Uebel (2012), chegaram ao país, na década de 1910, cerca de 13.000 imigrantes espanhóis, e aproximadamente 17.000 na década de 1920. Nas décadas subsequentes, esse número foi caindo bastante (cerca de 7.600 na década de 1930 e menos de 1.000 na década de 1940).

A respeito de fluxos migratórios de hispano-americanos vindos para o Brasil, observamos que este movimento ocorreu com alguma intensidade somente a partir da metade do século XX, com a busca de melhores condições de vida empreendida por latino-americanos. Até a década de 1940, os principais imigrantes que vieram para países da América do Sul, em especial Brasil e Argentina, eram os imigrantes europeus (cf. LANZA e LAMOUNIER, 2015).

Com relação aos falantes de espanhol provenientes de países da América do Sul, é inegável o contato em zonas fronteiriças⁷. Além desse caso, outros fatos aproximaram brasileiros e países americanos. No século XIX, podemos mencionar a independência dos países da América do Sul de suas ex-colônias europeias. Há, inclusive, o caso do Uruguai, que se tornou independente de um país do próprio continente, isto é, o Império do Brasil, em 1828. Esse mesmo século também foi palco da Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870, em que Brasil, Argentina e Uruguai — países que detinham a região da bacia do Rio da Prata e que estavam em constante relação político-econômica com a Inglaterra — uniram-se contra a

⁶ De acordo com Sanchez-Alonso (2007, *apud* LANZA e LAMOUNIER, 2015, p. 93), alguns fatores contribuíram para que a América do Sul — e, assim, também o Brasil — não atraísse tanto a atenção dos potenciais imigrantes europeus no século XIX. Dentre esses fatores, são ressaltadas: a instabilidade política e econômica das novas repúblicas sul-americanas, a baixa demanda de mão de obra, o alto custo das passagens transoceânicas, o clima e geografia dos lugares de trabalho. Com as mudanças tecnológicas ocorridas no final do século XIX e o início do XX, a percepção a respeito dos países da América Latina como destino de migração foi alterada: “A substituição dos barcos a vela pelo transporte a vapor, a instalação de cabos telegráficos transatlânticos e o surgimento e expansão das redes ferroviárias durante a segunda metade do século XIX tornaram os transportes e a comunicação entre América e Europa mais rápidos, eficientes e com menor custo.” (LANZA E LAMOUNIER, 2015, p. 93).

⁷ Infelizmente não encontramos dados confiáveis sobre os números de imigrantes hispano-americanos que vieram para o Brasil no século XIX e início do XX.

autossuficiência do Paraguai (MOTA, 1995, p. 244). Por sua vez, foi após a Proclamação da República, no final do século XIX e começo do XX, que o Brasil realizou política e economicamente uma chamada “tímida aproximação oficial com a América hispânica” (PRADO, 2001, p. 140).

Marques (2016, p. 25) afirma que, a partir de 1890, algumas tentativas foram realizadas a fim de promover uma integração política e econômica que aproximasse os países do continente americano, fenômeno chamado de “americanismo” (cf. GUIMARÃES, 2018, p. 56-59). Nas primeiras décadas de 1900 ocorreram algumas conferências internacionais no México (em 1901), no Rio de Janeiro (em 1903), em Buenos Aires (em 1910), em Santiago (em 1923), em Havana (em 1928), em Montevideu (em 1933), em Lima (em 1938), em Bogotá (em 1948) e em Caracas (em 1954). Estas conferências visavam aperfeiçoar as modalidades de cooperação e comércio entre os países americanos. No entanto, segundo o autor, se as “atividades destinavam-se a promover o desenvolvimento do comércio e da riqueza de todas as nações do continente americano, na prática correspondia a um organismo auxiliar de penetração do capital e dos interesses comerciais norte-americanos” (MARQUES, 2016, p. 25). Isso porque as nações latino-americanas tinham características bastante semelhantes e ocupavam posição parecida no sistema capitalista da primeira metade do século XX.

Dessa forma, percebemos que a proximidade do Brasil com os países hispanofalantes possibilitou o estabelecimento de alguns acordos políticos e econômicos no período que delimitamos para análise. Não obstante, o Brasil — como as demais nações americanas — acabou criando relações mais estreitas com os Estados Unidos.

Segundo Prado (2001, p. 140), outro âmbito que aproximou brasileiros dos sulamericanos foi o literário. De acordo com Guimarães (2012, p. 5), nesse período, “autores brasileiros como Silvio Romero, Silvio Julio, João Ribeiro, Manuel Bandeira entre outros escrevem obras de crítica literária e história literária hispano-americana”. Não conseguimos levantar muitos dados sobre esse domínio; porém, como veremos mais adiante, ainda neste capítulo, o estudo do espanhol nas escolas teve como uma de suas ênfases os textos literários.

1.2. O estudo das línguas estrangeiras no Brasil e o espanhol

O estudo das línguas estrangeiras no Brasil esteve, a princípio, diretamente ligado ao ensino. Diferentes fontes apontam que, na época colonial, apenas se estudavam as línguas estrangeiras latina e grega (por exemplo, cf. LEFFA, 1999; HANNA, 2009; ARCANJO & HANASHIRO, 2010). Com o bloqueio continental decretado por Napoleão Bonaparte na Europa e a consequente fuga da Família Real ao Brasil, era preciso tornar a colônia, elevada a Reino Unido a Portugal e Algarve, um local modernizado, desenvolvido para, assim, ser reconhecido internacionalmente. Assim, sabemos de benfeitorias feitas no Brasil naquele momento para modernizar o país: a abertura do Banco do Brasil, a instalação da Imprensa Régia, a criação do Jardim Botânico, a Academia Militar e da Marinha, a criação de instituição de ensino superior — tais como as Escola de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, as Faculdade de Direito de São Paulo e de Olinda, etc. Dentre elas, também esteve o interesse em incorporar línguas estrangeiras ao ensino que aqui ganhava corpo. De acordo com Hanna (2009, p. 214), é em 1809 que há a criação de cadeiras para o ensino de inglês e francês no Brasil, por meio da **Resolução de consulta da mesa do desembargo do Paço de 14 de julho de 1809**, baixada pelo então príncipe regente D. João VI.

É compreensível que tanto o inglês quanto o francês fossem as línguas estrangeiras escolhidas para integrar o currículo escolar naquele momento.⁸ O idioma francês era considerado sinônimo de cultura e refinamento, já que a vida intelectual brasileira naquele século seguia o modelo francês. Por sua vez, era importante o conhecimento do inglês devido aos contatos comerciais entre o Brasil e a Inglaterra, pois, com a Independência, o Brasil acabou se tornando dependente do império britânico (cf. FREYRE, 2000[1948]).

O primeiro registro do espanhol como língua de estudo – no caso, em um colégio brasileiro — foi encontrado na conhecida obra de Gilberto Freyre intitulada **Inglezes no Brasil** (1948). Em um fragmento da obra, Freyre apresenta um anúncio do Jornal do Commercio, de 1827, no qual se diz que a língua espanhola era ensinada no Collegio Inglez, situado no Rio de Janeiro: “Linguas Latina, Portuguesa, Ingleza,

⁸ Hanna (2009) expõe que, além do inglês e francês, as línguas italiana e alemã também foram contempladas em documentos oficiais, que as instituíram como disciplinas das escolas brasileiras, ora como obrigatórias, ora como facultativas. O italiano e o alemão, no entanto, possuíam tempos de aula em menor quantidade do que o inglês e o francês.

Franceza, e Hespanhola, gramaticalmente, História e Geografia, Lógica, Rhetorica e elocução Escripta, Arithmetica, e Escripção de livros por partidas dobradas, Álgebra e Geometria, Dezenho e Dança” (FREYRE, 2000[1948], p. 269; FREITAS, 2010).

De acordo com Freitas (2010, p. 29-35), outro registro do espanhol como foco de estudo ocorreu em 1888, em que um professor e tradutor de línguas anuncia seus serviços em uma seção (semelhante à de classificados) do **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, importante fonte histórica sobre a economia brasileira do século XIX. Ressaltamos que, no próprio anúncio, o autor mencionou lecionar não somente espanhol, mas também outras línguas, como a alemã, inglesa e francesa.

Como se vê, por um lado, é provável que tenha havido o estudo do espanhol em outros colégios brasileiros e nesses círculos não-oficiais de instrução privada no século XIX. Essa hipótese ganhou força em algumas investigações, como a de Vargens (2012, s./p.), na qual a estudiosa localizou o registro de uma tese de concurso que versava sobre literatura espanhola:

[...] por meio de pesquisa aos arquivos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), foi possível recuperar o registro de tese de concurso anterior para o provimento da cadeira de espanhol, apresentada no ano de 1885, cujo título era “Litteratura Hespanhola do XVII século. Escriptores Hespanhoes do XVII século: suas produções principaes”, de autoria de Alfredo Augusto Gomes.

Não obstante, Guimarães (2016) rechaçou a hipótese levantada por Vargens, afirmando que esta tese, embora abordasse tópicos da literatura da Espanha, estava destinada a uma cátedra, cujo docente aprovado ministraria a disciplina Português e História Literária, que tratava de literaturas estrangeiras diversas:

O regulamento do Colégio Pedro II à época que estava em vigor era o aprovado em 1881 pelo Decreto 8.051, de 24 de março, e não previa o ensino da língua espanhola. No entanto, a disciplina Português e História Literária, ensinada no sétimo ano, incluía o estudo das literaturas estrangeiras, principalmente as que influenciaram na formação ou no aperfeiçoamento da portuguesa. (p. 14-15)

Investigando o estudo do espanhol nas escolas, analisamos as reformas e os documentos oficiais do ensino secundário das escolas regulares — isto é, decretos e currículos — relativos ao tema e verificamos que o espanhol não é citado em nenhum

momento no século XIX. A modo de exemplificação, citamos o Decreto n. 6130, de 1876, que abordou as alterações curriculares no Colégio Pedro II, indicando o ensino das línguas estrangeiras latina, francesa, inglesa, grega e alemã; e a Reforma Amaro Cavalcanti (1898), que instituiu que as disciplinas de línguas estrangeiras vivas oferecidas, como optativas, eram o inglês, o francês e o alemão, todas no chamado ensino secundário. A menção ao estudo do espanhol no nível secundário em documentos oficiais só foi, assim, encontrada em decretos e portarias ministeriais do século XX.

1.3. Os documentos oficiais que implementam e orientam o espanhol na educação brasileira (ensino regular-secundário)

O espanhol passou a integrar o currículo das escolas brasileiras no início do século XX.⁹ O Decreto-lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, mencionou oficialmente a oportunidade de estudo público da língua espanhola no Brasil, no ensino secundário, em um colégio de prestígio, pois ele determinou a liberação de verba destinada à abertura de uma cadeira de espanhol, no Colégio Pedro II, renomada instituição educacional:

23. Subvenção a institutos de Ensino: Augmentada de 9:600\$ a do Collegio Pedro II, para attender a despesas com a criação da cadeira de hespanhol em aquelle collegio, em reciprocidade do acto identico da Republica do Uruguay (BRASIL, 1919).

A cadeira mencionada no trecho acima foi ocupada pelo filólogo **Antenor de Veras Nascentes** (1886 – 1972), que submeteu o trabalho **Ensaio de phonetica differencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol** — já citado por nós em páginas anteriores — e foi aprovado neste concurso.

Em abril de 1919, foi publicado um documento que trazia um programa com os conteúdos a serem ministrados pelo catedrático de espanhol do Colégio Pedro II. Nele, estavam previstos os seguintes temas, centrados primordialmente em temas

⁹ De acordo com Guimarães (2018, p. 50-51), o espanhol já havia sido mencionado, em 1898, em um projeto de reforma do regulamento das escolas do exército brasileiro – que, no entanto, não foi efetivado. Em 1905, a língua espanhola havia sido incluída no currículo do componente curricular da educação superior disponibilizada pela Academia de Commercio do Rio de Janeiro. No mesmo ano, essa língua estrangeira teria passado a integrar os currículos da educação superior das escolas do exército.

morfológicos e sintáticos, além de contemplar tópicos relativos à história e parentesco das línguas portuguesa e espanhola:

- 1 – Noções preliminares atinentes á grammatica castellana, suas divisões e objetivos.
- 2 – Sons fundamentais do hespanhol. Vogaes e consoantes, accentuação e quantidade.
- 3 – Morphologia e taxionomia do substantivo.
- 4 – Morphologia e taxionomia dos adjetivos.
- 5 – Estudo dos grãos.
- 6 – Morphologia e taxionomia do artigo e do pronome.
- 7 – Da conjugação. Estudo detido das conjugações regulares.
- 8 – Estudo detido dos verbos regulares e suas diversas espécies.
- 9 – Morphologia e taxionomia dos advérbios.
- 10 - Morphologia e taxionomia das preposições.
- 11 – Morphologia e taxionomia das conjuncções e interjeições.
- 12 – Processos de formação das palavras: composição e derivação.
- 13 – Syntase. Noções geraes de syntase. Estudo das preposições.
- 14 – Syntase do substantivo.
- 15 – Idem do adjectivo.
- 16 – Idem do pronome e do artigo.
- 17 – Idem do verbo. Emprego dos tempos e modos com especialidades dos infinitivos.
- 18 – Syntase do verbo. Emprego do infinito e dos participios.
- 19 – Syntase das palavras invariaveis. Da preposição.
- 20 – Syntase das palavras invariaveis. Do adverbio e da conjuncção.
- 21 – Gramatica histórica: Alterações lexicas: archaismos, neologismos e idiotismos. Modificações sofridas pelo hespanhol nas Republicas Americanas.
- 22 – Elementos essenciaes de fonética hespanhola. Suas relações com a portuguesa.
- 23 – Estudo morphologico do substantivo. Casos e flexões.
- 24 – Estudo morphologico do adjectivo. Casos e flexões.
- 25 – Estudo morphologico do artigo e do pronome.
- 26 – Estudo morphologico do verbo. Transformações da conjugação latina na conjugação hespanhola. Aparecimento dos verbos auxiliares.
- 27 – Estudo morphologico do adverbio e da conjuncção.
- 28 – Estudo morphologico da preposição.
- 29 – Noções geraes sobre a origem e formação da língua hespanhola. Sua evolução.
- 30 – Relações históricas da língua hespanhola com as demais línguas românicas, especialmente com a portuguesa.
- 31 – Principios geraes de Semantica hespanhola.
- 32 – Da syntase em geral e do estylo.
- 33 – Vista geral sobre o desenvolvimento das principaes phases da literatura hespanhola. (BRASIL, 1919b *apud* GUIMARÃES, 2018).

O ensino de espanhol no Colégio Pedro II ocorreu até 1925. Nesse ano, foi publicado o Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro, que tornava a língua espanhola uma matéria facultativa, levando à extinção da cadeira de espanhol naquele colégio e à transferência de Antenor Nascentes para a cadeira de Língua Portuguesa:

Art. 48. O conjunto de estudos do curso secundario integral compreende as seguintes materias: - portuguez, francez e latim , obrigatorias, inglez, ou alemão, á escolha do alumno, **hespanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no paragrapho seguinte**, instrucção moral e civica, geographia, algebra, geometria e trigonometria, historia universal e do Brasil, physica, chimica e historia natural, philosophia e historia natural, philosophia e historia da philosophia, literatura da lingua brasileira e das linguas latinas, e sociologia.

§ 1º. **O Professor da cadeira de hespanhol poderá ser transferido para uma segunda cadeira de portuguez, ficando então extinta aquella cadeira** e continuando facultativo o estudo do italiano no 4º anno (BRASIL, 1925 [negritos nossos]).

A exclusão desta língua da grade curricular do ensino secundário do Colégio Pedro II parece ter sido uma consequência de alguns fatores externos, que abarcaram desde questões políticas brasileiras até a insatisfação de Nascentes com o cargo de professor desta língua estrangeira.

Segundo Guimarães (2011, p. 3; 2018, p. 71), a exclusão do espanhol parece ter ocorrido pela falta de reciprocidade dos países hispânicos, como a Argentina e o Paraguai, que não instituíram o ensino de língua portuguesa na década de 1920.

Contudo, encontramos na introdução do **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** (1955)¹⁰, de Antenor Nascentes, o seguinte relato feito pelo próprio autor sobre sua experiência como docente de espanhol no Colégio Pedro II:

A cadeira era facultativa, o que me trouxe os maiores dissabores. Os que lidam no magistério sabem como são estudadas as cadeiras obrigatórias e bem podem imaginar como o seria uma facultativa. Quando se planejou uma reforma do ensino em 1925, fui ao ministro do interior de então, o Dr. João Luiz Alvez, e lhe expus a minha situação, pedindo a obrigatoriedade da cadeira. O ministro me objetou a sobrecarga do ensino secundário, a falta de reciprocidade por países hispano-americanos e não me atendeu. Tempos depois, havendo eu desinteressadamente desempenhado uma comissão de que êle me encarregara, chamou-me para perguntar se não me serviria outra solução, como por exemplo uma transferência de cadeira. Respondi-lhe que qualquer solução me serviria, contanto que eu saísse daquela situação. Alvitrou-se a minha transferência para uma segunda cadeira de português e eu aceitei; o decreto de reforma previu o meu caso e assim se encerrou a minha carreira de professor de espanhol (NASCENTES, 1955, p. X).

Vemos no trecho acima uma menção à falta de reciprocidade dos países de língua espanhola, que não incluíam a língua portuguesa nos currículos escolares¹¹,

¹⁰ Agradeço ao José Bento Cardoso Vidal Neto (CEDOCH-DL/USP) por ter compartilhado esta obra comigo.

¹¹ De acordo com Gil (2009), o governo argentino também demorou a inserir oficialmente o português

desestimulando o governo brasileiro a elevar o espanhol a um patamar de língua estrangeira obrigatória a ser cursada no ensino secundário do Colégio Pedro II. Porém, a intervenção de Nascentes junto ao ministro do interior — para o qual expôs a insatisfação com a cadeira — parece ter figurado como um fator determinante para a extinção da disciplina naquele contexto escolar.

Conforme revela o levantamento que realizamos dos documentos oficiais ligados ao âmbito educacional brasileiro da primeira metade do século XX, a língua espanhola continuou excluída oficialmente do currículo escolar até o começo da década de 1940. O mesmo não pode ser dito a respeito da literatura espanhola; ao contrário das publicações dedicadas ao ensino do idioma, não desapareceu dos colégios, o que se comprova ao analisarmos outros documentos oficiais, um de 1931 e outro de 1936.

De acordo com o Decreto nº. 19.890 de 18 de abril de 1931, o ensino secundário no Brasil compreenderia um curso fundamental — de 5 anos — e um curso complementar — de 2 anos. Já a Portaria Ministerial de 17 de março de 1936, de Gustavo Capanema (1900 – 1985), passou a estruturar os programas do curso complementar. Um desses cursos complementares, o jurídico, apresentava em sua base curricular a disciplina de Literatura (cf. **Anexo I**). Segundo tal Portaria, esta disciplina deveria tratar de diversas literaturas nacionais, incluindo a espanhola (a literatura de países da América hispânica não estava contemplada nesse curso). Dentre os temas e autores a serem abordados, constavam:

Litteratura hespanhola

22 – Origens da letteratura hespanhola – Período inicial – Os romances de cavalaria. O Cid. O Romancero, O Amadís de Gaula.

23 – A litteratura espanhola no seculo XVI – a poesia: Quevedo e Gongora – Alonso de Ercilla – Hurtado de Mendoza – O misticismo: Santa Thereza de Jesus.

24 – Cervantes e o Don Quixote – O theatro hespanhol: Lope de Veja, Molina, Calderon de la Barca.

25 – Seculos XVIII e XIX – Prosadores: Antonio de Solís. O romantismo hespanhol. Zorilla. Campoamar. Espronceda e Quintana, Castellar e Blasco Ibañez (BRASIL, 1936, p. 5793).

Como podemos ver, a disciplina de literatura espanhola do curso jurídico previa abordar as obras e autores tomados como mais representativos de cada movimento literário, proporcionando aos estudantes um panorama geral da literatura da Espanha.

como língua estrangeira no ensino regular. Foi apenas com a Lei 12.766, de 1942, que a língua portuguesa passou a integrar, como língua estrangeira *optativa*, o currículo do ensino secundário das escolas argentinas.

Se, por um lado, a literatura espanhola nunca saiu de cena das escolas, a língua espanhola voltou a figurar no contexto educacional do Brasil em 1942 por meio do Decreto-lei nº 4.244, 9 de abril. Nesse documento, houve uma reorganização do ensino secundário brasileiro, que a partir desse momento abarcaria dois ciclos: o primeiro, ginásial, de 4 anos de duração; o segundo, o clássico ou científico — de 3 anos — podendo o aluno optar por um dos dois. No curso ginásial, o francês e o inglês seguiram como línguas vivas de estudo. A mudança apareceu, então, nos cursos clássico e científico: dentre as línguas que deveriam ser estudadas, estava o espanhol, que seria ensinado nos dois primeiros anos do curso clássico e no primeiro do curso científico:

Art. 12. As **disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico** são as seguintes:

I. Línguas: 1. Português. 2. Latim. 3. Grego. 4. Francês. 5. Inglês. **6. Espanhol.** [...]

Art. 14. As disciplinas constitutivas do curso clássico terão a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês **5) Espanhol.** 6) Matemática. 7) História geral. 8) Geografia geral. **Segunda série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês **5) Espanhol.** 6) Matemática. 7) Física. 8) Química. 9) História geral. 10) Geografia geral. [...]

Art. 15. As disciplinas constitutivas do curso científico terão a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) **Espanhol.** 5) Matemática. 6) Física. 7) Química. 8) História geral. 9) Geografia geral. [...] (BRASIL, 1942, s./p. [negritos nossos]).

Na mesma década, foram publicadas duas resoluções que apresentavam informações complementares sobre o estudo do espanhol no ensino secundário: uma que indicava o Programa do espanhol, isto é, os temas linguísticos a serem aprendidos pelos alunos brasileiros; outra que fornecia informações sobre a finalidade do estudo da língua espanhola nesse nível educacional.

No Programa de Espanhol, que veio à luz com a Portaria Ministerial n. 127, de 3 de fevereiro de 1943, propunha-se que o estudo da língua espanhola devesse ser dividido em três unidades, que compreenderiam os seguintes temas:

Unidade I:

1. Artigos, substantivo, adjetivo, pronomes e numerais.
2. Flexões de número, gênero e grau.

Unidade II:

1. Verbos: pessoas, números, tempos e modos.
2. Vozes.
3. Verbos auxiliares haver e ser.
4. Verbos regulares e irregulares.

Unidade III:

1. Formação das palavras. Composição e derivação. Prefixos e sufixos.
2. Principais regras de concordância.
3. Regência.
4. Construção.
5. Arcaísmos e neologismos,
6. Barbarismos e solecismos.
7. Idiotismos (BRASIL, 1943, p. 1635)

Como podemos perceber, de acordo com esta Portaria, os temas linguísticos contemplados nos estudos do espanhol seriam os pertencentes aos níveis lexical, fonético/fonológico/ortográfico, morfológico e sintático, sendo estes dois últimos os mais recorrentes.

Além disso, nessa mesma Portaria, estava previsto para o curso de espanhol dar aos alunos algumas noções de história literária, assim como disponibilizar instruções de leitura e exercícios (gramaticais, literários, lexicais, ortográficos, de redação, tradução e versão) que deveriam ser realizados, como podemos ver no seguinte fragmento:

Além da leitura dos exercícios próprios de cada unidade de gramática e de história literária, haverá:

1. Exposições orais, reprodução livre dos trechos lidos na aula.
2. Exercícios para ampliação do vocabulário.
3. Exercícios de redação e de composição.
4. Exercícios de ortofonia e de ortografia.
5. Exercícios de tradução e de versão (BRASIL, 1943, p. 1635).

Dois anos mais tarde, em 1945, foi publicada a Portaria Ministerial nº 556 de 13 de novembro de 1945 (cf. **ANEXO II**), segundo a qual o ensino de espanhol teria algumas finalidades: (i) adquirir o idioma, (ii) conhecer os bons escritores, (iii) saber a origem românica da língua, e (iv) dar subsídio para o aluno estudar de modo autônomo, ou seja, auto-didaticamente. Especificamente com relação ao estudo da língua espanhola, indicava os temas linguísticos que deveriam ser tratados em cada trimestre do ano letivo e apresentava algumas técnicas de ensino. A sistematização linguística estaria subordinada a textos de leitura:

O conhecimento do vocabulário, da ortografia, das formas e construções corretas será sobretudo adquirido mediante considerações expedidas a propósito dos textos de leitura; dos fatos neles observados deduzirão os próprios alunos, auxiliados pelo professor, as regras da boa linguagem consignadas na gramática expositiva (BRASIL, 1945, s./p.).

Entre as décadas de 1940 e 1950, estes documentos surgidos em 1942, 1943 e 1945 orientaram o estudo da língua espanhola no ensino secundário brasileiro e, por hipótese, parte da formação daqueles que viriam a ensinar a língua. Supomos, portanto, que, em alguma proporção, essas medidas tivessem impacto também sobre formas de aproximação do espanhol nesse outro contexto, acadêmico.

No início da década de 1960 este cenário foi modificado. Com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil¹², em 1961, o ensino de línguas estrangeiras passou a ser ignorado. Esse novo panorama educacional trouxe como consequência a perda de espaço do estudo da língua espanhola nas escolas regulares brasileiras.

1.4. Por que falamos de língua espanhola (e não castelhana)?

Embora nos documentos oficiais sempre se tenha feito menção ao estudo do “espanhol”, nos materiais que compõem o presente estudo, encontramos variações no modo de nomear a língua considerada oficial na Espanha e em 20 países¹³ ao redor do mundo. Por esse motivo, vimos a necessidade de decidir como nós iríamos denominar essa língua ao longo da tese, isto é: iríamos chamá-la “espanhola (ou espanhol)” ou “castelhana (ou castelhano)”? Além disso, também surgiu outro questionamento, derivado dessas variações: o uso de termos diferentes evidenciaria o tratamento a uma língua “comum” a todos os territórios hispanofalantes ou faria referência a variedades linguísticas distintas?

Indagações como essas são bastante comuns ainda hoje, principalmente entre aqueles que têm curiosidade sobre o idioma ou que estão iniciando o estudo dessa língua. Ao consultar o **Diccionario panhispánico de dudas** (2005), da Real Academia Española, verificamos que, se por um lado, é recomendado o uso do termo *español* para designar o idioma falado por milhões de pessoas e do termo *castellano* para a variedade linguística da região de Castela-La Mancha, este mesmo dicionário afirma que “*la polémica sobre cuál de estas denominaciones resulta más apropiada*

¹² BRASIL. Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, MEC: 1961. Esta lei ganhou uma segunda versão em 1971 (BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, MEC, 1971).

¹³ São eles: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela (todos na América); e Guiné Equatorial (na África).

está hoy superada” [a polêmica sobre qual destas denominações parece ser mais apropriada já está superada].

Diante desta afirmação, vinda de um dicionário de uma instituição espanhola e que marca ora uma preferência de uso, ora um discurso que iguala as duas denominações (“espanhol” e “castellano” consideradas como corretas e indistintas), perguntamo-nos: de que polêmica se trata? À época das publicações dos nossos materiais de análise, a escolha de um ou outro termo para designar essa língua não poderia evidenciar algum tipo de posicionamento dos autores?

1.4.1. Um breve panorama da polêmica: Espanha

Como sabemos, o espanhol se originou de uma das línguas romances derivadas do latim. Na Idade Média, o território da Península Ibérica abrigava uma série de reinos e de línguas romances, dentre eles o *romance de los castellanos* (falado na região de Castela), que passou a ganhar mais peso com a cultura letrada, sobrepondo-se, por exemplo, ao *romance aragonés* (de Aragão), *leonés* (de Leão) e *ovetense* (de Oviedo). Este romance, que passou a se estender e a se consolidar ainda no período medieval, aos poucos, foi se estabelecendo como o *castellano*.

O reino de Castela expandiu-se pela região central e sul da península ibérica ao longo do século XV, dando origem à Espanha, em 1492, quando houve a unificação deste reino com os de Leão, Navarra e Aragão, por meio do casamento do rei Fernando II e da rainha Isabel I. A formação do novo império requeria uma língua única, que “*superaba lo regional, que debía involucrar lo histórico y lo cultural*” [superava o regional, que devia envolver o âmbito histórico e o cultural] (PINZÓN CAMARGO, 2006, p. 114).

Não é por acaso que, no mesmo ano, esta língua foi sistematizada, dando origem à primeira gramática de uma língua moderna ocidental, escrita por Antonio de Nebrija (1441-1522). A obra, que não tinha capa, nem título, ficou consagrada pela tradição como a **Gramática Castellana**, já que o autor se refere a este idioma apenas como *lengua castellana* na dedicatória que faz à rainha Isabel I (cf. entre outros, ESPARZA E SARMIENTO, 1992). Ao longo de toda a obra, Nebrija em nenhum momento trata deste idioma como *español* ou *lengua española*, apenas como *lengua castellana* (cf., entre outros, DANNA, 2010-2011). Segundo Alonso (1943 [1938], p. 14), o nome *español* podia ser encontrado em alguns documentos da Idade Média, porém o uso do termo *castellano* era, de fato, o dominante.

A preferência pelo neologismo *español/lengua española* fica mais evidente no século XVI. Nesse período, o neologismo *español* tinha a finalidade de designar o idioma da nova nação, dando maior visibilidade à Espanha como um país unificado, que possuía uma língua comum a todos os habitantes. Diante do surgimento das nações europeias, é essa a designação que aparece, pois ela não apenas evidenciava a unificação do país, mas também fortalecia a nação diante dos povos estrangeiros: se na França se falava francês, se na Inglaterra se falava inglês, se em Portugal se falava português, logo, na Espanha, se falava espanhol (PINZÓN CAMARGO, 2006, p. 114). A língua espanhola era, assim “*el idioma como instrumento de la nación y, en cierto modo como su símbolo, y visto en parangón con los otros idiomas nacionales*” [o idioma como instrumento da nação e, em certa medida, como o símbolo dela, e visto em comparação com os outros idiomas nacionais] (ALONSO, 1943 [1938], p. 25).

A fundação da Real Academia Española (doravante RAE), em 1713, que surgiu com a missão de fixar o idioma e sancionar as alterações que a língua vinha sofrendo ao longo dos séculos, deu nuances à preferência pelo *español* e recuperou o termo *castellano/lengua catellana*. O título da primeira obra desta instituição, o **Diccionario de la lengua castellana** (1726-1739) — mais conhecida como **Diccionario de Autoridades** — evidencia a tendência de nomear a língua como *castellana*, porém sem excluir o uso do termo *española*.

De acordo com Alonso (1943[1938]), a RAE, composta por homens eruditos e centralistas, buscou criar com o termo *castellano* uma nova significação. Para esta instituição, “*a pesar de ser la lengua general de los españoles, a pesar de verla en perspectiva internacional y en parangón con las otras, se encuentra ahora mejor llamarla castellana, porque en Castilla se formó y porque en Castilla es donde, por lo general, se habla mejor*.” [apesar de ser a língua geral dos espanhóis, apesar de ser vista em perspectiva internacional e em comparação com as outras, parece melhor agora chamá-la de castelhana, porque ela se formou em Castela e porque em Castela é onde, em geral, se fala melhor] (*ibid.*, p. 90-91). A ressignificação do termo *castellano* incluiu, assim, marcar o lugar de origem do idioma e reforçar um falar “melhor”, mais “culto” e considerado “mais correto”, que é a variedade linguística da região de

Castela. Não à toa vemos que as demais obras publicadas pela RAE no século XVIII¹⁴ chamaram o idioma de *lengua castellana*.

Alonso (1943 [1938], p. 107-109) afirma que, na Espanha, desde o século XIX até a atualidade, os termos *español* e *castellano* são usados de forma alternada, sem uma intenção especial, ainda que seja possível identificar uma preferência por *español* em regiões urbanas, em contraposição às zonas rurais, nas quais parece ser mais comum o uso de *castellano*.

Alguns estudiosos de renome, no entanto, registraram suas preferências por um ou outro termo. O filólogo espanhol Ramón Menéndez Pidal (1869–1968), preferiu usar *español*, pois, segundo ele, este termo ressaltaria que o idioma tem se formado com a colaboração de falantes de diversas regiões, não restringindo a língua apenas à região de Castela.

Mas puestos a escoger entre los dos nombres de 'lengua espanola' y 'lengua castellana' hay que desechar este segundo por menos propio. [...] Usada esta denominacion desde la Edad Media, vino a hacerse más oportuna en el siglo de oro de nuestra literatura, cuando ya la nación constaba de los reinos de Leon, Castilla, Aragón y Navarra unidos. Si Castilla fue el alma de esta unidad, los otros reinos colaboraron en el perfeccionamiento de la lengua literaria [...].

[Mas colocados a escolher entre os dois nomes 'língua espanhola' e 'língua castelhana', há que se descartar este segundo por menos próprio. [...] Esta denominação, mais usada na Idade Média, tornou-se mais oportuna no Século de Ouro da nossa literatura, quando a nação já estava com os reinos de Leão, Castela e Aragão e Navarra unidos. Se Castela foi a alma desta unidade, os outros reinos colaboraram com o aperfeiçoamento da língua literária [...]] (PIDAL, 1918, p. 3).

No século XX, a RAE também alterou sua decisão de nomear a língua como *castellana* e passou a denominá-la *española*, seguindo o mesmo tipo de pensamento de Menéndez Pidal. Esta decisão, no entanto, sofreu resistência de pessoas como o político catalão Francisco Cambó, segundo o qual não seria adequado falar em uma “língua espanhola”, já que a Espanha abrigava outras línguas (como o catalão e o galego, por exemplo). De acordo com essa visão, todas elas seriam “línguas espanholas” e não apenas aquela originária de Castela (ALONSO, 1943 [1938], p. 111).

¹⁴ Fazemos referência, por exemplo: à segunda, terceira, quarta, quinta, sexta e sétima edições da **Ortografía de la lengua castellana** (1754; 1763; 1770; 1775; 1779; 1792); à primeira, segunda, terceira e quarta edições da **Gramática de la lengua castellana** (1771; 1772; 1781; 1796); e à segunda e terceira edições do **Diccionario de la lengua castellana** (1783; 1791).

1.4.2. Um breve panorama da polêmica: América

Em território americano, desde a época da colonização, os termos *español* e *castellano* coexistem em documentos, sendo o segundo o preferido em todas as regiões (ALONSO, 1943[1938], p. 113).

No âmbito dos estudos linguísticos e das obras gramaticais, a preferência pelo termo *castellano* fica evidente em alguns momentos. A modo de exemplificação, trazemos um posicionamento de Andrés Bello, registrado em sua **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1853[1847], p. 1): “*Se llama lengua castellana (y con menos propiedad española) la que se habla en Castilla, y que con las armas y las leyes de los castellanos pasó a la América, y es hoy el idioma común de los estados hispanoamericanos.*” [Chama-se língua castelhana (e com menos propriedade espanhola) a que se fala em Castela e que com as armas e leis dos castelhanos passou à América e é hoje o idioma comum dos estados hispano-americanos]. Neste fragmento, ao tratar do que chamou de *lengua castellana*, Bello reforçou o papel do colonizador que, com armas e leis — isto é, por imposição —, trouxe e obrigou o uso da língua falada na Espanha nos países hispano-americanos.

Alonso (1943[1938], p. 121) explica que a denominação *castellana* passou a ser paulatinamente a preferida dentre os latino-americanos como uma forma de se desligar de uma nação estrangeira, no caso, a Espanha. A preferência por esse termo teria, assim, um viés afetivo e não racional, vinculado a um sentimento patriótico, de valorização do falar característico de cada região da América hispânica.

Com a decisão da RAE, no século XX, de substituir *castellano* por *español*, as escolas das diferentes nações hispanofalantes acabaram por ensinar aos estudantes que *español* seria o termo mais correto. Este movimento educacional, no entanto, não teve força suficiente para apagar o uso de *castellano* para nomear a língua falada por argentinos, mexicanos, colombianos, etc. Assim, até hoje, na América, há o uso tanto de *castellano* quanto de *español*. Alguns usam estes dois termos indistintamente; outros, utilizam *castellano* para evitar *español*, pois “*castellano no se identifica con ningún estado constituido; español sí*” [castelhano não é identificado com nenhum estado constituído, espanhol, sim] (ALONSO, 1943[1938], p. 123).

1.4.3. Nosso posicionamento diante da polêmica

Pelo exposto, consideramos que, se há falantes que ainda hoje desejam marcar um certo posicionamento político-ideológico ao nomear a língua que falam, há

também outros que utilizam “língua castelhana”, “língua espanhola”, “castelhano” e “espanhol” indistinta e alternadamente, estando na América ou na Espanha. A polêmica, portanto, pode estar superada para alguns, mas não para todos.

Para esta tese, considerando que para alguns os termos “castelhano” e “espanhol” são usados como sinônimos, optamos por utilizar os termos “espanhol” ou “língua espanhola”, pois são os mais presentes nos nossos materiais de análise. São, inclusive, os que aparecem majoritariamente nos títulos das obras a serem tratadas nos próximos capítulos, constituindo-se, pois, como um de seus traços caracterizadores. Durante as análises, pudemos verificar: (i) se havia justificativas explícitas dos autores para a escolha do termo “espanhol” ou “castelhano”, e, quando havia, como essas justificativas se articulavam; (ii) se o uso de um ou outro, de modo consciente ou não, estava vinculado a falares ou variedades específicas.

CAPÍTULO 2. PERSPECTIVAS E DEMARCAÇÕES

2.1. Um olhar sob o viés da Historiografia Linguística

A Historiografia Linguística (ou Historiografia da Linguística) é um campo de especialidade que tem por objetivo investigar o desenvolvimento do conhecimento linguístico, englobando tanto as ideias quanto as práticas relacionadas às línguas e à linguagem. Institucionalizado como disciplina acadêmica na década de 1970, este campo já se consolidou e é contemplado em vários congressos de Linguística. Além disso, há associações, sociedades¹⁵ e publicações¹⁶, no Brasil e no exterior, cujo foco são os estudos de Historiografia Linguística (cf. ALTMAN, 2012; SWIGGERS, 2013).

Os estudos desta disciplina consideram como seus objetos os conhecimentos linguísticos produzidos ao longo do tempo, indiciados em “textos” de diversificada natureza. O conhecimento linguístico é produzido por ‘agentes’ que estão inseridos em um contexto sócio-político-histórico, que partilham um clima de opinião (do alemão *zeitgeist*) e que dialogam com um passado científico (SWIGGERS, 2005 [2004]; ALTMAN, 2012), além de serem reconvocados para o diálogo com estudiosos de épocas posteriores, no devir histórico. Por esse motivo, o historiógrafo estuda e analisa seus objetos operando com dados epistemológicos, técnicos, sociais, filológicos, históricos ou de qualquer outro âmbito, desde que se revelem significativos para compreender como ele emerge, se desenvolve, é descartado, recuperado ou transmutado.

É possível dizer que, para esta disciplina, o conhecimento produzido acerca das línguas e da linguagem não é livre de um contexto (e, conseqüentemente, não é necessariamente progressivo¹⁷), o que pressupõe que: (i) tal conhecimento não é alcançado de modo individual; (ii) e que o estudo da dimensão ‘externa’ — que

¹⁵ Dentre as associações e sociedades formadas por estudiosos que se dedicam a estudos em Historiografia Linguística, ressaltamos: **North American Association for the History of the Language Science** (NAAHoLS), **Sociedad Española de Historiografía Lingüística** e a **Sociedad Mexicana de Historiografía Lingüística**.

¹⁶ Destacamos as seguintes publicações: **Historiographia Linguistica** (1974-); **Histoire, Épistémologie, Langage** (1979-); **Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft** (1991-); **Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística** (2002-); **Revista argentina de Historiografía Lingüística** (2009-); e **Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH** (2015-).

¹⁷ Sobre o modelo de história assumido pela Historiografia Linguística e por nós nesta tese, cf. item 2.4. Modelos de ‘história’ para uma interpretação historiográfica.

envolve os agentes e contextos em que os saberes linguísticos se dão — é tão importante quanto o estudo da dimensão ‘interna’ (isto é, cognitiva).

Não é à toa que o historiógrafo da linguística seja considerado um estudioso “multidisciplinar”, pois, além de ter sua formação em Linguística, ele precisa eventualmente transitar por outras disciplinas, como História, Educação, Sociologia, Antropologia, Filosofia etc. (cf. SWIGGERS, 2013; KOERNER, 2014). No estudo que propusemos nesta tese foi necessário adentrar, por exemplo, no âmbito histórico, geográfico, político, educacional e jurídico, que estavam ligados a parte dos materiais que selecionamos como objeto de estudo.

Ressaltamos, ainda, que os trabalhos realizados sob o viés da Historiografia Linguística distinguem-se das crônicas históricas. Estas se caracterizam pelo registro, compilação e exposição cronológica de acontecimentos, enquanto um estudo historiográfico exige tanto um levantamento de dados quanto uma análise deles, seguidos por uma interpretação do historiógrafo, que é orientada por recortes e escolhas metodológicas (ALTMAN, 2012; KOERNER, 2014).

2.2. Caminhos para “cercar o problema” na Historiografia Linguística

O momento que parece ser um dos mais cruciais (senão, o mais crucial) em uma pesquisa da Historiografia Linguística é o de “cercar o problema”, ou seja, lapidar as hipóteses de trabalho — que orientarão o levantamento de dados — e decidir como tais dados serão analisados, a fim de que o historiógrafo possa confirmar ou rechaçar suas suspeitas. Na nossa pesquisa, não foi diferente.

Tentamos “cercar o problema” durante boa parte do período do doutorado. Isso porque, em geral, é sugerido determinar as hipóteses e os caminhos de análise previamente, para que todo o trabalho de pesquisa seja orientado por ele. No entanto, como sabemos, os projetos nem sempre ocorrem de acordo com o primeiro planejamento e o nosso problema foi sendo cercado aos poucos. Somente no último ano de pesquisa pudemos dizer que ele tinha sido realmente abraçado, com todos os seus contornos definidos.

Devido à escassez de estudos historiográficos que examinassem a relação entre gramáticos, filólogos e linguistas brasileiros e hispânicos, propusemos investigar, no início do doutorado, o contato de estudiosos brasileiros com estudos linguísticos produzidos por autores hispânicos, examinando, como ponto de partida, a produção gramatical brasileira dedicada ao tratamento do espanhol. Realizamos um primeiro

levantamento de citações a estudiosos hispânicos em tais gramáticas — o que, segundo considerávamos, poderia evidenciar uma forma de diálogos de ideias entre os autores das obras e os gramáticos espanhóis ou hispano-americanos — e verificamos que, de fato, não havia uma grande quantidade de menções explícitas nas gramáticas que justificasse um projeto de pesquisa centrado nesses dados. Buscamos, naquela primeira investida, “diálogos intelectuais explícitos”, entendidos como a presença de citações ou menções a ideias ou descrições linguísticas de estudiosos sul-americanos, acompanhadas ou não de posicionamentos “retóricos” de conciliação ou ruptura¹⁸.

Após percebermos que o caminho inicial traçado poderia não ser adequadamente trilhado, tanto por causa dos poucos dados quanto por seu caráter mais “ligeiro”, optamos por escolher uma outra direção: mapear o quanto os gramáticos do Brasil se interessaram pelo mundo hispanofalante e, mais especificamente, pela descrição da língua espanhola. Em outras palavras, pretendíamos verificar como se deu o surgimento de uma gramaticografia — estudo ou tratado acerca de temas gramaticais — do espanhol no Brasil. No entanto, devido à restrição do projeto a obras para fins didáticos como materiais principais, percebemos que esta segunda versão poderia gerar um estudo historiográfico apenas sobre o ensino de espanhol, sendo que já há trabalhos relativamente recentes que abordam, com maior ou menor profundidade, essa interessante temática (cf. CELADA e GONZÁLEZ, 2005; HANNA, 2009; FREITAS, 2010; VARGENS, 2012; GUIMARÃES, 2018).

Por esse motivo, decidimos tomar um terceiro caminho, abordando a emergência dos estudos de língua espanhola no Brasil e o tratamento dado a esta língua posteriormente, por meio da análise não apenas de materiais para fins didáticos, mas

¹⁸ Na obra **Theory groups and the study of languages in North America** (1994), Stephen Murray propõe a expressão “escolha de retórica” (*choice of rhetoric*, em inglês) para designar o posicionamento de grupos de cientistas perante uma linha de pesquisa, vigente ou anterior, que já obteve reconhecimento da comunidade acadêmica. Assim, devido a fatores externos – tais como o acesso ao reconhecimento, a condição periférica de pesquisador e a idade profissional – um grupo tenderia a escolher: (i) uma “retórica revolucionária”, isto é, em que propusessem romper com esta linha de pesquisa; (ii) ou uma “retórica de continuidade”, ou seja, em que não se oporiam a essa linha. Com base nessas proposições, estendemos este conceito de “escolha de retórica” para casos em que não há grupos institucionalizados, mas sim estudiosos ainda não organizados, que explicitamente se colocam como seguidores de uma ‘tradição’ ou simplesmente de ideias reconhecidas pela comunidade intelectual (isto é, que assumem uma ‘retórica conciliatória’) ou como estudiosos que não aceitam a ‘tradição’ e, eventualmente, propõem novas perspectivas (ou seja, que assumem uma ‘retórica de ruptura’).

também observando a presença do espanhol em alguns materiais filológicos, vinculados a estudos de pretensão “científica”. Para tanto, propusemos as seguintes perguntas, já mencionadas na Introdução desta tese, mas que merecem ser relembradas:

Com bases em teses e artigos — tais como Celada e González (2000), Celada (2002), Guimarães (2012; 2018), Camargo (2004), Freitas (2010) — vimos a necessidade de reunir as informações encontradas, algumas dispersas, a fim de compreender melhor, agora sob a perspectiva da Historiografia Linguística, o aparecimento de estudos sobre o espanhol no Brasil. Para tanto, estabelecemos as seguintes perguntas de investigação:

1ª Com a revisão e levantamento dos materiais para fins escolares sobre a língua espanhola no Brasil, podemos continuar afirmando que estes estudos são os fundadores de uma gramaticografia do espanhol no Brasil?

2ª O tratamento dado a esta língua nesses materiais apresentou que tipo de continuidades e rupturas?

3ª Considerando que o autor da primeira gramática da língua espanhola, Antenor Nascentes, pertencia ao grupo dos chamados “filólogos”, os fatores condicionantes que impulsionaram a produção de descrições da língua espanhola para fins escolares também (como, por exemplo, as orientações que traziam os documentos oficiais) teriam algum reflexo sobre os estudos ditos “filológicos”, de pretensão mais científica?

4ª Como teria se configurado o tratamento geral dado ao espanhol no âmbito filológico?

5ª A forma de tratar a língua espanhola no contexto acadêmico ou “científico” possuiria pontos de semelhança ou seria totalmente diferente daquele que circulava no contexto escolar?

6ª Esses materiais, sejam ou não para fins escolares, revelariam a existência de contato intelectual entre os estudos linguísticos brasileiros e os hispânicos? Em que extensão?

A escolha desse terceiro caminho, o definitivo, e a escolha das perguntas norteadoras não se deu aleatoriamente. Além de ter sido essencial o percurso anterior, dos caminhos trilhados e abandonados, utilizamo-nos de conceitos teóricos, próprios da meta-historiografia, para definirmos abordagens e circunscrições que foram imprescindíveis para “cercarmos o nosso problema” e que orientaram as tarefas e os

procedimentos realizados ao longo da pesquisa. Nos próximos subitens, explicitamos tais conceitos.

2.2.1. A abordagem selecionada

“Cercar o problema” exige realizar escolhas. Para que estas sejam feitas, o historiográfico pode lançar mão de alguns critérios ou abordagens que o auxiliem a decidir por um caminho e não por outro. Um deles é decidir, por exemplo, se o problema será investigado segundo uma *abordagem discriminadora* ou uma *abordagem tipologizante*.

De acordo com Swiggers (2010, p. 5-6), perseguir um problema com base em uma abordagem discriminadora é focar a análise na emergência de ideias específicas ou de práticas linguísticas, assim como na sua difusão e transformação ao longo do tempo. Seguindo esta abordagem, o historiógrafo pode, ainda, focalizar o estudo do declínio ou desaparecimento de tal ideia ou prática.

Assim, um estudo que adota uma abordagem discriminadora é, por exemplo, aquele que investiga a emergência de uma determinada gramaticografia ou de determinada ideia, que se debruça sobre a recepção de uma doutrina ou prática linguística, que analisa teorias e conceitos elaborados por autores individuais.

Em contraposição, uma pesquisa realizada sob uma abordagem tipologizante busca focalizar o seu estudo em um modelo de produção do conhecimento linguístico. A modo de exemplificação, podemos citar os trabalhos historiográficos que pretendem correlacionar estudos linguísticos com base no conceito de “programas de investigação”.

Segundo Swiggers (1991; 2005[2004]; 2009), seria possível agrupar todo o conhecimento linguístico produzido ao longo da história em quatro “programas de investigação”, observando a ‘visão’¹⁹, a ‘incidência’²⁰ e a ‘técnica de análise’²¹ adotadas. O primeiro programa, *de correspondência*, reuniria os estudos com uma ‘visão’ voltada para a correlação entre língua-pensamento e realidade, que teria por ‘incidência’ as relações entre estruturas linguísticas e processos mentais, e que

¹⁹ A ‘visão’ diria respeito à maneira como a linguagem ou a língua é considerada, aos tipos de objetos privilegiados e aos modos de compreender a relação entre língua e outros âmbitos da sociedade.

²⁰ A ‘incidência’ faria menção às formas linguísticas (morfema, item lexical, conteúdo, etc.) e à natureza e função atribuídas a essas formas.

²¹ A ‘técnica de análise’ corresponderia ao conjunto de princípios e métodos adotados na descrição linguística.

empregaria uma ‘técnica’ focada no estabelecimento de relações e categorizações que considerassem os aspectos lógicos (regras gramaticais) e semânticos (processos mentais). O segundo programa, *descritivista*, abarcaria os estudos com uma ‘visão’ de língua como um objeto autônomo a ser descrito, cuja ‘incidência’ estaria sobre a análise de fatos e usos linguísticos observáveis e da comparação de dados provenientes de diversas línguas. A ‘técnica’ utilizada em estudos deste programa seria a determinação de relações entre os elementos de uma língua, a segmentação e comutação de dados, e o estabelecimento de relações entre funções comunicativas e formas linguísticas. O terceiro programa, *sócio-cultural*, englobaria estudos com uma ‘visão’ de língua como um fato social e/ou cultural, com uma ‘incidência’ sobre a demarcação de usos linguísticos, as variações sociolinguísticas e a expressão cultural por meio de uma língua. Para esse programa, a ‘técnica’ empregada seria uma análise de fatos linguísticos vistos como parte da ou inseridos na sociedade. Por fim, o último programa, *de projeção*, reuniria os estudos com uma ‘visão’ de língua como um conjunto de fragmentos lógicos, sua ‘incidência’ seria sobre estruturas específicas, como aquelas relacionadas à expressão dos tempos e modos verbais, empregando uma ‘técnica’ que consistiria na tradução de estruturas linguísticas em uma linguagem formal.

Dessa forma, um estudo tipologizante que se guiaria pelo conceito dos programas de investigação, poderia verificar que, por exemplo: (i) os estudos gerativistas e as gramáticas filosóficas integrariam o programa de correspondência; (ii) as gramáticas tradicionais e os trabalhos estruturalistas estariam no programa descritivista; (iii) as pesquisas da Sociolinguística de Labov e os estudos dialetológicos seriam do programa sócio-cultural; (iv) e que os trabalhos da Semântica formal e Linguística computacional, por exemplo, fariam parte do programa de projeção.

Na presente tese, optamos por uma abordagem discriminadora, ao decidir verificar como, de fato, os estudos sobre o espanhol no Brasil emergiram e observando a configuração dada ao tratamento desta língua nesses materiais. Em princípio, examinamos o particular, e não ‘tipos’ (embora generalizações possam ser requeridas no processo de análise).

2.2.2. A circunscrição da pesquisa

Outra escolha que se fez necessária foi determinar a circunscrição de nossa pesquisa. Em consonância com Swiggers (2009, p. 70), consideramos que um

trabalho historiográfico pode ser orientado por um critério: (i) de *cobertura*, em que se privilegiaria um certo período, campo geográfico ou tema a ser escrutinado; (ii) de *perspectiva*, cujo foco seria mais a dimensão ‘interna’ (cognitiva) ou mais a dimensão ‘externa’ (contextual) das ideias ou das práticas linguísticas; (iii) de *profundidade*, que buscaria se concentrar na apresentação de dados e/ou pretenderia explicar grandes processos de desenvolvimento do conhecimento linguístico.

Circunscrevemos a nossa tese em uma cobertura que contemplou o período de 1919 a 1961, sendo o Brasil o espaço focalizado; em uma perspectiva entrelaçada, que contemplou dados internos e externos, dando ênfase aos segundos; e em uma profundidade orientada para o exame dos dados que levantamos.

2.3. As tarefas do trabalho historiográfico

Os estudos pertinentes à disciplina Historiografia Linguística podem abarcar determinadas tarefas, pertencentes a três níveis. Nem todos os trabalhos da especialidade vão englobar todas as tarefas, nem estas terão o mesmo peso em todas as pesquisas, já que dependem do objetivo a ser alcançado na investigação proposta e das abordagens e critérios adotados. Em outras palavras, queremos dizer que, se o estudo tem uma pretensão mais teórica, se está voltado mais para dados externos ou se está concentrado mais em dados internos, o historiógrafo deve se focar em determinadas tarefas a realizar.

De acordo com Swiggers (2005[2004]; 2010), podemos categorizar as tarefas do trabalho historiográfico em três níveis:

- i) Nível epi-historiográfico. Reúne as tarefas relativas, por exemplo, à reconstituição da história dos agentes, a(u)tores, pesquisadores ou grupos de estudiosos; e à localização, documentação e/ou reprodução dos “materiais” primários ou secundários.
- ii) Nível historiográfico. Reúne as tarefas de descrever e explicar reflexões e descrições linguísticas do passado.
- iii) Nível meta-historiográfico. Reúne as tarefas de reflexão acerca das práticas e produtos historiográficos. Estas tarefas podem ser: (a) construtivas, quer dizer, objetivam desenvolver modelos para a narrativa acerca da história dos reflexões e sistematizações linguísticas; (b) críticas, isto é, avaliam os produtos das práticas historiográficas; e (c) contemplativas, ou seja, tratam da definição do objeto, dos fundamentos e da justificativa dos formatos

historiográficos, além de englobarem problemas “transcendentes”, como conceitos e noções importantes para os estudos da área.

Durante a pesquisa que originou esta tese de doutorado, que buscou investigar as práticas envolvidas na emergência dos estudos linguísticos do espanhol no Brasil, privilegiando em grande medida a dimensão ‘externa’ dos agentes e materiais selecionados, estabelecemos e realizamos tarefas dos níveis: *epi-historiográfico*, como o levantamento de dados contextuais do período delimitado, a busca por informações sobre a história e formação dos autores, a localização de todos os materiais e a reprodução de um deles (no caso, referimo-nos a um material raro que, portanto, exigiu o registro fotográfico para documentação e posterior consulta), a reconstrução do clima intelectual da época, etc.; e *historiográfico*, como o levantamento de dados extraídos dos materiais sob análise e o posterior cruzamento e reflexão acerca de todos esses dados, que culminou em uma interpretação que respondeu nossas perguntas iniciais.

A listagem de todas as tarefas realizadas e os critérios de levantamento de dados e análise serão detalhados mais adiante, no item **2.7. Fases e critérios de análise estabelecidos**.

2.4. Modelos de ‘história’ para uma interpretação historiográfica

Conforme já mencionamos anteriormente, a Historiografia Linguística não tem como produto ideal a crônica histórica por compreender seu objeto de estudo como um conjunto de fatos a ser interpretado com base em uma metodologia orientada. Para essa interpretação, é necessário que o estudo em Historiografia Linguística, assim como qualquer atividade historiográfica, decida operar com um modelo de história que represente o desenvolvimento do conhecimento científico.

Há vários modelos de história. O modelo mais difundido, encontrado até hoje, é o *acumulativo*, que entende que o conhecimento seria acumulado pelos estudiosos ao longo do tempo. Segundo esta visão de história, o conhecimento da atualidade seria mais ‘completo’ que o registrado em tempos anteriores, já que teria permitido a reunião de mais conhecimentos. O *modelo acumulativo* está vinculado, assim, à ideia de ‘progresso’, em que o conhecimento do momento presente seria “melhor”, mais “acabado”, se comparado ao conhecimento que se tinha no momento passado.

Este modelo de história foi refutado, há bastante tempo, por Thomas Kuhn, na

obra **A Estrutura das Revoluções Científicas** (1962), que defendeu outro modelo, segundo o qual o conhecimento, tomando como base de explicação as ciências exatas, se construiria ao longo do tempo por meio de rupturas com ‘paradigmas’, culminando em ‘revoluções científicas’.

Além dos modelos de *acumulação* e *revolução*, encontramos em Koerner (1989) outras cinco propostas que parecem dar conta do desenvolvimento do conhecimento científico ao longo do tempo: (i) o *modelo principal vs modelo secundário*, que prevê a existência de mais de uma linha de estudos em determinado período, sendo que uma dessas linhas seria a ‘principal’ — de maior destaque — e a(s) outra(s) ocuparia(m) uma posição menos central, ‘secundária’, porém validada por alguns grupos de estudiosos; (ii) o *modelo descontinuidade vs continuidade*, segundo o qual encontraríamos conhecimentos que iriam sendo descartados ou mantidos; (iii) o *modelo pendular*, que entenderia o conhecimento como dinâmico, já que uma linha de estudos tida como ‘principal’ em um período poderia ser considerada ‘secundária’ em outro e vice-versa; (iv) o *modelo de progresso relativo*, que seria uma extensão do modelo pendular, mas que entenderia que o retorno de uma linha de estudo não seria idêntico devido a alterações contextuais e do próprio campo de conhecimento; e (v) o *modelo fatores extralinguísticos*, que entende que outras áreas e o contexto interfeririam no desenvolvimento do conhecimento linguístico.

De todos os modelos propostos, acreditamos que o modelo *descontinuidades vs continuidades* é o que melhor nos possibilita a apreensão de certos movimentos relacionados ao desenvolvimento dos estudos linguísticos de modo geral e, conseqüentemente, o de língua espanhola no Brasil, já que foram verificadas tanto manutenções quanto inovações de saberes e práticas nos materiais selecionados. Dessa forma, diferente do modelo de progresso por acumulação, por exemplo, não entendemos as práticas vinculadas à língua espanhola no Brasil, analisadas nesta tese, como fruto de um progresso, mas sim como um produto de um complexo sistema formado por aspectos cognitivos, retóricos, contextuais, de climas intelectuais específicos, etc.

2.5. O recorte temporal estabelecido

Para esta tese, em que respondemos a perguntas acerca da emergência dos estudos linguísticos do espanhol no Brasil e do tratamento geral dado a esta língua, estabelecemos como nosso período de análise os anos entre 1919 e 1961, devido a

alguns critérios — principalmente ligados à esfera legislativa, mas que também contemplam os âmbitos educacional e acadêmico — que sinalizam tanto uma valorização quanto um aparente decréscimo de prestígio da língua espanhola no país.

Como marco inicial, encontramos, em 1919, dois fatos que parecem revelar que o espanhol passou a conquistar um espaço de importância entre os estudos linguísticos no Brasil. Conforme já mencionado anteriormente, foi em 1919 que: (i) o trabalho **Ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol**²² foi apresentado por Antenor Veras Nascentes (1886-1972); e que (ii) a oferta do ensino da disciplina de espanhol no ensino secundário foi fixada por lei com a criação de uma cátedra para o curso secundário do Colégio Pedro II, conforme expusemos no **Capítulo 1** desta tese.

Como marco final de nosso período de investigação, delimitamos 1961, pois foi neste ano: (i) que se publicou o último volume da **Ibérica: Revista de Filologia**²³ primeira publicação periódica do Brasil dedicada a estudos literários e filológicos ibéricos (tanto de Portugal, quanto da Espanha); e (ii) que ocorreu a publicação da primeira **Lei de Diretrizes e Bases do Brasil**²⁴, que passou a ignorar o ensino de línguas estrangeiras. Esse novo panorama educacional cerciou o espaço da língua espanhol, nesse contexto, a partir daquele momento.

Paralelamente aos aspectos citados acima, outros critérios também reforçaram a nossa opção por analisar materiais que descrevessem a língua espanhola pertencentes a este intervalo temporal: (i) o aumento da presença de falantes do espanhol em terras brasileiras que, como já expusemos no **Capítulo 1**, se intensificou no início do século XX e que foi diminuindo nas décadas mais próximas à metade do século (cf. MARTINS, 1989; WEBER *et al.*, 2009; ARAÚJO, 2010; UEBEL e PAULI, 2015;

²² O exemplar original foi encontrado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Com autorização do IEB, a obra foi integralmente reproduzida por meio de fotografia. Esta reprodução agora integra o acervo do CEDOCH (Centro de Documentação em Historiografia Linguística), do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo.

²³ Criada por Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), em 1959, e dirigida por ele e por Antonio Houaiss (1915-1999), foi publicada no Rio de Janeiro pela Livraria São José. Entre 1959 e 1961, ano de encerramento das publicações, a **Ibérica** ganhou cinco volumes, que constavam de artigos sobre as línguas e literaturas portuguesa e espanhola. Embora os artigos sobre o espanhol não tenham sido escritos por brasileiros ou por estudiosos hispânicos que residiram no Brasil e que escreveram para a comunidade de estudiosos brasileiros – um dos motivos da exclusão desses textos do nosso corpus de análise – esta publicação, feita em território brasileiro, configura-se como um indicativo de valorização da língua e dos estudos hispânicos no Brasil.

²⁴ BRASIL. Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, MEC: 1961. Esta lei ganhou uma segunda versão em 1971 (BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, MEC, 1971).

LANZA e LAMOUNIER, 2015); (ii) e as tentativas de impulsionar as relações político-comerciais entre o Brasil e os países da América do Sul (cf. PRADO, 2001; MARQUES, 2016). Assim, na primeira metade do século XX, fatores históricos e políticos também contribuíram para que a língua passasse a ser um objeto de estudo e conquistasse um papel relevante e singular no Brasil, merecedora de descrições linguísticas, seja no âmbito escolar, seja no âmbito dos estudos acadêmicos ou ‘científicos’ do momento, de orientação filológica.

2.6. Os materiais de que nos ocupamos

Com o objetivo de confirmar ou refutar a nossa tese inicial de que os estudos de língua espanhola, no Brasil, emergiram impulsionadas e influenciadas por medidas do governo no início do século XX e que este interesse se refletiu em materiais voltados para o ensino do idioma e, por hipótese, também em textos de pretensão ‘científica’, vinculadas a uma orientação filológica, tomamos como base de investigação tanto materiais para fins escolares, quanto materiais filológicos, publicados entre os anos de 1919 e 1961.

Quando dizemos “materiais para fins escolares e filológicos”, referimo-nos a livros, artigos, ensaios, compêndios que apresentam explícita ênfase sobre questões linguísticas. Dessa forma, excluímos textos sobre análises literárias. Além disso, buscando a formação de um corpus mais homogêneo, não consideramos dentre os nossos materiais os dicionários e vocabulários, que se governam por princípios específicos de organização interna e também de circulação no meio social. Assim, dentre os nossos materiais, estão o que chamamos de:

- i. para fins escolares, voltados para o ensino da língua espanhola, que acompanham diretamente questões legislativas, decorrentes de movimentos de valorização e desvalorização do espanhol no país. Podem trazer reflexões linguísticas mais aprofundadas, assim como menções a outros estudos (de maior fôlego) sobre a linguagem, mas têm objetivo aplicado, estando essas reflexões, portanto, presentes de modo esparso. As sistematizações linguísticas presentes neles parecem revelar o principal modo como o espanhol passou a ser estudado na primeira metade do século XX no Brasil;
- ii. filológicos, pois, como sabemos, os estudos filológicos deram início ao processo de institucionalização dos estudos da linguagem brasileiros e estiveram ligados à criação dos primeiros cursos de Letras no Brasil (cf.

ALTMAN, 1998; COELHO 1998; COELHO, 2018). Revelam maior preocupação com o aprofundamento na exploração dos temas do que os primeiros materiais (direcionados ao ensino da língua). Por meio deles, acessamos reflexões e práticas de pretensão mais “científicas” ou acadêmicas.

2.6.1. Os materiais para fins escolares

Com base no levantamento que realizamos dos materiais para fins escolares sobre a língua espanhola publicados ao longo do período delimitado, encontramos as seguintes obras: a **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920), de Antenor Nascentes; a **Gramática Española** (1943), de Adolfo Pozo y Pozo (? – ?); **Lengua española: método gramatical y ejercicios adaptados al programa oficial para los cursos clásico y científico**, de Alfredo Lamarque Madrigal (? - ?); **La lengua española** (1944), de João de Sousa Ferraz (1903 – 1988) e Gastón Figueira (1905 – 2001); a **Gramática castellana** (1944), de Vicente Solana (? – ?) e Bento Bueno de Moraes (? – ?); **El español del colegio** (1944), de Beatriz Magalhães de Chacel (? – ?); **El castellano contemporâneo** (1944), de Cândido Jucá Filho (1900 – 1982); **Gramática castellana** (1944), de Raul Gil Lagosmarino (? – ?)²⁵; **Lecciones de español** (1944[2ª edição]), de Júlio Amaral (? – ?); **Manual de espanhol** (1945), de Idel Becker (1910 – 1994); **Español básico** (1946), de José Ramón Calleja Álvarez (1909 – ?); **Nociones de gramática española y textos españoles para análisis literario** (1946), de José Hernández (? – ?) e **Español: gramática, literatura y antología** (1949), de Aristóteles de Paula Barros (? – ?) (Cf. **Anexo III** para conhecer as capas e folhas de rosto de alguma dessas obras, que conseguimos localizar e pudemos consultar).

Além dessas, outras duas foram encontradas: **Verbos Castellanos** (1945), de Décio de Matos Nogueira (? – ?) e Ênio Sandoval Peixoto (? – ?); e **Método práctico de espanhol sem mestre** (1948), de Raul Reinaldo Rigo (? – ?) (Cf. **Anexo IV**). A obra de Rigo (1948), cujo público-alvo é um aluno autodidata, não apresenta sistematizações linguísticas claras à primeira vista; por sua vez, o livro de Nogueira e Peixoto (1945) traz sistematizações muito específicas, abarcando somente a classe dos verbos. Por estes motivos, foram excluídos dos nossos materiais de análise.

²⁵ Agradeço ao Diego Alexandre (UFRN) por ter compartilhado parte da obra comigo.

Do grupo de materiais para fins escolares ao qual chegamos, optamos por analisar, em profundidade, três deles: a **Grammatica** de Nascentes (1920), por ter sido o primeiro material descritivo do espanhol para o público escolar, imediatamente posterior ao Decreto-lei n. 3.674/1919; o manual de Becker (1945), por ter sido publicado após o Decreto-lei n. 4.244/1942 e a Portaria Ministerial n. 127/1943, que passaram a regulamentar o ensino e os temas de espanhol estudados nas escolas; e o livro de Álvarez (1947[1946]) por ter apresentado, no início, uma cópia da Portaria n. 556, de 13 de novembro de 1945, o que parece evidenciar a preocupação do autor em seguir as orientações legislativas brasileiras. Além desses fatores, vemos que as obras de Nascentes (1920), Becker (1945) e Álvarez (1947[1946]) são as que receberam a maior quantidade de reedições — de acordo com levantamento realizado por Guimarães (2018), chegaram a 3, 12 e 2 reedições, respectivamente, na década de 1940.

As demais obras da lista, no entanto, não foram desprezadas: constituíram fontes de pesquisa para reconstrução de aspectos do contexto intelectual de produção e circulação dos materiais aqui postos em destaque.

2.6.2. Os materiais filológicos

Selecionamos materiais “filológicos” para serem analisados com o propósito de verificar uma das perguntas da presente tese, a de possíveis reflexos das determinações legais sobre esse tipo de material, trazendo como consequência possíveis continuidades entre o tratamento geral dado à língua espanhola nos materiais escolares e nos filológicos. Os materiais que chamamos de filológicos são aqueles produzidos por estudiosos, nomeados e reconhecidos entre si como “filólogos” – que abordam, em algum grau, a língua espanhola, e que visam a um público mais especializado.

Estes filólogos eram professores de português em liceus, escolas e, posteriormente, em universidades do Brasil. Eram vistos como estudiosos eruditos, de ampla cultura, leitores de textos antigos. Seus estudos, pertencentes à primeira metade do século XX e de pretensão científica²⁶, possuíam um ponto de vista histórico-cultural, que privilegiava analisar, principalmente, dados linguísticos de modo

²⁶ Os estudos brasileiros de cunho filológico da primeira metade do século XX fazem parte, segundo análises historiográficas, da chamada segunda fase do **período científico** (ELIA, 1975), ou da chamada fase legatária do **período científico** proposto por Cavaliere (2001).

mais objetivo, se comparado com a tradição anterior²⁷. Tais dados eram retirados de textos literários (gerando, inclusive problemáticas literárias) e, nas análises, os filólogos buscavam examinar questões linguísticas, seguindo uma orientação etimológica e comparativa — em especial, com outras línguas românicas —, inspirada na filologia de Friedrich Diez (1817 – 1876) e Wilhelm Meyer Lubke (1861 – 1936) (cf. COELHO, 1998; CAVALIERE, 2001). Em geral, as obras filológicas são compilações ou originam-se de artigos anteriormente publicados em diferentes meios de comunicação, tais como jornais, revistas e periódicos (cf. ALTMAN, 2004).

De acordo com Elia (1975), o período científico dos estudos linguísticos no Brasil seria dividido em duas fases: uma de transição, que compreenderia os anos de 1880 a 1900; e uma de renovação e consolidação, que abrangeria os estudos de 1900 a 1960. Nesta segunda fase, seria possível distinguir três gerações: (i) a dos fundadores da Filologia no Brasil; (ii) a do surgimento dos grandes “mestres”, que se baseavam fortemente na filologia portuguesa; (iii) a dos continuadores dos grandes mestres, estudiosos que têm o intuito de trabalhar como os romanistas e os filólogos portugueses.

Para esta pesquisa, buscamos localizar obras filológicas, de autores da segunda e da terceira gerações, que abrangessem todas as décadas do nosso recorte temporal e que fizessem menção a dados de língua espanhola.

Verificamos uma vasta produção de filólogos e obras do período em foco, que seria impossível de analisar de forma mais completa. Por esse motivo, optamos por selecionar obras que não apresentassem dados do espanhol focando em apenas um nível de articulação, nem que tratassem de apenas uma variedade linguística, de dialeto específico ou de uma determinada linguagem de um texto (literário, por exemplo). Desse modo, materiais dialetológicos foram excluídos, assim como materiais que abordassem apenas determinados termos lexicais do espanhol. Por estes critérios, acabamos excluindo de nosso material de análise principal os textos encontrados na **Revista Ibérica**, cuja última edição é um dos marcos finais do período delimitado para esta pesquisa.

Dos cinco volumes desta **Revista**, conseguimos localizar quatro deles. Abaixo, apresentamos os artigos, notas e resenhas presentes nos materiais encontrados:

a) Revista Ibérica, número 1 (abril de 1959)

²⁷ Fazemos referência à tradição gramatical de orientação filosófica ou racionalista, que investigava a língua com o propósito de verificar as categorias lógicas do pensamento.

I) Artigos:

- “Gran innovación en el habla común del siglo XVII. Los diversos gustos lingüísticos”, de Ramón Menéndez Pidal.
- “Manuel Fernandez Vilareal, adversaire et victime de l’Inquisition portugaise (I)”, de I. S. Révah.
- “El peón, la peonza y el zumbel en Andalucía”, de Manuel Alvar.
- “Do grego-latino thalamus ao brasileiro tambo”, de Joseph M. Piel.
- “Un nuevo romance fronterizo”, de Diego Catalán.
- “O lunar de Sepé”, de Augusto Meyer.
- “Observações sobre a língua poética de Fernando Pessoa”, de Cleonice Berardinelli.
- “As Satiras de Francisco de Sá de Miranda”, de Emmanuel Pereira Filho.

II) Recensões:

- “Eugenio Asensio. El teatro de Antonio de Antonio Prestes. Notas de Lectura”, de Emmanuel Pereira Filho.
- “Ramón Menéndez Pidal. Poesía juglaresca y orígenes de las literaturas románicas”, de Eugenio Asensio.
- “Adolfo Casais Monteiro. Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa”, de Paulo Maia de Carvalho.
- “Hernando de Castilho. Cancioneiro general recopilado por Hernando de Castilho”, de Eugenio Asensio.
- “Mário de Sá-Carneiro. Cartas a Fernando Pessoa”, de Cleonice Berardinelli.
- “Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Território Lírico”, de Eduardo Portella.
- “Renato Almeida. Inteligência do folclore”, de Antônio Houaiss.

b) Revista Ibérica, número 2 (agosto de 1959)

I) Artigos:

- “La ‘Crónica Geral de Espanha’ del Conde Don Pedro de Barcelos (1344) y los orígenes de la Historiografía portuguesa”, de Diego Catalán.
- “Un ‘Agrajes sin obras’ entre los conquistadores de Méjico”, de Juan Martínez Ruiz.

II) Notas:

- “A língua portuguesa na Thecoslováquia”, de Zdenek Hampejs.
- “Tambo”, de Augusto Meyer.
- “Os estudos de filologia românica na URSS”, de Zdenek Hampejs.
- “Achegas para uma cronologia do léxico português”, de Emmanuel Pereira Filho.

III) Recensões:

- “Sousa da Silveira. Lições de Português”, de Adriano da Gama Kury.
- “Maria Adelaide Valle Cintra. Livro de Solilóquio de Sancto Agostinho”, de Serafim da Silva Neto.

c) Revista Ibérica, número 3 (dezembro de 1959)

I) Artigos:

- “La Sintaxis de el Victorial”, de Antonio Torres
- “Manuel Fernandes Villareal”, adversaire et victime de l’Inquisition portugaise (II), I. S. Révah.

II) Recensões:

- “Sousa da Silveira. Máximas do Marquês de Maricá”, de Olavo Aníbal Nascentes.
- “Donald P. Fogelquist. Juan Ramón Jiménez”, de Othon Moacyr Garcia.

d) Revista Ibérica, número 5 (junho de 1961)

I) Artigos:

- “Consonantismo romance em documentos aragoneses escritos em latín notarial (1035-1134)”, de Manuel Alvar.
- “Lourenço de Cáceres y su tratado Dos Trabajos do Rei (com uma nota sobre Jorge de Montemayor plagiário)”, de Eugenio Asensio.
- “Más sobre la Canción IV de Garcilaso”, de Pedro Bohigas.
- “Velha querela teológico-jurídica no julgamento inquisitorial de Vieira”, de Hernâni Cidade.
- “Jahuda Bonsenyor’s Anthology of Proverba”, de Ig. González Llubera.
- “Realidad, voluntad y gracia en Cervantes”, de Otis H. Green.
- “Hispanismo en Francia en el siglo XVII: Balzac – Voiture – Chapelain”, de

Antonio Pérez y Gómez.

- “A propósito do topónimo galego graña e outros descendentes do lat. gran-eus, -ea”, de Joseph M. Piel.
- “En lisant Rómulo Gallegos: Calle Derecha et Justo Juez”, de Hubert Ricard.
- “Il Portogallo del Settecento visto dal Cardinal Pucca”, de Giuseppe Carlo Rossi.
- “Influencias de los místicos italianos en España”, de Pedro Sáenz y Rodríguez.
- “Notas étymologiques ibéro-romanes”, de Gunnar Tilander.

Como é possível observar, os textos que tratam da língua espanhola nos volumes da **Ibérica** enfocam variedades ou temas muito específicos — como é o caso dos artigos de Pidal sobre o “falar comum”, de Alvar sobre “peón”, “peonza” e “zumbel” e de Torres sobre a sintaxe na crônica El Victorial — ou assuntos próprios da literatura espanhola — como, por exemplo, as recensões de Pereira e Asenso no número 1 da revista e os artigos de Catalá e Green, de 1959 e 1961, respectivamente. São, assim, textos que não nos permitiram analisar o tratamento dado ao idioma de forma mais geral.

Ao buscarmos analisar o tratamento geral dado ao espanhol em materiais filológicos e verificar se haveria semelhanças ou diferenças entre estes e os materiais para fins escolares — que abarcaram mais de um nível de articulação e trataram de dados do “espanhol”, isto é, entendido como dados comuns a diversas variedades linguísticas ou que não estivessem vinculados a uma variedade específica — era importante selecionarmos materiais que não apresentassem dados tão restritos. Outro critério de seleção estabelecido foi o de analisar materiais escritos por filólogos brasileiros e publicados no Brasil.

Dessa forma, chegamos à seleção de seis materiais, dois trabalhos explicitamente relacionados ao espanhol, e, de outro lado, trabalhos produzidos por filólogos mencionados por Elia (1975) como pertencentes às duas últimas gerações do período científico da filologia no Brasil, que exploram dois temas de destaque no programa de estudos filológicos do país (cf. COELHO, 1998; 2018): 1) a questão da formação histórica e do estatuto do português do Brasil e 2) a inserção dos estudos da língua portuguesa no contexto dos estudos diacrônicos românicos:

- NASCENTES, Antenor. **Ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana: dos elementos gregos que se encontram no espanhol**. Rio de Janeiro: Jornal

do Comércio, 1919.

- RIBEIRO, João. **A língua nacional: notas aproveitáveis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933[1921].
- NASCENTES, Antenor. Esbozo de comparación del Español con el Portugués. **Estudios filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003[1936].
- ELIA, Silvio. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961[1940].
- CHAVES DE MELO, Gladstone. **Iniciação à filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.
- MAURER Jr., Theodoro Henrique. **A unidade da România ocidental**. Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo n. 126. São Paulo: [s. n.], 1951.

A seleção desses seis materiais filológicos é fruto de um levantamento que, em um primeiro momento, privilegiou textos que apresentassem exclusivamente uma descrição do espanhol produzida por brasileiros. Desta procura inicial, chegamos aos dois textos de Nascentes (1919; 2003[1936]). Em um segundo momento, decidimos considerar obras filológicas que não tinham como foco a descrição da língua espanhola, mas que trouxessem dados sobre a língua espanhola. Dessa procura posterior, optamos por tratar de Ribeiro (1933[1921]), Chaves de Melo (1951) e Maurer Jr. (1951), trabalhos filológicos que abordaram assuntos diferentes e cujos autores não foram somente grandes filólogos, mas também se perceberam como “filólogos” (cf. ALTMAN, 1998, p. 69). Em um terceiro e último momento, acabamos optando por acrescentar, à lista, Elia (1961[1940]), pois, apesar de não apresentar dados do espanhol, é um material que se diferencia do conjunto de obras levantadas por conter estudos e ideias linguísticas de filólogos hispânicos, com os quais o filólogo-linguista brasileiro se identifica, o que evidencia um contato intelectual de Elia com estudiosos de países de língua espanhola. A opção por analisar a segunda edição (de 1961) e não a primeira (de 1940) se deveu a dois motivos: (i) o autor menciona que a segunda edição é mais completa que a anterior; (ii) a data de publicação da segunda edição coincide com o final do recorte temporal estabelecido para investigação desta tese.

Ressaltamos, por fim, que dois materiais que acreditamos ser importantes não integraram o nosso conjunto de materiais: os artigos **O espanhol pelo método direto** (1924) e **Morfologia comparada luso-castellana** (1924), ambos de Antenor Nascentes. Tomamos conhecimento da existência desses materiais na bibliografia da obra **Estudos Filológicos** (2003[1939]), porém eles não foram localizados. Embora talvez não pudessem fazer parte dos nossos materiais de análise, segundo os critérios de seleção estabelecidos, julgamos que seria importante tê-los para avaliação e contarmos com eles como materiais secundários.

2.7. Fases e critérios de análise estabelecidos

Para investigar a emergência dos estudos de língua espanhola no Brasil e o tratamento dado a esta língua em materiais publicados entre 1919 e 1961, estabelecemos algumas etapas de trabalho. Alinhadas às reflexões meta-historiográficas de Swiggers (2005[2004]) a respeito das tarefas concernentes ao trabalho de pesquisa em Historiografia Linguística, já mencionadas anteriormente, consideramos que, dentre estas etapas, deveriam estar englobadas tanto aquelas de caráter documental — suporte necessário e imprescindível para a atividade descritiva dos materiais selecionados, próprias da epi-historiografia —, quanto tarefas de análise e cruzamento de conteúdos significativos — que derivaram em uma interpretação e que estão vinculadas ao nível da historiografia linguística.

Desse modo, os seguintes passos percorridos ao longo da pesquisa foram:

- 1º) Levantamento de informações de potencial relevância a respeito do contexto sócio-histórico-político do recorte temporal estabelecido, dando ênfase ao levantamento de textos legais que tratam da implementação do estudo do espanhol no ambiente escolar, nas escolas brasileiras;
- 2º) Levantamento de: i) materiais para fins escolares de descrição da língua espanhola publicadas em território brasileiro no período delimitado; ii) textos filológicos que descreveram a língua espanhola ou que traziam informações revelantes sobre a língua espanhola no Brasil durante a segunda e a terceira fases do período dito “científico” (ELIA, 1975), equivalentes ao momento de emergência e declínio do estudo do espanhol em ambiente escolar (1919 – 1961); iii) textos externos ao campo de investigação — como prefácios, artigos, livros, revistas, entre outros - que nos ajudaram a contextualizar o estudo da língua espanhola no Brasil, os materiais selecionados para análise e os

estudiosos destes materiais em que há descrições ou informações sobre o espanhol. Com relação ao subitem iii), buscamos textos que nos oferecessem dados sobre: a) os agentes de produção (dados biográficos relevantes); b) os locais de circulação e seu público-alvo; c) as obras e textos escolhidos.

3º) Localização das obras e textos em sebos, acervos pessoais ou bibliotecas, sejam em suporte impresso ou digital. Reprodução de Nascentes (1919), material que está em mau estado e, por isso, tem sua consulta restrita no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

4º) Levantamento de dados acerca do tratamento geral dado ao espanhol nos materiais para fins escolares e nos materiais filológicos.

5º) Sistematização e interpretação dos dados levantados nos materiais para fins escolares e nos materiais filológicos.

Para responder às nossas perguntas acerca do tratamento geral dado à língua espanhola e do contato intelectual entre os autores dos nossos materiais e estudiosos hispânicos, estabelecemos os seguintes critérios de levantamento de dados, que puderam ser aplicados tanto nos materiais para fins escolares quanto para os materiais filológicos:

- a) Terminologia utilizada para nomear a língua (espanhola, castelhana, etc.) e eventual justificativa para o uso de um ou outro. Além de um explícito posicionamento do autor a respeito da escolha de um termo para nomear a língua, por meio deste critério, pudemos verificar, por exemplo, se a opção por um termo ou por outro esteve ligada a uma variedade linguística ou a um registro.
- b) Modelização global da descrição e os níveis de articulação abordados nas descrições. Segundo Swiggers (2012, p. 25), a modelização global da descrição é um componente dos materiais pertencentes à gramaticografia didática que inclui uma “macroestrutura” (o formato da descrição gramatical, as divisões da descrição por níveis de articulação, etc.) e uma “microestrutura”, que abrange, por exemplo, as decisões de agrupamentos em formas de classes ou de traços gramaticais. Por tratarmos de materiais de diferentes naturezas e que tratam o espanhol de modo distinto (como língua principal ou como língua secundária), julgamos que seria possível mapear de modo mais claro a face da “macroestrutura”, nos materiais para fins escolares, observar os níveis de articulação abordados (ortográfico,

morfológico, sintático, etc.) e, por extensão, cotejá-los com os níveis verificados nos materiais filológicos, a fim de avaliar continuidades ou rupturas de focos de interesse sobre o espanhol.

- c) Existência de outras línguas utilizadas nas descrições do espanhol (no caso dos materiais para fins escolares) ou nas descrições filológicas (além do português) e possíveis aproximações entre as línguas portuguesa e espanhola como técnica de descrição adotada.
- d) Origem dos dados linguísticos apresentados nas descrições, por meio do levantamento da fonte desses dados, isto é, se provenientes de algum texto literário ou de algum texto gramatical/dicionário de referência (verificável pela menção explícita a esse texto-fonte) ou se oriundo do conhecimento do autor (informação depreendida pela ausência de fonte explicitamente mencionada). Este critério foi pensado para complementar o item c), já que também indica uma técnica de tratamento e descrição linguística, seja do espanhol (no caso dos materiais para fins escolares ou dos textos filológicos de Nascentes), seja do português (no caso dos materiais filológicos em que o espanhol é uma língua secundária), além de contribuir para que pudéssemos compreender melhor a “visão de língua” (por exemplo, se a língua é “real”, “ideal/artificial”, “(i)mutável”, “aquelas dos bons autores”, etc.).
- e) Menção a hispânicos, seja por meio de textos de referência (gramáticas, dicionários ou vocabulário), seja por meio de textos literários. Observamos, neste quesito, com quais hispânicos e, eventualmente, com quais variedades linguísticas os autores dos nossos materiais analisados estiveram em contato, além de mapear quais falares do espanhol eles privilegiaram em suas descrições e quais foram suas bases de consulta acerca da língua espanhola — no caso as “explícitas”, ou aquelas admitidas no “nível retórico” (cf. MURRAY, 1994).
- f) Eventuais contatos intelectuais entre os autores dos materiais que selecionamos e estudos produzidos por hispânicos, já que uma das hipóteses levantadas é que a emergência dos estudos de língua espanhola possa ter incentivado a existência de pontes intelectuais entre os estudiosos brasileiros e estudos linguísticos produzidos no mundo hispânico.

Após percorrermos todas as fases elencadas acima, cruzamos os dados levantados e chegamos a uma interpretação historiográfica sobre a emergência dos estudos do espanhol no Brasil e o tratamento geral dado a esta língua nos materiais que selecionamos.

CAPÍTULO 3. O ESPANHOL NOS MATERIAIS PARA FINS ESCOLARES

Conforme já mencionamos no **Capítulo 1**, a língua espanhola passou a ser estudada no ensino básico do Brasil, de modo oficial e especificamente no Colégio Pedro II, a partir de 1919. Com a determinação legal que instituiu esse ensino, viu-se a necessidade de oferecer ao estudante de espanhol um material de aprendizagem da língua e, a partir dela, veio à luz a publicação da **Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920), de Antenor Nascentes. Com a exclusão da cadeira de espanhol no Colégio Pedro II anos depois, a língua só voltou a ser objeto de ensino nas escolas em 1942. Nessa década, surgiram diversos materiais de descrição do espanhol — seja por necessidade dos estudantes, seja pela oportunidade que autores e editores perceberam, diante daquele novo contexto de falta de materiais para o ensino obrigatório da língua.

A seguir, expomos informações a respeito das três obras sobre o espanhol voltadas para o uso escolar e selecionadas para o presente estudo. Estas informações, que englobam dados externos e internos, abarcam os tópicos de análise mencionados no **Capítulo 2**.

3.1. A Grammatica de Antenor Nascentes

3.1.1. Dados externos

A **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** com autoria de **Antenor Veras Nascente** (1886 - 1972)²⁸ foi publicada em 1920, ano seguinte à publicação do Decreto-lei 3.674. Nascido no Rio de Janeiro, Nascentes foi aluno do Colégio Pedro II. Antes de atuar como docente nessa instituição, fez o curso de Direito e trabalhou na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Após a extinção da cátedra de espanhol no Colégio Pedro II, fato mencionado no **Capítulo 1** desta tese, Nascentes foi transferido para a cátedra de língua portuguesa.

Antenor Nascentes

²⁸ A fotografia de Antenor Nascentes foi retirada do site da Lexikon (disponível em: <http://lexikon.com.br/antenor-nascentes>, acesso em: 10 de junho de 2019.)

Posteriormente, passou a ser docente de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro). De acordo com Elia (1975, p. 138), Nascentes: “Dedicou-se depois à literatura didática, gênero em que se distinguiu por qualidades que caracterizam o bom autor de livros escolares: segurança de conhecimentos, senso na dosagem do conteúdo, clareza de exposição, sobriedade de linguagem”.

Além de ter escrito trabalhos sobre o espanhol, tais como os materiais que integram o corpus desta tese, Nascentes foi um lexicógrafo, dialetólogo e filólogo do português, que escreveu obras amplamente difundidas, tais como: **O linguajar carioca** (1922), **O idioma nacional** (1936), **A gíria brasileira** (1953), **Elementos de filologia românica** (1954), **Dicionário etimológico da língua portuguesa** (1955) e **Dificuldades da Análise Sintática** (1959). Em seus textos, abordou questões ortográficas, dialetológicas, lexicológicas, etimológicas, estilísticas, sintáticas, etc.

Nascentes também colaborou intensamente com os estudos filológicos por meio de artigos publicados em revistas e jornais, além de ter dado depoimentos e diversas conferências. Para conferir uma lista exaustiva de toda a sua produção, sugerimos consultar Barbadinho Neto (2003).

Fez parte, assim, do grupo da Filologia Brasileira que passou a se formar ainda no final do século XIX e que se consolidou na primeira metade do século XX. Conforme já dissemos, mas que julgamos importante relembrar, este grupo de estudiosos que se autointitulavam da “Filologia” ou “filólogos, opunha-se ao que denominava estudo “lógico” das línguas, e propunha a descrição de fatos observáveis da língua (cf., entre outros, ELIA, 1975; CAVALIERE, 2001; COELHO, 1998 e 2018; POLACHINI, 2013 e 2018).

Nascentes ainda atuou como tradutor de francês e de espanhol. Fora do âmbito das letras, interessou-se pela música²⁹ e pelo turismo, tendo publicado diários de viagem e artigos sobre o último tema. Segundo Hampejs (2003, p. 146):

É uma pena que o Prof. Nascentes não tenha cogitado de publicar a coleção de artigos que refletem as suas impressões das cinco viagens à Europa – viagens, às vezes, longas [...] em que conheceu quase todos os países europeus. Mas se nos falta seu livro sobre a Europa, podemos ler [...] as suas impressões dos E.E.U.U e do continente sulamericano; [...] em América do Sul (1937) relata a sua viagem desde o Uruguai até as Guianas.

²⁹ Publicou o trabalho **Elementos de Teoria Musical** (1917) e artigos de divulgação de música, como o **Centenário de Verdi** (1913).

Conforme pudemos depreender, Nascentes foi um estudioso que atuou como docente em um dos principais colégios do seu tempo e em umas das primeiras universidades do país. Esteve em contato com estudiosos brasileiros reconhecidos e escreveu sobre as línguas descrevendo-as a partir de variadas perspectivas e em vários níveis. Com relação ao espanhol, além do conhecimento do idioma, vemos que conheceu territórios de fala hispânica e, inclusive, hispanofalantes de renome nos estudos linguísticos, como o espanhol Amado Alonso — que relata na obra **Castellano, Español, Idioma Nacional** (1943[1938]) que trocava cartas com o brasileiro.

3.1.2. Dados internos

A **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920) apresenta na capa informações importantes: primeiro, que é “de uso dos brasileiros”; segundo, que o autor, Antenor Nascentes, é “professor catedrático de espanhol no Collegio Pedro II”. Dá vestígios, portanto, do público-alvo da obra: os estudantes brasileiros do Collegio Pedro II, embora o título do material não especifique o alunado e estaria, por hipótese, direcionado a qualquer brasileiro.

A obra está dividida em quatro partes: 1. Introdução (onde o autor dá um panorama geral sobre algumas regiões de fala espanhola, indica a proximidade do Brasil com relação a países hispanofalantes, comenta alguns dados históricos do idioma e a proximidade com o português, além de fazer alusão a formas de nomear a língua — espanhola ou castelhana); 2. Grammatica Espanhola (o texto gramatical propriamente dito); 3. Errata; e 4. Índice.

Na “Introdução”, o autor explicita a importância do espanhol para o estudante brasileiro, que englobaria fatores geográficos, políticos e econômicos, além da presença de hispânicos no Brasil:

Estando o Brasil cercado de paizes onde se fala o espanhol e com os quaes se acha em relações constantes, de ordem politica, comercial, etc., é de grande vantagem para os brasileiros o conhecimento não perfunctório daquela língua, assim como o da língua portuguesa o é para os paizes da America do Sul (NASCENTES, 1920, p. III).

[...] é uma língua familiar a nós por causa da immigração espanhola em nosso paiz, das companhias dramaticas, de operetas e zarzuelas que anualmente nos visitam, das relações com republicas vizinhas (NASCENTES, 1920, p. IV).

Com relação à terminologia utilizada para referir-se à língua-objeto, Nascentes explica sua decisão por nomeá-la como “espanhola”, embora reconheça o uso do termo “castelhano”. Para ele, seria uma forma de imprimir sua escolha por descrever a língua espanhola, reconhecida no estrangeiro, deixando de lado “divergências dialetais”:

A língua espanhola também se chama castelhana [...].
Desta denominação de castelhana há exemplos desde o século XIII; alguns autores clássicos e gramáticos repeliram-na por inexacta (Pidal). Não obstante, a Academia, embora empregue ambas, a prefere.
No estrangeiro foi sempre geral a denominação de espanhola (Pidal) e a razão é fácil: no estrangeiro apagam-se as divergências dialectaes para só considerar a língua da Espanha. Eis porque [...] denominámos nosso livro “Grammatica Espanhola” e não “Grammatica Castelhana”, [...] embora tratemos especialmente do castelhano e só acidentalmente nos ocupemos com os dialectos (NASCENTES, 1920, p. IV-V).

Observamos que nas considerações que faz a respeito dessa terminologia, Nascentes diz tratar, na **Grammatica**, *essencialmente* do que ele chama de “castelhano” — isto é, a variedade padrão do espanhol, de prestígio, encontrada em obras literárias e presente em materiais de descrição gramatical – e *acidentalmente* de dialetos, variações (principalmente da Espanha, conforme verificamos em levantamento realizado das variedades presentes na obra). Sua decisão por usar o termo “espanhola” se mantém ao longo de quase toda a **Grammatica**, embora ele faça uso do termo “castelhana” em poucos momentos, como ao tratar da sintaxe da língua.

Nascentes traz a descrição de fatos linguísticos característicos do espanhol encontrados nas regiões de Andaluzia, Aragão, Astúrias, Estremadura, Galícia, Navarra, entre outras, explicitamente mencionadas, como podemos ver no seguinte trecho: “O sufixo *ín* é mais asturiano que castelhano: *calcetín*; o sufixo *ino* é proprio da Extremadura: *Palomino*; o sufixo *iño* da Galicia (port. *inho*): *corpiño*” (NASCENTES, 1920, p. 31).

Durante o levantamento realizado a respeito das variedades mencionadas pelo autor, observamos que as especificidades do espanhol na América são praticamente ignoradas na obra, aparecendo de forma bastante genérica em poucas passagens, como em: “Na mesma pessoa encontram-se duas fórmulas para a função de objeto directo masculino — *le* e *lo*. A primeira domina em Castella e em Leão; a segunda na Andaluzia e na America” (NASCENTES, 1920, p. 33) e “A conjunção *y* se transforma

em e diante de palavra começada por *i* ou por *hi* que não faça parte de diphthongo [...]; si porém, *hi* faz parte de diphthongo o *y* se mantem [...]. No Chile se escreve *i* em lugar de *y*.” (NASCENTES, 1920, p. 65). Observamos nesses fragmentos que os dados do espanhol da América são mencionados, inclusive, em uma posição final, isto é, após dados do espanhol da Espanha, como uma informação complementar e de menor importância.

A seção denominada “Grammatica Espanhola” é parte dedicada à descrição gramatical propriamente dita e constitui o nosso principal foco na obra. Ela contém 102 páginas em que se expõem fenômenos linguísticos do espanhol, sendo as explicações inteiramente em português, exceto quando se apresentam exemplos da língua-objeto, o espanhol.

Encontramos eventualmente dados de outras línguas modernas — como o inglês, francês, italiano ou alemão —, quando o autor busca esclarecer um fato linguístico do espanhol não encontrável em português, partindo de um paralelo com essas outras línguas, como podemos observar nos seguintes fragmentos: “A forma neutra do pronome de 3ª pessoa do singular *ello*, que não existe em portuguez, póde ser comparada ao *il* francez de certas phrases como *il est vrai*, ao *it* inglez e ao *es* allemão” (NASCENTES, 1920, p. 33) e “No indicativo chamam *pretérito indefinido* ao pretérito perfeito simples, *pretérito perfecto* ao preterito perfeito composto, têm um *pretérito anterior* correspondente ao *passé antérieur* francez e inexistente no portuguez actual [...]” (NASCENTES, 1920, p. 35-36).

A parte gramatical da obra contempla os seguintes tópicos, agrupados em capítulos:

CAPÍTULO I Alfabeto. – Pronuncia das letras (p. 7 a 11)

CAPITULO II Vogaes e grupos vocálicos. – Consoantes e grupos consonanticos. – Notações lexicas e syntacticas. – Abreviaturas (p. 11 a 13)

CAPITULO III Orthografia. (p. 13 a 14)

CAPITULO IV Prosodia. (p. 14 a 18)

CAPITULO V Artigo. (p. 18 a 19)

CAPITULO VI Substantivo. (p. 19 a 24)

CAPITULO VII Adjectivos qualificativos. (p. 24 a 25)

CAPITULO VIII Adjectivos determinativos (p. 26 a 29)

CAPITULO IX Graus de significação. (p. 29 a 32)

CAPITULO X	Pronomes	(p. 33 a 35)
CAPITULO XI	Verbos regulares.	(p. 35 a 45)
CAPITULO XII	Verbos irregulares.	(p. 45 a 62)
CAPITULO XIII	Preposições	(p. 62 a 63)
CAPITULO XIV	Adverbios	(p. 63 a 64)
CAPITULO XV	Conjuncções	(p. 65 a 66)
CAPITULO XVI	Interjeições	(p. 67)
CAPITULO XVII	Formação das palavras. Composição e derivação.	(p. 68 a 72)
CAPITULO XVIII	Da syntaxe em geral	(p. 72 a 75)
CAPITULO XIX	Syntaxe do artigo, do substantivo e do adjectivo	(p. 75 a 78)
CAPITULO XX	Syntaxe do pronome	(p. 79 a 84)
CAPITULO XXI	Syntaxe do verbo	(p. 84 a 89)
CAPITULO XXII	Syntaxe das palavras invariaveis	(p. 90 a 92)
CAPITULO XXIII	Archaismos e neologismos	(p. 93 a 94)
CAPITULO XXIV	Barbarismos e solecismos	(p. 95 a 97)
CAPITULO XXV	Idiotismos	(p. 98 a 99)
CAPITULO XXVI	Noções praticas de fonética	(p. 99 a 101)
CAPITULO XXVII	Noções de semantica	(p. 101 a 102)

Observando os assuntos abordados, vemos que segue um modelo tradicional, que engloba aspectos fonético-fonológicos, ortográficos, morfológicos (considerando nove classes de palavras: artigo, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição), sintáticos e semânticos. Fixando-nos na distribuição dos assuntos por páginas (informação que apresentamos entre parêntese), notamos que temas fonéticos, fonológicos e ortográficos ocupam doze páginas. O estudo morfológico do espanhol abrange cinquenta e quatro páginas. À sintaxe são dedicadas vinte páginas. Por sua vez, os chamados barbarismos, neologismos, idiotismos, etc. são comentados em sete páginas. Finalmente, cabem a temas semânticos apenas duas páginas. O levantamento quantitativo realizado revela que o autor se dedicou, em ordem decrescente, à morfologia, sintaxe, fonética/fonologia/ortografia, e semântica da língua espanhola. Este levantamento quantitativo, que não revela a profundidade ou qualidade do tratamento dado aos temas abordados, parece-nos, no entanto, ajudar em uma primeira aproximação a respeito do que o autor buscou enfatizar no ensino de espanhol no Colégio Pedro II.

Além disso, revela-nos que Nascentes buscou contemplar os conteúdos que estavam previstos para o curso de espanhol deste colégio, porém sem fazê-lo à risca. Em outras palavras, ao cotejarmos os conteúdos que deveriam ser ensinados (cf. BRASIL, 1919 apud GUIMARÃES 2018) com os temas abordados na **Grammatica**, descobrimos que estudioso brasileiro deixa de mencionar em sua obra escolar: (i) modificações sofridas pelo espanhol nas Repúblicas Americanas; (ii) relações históricas da língua espanhola com as demais línguas românicas; (iii) vista geral sobre o desenvolvimento das principais fases da literatura espanhola.

A ausência de temas na obra, previstos em documento oficial, a nosso ver, poderia ser suprida no decorrer das aulas, em momentos que Nascentes se desprendesse do livro e partilhasse seu conhecimento de filólogo com os alunos. No entanto, a exclusão desses temas nos causou estranhamento, mesmo sabendo que todos eles eram de domínio do autor — já que são assuntos próprios da Filologia, à exceção do item (iii). Uma possibilidade poderia ser a percepção de Nascentes como temas não adequados ao ambiente escolar, mas sim pertencentes a um nível superior de ensino.

Com relação aos temas gramaticais de fato abordados na obra, estes são organizados a partir da exposição de dados do espanhol, conjugada com observações de estudiosos hispânicos que já haviam descrito a língua. Em geral, tais estudiosos são de origem espanhola, embora Nascentes também traga contribuições de estudiosos da América, como Andrés Bello (venezuelano radicado no Chile), Rafael María Baralt (Venezuela) e Rufino José Cuervo (Colômbia)³⁰. A essas informações, seguem-se exemplos linguísticos isolados, isto é, apresentados de modo a focar o nível de articulação ao qual fazem referência.

Dessa forma, no capítulo que trata sobre questões ortográficas, os exemplos são, em geral, palavras que contêm os grafemas em foco; nos capítulos sobre questões morfológicas, os fatos são mostrados em (paradigmas de) palavras que evidenciam o que está sendo descrito; nos capítulos que tratam de temas sintáticos, os fenômenos são exemplificados por meio de orações, etc. Os exemplos são ora pertencentes provavelmente ao conhecimento de língua do autor (informação

³⁰ Além de dedicar-se a questões linguísticas, Rufino José Cuervo (1844 – 1911) teve uma atuação política bastante importante, assumindo um papel relevante na reorganização da chamada Nueva Granada, que gerou os três países atuais: Venezuela, Equador e Colômbia, e dirigindo o Ministério de Instrução Pública da Colômbia. De acordo com Del Pino Díaz (s.d., p. 144), Cuervo buscou e alcançou uma unidade de língua, que conjugou língua falada e língua escrita, em suas obras.

deduzida pela ausência de menções a fonte), ora retirados de obras de referência (literárias, gramaticais ou de dicionários).

A seguir apresentamos o **Quadro 1**, no qual expomos, na coluna da esquerda, o nome dos estudiosos, instituição ou escritores do mundo hispânico mencionados por Antenor Nascentes na descrição do espanhol ao longo da **Grammatica**. Ressaltamos em negrito a parte do nome que o autor cita na obra³¹. Ao lado dos nomes, mencionamos entre parênteses o país de origem da pessoa/instituição mencionada. Nos casos em que há dois países³², buscamos indicar, primeiro, o local de nascimento e, segundo, o país em que de fato essa pessoa (ou instituição) se estabeleceu ou da qual possui nacionalidade.

Na coluna da direita, indicamos o número da página em que o nome do estudioso, instituição ou escritor hispânico é citado por Nascentes, de forma direta (por meio de citação) ou indireta.

Quadro 1. Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Nascentes (1920)

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Andrés de Jesús María y José Bello López (Venezuela/Chile)	28, 34, 43, 47, 73, 74, 75, 76, 88, 89, 92, 97, 98
Antonio García Gutiérrez (Espanha)	73, 81
Antonio Zozaya (Espanha)	73, 81, 91
Emilio Castelar y Ripoll (Espanha)	82, 91
Eugenio de Ochoa y Montel (França/Espanha ³³)	91
Félix Lope de Vega y Carpio (Espanha)	86
Fernán Caballero [pseudônimo de Cecilia Böhl de Faber y Ruiz de Larrea] (Suíça/Espanha)	81

³¹ Este padrão de apresentação das menções a estudiosos, instituições e escritores se repetirá em todas as obras analisadas, neste capítulo e no **Capítulo 4**.

³² Fazemos referência aos casos nos quais o estudioso ou escritor nasceu em um determinado país e se estabeleceu/faleceu em outro.

³³ Em todos os levantamentos de estudiosos e escritores do mundo hispânico apresentados nesta tese, incluímos aqueles que, embora tenham nascido em país não hispanofalantes, tenham se estabelecido em determinado período ou radicado em países de fala espanhola.

Francisco Martínez de la Rosa (Espanha)	75, 77, 88, 96, 97
Francisco de la Torre (Espanha)	91
Frei Luiz de Granada (Espanha)	82, 86
Gaspar Melchor de Jovellanos (Espanha)	79, 85
Gaspar Núñez de Arce (Espanha)	73
José de Espronceda (Espanha)	82, 88
José Zorrilla y Moral (Espanha)	72, 74, 76, 92
[Juan Ostenero y ?] Velasco (Espanha?)	8
Juan Valera y Alcalá-Galiano (Espanha)	97
Leandro Eulogio Melitón Fernández de Moratín y Cabo (Espanha)	73, 74
Luis de Góngora y Argote (Espanha)	98
Manuel Bretón de los Herreros (Espanha)	90
Manuel del Palacio y Simó (Espanha)	86
Mariano José de Larra (Espanha)	81
Miguel de Cervantes Saavedra (Espanha)	62, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 97, 98
Miguel de Toro y Gómez (Espanha)	8, 9, 10, 15, 85, 99
Pedro Calderón de la Barca (Espanha)	75
Pedro de Ribadeneira (Espanha)	87
Rafael María Baralt (Venezuela)	95
Ramón de Campoamor y Campoosorio (Espanha)	98
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	8, 9, 10, 28
Real Academia Española (Espanha)	7, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 35, 46, 58, 60, 62, 65, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87,

	88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99
Rufino José Cuervo (Colômbia)	8, 23, 86, 88
Santa Teresa (Espanha?)	86
Tirso de Molina [pseudônimo de Frei Gabriel Téllez] (Espanha)	99
Tomás de Iriarte (Espanha)	16, 83
Vicente Salvá (Espanha)	8, 20, 29, 74, 77, 88, 89
Vicente Blasco Ibáñez (Espanha)	72, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 98

Pela leitura do **Quadro 1**, é possível ver que a grande maioria dos estudiosos e escritores referidos na sistematização gramatical de Nascentes é da Espanha (no total de 32). Dentre eles, destacam-se: as muitas menções às sistematizações da Real Academia Espanhola e, em menor grau, de Vicente Salvá; e os exemplos linguísticos retirados de obras de Miguel de Cervantes e Vicente Ibáñez, tão distantes no tempo — o primeiro pertencente ao Século de Ouro, o segundo, escritor do século XIX —, mas igualmente mobilizados por Nascentes para mostrar o funcionamento da língua espanhola. O uso de dados linguísticos tão distantes temporalmente parece remeter a uma visão mais estável do sistema linguístico ou à visão da língua como pouco mutável, mais idealizada.

O grande número de menções à Real Academia Espanhola é um indício de que a gramática e o dicionário desta instituição parecem nortear fortemente a sistematização de Antenor Nascentes. Em outras palavras, várias descrições do espanhol que ele apresenta na **Grammatica** estão vinculadas às obras de referência publicadas pelo que ele chama de “Academia”. Alguns excertos comprovam esta vinculação, tais como: “Há cinco modos [verbais], chamando a Academia de *potencial* o nosso *condicional*” (NASCENTES, 1920, p. 35); “A grammatica da Academia faz um interessante estudo das irregularidades dos verbos: a ella enviamos os leitores curiosos.” (*ibidem*, p. 60); “A Academia em boa hora estabeleceu as seguintes regras [...]” (*ibidem*, p. 81); e “Infelizmente os diccionarios espanhóis-portuguezes são

deficientes na tradução dessas locuções; [...] aconselhamos a consulta ao Dicionario da Academia, que é um magnífico repositório dellas” (*ibidem*, p. 99). O apoio aos materiais da Real Academia Espanhola parece evidenciar uma preferência por essa língua registrada, depositada em gramáticas e dicionários, pouco mutável e oriunda da Espanha.

Dentre os estudiosos e escritores sul-americanos, foram encontrados apenas três, conforme podemos depreender do **Quadro 1**: Andrés Bello, Rafael Baralt e Rufino Cuervo, provenientes da Venezuela, Chile e Colômbia. Deste pequeno grupo, o primeiro se sobressai: Bello aparece em mais do que o dobro de páginas dos outros dois estudiosos. Ademais, ele é o único estudioso sul-americano a quem Nascentes atribui valorações positivas, como o termo “ilustre”: “[...] os verbos irregulares espanhóis são relativamente fáceis, o que levou o **ilustre** Bello a dizer: ‘Duvido que alguma das línguas românicas seja tão regular, por assim dizer, nas irregularidades de seus verbos, como a castelhana’” (NASCENTES, 1920, p. 45 [negrito nosso]).

Diante de menções a estudiosos e escritores para mostrar exemplos linguísticos ou descrições do espanhol divergentes, Nascentes assume retoricamente uma posição de apenas apresentá-la ao leitor, que não emitiria juízos de valor. Se, em alguns momentos, observamos uma preferência ou valorização das descrições linguísticas feitas pelos estudiosos da Real Academia Espanhola, em outros momentos, não parece lhe caber dizer o que está “correto” ou “errado” na língua espanhola, mas sim apresentar a existência de fenômenos linguísticos por vezes captados de forma polêmica. Assim, encontramos em alguns tópicos descrições mais neutras, em que são aceitas por Nascentes dois tipos de construções, como em: “*Proveído e provisto também; Salvá prefere provisto quando se trata de empregos: S. M. ha provisto el canonicato, S.M. há proveído lo necesario*, mas Bello diz *la plaza está provista de municiones*” (NASCENTES, 1920, p. 88). De qualquer forma, vemos que o autor brasileiro, por vezes, precisa recorrer a uma autoridade — seja a Academia, Vicente Salvá ou Bello — para validar os diversos usos linguísticos.

Outro recurso utilizado pelo autor ao sistematizar a língua espanhola foi estabelecer comparações com a língua portuguesa, seja para marcar semelhanças, seja para indicar diferenças. Esta técnica é, no entanto, mais recorrente ao contrastar fenômenos dos dois idiomas, dando ênfase às particularidades do espanhol: “No fim das palavras o e atono nunca é surdo como em portuguez: *este* (êstê)” (NASCENTES, 1920, p. 9), “Os pontos capitaes, além dos indicados, em que a grafia espanhola se

afasta da portuguesa, são os seguintes” (NASCENTES, 1920, p. 9), “A composição e a derivação em espanhol se fazem nas linhas geraes, como em portuguez; por isso apenas daremos o que ha de especial” (NASCENTES, 1920, p. 68) e “Poucas diferenças da syntaxe portuguesa apresenta a castelhana; por isso omittiremos todas as semelhanças.” (NASCENTES, 1920, p. 72). O contraste é assim, principalmente em temas sintáticos, como quase desnecessário, dadas as notáveis semelhanças que enxerga existirem entre as línguas.

O foco dado às sutis divergências entre o espanhol e o português aparece em todos os níveis de sistematização da gramática, seja em tópicos sobre ortografia, morfologia, sintaxe, etc. Podemos encontrar, inclusive, trechos praticamente idênticos na obra, que visam destacar os aspectos contrastantes destas duas línguas:

Tão semelhantes são o portuguez e o espanhol que quase sempre concordam na acentuação de suas palavras. Entretanto, não raro aparecem palavras em que a acentuação difere, de maneira que, não havendo atenção, é fácil a syllabada. **O contraste é tão chocante que, uma vez notada a diferença de acentuação, nunca mais se esquece**” (NASCENTES, 1920, p. 17 [negritos nossos]).

É grande a correspondência de gênero entre as palavras portuguesas e as espanholas. Entretanto, não raro, aparecem palavras em que o gênero difere e, não havendo atenção, é fácil commettermos um erro. **O contraste é tão chocante que, uma vez notada a diferença de gênero, nunca mais se esquece**” (NASCENTES, 1920, p. 20 [negritos nossos]).

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 2. O tratamento dado ao espanhol, segundo Nascentes (1920)

A língua:

Nomeada preferencialmente como espanhola (embora admitia o termo castelhana), é vista de forma por vezes idealizada, homogênea, pouco mutável, preferencialmente aquela registrada por autoridades como a Real Academia Espanhola e encontrada na Espanha.

A descrição geral:

Obra totalmente gramatical, que segue um modelo tradicional, temas gramaticais divididos em capítulos, e que aparentemente privilegia, em primeiro lugar, aspectos morfológicos e, em segundo lugar, aspectos sintáticos. Engloba ainda descrições dos níveis fonético-fonológicos, ortográficos e semânticos.

Técnicas de descrição:

Uso de definições e exemplos linguísticos muitas vezes retirados de obras ou estudos de referências, além de aproximações com o português, especialmente quando há aspectos contrastantes, entendidos como fenômenos pouco frequentes.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou mais como de recepção dos estudos hispânicos sobre o espanhol, vistos como dados de autoridade para o autor brasileiro.

3.2. O Manual de Idel Becker

3.2.1. Dados externos

O **Manual de espanhol** (1945) foi publicado em 1945, após o Decreto-lei n. 4.244, de 1942, e a Portaria Ministerial nº 127, de 1943 (porém antes da Portaria n.556 de novembro de 1945). Foi escrita por Idel Becker³⁴ (1910 – 1994), estudioso argentino naturalizado brasileiro, que morou no Rio Grande do Sul ainda durante a infância (HELB, s/d; RECUERO, 2017, p. 160). Acabou voltando para Argentina na adolescência, com o propósito de cursar os estudos secundários. Ali, conheceu Roberto Fernando Giusti (1887 – 1978), professor de Literatura e integrante da Academia Argentina de Letras na época,

Idel Becker

³⁴ A fotografia de Idel Becker é do acervo do grupo de estudos de História do Ensino de Línguas do Brasil (HELB), e está disponível em: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14:idel-becker-o-pioneiro-do-ensino-de-ele-no-brasil&catid=1079:1945. Acesso em: 10 de junho de 2019.

que é autor do Prólogo do **Manual**, além de ser frequentemente citado na obra. Anos depois, Becker regressou ao Brasil, mais especificamente a São Paulo, para tornar-se médico. Aqui, fez parte do quadro de docentes da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, atuando como professor de língua e literatura espanhola (HELB, s/d). Além deste manual, escreveu um compêndio literário, dicionários bilíngues³⁵ (espanhol-português) e um **Manual de Xadrez** (1948) reconhecido como uma obra-mestra entre os enxadristas (HELB, s/d).

Devido ao trânsito entre Brasil e Argentina ao longo de sua vida, Becker dominou os idiomas oficiais desses dois países, conforme podemos depreender de dois comentários de Giusti no Prólogo ao **Manual**: “Si el alma brasileña y la argentina son diferentes, de él podremos decir que [Idel Becker] es un hombre de dos almas” (GIUSTI, 1945, p. 7) e “bien se puede decir que el portugués y el español son en el mismo grado sus lenguas maternas.” (GIUSTI, 1945, p. 8).

O **Manual de espanhol** (1945) foi, de acordo com Celada (2002) e Guimarães (2018), a principal obra utilizada no ensino de espanhol à época de sua publicação, isto é, a mais utilizada nas escolas brasileiras e que recebeu o maior número de reedições. Segundo o prólogo da obra, ela estaria voltada para um “estudante brasileiro”, não necessariamente aquele que estava cursando o ensino secundário, que abarcaria — por hipótese — um público-alvo mais amplo, por exemplo, que a obra de Nascentes (1920).

3.2.2. Dados internos

O **Manual de espanhol** (1945) explicita, na capa, que é um “curso completo para os exames de licença”. A obra completa contém 389 páginas e compõe-se de três partes distintas: Gramática, Antologia e História Literária. Antecede-as um prólogo — escrito por Roberto Giusti, integrante da Academia Argentina de Letras, amigo e ex-professor de Becker — e uma introdução à obra, de autoria do próprio Idel Becker.

No prólogo, Giusti trata da presença do português em território hispanofalante e do espanhol em terras brasileiras, ressalta a vinculação histórica e identitária entre argentinos e brasileiros e, conseqüentemente, aborda a importância de ambos os países se conhecerem melhor. Para ele, Becker, símbolo desse trânsito Brasil-Argentina, é um dos poucos estudiosos bem preparados para ajudar na tarefa desse

³⁵ Escreveu o primeiro dicionário bilíngue espanhol-português, provavelmente no ano de 1943. Para conferir mais informações sobre a obra, sugerimos Recuero (2017).

conhecimento mútuo (GIUSTI, 1945, p. 7). O prólogo, escrito para a primeira edição do **Compêndio de Literatura Espanhola e Hispano-americana**, mas incorporado na antologia, trata especificamente da necessidade de conhecimento da literatura e da cultura desses dois territórios.

No prefácio, datado de dezembro de 1944, vemos que Becker aborda todas as partes que compõem a antologia. Com relação à parte dedicada à gramática — foco de nossa investigação — explica que é “redigida em língua portuguesa, para uso de alunos brasileiros”, sem tocar em “áridos aspectos doutrinários e teorias gramaticais” (BECKER, 1945, p. 11). Em outras palavras, o autor pressupõe que o estudante brasileiro domine aspectos e definições gramaticais gerais e diz não pretender aprofundar-se em temas teóricos. Ainda preocupado com o alunado brasileiro, explica que os exemplos de língua fornecidos na parte gramatical apresentam palavras “cuja dicção, ortografia ou significado fossem de especial interesse” para esse público (BECKER, 1945, p. 11).

Becker declara sua posição por restringir a parte gramatical a “aspectos lexicológicos e sintáticos essenciais”, “comparando sempre, para que das analogias e desse semelhanças entre o português e o espanhol, possa surgir uma compreensão mais nítida da matéria” (BECKER, 1945, p. 11), sem deixar de comentar a respeito de divergências gramaticais entre o espanhol da Espanha e dos países da América hispanofalante. Ao estudarmos o texto gramatical, vemos que Becker abarca, dentre as questões que ele considera pertencentes à “lexiologia”, aspectos fonológicos, ortográficos, lexicais, morfológicos e etimológicos. Este termo é encontrado em gramáticas brasileiras do século XIX, como na **Grammatica portuguesa** (1881), de Júlio Ribeiro, e na **Grammatica descriptiva** (1894), de Maximino de Araújo Maciel.

O uso do termo “lexiologia” é curioso ao constatararmos que ele não estava previsto nos documentos oficiais que orientavam os conteúdos a serem ensinados nas aulas de espanhol, nem é encontrado na obra de Nascentes (1920). A escolha deste termo, a nosso ver, vincula Becker a uma tradição de estudos gramaticais que tem como foco o “vocabulo” — e não a “sentença” — como ocorre nos estudos de orientação filosófica. Lembramos que essa atenção dada aos “vocabulos” foi um dos focos de estudo dos filólogos brasileiros.

Ao finalizar o trecho do prefácio que diz respeito à parte gramatical do **Manual**, o autor afirma seguir as diretrizes do Programa de Espanhol (publicado em 1943, conforme já mencionado nesta tese) ao fazer uma “gramática viva, prática, adequada

realmente aos estudantes brasileiros”.

Diferentemente da obra de Nascente e de qualquer outra que integra o nosso corpus, o início da Gramática traz um quadro com informações numéricas a respeito da difusão da língua espanhola no mundo, isto é, do número de falantes de espanhol nos diversos continentes. Após este quadro, seguem-se as sistematizações gramaticais, separadas por seções, que contêm os seguintes capítulos e subtemas:

LEXIOLOGIA

CAPÍTULO I – FONOLOGIA: Principais modalidades fonéticas. Seseo (Z=S). Yeísmo (LL=Y). V=B. Alfabeto gráfico. Alfabeto fonético. Vogais. Grupos vocálicos, ditongos e tritongos. Consoantes. Regra de eufonia. (p. 15 a 24)

CAPÍTULO II – ORTOGRAFIA: Nota histórica. Paralelo com o português. A Academia Espanhola. Regras ortográficas. Alterações ortográficas regulares. Sinais de interrogação e admiração. Abreviaturas mais usuais. Regras de acentuação gráfica. (p. 25 a 35)

CAPÍTULO III – DIVERGÊNCIAS LEXICOLÓGICAS: Heteroprosódicos. Divergências ortográficas. Heterogenéricos. Falsos sinônimos. (p. 36 a 39)

TAXEONOMIA

CAPÍTULO IV – ARTIGO: Artigo neutro LO. Omissão do artigo definido. Contrações. (p. 40 a 42)

CAPÍTULO V – SUBSTANTIVO: Gênero dos substantivos. Número dos substantivos. Flexões de grau. (p. 43 a 53)

CAPÍTULO VI – ADJETIVO: Classificação dos adjetivos. Apócope dos adjetivos. Gênero dos adjetivos. Grau dos adjetivos. Colocação dos adjetivos. (p. 54 a 62)

CAPÍTULO VII – PRONOME: Pronomes pessoais. Declinação dos pronomes pessoais. Pronomes possessivos. Pronomes demonstrativos. Pronomes relativos. Pronomes interrogativos. Pronomes indefinidos. (p. 63 a 75)

CAPÍTULO VIII – VERBO: Generalidades. Verbos regulares. Verbos irregulares. Verbos de irregularidade especial. Verbos defetivos. Particípios irregulares. (p.76 a 99)

CAPÍTULO IX – ADVÉRBIO: Advérbios correlativos. Classificação dos advérbios. Locuções adverbiais. (p. 100 a 102)

CAPÍTULO X – PREPOSIÇÃO. (p. 103 e 104)

CAPÍTULO XI – CONJUNÇÃO. Conjunções coordenativas. Conjunções subordinativas. (p. 105 e 106)

CAPÍTULO XII – INTERJEIÇÃO. Interjeições propriamente ditas. Locuções interjetivas. (p. 107 e 108)

ETIMOLOGIA

CAPÍTULO XIII – FORMAÇÃO DAS PALAVRAS: Derivação, composição e parassíntese. Sufixos. Prefixos. (p. 109 a 111)

SINTAXE

CAPÍTULO XIV – CONCORDÂNCIA: Concordância antiga e moderna. Principais regras de concordância. (p. 112 a 117)

CAPÍTULO XV – REGÊNCIA: Objeto direto preposicional. Regime dos verbos e adjetivos. (p.118 a 122)

CAPÍTULO XVI – CONSTRUÇÃO. (p. 123 e 124)

CAPÍTULO XVII – SINTAXE FIGURADA: Hipérbato, Elipse. Pleonasma. Silepse. (p. 125 a 127)

CAPÍTULO XVIII – VÍCIOS DE LINGUAGEM: Barbarismos. Solecismos. Galicismos de construção. Outros galicismos de construção. Italianismos de construção. Outros barbarismos de construção. Solecismos no uso das preposições. Falsas correlações de verbos. Cacofonia. Anfibologia. Monotonia e pobreza. (p. 128 a 137)

CAPÍTULO XIX – ARCAÍSMOS E NEOLOGISMOS. (p. 138 a 140)

CAPÍTULO XX – IDIOTISMOS. (p. 141)

CAPÍTULO XXI – REGIONALISMOS: Divergências léxicas entre a Espanha e a América. (p.142 e 143)

Observando os assuntos abordados, vemos que o autor segue um modelo tradicional, mas com categorias diferentes daquelas encontradas em Nascentes (assim como era diferente o documento oficial seguido pelos dois estudiosos). Além de tratar os temas por capítulos, estes são agrupados em duas grandes seções: lexicologia, que engloba aspectos fonético-fonológicos, ortográficos, lexicais, etimológicos (entendidos como história e evolução das palavras), morfológicos (considerando nove classes de palavras: artigo, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), de formação de palavras (chamada de “etimologia”); e sintaxe, que reúne tanto temas de concordância e regência de palavras, quanto aspectos vinculados à palavra. Como podemos ver pela distribuição

do número de páginas dedicadas aos temas, nesta gramática, questões fonéticas, fonológicas e ortográficas ocupam 25 páginas. O estudo morfológico (ou “taxeonomia”) abrange 69 páginas. O estudo lexical inclui 4 páginas. Ao estudo sintático são dedicadas 30 páginas, englobando questões como vícios de linguagem, sintaxe figurada, idiotismos, regionalismos (inclusive vocabulares e não apenas sintáticos), etc. O levantamento quantitativo realizado revela assim que, em Becker, foram mais desenvolvidos, em ordem decrescente, tópicos dedicados à morfologia, sintaxe, fonética/fonologia/ortografia e lexicologia do espanhol. Este levantamento quantitativo, que não revela a profundidade ou qualidade do tratamento dado aos temas abordados, parece-nos, não obstante, auxiliar em uma primeira aproximação a respeito do que o autor acreditava ser importante para um estudante brasileiro saber de espanhol. Ademais, este levantamento auxilia-nos a corroborar o foco de Becker a temas vinculados ao “vocabulo” (e não à sentença), e de verificarmos que o estudioso argentino-brasileiro aborda não apenas temas previstos no Programa de Espanhol de 1943, mas também outros, indo além. A modo de exemplificação, citamos o tratamento que ele dá a temas “inesperados” — se tomarmos por base o Programa — como questões mais específicas de fonologia (como *seseo* e *yeísmo*), divergências regionais e abordagens históricas.

Com relação à composição da parte gramatical, vemos que as sistematizações mais objetivas estão em português e em tamanho maior de letras, pois são direcionadas ao alunado. Por sua vez, há ao longo dos capítulos inúmeros parágrafos com letra de tamanho menor e escritos em espanhol, direcionados para o professorado, nos quais as descrições são aprofundadas, além de apresentarem tanto comentários pessoais de Becker quanto informações provenientes de sistematizações de outros estudiosos, na sua maioria, da comunidade hispânica. As descrições nem sempre apresentam definições claras e ocorrem por meio da exposição de dados de língua, comentadas por Becker e, em alguns casos, associadas a algum posicionamento de outro estudioso que se debruçou sobre o fato linguístico em foco. Abaixo expomos um fragmento que exemplifica a afirmação anterior:

O artigo neutro antepõe-se aos adjetivos para transformá-los em substantivos abstratos: LO *hermoso* (equivalente a la *hermosura*), LO *feo* (la *fealdad*), LO *difícil* (la *dificultad*).

“Aquí notaré — diz *Cuervo* — que el adjetivo neutro presenta las cualidades más en abstracto que el sustantivo correspondiente: al decir LO

BUENO, se ofrece al entendimiento una cualidad claramente desprendida de su sujeto: en LA BONDAD, por el mero hecho de su carácter léxicamente sustantivo, no aparece tan a las claras la falta del sujeto” (BECKER, 1945, p. 41).

O autor não explicita de que variedade de língua ele opta por tratar³⁶ e os termos usados para referenciá-la parecem ser praticamente sinônimos. Assim, há momentos em que Becker fala sobre dados do que chama de *espanhol*, como em: “En rigor, las vocales españolas **e**, **o**, son levemente más abiertas que las vocales portuguesas “ê”, “ô” (BECKER, 1945, p. 20 [grifos nossos]) e “ocorrem, na língua espanhola, certas alterações ortográficas, que não podem ser consideradas irregularidades, pois respondem ao intuito de conservar determinados valores fonéticos.” (*ibid.*, p. 27-28 [grifos nossos]). Em outros momentos, aborda fenômenos do que ele chama de *castelhano*: “As vozes castelhanas, pois, podem ser representadas na seguinte escala vocálica” (*ibid.*, p. 19 [grifos nossos]) e “Con el diptongo *ou* sólo existe en castellano la palabra *bou*.” (*ibid.*, p. 20 [grifos nossos]). Em um mesmo período, é possível encontrar os dois termos, aparentemente intercambiáveis: “El acento, en castellano, indica apenas la sílaba tónica. No se lo confunda con el acento AGUDO del portugués que señala abertura de la vocal. Recuértese que en español las vocales son siempre uniformes” (*ibid.*, p. 31 [grifos nossos]). O único trecho encontrado na obra que indicaria um uso mais específico do termo *castelhano* para fazer menção à variedade mais culta, acadêmica da língua, é: “Poderíamos restringir-nos, sem maiores considerações, ao esquema ideal, teórico, do dialeto castelhano – que nós chamamos dialeto acadêmico – simbolizado na gramática e no dicionário da Academia Española” (*ibid.*, p. 15). À exceção deste caso, Becker parece não fazer distinção de uso entre *espanhol* e *castelhano* para tratar de determinada variedade linguística.

Os dados de língua apresentados ao longo da obra são ou oriundos do conhecimento do autor (informação depreendida pela ausência de menção a fontes) ou originários de obras de referência (literárias, gramaticais ou de dicionários). Em geral, os dados de língua fornecidos pelo autor, sem fonte, estão vinculados aos níveis fonético, fonológico e ortográfico, embora também apareçam em descrições morfológicas e sintáticas. Nesses dois últimos níveis encontramos a maioria dos exemplos provindos de fontes de referência, que constituem versos ou trechos em

³⁶ Becker menciona a origem dos exemplos linguísticos de que trata, porém não restringe o seu corpus ou indica uma predileção por uma variedade linguística específica, diferentemente de Nascentes, que retoricamente diz tratar essencialmente do que ele chama de “castelhano”.

prosa correspondentes a períodos compostos.

Becker apresenta dados linguísticos que, segundo ele, pertenceriam ao espanhol dos castelhanos (isto é, daqueles pertencentes à região de Castela), dos argentinos, dos uruguaios, dos paraguaios ou dos mexicanos. Também traz dados que seriam encontráveis em Madrid, Buenos Aires, Santiago del Estero, Córdoba, Tucumán, Catamarca, Andaluzia, etc. Dentre todas essas variedades mencionadas, destacamos o seguinte trecho do **Manual**, em que Becker comenta a respeito de vocábulos que integrariam o que ele chama de *argentinismos*, isto é, usos considerados característicos de falares argentinos, os quais ele provavelmente mais conhecia devido à sua origem: “Vejam-se a título de exemplo, os seguintes argentinismos (*apud* Giusti), que não passam de arcaísmos conservados, por tradição oral, no linguajar dos homens do campo [...]” (*ibid.*, p. 139). Em alguns poucos momentos, o autor também menciona dados que ele atribui a uma “linguagem ou conversa familiar”, como é o caso da presença de artigos definidos diante de nomes próprios: “Na linguagem familiar costuma antepor-se aos nomes de mulheres [el artículo]: LA *Juana*, LA *Dolores*.” (BECKER, 1945, p. 42).

Como podemos observar no trecho acima, Becker comenta sobre um fenômeno da língua sem emitir um juízo de valor, isto é, sem classificá-lo como “correto” ou “incorreto”. Encontramos o mesmo tipo de descrição em outras passagens da obra, inclusive quando o autor passa a tratar de fatos linguísticos desaconselhados pelas Academia Espanhola, uma das principais referências tomadas por Becker para a elaboração da parte gramatical do **Manual**. Estamos nos referindo, por exemplo, ao tratamento que ele dá aos fenômenos denominados *seseo/ceceo* e *yeísmo*, conforme podemos ver nos seguintes trechos:

É o que se chama *seseo*, que a Academia acioma ainda de “vício”, **mas que deve ser considerado, apenas u’a ‘modalidade fonética** que, **aliás, vem-se impondo nitidamente por tôda parte**’ (BECKER, 1945, p. 15-16).

Já se viu que o *ceceo* e o *yeísmo* são, na severa opinião da Academia, vícios prosódicos. **Para nós, repetimos, não passam de modalidades fonéticas, pertencentes a diversas regiões da Espanha e dos países hispano-americanos.** Parecer-nos-ia excessiva intolerância censurar o mexicano que pronuncia “cabaio” – a palavra *caballo* – ou o portenho que diz “cabajo. [...] Lembremos que Portugal e o Brasil [...] têm também as suas divergências prosódicas (BECKER, 1945, p. 129-130 [grifos nossos]).

Para o gramático, as diferentes modalidades fonéticas existiriam devido à presença da língua espanhola em diversas regiões e censurá-las não seria adequado. A aceitação de diferenças linguísticas, vinculadas a certas variedades, no entanto, não se estende a todos os casos. Seriam mais aceitáveis, por exemplo, no nível fonético. Já nos níveis morfológico e sintático, encontramos posicionamento taxativo de Becker, que rechaça, por exemplo, o uso de *vos* como um pronome de segunda pessoa, equivalente a *tú*:

Em certas regiões da América emprega-se com maior ou menor frequência, a palavra **vos**, em lugar do pronome **tú**. **Essa expressão, errada e vulgar, constrói-se com formas verbais incorretas** [...]. Este censurável vício de linguagem — denominado *voseo* — acha-se arraigado na conversa familiar, sobretudo nas cidades de Buenos Aires, Montevideu, e em outros centros menores como Rosario, Asunción, etc. **Já anos atrás, Bello reprovava-o** [...] (BECKER, 1945, p. 65 [grifos nossos]).

Outros fenômenos sintáticos que Becker censura são o *loísmo* e o *leísmo*. Grosso modo, o primeiro corresponde ao emprego do pronome *lo* (acusativo) no lugar do pronome *le* (dativo); o segundo, o inverso: ao emprego de *le* (dativo) no lugar o pronome *lo* (acusativo). Tais empregos ocorreriam em certos contextos e alguns deles já haviam sido aceitos por gramáticos de referência, segundo afirma o próprio autor do **Manual**:

Salvá, Bello e outros achavam que LE, como acusativo, representava antes as pessoas ou entidades personificadas; e que LO deveria ficar reservado para as coisas. [...] **Felizmente, a Academia Espanhola** — com serena imparcialidade — vem impondo, aos poucos, a disciplina e a lógica necessárias. Assim, **já reprovou quase todas as formas pronominais viciosas**. Condena, formalmente, a forma LES no acusativo [...] (BECKER, 1945, p. 68 [grifos nossos]).

Becker utiliza o posicionamento da Academia Espanhola — assim como o de Bello diante do pronome *vos* — para auxiliá-lo na argumentação de censura a mais este fenômeno linguístico. Vemos, portanto, que a sistematização deste gramático ora apresenta traços descritivos, ora revela posturas mais prescritivas, lançando mão de textos de autoridades, como os da Real Academia Espanhola. Além disso, notamos que Becker tende a ser mais descritivo ao falar, por exemplos, sobre a diversidade de pronúncias, e mais prescritivo ao tratar de aspectos sintáticos.

A presença de nomes de escritores, estudiosos e instituições em Becker é bastante recorrente ao longo da obra. A seguir, expomos o **Quadro 3**, cuja estrutura

é idêntica à do **Quadro 1** (anteriormente apresentado em 3.1.2. Dados internos). Nele, estão o nome dos estudiosos, instituição ou escritores do mundo hispânico, mencionados por Becker na sua descrição do espanhol, na coluna da esquerda; e as páginas de ocorrência da menção na coluna da direita.

Quadro 3. Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Becker (1945)

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Andrés de Jesús María y José Bello López (Venezuela/Chile) ³⁷	18, 41, 47, 48, 56, 61, 64, 65, 68, 71, 72, 82, 113, 114, 115, 116, 120, 126, 130
Azorín [pseudônimo de José Augusto Trinidad Martínez Ruiz] (Espanha)	133
Gustavo Adolfo Bécquer (Espanha)	125
Inca Garcilaso de la Vega [Gómez Suárez de Figueroa] (Peru)	34, 35, 125
Jorge Manrique (Espanha)	126
Juan B. Selva (Argentina)	65
Juan Moneva y Pujol (Espanha)	136
Juan de Valdés (Espanha)	26, 73
Leandro Eulogio Melitón Fernández de Moratín y Cabo (Espanha)	119, 127
Luis de Góngora y Argote (Espanha)	125,
Luis de Granada (Espanha)	34, 120
Miguel Cané (Uruguai/Argentina)	39
Miguel de Cervantes Saavedra (Espanha)	70, 71, 119, 120, 126
Pedro Calderón de la Barca (Espanha)	126
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	142
Real Academia Española (Espanha)	15, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 34, 37, 40, 41, 61, 68, 69, 73,

³⁷ Alguns textos literários, como, por exemplo, os de Alonso de Ercilla e Martínez de la Rosa, são citados por Idel Becker, que indica tê-los visto na obra de Andrés Bello. Por esse motivo, contabilizamos estas citações como se fossem de Bello, pois foi o autor que, de fato, Becker diz ter consultado. O mesmo também se verifica em algumas ocorrências contabilizadas como sendo de Giusti — é o caso de alguns trechos de textos de José Zorrilla — que foram encontrados por Becker na obra do estudioso argentino; e em ocorrências da Real Academia Espanhola — como é o caso, por exemplo, de trechos atribuídos a Miguel de Cervantes e encontrados na **Gramática** desta instituição.

	74, 75, 92, 93, 94, 96, 104, 106, 114, 115, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 139, 140, 141
Roberto Fernando Giusti (Itália/Argentina)	16, 20, 26, 32, 42, 47, 50, 62, 65, 73, 74, 93, 112, 114, 115, 120, 121, 126, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 140
Rodrigo Caro (Espanha)	125
Rufino José Cuervo (Colômbia)	18, 41, 67, 93
Leopoldo Lugones (Argentina)	16
Tirso de Molina [pseudônimo de Frei Gabriel Téllez] (Espanha)	41
Tomás de Iriarte (Espanha)	34
Vicente Salvá (Espanha)	68

Pela leitura do **Quadro 3**, observamos que três nomes se sobressaem pela quantidade de menções encontradas: Real Academia Española (45 menções), Roberto Giusti (25 menções) e Andrés Bello (19 menções), sendo um espanhol e dois sul-americanos. A instituição da Espanha continua sendo, no **Manual** de Becker, a grande autoridade utilizada para a sistematização do espanhol:

Cuanto a la tradición o al uso, ya se ha visto que no siempre se confundían la **b** y la **v** y lo mismo ocurre aún en ciertas regiones españolas. La propia Academia lo confiesa en forma indirecta: 'Siendo en la MAYOR parte de España igual la pronunciación de la *b* y la *v*... Sería excelente poder aprovechar tan oportuna inclinación fonética de la parte MENOR (BECKER, 1945, p. 18).

Se, na maioria dos casos, vemos concordância entre a descrição de Becker e as orientações da Real Academia Española, há — também — alguns momentos de discordância:

Al respecto [de la irregularidad del verbo *erguir*] disse Giusti ‘La forma diptongada (ye) es la más usual en las personas que la admiten. La Academia trae las formas YERGAMOS, YERGÁIS; pero creemos con Rufino José Cuervo que está equivocada. Equivaldría a decir SIENTAMOS, SIENTÁIS’ (BECKER, 1945, p. 93).

No trecho, Becker, expondo alguns conceitos de Roberto Giusti, discorda do posicionamento da RAE acerca de formas verbais de *erguir*, conjugado no presente. Assim como vemos no fragmento acima, as ideias do estudioso argentino — que, como já comentamos anteriormente, foi professor e amigo de Becker, além de ser o autor do prefácio que aparece no **Manual** — em geral, tanto quanto as da RAE, são validadas ao longo da obra, conforme vemos no fragmento a seguir:

Roberto F. Giusti – o abalizado gramático argentino – aconselha, em geral, que seja preferida a grafia mais simples, isto é, a forma fonética. [...] Parece-nos um aviso muito razoável e muito prático, dentro da tendência geral dos escritores. Sua adoção constante só poderá trazer amplos benefícios para o idioma (BECKER, 1945, p. 26).

No trecho acima, Becker se alinha ao posicionamento de Giusti, que defende o uso da grafia fonética em contraposição à grafia etimológica do espanhol. Em outras palavras, Giusti e Becker optam por uma ortografia mais simplificada, que elimina letras da grafia de uma palavra que, no entanto, não são pronunciadas; é o caso de *inscripto* (grafia rejeitada pelos dois estudiosos argentinos) e *inscrito* (grafia preferida por eles).

Andrés Bello, por sua vez, é mencionado ora nos exemplos linguísticos, ora devido ao seu posicionamento sobre fatos do espanhol — que nem sempre estava de acordo com o que Becker entendia ser o mais apropriado. Abaixo apresentamos um fragmento de discordância explícita entre o autor argentino e Bello:

Admitia Bello que “los terminados en E suelen añadir sólo s: CORSÉ, CORSÉS”, mas acrescentava, finalmente – “pero, excepto en PIE, es siempre admisible el plural regular que se forma añadiendo ES”. Ora, isto já não mais parece admissível. Ninguém dirá, hoje em dia, los cafees, los tees, los corsees.” (BECKER, 1945, p. 48).

A discordância vista, em nosso parecer, pode estar relacionada a diferentes regras de formação do plural de substantivos terminados em -e ou a uma divergência diacrônica na língua, pois as sistematizações gramaticais de Bello se situam em torno

da metade do século XIX, quase um século antes da publicação do **Manual** de Becker. No entanto, pelo fragmento, não fica explícita a natureza de tal divergência.

Se até o momento foi possível notar que dois dos três principais nomes mencionados na parte gramatical do **Manual** são de estudiosos hispanofalantes da América, observamos que, dentre o conjunto total de citações, o número de espanhóis é muito maior (total de 17) do que de hispano-americanos (total de 6). Embora tenha nascido na Argentina e estivesse em vários momentos da sua vida nesse país, Becker opta por mencionar nomes de referência da Espanha, principalmente autores do cânone da literatura espanhola, tais como Jorge Manrique, Tirso de Molina, Calderón de la Barca, etc. Dentre escritores latino-americanos, encontramos apenas Inca Garcilaso de la Vega e Miguel Cané³⁸.

Além das citações que integram o **Quadro 3**, encontramos em Becker (1945) uma única menção a Antenor Nascentes, aparentemente ligada a seus estudos de português:

Bello assinalou um galicismo em frases como estas: 'A la hora de la adversidad ES QUE se conocen...', 'A la libertad de la industria ES QUE debe atribuirse', 'Allí FUÉ QUE se edificó la ciudad'. **Acreditamos, porém, com Antenor Nascentes (que foi o primeiro a apontar e comentar o fato), tratar-se antes dum lusitanismo:** "Nós É QUE somos", "eu É QUE vou" (BECKER, 1945, p. 130).

Na parte gramatical do **Manual**, Becker aborda a língua espanhola e realiza aproximações e análises contrastivas principalmente com o português, conforme já foi possível deduzir a partir de trechos que reproduzimos anteriormente. No entanto, em momentos específicos, podemos encontrar informações sobre o latim, outras línguas neolatinas (francês, italiano), inglês e árabe ao tratar do espanhol. Conforme podemos ver no fragmento a seguir, o uso de dados de outras línguas é um recurso do qual Becker lança mão para defender seu posicionamento contrário sobre a não manutenção de uma ortografia etimológica no caso das palavras que possuem as labiodentais v/b:

Del punto de vista etimológico, ya se sabe que la **v** labiodental existía en el latín y se ha conservado en las demás lenguas neolatinas (portugués, francés, italiano, etc.). Es lamentable que el español constituya una excepción en este caso. [...]

³⁸ Acreditamos que seria possível a existência, pelo menos, de mais menções a escritores hispano-americanos, que oferecessem a Becker mais dados linguísticos do espanhol.

Muchas ventajas habría en ello. Se evitaría la natural confusión ortográfica entre la **b** y la **v**. Se permitiría a ciertas palabras una correcta pronunciación etimológica [...]. Y, sobre todo, se enriquecería notablemente la fonética española, ya empobrecida en siglos anteriores con la pérdida de la **s** intervocálica [...], de la **x** análoga a la *sín* árabe [...] (BECKER, 1945, p. 18).

Com relação às aproximações entre o espanhol e o português como técnica de descrição gramatical, vemos que ocorrem tanto para indicar semelhanças — “As seguintes consoantes soam sempre como em português: [...]” (BECKER, 1945, p. 21) — quanto divergências entre essas duas línguas: “Enquanto no português existem 17 vozes fundamentais (Eduardo Carlos Pereira), na língua espanhola há, apenas, 5 fonemas vogais” (BECKER, 1945, p. 19). Há, inclusive, trechos que reúnem semelhanças e divergências entre as duas línguas. Para Becker, as duas línguas, seriam muito próximas e lhe caberia, portanto, frisar os casos de divergência.

A modo de exemplificação, trazemos o seguinte trecho, em que Becker menciona que a regência verbal entre os dois idiomas pouco difere, mas que também cita a exigência da preposição **a**, no espanhol, diante de complementos diretos humanos (ou humanizados) e determinados/específicos:

A regência gramatical, na língua castelhana, é quase igual à do português. As suas relações – indicadas pela posição, pela preposição e pela conjunção subordinativa – revelam aspectos semelhantes em ambos os idiomas [...]. A grande exceção e dificuldade está no uso da preposição **a** com o complemento direto (caso acusativo) (BECKER, 1945, p. 118).

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 4. O tratamento dado ao espanhol, segundo Becker (1945)

A língua:

Apresenta dados linguísticos provenientes da Espanha (grande maioria), Argentina, Uruguai, Paraguai e México. Utiliza os termos “espanhola” e “castelhana” de modo intercambiável (à exceção de casos pontuais de vinculação do termo “castelhano” a uma variedade mais culta da língua). A língua é vista de forma por vezes idealizada, pouco mutável — reforça a variedade fonética.

A descrição geral:

Obra entendida como um “manual”, formada por uma parte destinada à descrição gramatical e outra ao estudo literário. A parte gramatical segue um modelo tradicional, com temas agrupados em duas seções (lexiologia e sintaxe). Cada seção contém capítulos que abarcam descrições de diferentes níveis de articulação. Dentre os capítulos, privilegia, em primeiro lugar, temas morfológicos e, em segundo lugar, temas sintáticos. Engloba ainda descrições dos níveis fonético-fonológicos, ortográficos, lexicais e etimológicos.

Técnicas de descrição:

Uso de língua e tipografia diferente quando se reporta ao alunado ou ao professorado/especialista. Definições nem sempre claras e grande quantidade de exemplos linguísticos retirados de obras ou estudos de referências. Aproximações com o português, especialmente quando há aspectos contrastantes, entendidos como fenômenos pouco frequentes. Poucos casos de contraste com outras línguas românicas.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou mais como de recepção dos estudos hispânicos sobre o espanhol, vistos como dados de autoridade para o autor brasileiro. Há alguns poucos posicionamentos em que o autor discorda de descrições realizadas por essas autoridades.

3.3. O Español Básico de José Ramón Calleja Álvarez

3.3.1. Dados externos

A obra **Español Básico** foi publicada pela primeira vez em 1946, após vir à luz a Portaria Ministerial nº. 556, de 1945, que, conforme já vimos no **Capítulo 1**, dava orientações sobre a finalidade do estudo de espanhol no então chamado ensino secundário brasileiro. Para a presente tese, conseguimos localizar apenas a terceira edição da obra, de 1947. Considerando que em dois anos o **Español Básico** já havia chegado a sua terceira edição, vemos um indício de sucesso desta obra publicada pela Editora do Brasil (localizada em São Paulo).

Pouca informação pudemos recolher sobre o autor deste material, José Ramón Calleja Álvarez. Por meio do Diário Oficial da União, de 24 de dezembro de 1952, descobrimos que ele era espanhol, nascido em 25 de fevereiro de 1909, filho de

Fernando Calleja e de Delfina Álvarez, e que residia naquela época no Estado de São Paulo. No entanto, não conseguimos localizar qualquer informação a respeito de sua formação educacional e profissional, nem sabemos se teria contato com professores de língua, intelectuais de humanidades, ou quais autores e obras ele poderia ter consultado ou quais deles poderiam ter norteado a elaboração do livro **Español Básico**.

Devido tanto à ausência de dados sobre o autor e sua formação como estudioso da área, quanto à falta de uma assinatura do autor na “Advertencia Preliminar”, colocamos em questionamento a real autoria do material. Nesta “Advertencia”, que seria um prefácio — no qual a voz do autor explicita objetivo, escolhas e alinhamentos teóricos/pedagógicos — encontramos um texto escrito inteiramente em primeira pessoa do plural, não assinado pelo autor, não datado — informações que, por exemplo, encontramos em Nascentes (1920) e Becker (1945). Não sabemos se esse “nós” se refere a um plural de cortesia e humildade, se inclui autor e equipe editorial ou se se restringe apenas à equipe editorial. A última possibilidade é plausível, embora pareça inicialmente estranha, se considerarmos a prática em editoras de contratarem “autores” para, por exemplo, estamparem seu nome na capa e alavancarem vendas, enquanto outras pessoas elaboravam, de fato, a obra. Este tipo de situação, no entanto, se dava com autores prestigiados e a ausência de informações sobre Álvarez parece ser um indicativo de pouco reconhecimento perante seus pares. A hipótese que nos parece mais plausível é, assim, que, por ser espanhol e ter um nome que remete à hispanidade, poderia, eventualmente, ter sido contratado como “autor” sem, no entanto, ter escrito totalmente ou parcialmente a obra **Español Básico**.³⁹ Estas e as demais hipóteses são aqui levantadas sem serem confirmadas ou refutadas.

3.3.2. Dados internos

A obra **Español Básico** (1947[1946]) traz na capa algumas informações relevantes: está voltada para “os cursos clássico e científico” e integra um conjunto de livros maior, a “Coleção Didáctica do Brasil – série colegial”. Apenas ao observar o livro, sem abri-lo, encontramos pistas de sua finalidade didática, cujo público-alvo

³⁹ Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. José Borges Neto, que iluminou minhas reflexões a respeito desta hipótese no XI MiniEnapol de Historiografia Linguística, ocorrida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, em 2018.

seriam os estudantes brasileiros matriculados nos ditos cursos, que integram o nível de ensino secundário.

Quando começamos a ler **Español Básico**, notamos que, diferentemente de Nascentes (1920) e Becker (1945), a obra se inicia com um texto jurídico completo, a saber, a Portaria n. 556 de 1945, sobre o qual já tratamos no **Capítulo 1**. Em seguida, encontramos a “Advertencia Preliminar” — texto introdutório sobre o qual já falamos um pouco no subitem 3.3.1. — em que se explicita o objetivo didático do livro, que se concretizaria na apresentação dos temas de um modo sintético, mas que permitisse ao estudante desenvolver as habilidades escrita e oral em língua espanhola:

[...] hemos procurado resumir la materia de tal forma que se torne posible a los alumnos un conocimiento sustancial y básico del español. Así podrán terminar el curso hablando y escribiendo con cierta facilidad y al mismo tiempo conociendo de un modo panorámico los valores, desarrollo y estado presente de la literatura española e hispanoamericana (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 12).

Ainda na “Advertencia”, podemos verificar o alinhamento da obra às iniciativas educacionais do governo brasileiro, de implementação do estudo do espanhol no ensino regular:

Nuestra iniciativa no tiene otro objeto sino **cooperar a la realización del noble propósito del Gobierno del Brasil**, tendente a intensificar la aproximación de los pueblos iberoamericanos dentro del espíritu del panamericanismo. Y este propósito ha tropezado con la falta de material didáctico apropiado para tal fin (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 12 [destaques nossos]).

Após a “Advertencia”, segue-se o conteúdo principal, composto por 145 páginas, dividido em lições (no total de 45). A estrutura geral de cada “Lección” é composta pelas seguintes partes: (i) um texto de leitura inicial, criado pelo autor — e indicado para ser “ditado” (após a leitura, deveria haver uma conversação a respeito do assunto tratado); (ii) um texto intitulado “gramática” ou que trata de temas literários (seja sobre história literária, seja sobre um escritor); (iii) um texto de leitura retirado da literatura espanhola ou hispano-americana; (iv) exercícios de prática sobre os temas abordados na lição; (v) um texto em português para ser traduzido para o espanhol; (vi) texto-resumo sobre o vocabulário e as atividades realizadas na lição.

Como partes finais de **Español Básico**, o estudante brasileiro poderia consultar duas seções: “Lecturas recreativas”, reunião de textos autênticos escritos por autores

de diversas nacionalidades; “Vocabulário”, uma lista que traz a tradução de palavras em espanhol para o português e mostra em que lição do livro podem ser encontradas.

Para alcançarmos o objetivo desta tese, delimitamos analisar apenas o conteúdo gramatical de cada lição, isto é, aquele que foi indicado pelo autor como pertencente à parte intitulada “gramática”.

À exceção da parte dedicada à tarefa de tradução e de alguns exemplos traduzidos para o português, todo o material está escrito em espanhol, a língua-objeto da obra. Não há, inclusive, qualquer menção a outras línguas (italiana, francesa, inglesa, etc.) ao longo de toda a obra, exceto à língua portuguesa.

Com relação à terminologia utilizada por Álvarez para denominar o idioma, o autor opta por usar “espanhol” ou “língua espanhola” em todo o livro. O único caso em que está registrada a denominação “castelhana” encontra-se na primeira lição, cujo foco é justamente explicitar ao estudante a existência de mais de um termo para nomear a língua. Segundo o autor, não haveria distinção em denominá-la “castelhano” ou “espanhol” à época da publicação do livro, conforme depreendemos do seguinte fragmento:

Dentro de España durante la Edad Media se formaron diversos dialectos [...]. De todos ellos el que ha conseguido mayor desarrollo es el castellano, debido a la preponderancia política [...] de Castilla la Vieja y Castilla la Nueva. Por ese motivo se ha dado el nombre de castellano al idioma oficial de España. **Hoy día se denomina indistintamente idioma español o idioma castellano** (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 12 [negritos nossos]).

A respeito dos temas gramaticais contemplados no material, estão assim distribuídos em lições:

- 1ª Lección. Lengua española o castellana. Abecedario. (p. 14)
- 2ª Lección. El empleo de las consonantes. (p. 16-17)
- 3ª Lección. Vocales fuertes y débiles, diptongos. División de las palabras con relación al acento. Reglas de acentuación. (p. 20)
- 4ª Lección. Signos ortográficos. División de las palabras al fin de línea. Alteración de las conjunciones “y”, “o”. (p. 22)
- 5ª Lección. Artículo determinado. Forma neutra “lo”. Uso de “al” y “del”. Empleo de la forma masculina. Artículo indeterminado. Empleo de la forma masculina. (p. 26)

- 6ª Lección. Sustantivo y su división. Subdivisión del sustantivo común. Género de los sustantivos. (p. 28)
- 7ª Lección. Formación del femenino de los sustantivos. Formación del plural. (p. 32)
- 8ª Lección. Grados del adjetivo calificativo. (p. 34-35)
- 9ª Lección. Adjetivos demostrativos, posesivos, indefinidos y numerales. (p. 38)
- 10ª Lección. Femenino de los adjetivos. Formación del plural. Adjetivos apocopados. (p. 41-42)
- 11ª Lección. Pronombres personales. Pronombre “usted”. Pronombre reflexivo. Caso indirecto “le”, “les”. Pronombres demostrativos. (p. 46)
- 12ª Lección. Pronombres posesivos, relativos, interrogativos e indefinidos. (p. 48-49)
- 13ª Lección. Personas y números del verbo. Modos y tiempos. Radical y desinencia. Clasificación del verbo. Voces. Tiempos derivados. Conjugaciones. (p. 52)
- 14ª Lección. Conjugación del verbo “haber”. (p. 55-56)
- 15ª Lección. Conjugación del verbo “ser”. (p. 60-61)
- 16ª Lección. Conjugación del verbo “amar”. (p. 63-64)
- 17ª Lección. Conjugación del verbo “vender”. (p. 67)
- 18ª Lección. Conjugación del verbo “partir”. (p. 70-71)
- 19ª Lección. División de los verbos irregulares. Verbos de irregularidad aparente. (p. 74 y 76) ⁴⁰
- 21ª Lección. Verbos de irregularidad común: 1ª, 2ª y 3ª clase. (p. 82-83)
- 23ª Lección. Verbos de irregularidad común: 4ª, 5ª y 6ª clase. (p. 89)
- 25ª Lección. Verbos de irregularidad común: 7ª, 8ª y 9ª clase. (p. 95)
- 27ª Lección. Verbos de irregularidad común, 10ª, 11ª y 12ª clase. (p. 101-102)
- 29ª Lección. Verbos irregulares: tener, andar, caber, caer, dar. (p. 108-109)
- 31ª Lección. Verbos irregulares: estar, decir, erguir, hacer, ir. (p. 113-114)
- 33ª Lección. Verbos irregulares: oír, poder, poner, querer. (p. 119-120)
- 35ª Lección Verbos irregulares: saber, traer, venir, ver. (p. 125-126)
- 37ª Lección. Verbos reflexivos y defectivos. Participio irregular. (p. 132)
- 39ª Lección. Adverbios. Preposiciones. (p. 138)
- 40ª Lección. Conjunciones. Interjecciones. (p. 140-141)

⁴⁰ As lições 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38 não possuem texto gramatical. Nelas, foram inseridos textos sobre história literária ou a respeito de escritores hispano-americanos. Por esse motivo, não estão na relação que apresentamos aqui.

41ª Lección. Formación de las palabras. Palabras primitivas, derivadas, compuestas. (p. 144-145)

42ª Lección. Concordancia. (p. 146-147)

43ª Lección. Regencia. (p. 150)

44ª Lección. Construcción. (p. 153-154)

45ª Lección. Arcaísmos. Neologismos. Barbarismos. Solecismo. Idiotismo. (p. 156-157)

Observando a disposição e os temas abordados, vemos que o autor segue um modelo tradicional, que engloba tópicos relativos a aspectos fonético-fonológicos, ortográficos, lexicais, morfológicos (tratando de nove classes de palavras: artigo, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição) e sintáticos. Considerando a distribuição dos assuntos por páginas (informação entre parênteses), observamos que temas sobre fonética, fonologia e ortografia do espanhol estão presentes em cinco páginas do livro. Tópicos a respeito da morfologia da língua abarcam quarenta e três páginas. Ao tratamento sintático, são dedicadas cinco páginas. Fenômenos como arcaísmos, neologismos, barbarismos, solecismos e idiotismos, que englobam aspectos lexicais e sintáticos, ocupam duas páginas. Esse levantamento quantitativo nos dá um indício, ainda que superficial, sobre uma atenção maior a temas morfológicos e sintáticos, seguido por temas dos níveis fonético-fonológico e ortográfico. Não há nesta obra preocupação com temas propriamente semânticos e etimológicos — vistos em Nascentes (1920) e Becker (1945), respectivamente — na parte destinada ao que o autor considera como “gramática”. Vemos, assim, que Álvarez se atém especificamente aos temas gramaticais que o Programa prevê, sem ir além.

Atentando-nos às sistematizações linguísticas presentes no material, observamos que se apresenta, em vários momentos, a definição de um conceito ou explicação de um fenômeno seguido de exemplos da língua espanhola: “*Sustantivo*. Llámase sustantivo la palabra que designa algún ser (hombre, virtude)” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 28); “La tendencia de la lengua española es a escribir las palabras compuestas ligadas en una sola. (Ejemplo: hispanoamericano)” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 145).

Não obstante, há casos em que o autor dispensa qualquer tipo de explanação e apresenta apenas uma lista de dados da língua, como um paradigma: “*Pronombres*

personales: De 1ª persona: yo, mi, me, conmigo; nosotros, nos (yo canto, esto es para mí, me encontraron [...])” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 46); “*Adverbios. De lugar*: aquí, ahí, allí, (lugar determinado); acá, allá, (lugar menos preciso); cerca, lejos, enfrente, dentro, fuera, arriba [...])” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 138). Parece que, para o autor, os dados linguísticos, por si só, seriam suficientes para o estudante compreender o seu conceito e uso.

Como recurso de sistematização linguística, também encontramos neste material aproximações entre o espanhol e o português. Esta técnica de descrição foi menos utilizada por Álvarez (1947[1946]) do que por Nascentes (1920) e Becker (1945): foram encontradas apenas seis passagens em que há comparações entre estas duas línguas. Nessas circunstâncias, vemos que, em certos casos, o autor ressaltava semelhanças: “En la mayor parte de los casos hay correspondencia de géneros entre el español y el portugués (hombre, mujer)” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 28); “Como acontece con el portugués, muchos adjetivos tienen una sola forma para ambos géneros (fuerte, verde, fácil).” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 41).

Em outros casos, o autor inicia sua explicação gramatical trazendo semelhanças entre as línguas para, em seguida, focar em diferenças: “En la mayor parte de los casos [...] el empleo de las consonantes en las palabras coincide [entre el portugués y el español]. Por ese motivo nos limitaremos a señalar las diferencias importantes.” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 16); “Las palabras generalmente se dividen como en portugués. Notemos, sin embargo, algunas peculiaridades: 1) no se pueden separar al fin de línea las consonantes dobles (ca-rro, ca-lle); 2) los pronombres nosotros y vosotros se dividirán así (nos-otros, vos-otros)” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 22); “Los [verbos terminados] en **uar** tienen la **u** tónica, como en portugués, exceptuando los que acaban en **guar** y **cuar**, como por ejemplo: averiguar, evacuar.” (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 84).

O único caso de aproximação entre o português e o espanhol para tratar de um aspecto sintático ocorre quando o autor aborda regência verbal. Segundo Álvarez (1947[1946]), há várias semelhanças e diferenças entre os idiomas e, a melhor forma de conhecer as divergências de regime entre os idiomas é por meio da leitura de textos:

Es muy frecuente la coincidencia del régimen español con el portugués. Los numerosos casos de divergencia se aprenderán mejor con las reposadas lecturas. Así, por ejemplo, el adjetivo *parecido* rige un complemento con *a*, al paso que en portugués lleva *con*. (Antonio es parecido a Luis – Antonio é parecido com Luiz) (ÁLVAREZ, 1947[1946], p. 150).

Constatamos, assim, que para o autor são evidentes as semelhanças linguísticas entre o português e o espanhol e os casos de divergências, menos comuns, merecem ser comentados ou aprendidos por meio de atividades de leitura. Tais diferenças, ainda, foram verificadas mais em sistematizações pertencentes ao nível da palavra e menos em conjuntos de palavras (ou seja, nos aspectos sintáticos).

Como é possível observar pelos fragmentos de **Español Básico** apresentados até o momento, os textos gramaticais trazem dados de língua sempre elaborados pelo autor, isto é, provenientes de seu conhecimento do espanhol. Ao contrário de Nascentes (1920) e Becker (1945), não há exemplos linguísticos retirados de textos literários, nem identificados como característicos de uma região (rural, urbana, de certo país, etc.) ou de determinado registro (formal, informal, familiar, etc.).

Conforme já mencionamos ao tratarmos sobre a estrutura do material, há fragmentos de textos literários presentes em determinados momentos de leitura do livro, de autores diversos e proveniente de distintas localidades⁴¹. Porém, estão totalmente descolados do tratamento gramatical dado ao espanhol.

Em síntese, o tratamento gramatical em **Español Básico** é objetivo e sintético, sem a presença de qualquer discussão conceitual ou de nomes de autores/obras que poderiam ter orientado o autor na sistematização da língua espanhola, diferentemente do que foi observado em Nascentes (1920) e Becker (1945).

Com base no levantamento dos dados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

⁴¹ Os textos literários presentes no material são atribuídos aos seguintes autores, agrupados pelos seus países de origem: **Espanha**: Jorge Manrique, Modesto Lafuente, Juan de Mariana, Armando Valdés, Ángel de Saavedra, Mariano de Larra, Fray Luis de León, Gustavo Bécquer, Ramón de Campoamor, Ricardo de León, José Selgas, Miguel de Cervantes, Luís de Góngora, Ramón Valle Inclán, José Zorrilla, Gaspar Núñez de Arce, Vicente Ibáñez, Benito Pérez Galdós, Severo Catalina; **Equador**: Juan Montalvo, José Olmedo; **Venezuela/Chile** – Andrés Bello; **Cuba** – José Martí, Alfonso Hernández Catá; **República Dominicana** – Tulio Cestero; **Bolívia** – Gregorio Reynolds, Fernando Díez Medina, José Santos Chocano; **Colômbia** – José Eustasio Rivera; **Venezuela** – José Antonio Calcaño; **Chile** – Vicente Grez, Gabriela Mistral; **Peru** – Garcilaso de la Vega; **Nicarágua** – Rubén Dario; **Uruguai** – Delmira Agustini, Manuel Bernardes; **Argentina** – José Mármol, Olegario Víctor Andrade; **El Salvador** – Rafael García Escobar; **México** – Amado Nervo; **Guatemala** – Máximo Soto-Hall; **Filipinas** – Tirso de Goyena.

Quadro-síntese 5. O tratamento dado ao espanhol, segundo Álvarez (1947[1946])

A língua:

Utiliza sempre o termo “espanhol” ou “língua espanhola”, embora reserve um espaço para explicitar a existência do term “castelhano” ou “língua castelhana” como sinônimo. A língua é vista de forma idealizada, imutável, sem variedades.

A descrição geral:

Obra que reúne, além de aspectos gramaticais, textos de leitura, exercícios e textos-resumos. O material está dividido em lições (evidência de uma função didática) e não há agrupamentos gramaticais explicitamente categorizados como “morfologia”, “sintaxe”, etc. Dentre os níveis de articulação tratados, o material privilegia, em primeiro lugar, temas morfológicos e, em segundo lugar, temas sintáticos. Engloba ainda descrições dos níveis fonético-fonológicos, ortográficos e lexicais.

Técnicas de descrição:

Sistematizações que apresentaram ora definições e dados linguísticos, ora apenas a listagem desses dados. Há comentários que aproximam funcionamentos do espanhol e do português, porém são pouco frequentes.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

Não há menção a estudiosos ou escritores hispânicos durante o tratamento gramatical dado ao espanhol.

CAPÍTULO 4. O ESPANHOL NOS MATERIAIS FILOLÓGICOS

Conforme mencionamos no **Capítulo 2**, buscamos verificar ao longo do doutorado impactos dos documentos oficiais — em especial, os Decretos de 1919 e 1945 e as Portarias de 1943 e 1945 — em estudos filológicos produzidos no Brasil. De acordo com nosso levantamento, não foi verificado nenhum tipo de alusão direta ou indireta a esses documentos em materiais filológicos sobre o espanhol ou que abordavam a língua espanhola, à exceção de Nascentes (1919).

Da vasta produção filológica publicada no período de 1919 a 1961, selecionamos seis, que perpassam todas as décadas de nosso recorte temporal: Nascentes (1919), Ribeiro (1933[1921]), Nascentes (2003[1936]), Elia (1961[1940]), Chaves de Melo (1951) e Maurer Jr (1951). Como já dissemos, são obras que se encaixam em duas fases distintas dos estudos filológicos brasileiros e que, embora tenham características diferentes, trazem dados variados do espanhol/dos estudos hispânicos.

Dentre essas seis obras, as de Nascentes (1919; 2003[1936]) são as únicas que têm como foco principal a sistematização do espanhol. Nas demais, a língua espanhola é tratada de modo marginal. Por este motivo, quando estes materiais forem abordados nas páginas a seguir, apresentaremos sempre o levantamento completo que realizamos de cada trecho dos materiais em que há menção ao espanhol, procedimento que não adotamos, por exemplo, no **Capítulo 3**, nem neste capítulo, quando tratamos das obras de Antenor Nascentes.

A seguir, expomos as informações a respeito dos materiais filológicos supracitados. Estas informações, que englobam dados externos e internos, abarcam os tópicos de análise mencionados no **Capítulo 2**. Optamos por apresentar, inicialmente, uma análise descritiva dos materiais que têm o espanhol como língua principal de estudo — Nascentes (1919; 2003[1936]) — e, em seguida, as obras em que o espanhol ocupa uma posição secundária — Ribeiro (1933[1921]), Elia (1961[1940]), Chaves de Melo (1951) e Maurer Jr (1951).

4.1. Ensaio de phonetica diferencial luso-castellana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol de Antenor Nascentes

4.1.1. Dados internos⁴²

Conforme já mencionamos anteriormente nesta tese, esta é a primeira obra publicada no Brasil em que o espanhol é tomado como língua-objeto de sistematização. Além disso, é com ela que Antenor Nascentes torna-se catedrático de espanhol no renomado Colégio Pedro II em 1919, informação que está explicitamente citada tanto na capa quanto na folha de rosto da obra: “trabalho apresentado em concurso para provimento da cadeira de espanhol do Collegio Pedro II”.

Em uma primeira análise do material com o qual tivemos contato, encontramos na folha que divide a capa e a folha de rosto a seguinte dedicatória de Nascente a Manuel Bandeira (1886 – 1968), escrita à mão e em espanhol: “Regalo del autor a su amigo Manuel Bandeira, 10-8-1919” [Presente do autor a seu amigo Manuel Bandeira, 10-8-1919]. A dedicatória oficial, no entanto, está dirigida “aos meus mestres de 1877 e 1902 e aos actuais professores do Collegio Pedro II” (1919: s/p.), isto é, aos docentes que fizeram parte da formação de Nascentes e àqueles que viriam a ser seus companheiros profissionais nesse colégio.

A obra abarca dois estudos independentes. O primeiro deles engloba uma versão da história das línguas românicas, culminando em um momento de análise sobre a proximidade histórico-cultural e linguística do português e do espanhol; e uma explanação sobre as leis fonéticas, seguida de uma lista de evoluções fonéticas (vocálicas e consonantais) do latim para o português e espanhol e de outra lista com palavras portuguesas que teriam vindo do espanhol. O segundo trata de elementos gregos — vindos diretamente, por meio de outras línguas ou por neologismos cultos — presentes no espanhol. Nesta parte, o autor apresenta ao leitor uma lista com termos gregos primitivos acompanhados das palavras do espanhol que teriam se originado delas.

A língua espanhola é apresentada em Nascentes (1919) como a que teve sua origem em Castela, a partir do latim, assim como as demais línguas românicas:

⁴² Os dados externos, referentes à biografia e formação intelectual de Antenor Nascentes, já foram expostos no **Capítulo 3** desta tese.

Primeiramente admittiram-se seis linguas românicas (1836); depois, sete (1889); hoje admitem-se nove, que do oriente para o occidente da Europa, são: o romeno, o dalmatico, o rhetico, o italiano, o sardo, o provençal, o francez, o castelhano e o português (*ibid.*, p. 6).

Não há uma abordagem a respeito da diversidade desta língua em todo o território hispanofalante, nem qualquer menção a usos distintos em registros e contextos diferentes. A única possível exceção à afirmação anterior seria o seguinte fragmento, no qual o autor frisa que o espanhol não se “dialetou” como o latim, apesar de ser falado em um amplo território:

Como explicar a diferenciação dentro da unidade lingüística do latim?
O espanhol se disseminou pela America em vastissima extensão e sem dialectar-se. Por conseguinte, o ponto de vista geográfico não explica o caso. O problema póde ser ainda estudado sob três pontos de vista: o historico, o ethnologico e o político-commercial (NASCENTES, 1919, p. 4).

O modo de nomear esta língua varia ao longo da obra entre “castelhano” e “espanhol” (e derivados, como “castelhanismo”, “língua espanhola”, etc), apesar de haver uma preferência quantitativa pelo uso do último. Em Nascentes (1919), estes termos seriam intercambiáveis e remeteriam ao mesmo objeto. O uso de “castelhano” seria avalizado pela Real Academia Española, que remeteria o uso deste termo à importância histórica do reino de Castela para a formação da Espanha:

O espanhol também se chama castelhano porque, como diz a Grammatica da Real Academia, ‘Castilla, habiendo contribuído de modo preponderante a formar la nación española, logró que su propia lengua dominase sobre los dialectos afines usuales en los antiguos reinos de León, Aragón y Navarra (NASCENTES, 1919, p. 10).

Seja castelhana ou espanhola, esta língua é sistematizada a partir da apresentação de dados linguísticos que são provenientes: (i) do conhecimento do autor; (ii) de obras de referência, que apresentam descrições linguísticas anteriores; ou (iii) de obras literárias.

A fim de retomarmos a que cada um desses tipos de dados se referem, relembremos que, com relação aos dados “(i) do conhecimento do autor”, fazemos referência àqueles que são apresentados *per se*, isto é, são caracterizados pela ausência de informações a respeito de sua fonte, por exemplo: “Os derivados em *mentum* dão *miento*, mas *tormento*, *alimento*, *momento*, *jumento*, *vestimenta*,

tormenta e os eruditos *convento*, *contento*, conservam o e.” (NASCENTES, 1919, p. 20).

Os dados oriundos de “(ii) obras de referência” são aqueles expostos e vinculados pelo autor a um estudioso ou a um estudo linguístico, geralmente que detém algum nível de prestígio. A modo de exemplificação, citamos o seguinte fragmento, cujo dado provém de uma obra de Antonio de Nebrija: “Na orthografia de Nebrija (sec. XVI) o *h* apaprece [aparece] nas palavras que tiveram *f*: na Andaluzia, na Asturia oriental, na Extremadura, ainda hoje o *h* é pronunciado como o *h* aspirado inglez e o *h* alemão e o espirito forte do grego antigo” (*ibid.*, p. 39-40) ou “Alpaca – Do quíchua, pelo esp. (Pidal).” (*ibid.*, p. 74).

O terceiro tipo de dados refere-se àqueles extraídos “(iii) de obras literárias”, como o **Poema del Cid**, as obras de Lorenzo de Sepúlveda, Miguel de Cervantes, Garcilaso de la Vega, etc. São, portanto, retirados de obras consideradas clássicas e tidas como referências da boa literatura. Para exemplificar, citamos os seguintes dados: “*Siglo* vem de *sieglo* (P. Cid.) – v. 1.445. ‘Todos los días del sieglo’” (*ibid.*, p. 21) ou “Dulcinéa – por antonomasia: amante, namorada; criação de Cervantes. A dama dos pensamentos de D. Quixote chamava-se Dulcinéa de Toboso” (*ibid.*, p. 81).

Em Nascentes (1919), estes dados parecem indicar que, apesar de não ser dito explicitamente, o espanhol descrito pelo autor é aquele que circulava entre os “bons autores/estudiosos”, presente nos círculos de cultura e erudição.

Durante a leitura da obra, constatamos que as menções a estudiosos, instituições ou escritores não apenas estão vinculadas aos dados linguísticos, mas também cumprem a função de dar força e credibilidade às explanações e sistematizações de Nascentes. Em outras palavras, as menções levantadas funcionam como argumentos de autoridade. No **Quadro 6**, apresentamos uma lista de todos os estudiosos, instituições e escritores do mundo hispânico encontrados neste material:

Quadro 6. Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos citados em Nascentes (1919)

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Agustín Francisco Gato Durán y de Vicente Yáñez (Espanha)	8
Alonso de Ercilla y Zúñiga (Espanha)	37

Antonio Capmany Surís y de Montpaláu (Espanha)	3
Elio Antonio Martínez de Cala y Xarava [Nebrija] (Espanha)	39, 77
Eugenio de Ochoa y Montel (França/Espanha)	10, 68
Francisco Gómez de Quevedo Villegas y Santibáñez Cevallos (Espanha)	37
Garcilaso de la Vega (Espanha)	37
Íñigo López de Mendoza [Marquez de Santillana] (Espanha)	82
José Zorrilla y Moral (Espanha)	81
Lope de Rueda (Espanha)	91
Lorenzo de Sepúlveda (Espanha)	23, 29, 63
Luis de Góngora y Argote (Espanha)	83
Miguel de Cervantes Saavedra (Espanha)	31, 81, 91
Pedro Calderón de la Barca (Espanha)	37
Ramón de la Cruz Cano y Olmedilla (Espanha)	91
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	20, 25, 31, 34, 37, 39, 40, 60, 64, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 94
Real Academia Española (Espanha)	10
Sebastián de Covarrubias y Orozco (Espanha)	39
Tirso de Molina [pseudônimo de Gabriel Téllez] (Espanha)	81

O quadro anterior permite-nos observar que todos os hispânicos (ou instituição, no caso da RAE) mencionados são espanhóis. A maioria deles é composta de escritores, poetas e dramaturgos que oferecem específicos dados linguísticos.

Deste grupo de hispânicos levantados, destacam-se em número de citações Miguel de Cervantes e Lorenzo de Sepúlveda, mencionados três vezes cada um, o que não os colocam em muito mais destaque que os demais. À exceção de Eugenio de Ochoa, Augustín Durán, Ramón de la Cruz e José Zorrilla, os demais escritores – Alonso de Ercilla, Garcilaso de la Vega, Marquês de Santillana, Lope de Rueda, Sepúlveda, Góngora, Cervantes, Calderón de la Barca e Tirso de Molina são autores que pertencem ao chamado Século de Ouro da literatura espanhola, isto é, o período — fixado pela historiografia literária entre 1492 e 1681 — em que se teria atingido o auge das expressões literárias e artísticas na Espanha (cf. GONZÁLEZ, 1999). São,

assim, dados linguísticos pertencentes à época que retrataria a “melhor forma da língua espanhola”.

Analisando o grupo de estudiosos/instituições espanhóis citados em Nascentes (1919), observamos que todos eles produziram trabalhos considerados “chave” para a tradição dos estudos linguísticos: Antonio de Nebrija escreveu a **Gramática Castellana** (1492), a primeira descrição do espanhol, e o **Diccionario latino-español** (1492), mencionado explicitamente por Nascentes (na página 77); Sebastián de Covarrubias é o autor do **Tesoro de la lengua castellana o española** (1611), o primeiro dicionário monolíngue da língua espanhola; a Real Academia Espanhola, instituição reguladora do idioma que, como sabemos, publicou (e ainda publica) obras de referência (cf. LAPESA, 1981, p. 414-417; 419-421; OLIVEIRA, 2018, p. 31); e Ramón Menéndez Pidal, filólogo membro da RAE, autor de obras frequentemente revisitadas, como **Orígenes del español** (1926), trabalho que representaria “o auge de linguística espanhola” (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1994-1995, p. 259).⁴³

As obras de Nebrija e Covarrubias são citadas como fontes de dados linguísticos presentes em Nascentes (1919). A menção à RAE se restringe à explicação acerca do uso do termo “castelhano” para também nomear a língua espanhola. Pidal, no entanto, é o estudioso que mais se destaca, seja pela quantidade de citações, seja pela função que cumpre, pois, além de fornecer dados de língua para a obra do filólogo brasileiro, tem algumas de suas sistematizações ou constatações históricas também presentes neste material. Os fragmentos a seguir exemplificam a afirmação anterior: “Pidal explica por assimilação ao / palatal as fórmulas *iell ill*, com queda do elemento menos palatal [...]” (NASCENTES, 1919, p. 20); “O *a* é uma vogal absorvente da syllaba inicial; excluidos *mirabilia*, **bilancea*, etc., que não nos interessam pela concordancia, citemos: *silvatica* – *selvagem* – *salvaje*, que Pidal explica pela assimilação [...]” (*ibid.*, p. 31) e “Garcilaso ainda aspira [o *h*]; Ercilla ora aspira ora não; Calderón e Quevedo quase não levam em conta o *h*. Diez diz muito antiga a transformação; Pidal fal-a datar do sec XIII, pelo menos” (*ibid.*, p. 37).

Apesar da visível importância de Pidal para este trabalho de Nascentes, notamos que, no entanto, o brasileiro não se aprofunda nas ideias do filólogo espanhol e não há um detalhamento teórico sobre suas concepções linguísticas, por exemplo.

⁴³ Não englobamos aqui Antonio Capmany por dois motivos. Em primeiro lugar, ele não foi propriamente um estudioso da linguagem ou de línguas, mas sim um estudioso da área da história, filosofia e política. Em segundo lugar, Antenor Nascentes o menciona unicamente na epígrafe de sua obra de 1919.

Na realidade, não encontramos neste material temas que originaram uma discussão teórica com Pidal, nem com nenhum outro estudioso hispânico.

Pelos fragmentos já expostos, é possível perceber que, em Nascentes (1919), dois níveis de articulação são enfocados na sistematização linguística. Na primeira parte da obra, engloba-se tanto um tratamento fonético-fonológico (vinculado a informações ortográficas) quanto um tratamento lexical (que ocorre por meio da listagem de palavras do espanhol que teriam passado para o português), conforme podemos ver nos seguintes exemplos: “Inicial [ps], o port. escreve embora nem sempre pronuncia; o esp. só escreve quando pronuncia: *psalmu* – *psalmo* (cultismo) – salmo [...]” (NASCENTES, 1919, p. 64) e “Aguinaldo – Nome próprio [do espanhol] que começou a aparecer em port. depois que o heróe philippino se celebrizou” (*ibid.*, p. 73).

Na segunda parte da obra, o foco recai sobre aspectos lexicais, isto é, trata de palavras do espanhol que vieram do grego ao longo dos anos ou que chegaram a este idioma posteriormente, por formação de neologismos. Seja na primeira, seja na segunda parte de Nascentes (1919), observamos que os níveis de articulação abordados são vistos sempre sob um viés histórico-etimológico, como já era esperado pela leitura do título da obra.

Uma característica específica da primeira parte da obra, inexistente na segunda, é a aproximação entre o português e o espanhol, também previsível pela leitura de parte do nome deste material: “**Ensaio de phonetica diferencial luso-castellana**”. Nessa primeira parte, o autor comenta a respeito do parentesco linguístico e da grande semelhança entre as línguas: “Como diz o mestre João Ribeiro, os castelhanismos da língua portuguesa são de difícil determinação, porque em geral pouco profundas são as diferenças entre as duas linguas e grande numero de vocábulos foram imediatamente adoptados.” (NASCENTES, 1919, p. 73).

As semelhanças seriam tão visíveis que o estudioso brasileiro se dedica a comentar, ainda que brevemente, sobre a polêmica de que o português não seria uma língua, mas sim um dialeto do espanhol. Conforme podemos ver nos fragmentos a seguir, Nascentes responde a esse tema de forma taxativa, afirmando que se trata de línguas diferentes:

Quase não vale a pena discutir se o portuguez é um dialecto do castelhano (o portuguez diz que o espanhol é o portuguez mal falado e o espanhol paga-lhe na mesma moeda); como porém, esta é uma opinião que tem seu curso, não é de mais tratar do assumpto [...].
[...] Podemos considerar o portuguez um dialecto do espanhol? [...] **Ambas foram dialectos e graças a causas diversas hoje são línguas [...]**” (NASCENTES, 1919, p. 6 – 7 [negritos nossos])

Apesar das semelhanças, que facilitariam a comunicação entre falantes do português e do espanhol, Nascentes defende que o nível fonético guardaria as maiores divergências entre esses dois idiomas. Essa seria a justificativa para a realização do trabalho que apresentou para conseguir a cátedra do Colégio Pedro II:

[...] Quem fala o portuguez lê e compreende o espanhol, com deficiência, é verdade, mesmo sem ter aprendido. A imigração, o teatro, a vizinhança de republicas espano-americanas tornam o espanhol uma iingua [língua] familiar aos nossos ouvidos.
Mas a semelhança (parece um paradoxo) é a maior dificuldade para quem maneja as duas linguas[...]; as irmãs gêmeas têm seus traços diferenciaes e é na fonética principalmente quye vamos encontrar os mais característicos. Dahi a escolha do nosso assumpto (NASCENTES, 1919, p. 11).

Durante a leitura da primeira parte da obra, observamos que as aproximações feitas indicam semelhanças e diferenças a respeito da evolução fonética de vogais e consoantes entre as línguas portuguesa e espanhola. Em outras palavras, constatamos que Nascentes não trata apenas as divergências linguísticas entre os dois idiomas, embora o foco seja os pontos divergentes entre eles. Um exemplo dos vários trechos em que se comenta uma diferença fonética entre o espanhol e o português é: “O o final manteve em esp. a pronuncia como em italiano; em port. tende para *u*, assim como em Santander, nas Asturias, Zamora, Salamanca e occidente de Leão; em Aragão o em hiato com a tonica faz-se *u*: *lau lado*.” (NASCENTES, 1919, p. 30). O fragmento anterior foi o selecionado por nós, dentre muitos outros, pois nele também observamos que Nascentes recorre algumas poucas vezes a aproximações com outras línguas — no caso, francês e italiano — para tornar a explicação mais compreensível ao seu leitor especializado, conhecedor das línguas românicas.

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 7. O tratamento dado ao espanhol, segundo Nascentes (1919)

A língua:

Nomeada como “castelhana” ou “espanhola”, embora o último termo seja mais recorrente. É vista em uma perspectiva histórico-etimológica, registrada muitas vezes por autoridades espanholas – dentre as quais destaca-se Ramón Menéndez Pidal.

A descrição geral:

Obra dividida em duas partes: na primeira, há exposição contrastiva a respeito da pronúncia de determinados termos em português e espanhol, além de lista de palavras em espanhol que teriam chegado ao português; na segunda, exposição de elementos linguísticos do grego que passaram a formar palavras em espanhol. Os níveis de articulação enfocados são o fonético-fonológico e o lexical.

Técnicas de descrição:

Uso de exemplos linguísticos muitas vezes retirados de obras ou estudos de referências, contrastes com o português (e, eventualmente, com outras línguas), listas de palavras e afixos.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou como de recepção dos estudos hispânicos sobre o espanhol, vistos como dados de autoridade para o autor brasileiro.

4.2. Esbozo de comparación del español con el portugués de Antenor Nascentes

4.2.1. Dados internos

Este trabalho é uma conferência proferida por Antenor Nascentes na Universidade do Chile, em janeiro de 1936, transcrita nos **Estudos Filológicos** (2003) — obra dedicada ao autor e organizada por Raimundo Barbadinho Neto. Neste livro, encontram-se uma lista bibliográfica “de” e “sobre” o filólogo brasileiro, textos em sua homenagem, além de estudos e artigos que Nascentes produziu ao longo da carreira.

Conforme podemos deduzir pelo título do trabalho — e comprovar durante a leitura dele — todo o texto e sistematização que se faz sobre o espanhol nesse material ocorre por meio da aproximação com o português. Segundo Nascentes, esta técnica já teria trazido bons resultados principalmente entre línguas com origem e característica tão próximas:

El método comparativo se aplicó a todas las lenguas con los más saludables resultados.

Mas, la comparación puede ejercerse eficientemente entre las lenguas salidas de un mismo tronco; y dentro del dominio románico no hay otras dos lenguas que mejores oportunidades ofrezcan para una comparación, que el español y el portugués (NASCENTES, 2003 [1936], p. 325).

Esta técnica de descrição foi, de fato, um recurso bastante usado nos trabalhos do filólogo brasileiro; afinal, como vimos, foi aplicada nas suas obras de 1919 e 1920, já comentadas nesta tese.

A aproximação — ou comparação, segundo as palavras do autor — ocorre inicialmente por meio de uma retomada de semelhanças gerais entre o espanhol e o português, conforme podemos ver nos seguintes fragmentos: “El sistema fonético es casi completamente igual.” (NASCENTES, 2003[1936], p. 325) e “La acentuación tónica latina se ha mantenido en ambas lenguas con igualdad verdaderamente notable.” (*ibid.*, p. 329)

Apesar dos comentários reproduzidos acima a respeito das semelhanças entre as línguas, o foco do trabalho comparativo reside na explicitação das diferenças entre o espanhol e o português, como podemos ver em: “Además de las vocales españolas, el portugués presenta vocales abiertas y vocales nasales que no se encuentran en español.” (NASCENTES, 2003[1936], p. 326), “En los grados de significación, lo más importante de observar es el diminutivo que en español presenta de preferencia *ito*, mientras en portugués presenta *inho*.” (*ibid.*, p. 332), “[...] hay divergencias, principalmente en palabras eruditas: divergencias chocantes al oído, que constituyen una de las mayores dificultades para los parlantes pertenecientes a una lengua que hablan la outra.” (*ibid.*, p. 329); “El español usa más que el portugués el complemento directo acompañado de la preposición *a*.” (*ibid.*, p. 340), entre muitas outras ocorrências.

Para expor as diferenças entre o espanhol e o português ao leitor — entendido como aquele que integra um grupo de especialistas em línguas, informação que podemos deduzir ao notar ao longo do texto referências pontuais a diversos idiomas, como o francês, asturiano e, inclusive, ao finlandês e norueguês — Nascentes traz dados do espanhol provindos de três fontes: (i) de seu próprio conhecimento; (ii) de obras de referência, como, por exemplo, as *Notas* de Rufino José Cuervo à **Gramática** de Andrés Bello; (iii) de uma obra literária de Juan Valera.

Os dados linguísticos que são provindos do conhecimento de Nascentes — como em “La *e* y la *o* breves y tónicas sufrieron en español diptongación en *ie*, *ue*, mientras en portugués dieron una *e* y una *o* abiertas; **lat. septem, esp. siete, port. sete.**” (NASCENTES, 2003[1936], p. 327 [grifos nossos]) — constituem a grande maioria dos apresentados neste trabalho.

Os exemplos retirados de obras de referência são aqueles encontrados e vinculados por Nascentes a obras que trazem algum tipo de sistematizações do espanhol, como, no caso, as *Notas* de Rufino Cuervo à **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1942[1847]), de Andrés Bello ou à **Gramática de la lengua española** (não há menção a qual edição, nem ao ano), da Real Academia Española, vistos, por exemplos, em fragmentos como os a seguir: “Compuesto de la locución *vostra mercede* (*vuestra merced*), ambas lenguas presentan un *pronomen reverentiae* que en portugués es *você* y en español *usted*. Cuervo, en sus *Notas* a Bello, pág. 43, estudió las curiosas transformaciones de esta locución en español.” (NASCENTES, 2003[1936], p. 333) e “El diminutivo en *iño*, *corpiño*, por ejemplo, se encuentra en español: pero es una forma peculiar de Galicia (*Gramática de la Academia*, p. 21)” (*ibid.*, p. 332).

Por fim, há apenas um uso de dado linguístico provindo de uma obra literária. No caso, referimo-nos à tradução para o espanhol do romance grego **Dafnis y Cloe**, feita por Juan Valera:

En oraciones explicativas, *quem* no puede actuar como sujeto, lo cual sí es frecuente en español.
Véase este ejemplo de Valera, *Dafnis y Cloe*, p. 108:
Las gentes celebraron a Pan, quien en mar y tierra obró luego mayores prodigios (NASCENTES, 2003[1936], p. 340).

Os dados são utilizados pelo autor para tratar de temas linguísticos do espanhol que abarcam quatro níveis de articulação: fonético, morfológico, sintático e lexical. No nível fonético, estão, por exemplo, tópicos como a ditongação de vogais (*siete* - sete), a conservação do *b*, do *d* e do *l* latinos interválicos (*haba* – fava; *crudo* – cru; *malo* - mau), posição da sílaba tônica (*atmósfera* – atmosfera), etc. No nível morfológico, são abordados temas como a contração de preposições e artigos (*en el* – no), o gênero e número de substantivos (*el árbol* – as árvores), apócope de adjetivos (*gran* – grande), pronomes (*mi*, *mío* – meu), etc. Para o nível sintático, Nascentes dedica espaço à colocação dos pronomes oblíquos, emprego de *muy* e *mucho*, uso da preposição *a* diante de complementos diretos, etc. Com relação ao nível lexical, trata de heterossemânticos — isto é, alguns falsos amigos como *largo* e *ancho* (que, em português, significam comprido e largo, respectivamente) e parônimos, como é o caso da palavra espanhola *ciruela* (em português, “ameixa”), que lembraria para um luso-falante, segundo o autor, a palavra “ciroula” (vestimenta íntima).

Para tratar desses temas, Nascentes menciona alguns estudiosos do mundo hispânico. Alguns aparecem como fontes de dados linguísticos; outros, vinculados a sistematizações da língua espanhola. Reunimos no quadro abaixo todos os estudiosos citados e as páginas em que são encontrados.

Quadro 8. Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos citados em Nascentes (2003[1936])

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Juan Valera y Alcalá-Galiano (Espanha)	340
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	327, 333
Real Academia Española (Espanha)	332
Rufino José Cuervo (Colômbia)	333, 335
Tomás Navarro Tomás (Espanha)	326, 327

À exceção de Rufino José Cuervo, os demais hispânicos mencionados são de origem espanhola. Todos eles — incluindo o estudioso colombiano — são nomes que gozam de reconhecimento, seja nos estudos linguísticos, seja no âmbito literário (caso de Juan Valera).

Nascentes inclui no seu trabalho contrastivo dados de língua e/ou sistematizações desses estudiosos/instituições que aparecem de maneira rápida e superficial, sem estabelecer uma discussão ou aprofundamento dos temas em foco. Para ilustrar esta afirmação, trazemos o seguinte fragmento em que é feita referência a Ramón Menéndez Pidal:

En compensación, hay en portugués: un fonema igual al de la *j* francesa, fonema que aparece en el español de América; otro igual al inicial de la palabra francesa *chaise*; y una *v* labiodental, como aparece en España en boca de valencianos y mallorquines (M. Pidal, *Gramática Histórica*, p. 83)" (NASCENTES, 2003[1936], p. 327).

Após o trecho reproduzido acima, o filólogo brasileiro passa a abordar outro fonema — no caso, o som representado pelo *z* em português, dando por encerrado o tratamento dado ao “fonema do português equivalente ao *j* francês” ou à *v* labiodental encontrada em Valência e Maiorca. A menção a estes estudiosos aparece, portanto, com uma função de dar credibilidade à sistematização de Nascentes e não como uma

possibilidade de discussão de conceitos ou de um exame mais acurado acerca de um determinado fenômeno linguístico.

Para mais uma exemplificação, trazemos um fragmento em que há uma menção à Real Academia Espanhola: “En Portugal se usan diminutivos en *ito*. En el Brasil son raros. El diminutivo en *iño*, *corpiño*, por ejemplo, se encuentra en español: pero es una forma peculiar de Galicia (*Gramática de la Academia*, p. 21)” (NASCENTES, 2003[1936], p. 332). A informação é dada, atribuída a uma fonte confiável e reconhecida pela elite intelectual, porém não é desenvolvida, já que a esse trecho segue o tema da formação dos comparativos com os adjetivos *grande*, *bueno* e *malo*.

O filólogo brasileiro nomeia as duas línguas-objeto que toma para análise como “português” e “espanhol”. O termo castelhano, por exemplo, não tem lugar neste trabalho. Devido à natureza do texto — que foi, como já dissemos, uma conferência proferida em uma universidade chilena — acreditamos que não tenha sido importante para Nascentes reservar espaço para justificar a escolha do termo “espanhol” em contraposição a “castelhano”. O que de fato percebemos é que o estudioso brasileiro fala de dados de um “espanhol” que seria o falado em várias regiões da Espanha e da Hispanoamérica, conforme observamos no seguinte fragmento, que tomamos como exemplo: “El ceceo, que — por otra parte — no existe en Andalucía, Canarias, Valencia, Mallorca, Cataluña y América (Navarro Tomás, *Pronunciación*, 90), constituye en portugués un vicio de ortofonía” (NASCENTES, 2003[1936], p. 326). Além de casos semelhantes a esse, Nascentes menciona em alguns poucos momentos fenômenos linguísticos do espanhol vistos na Galícia (como a existência do sufixo *-iño*) ou na América (como a presença do som do *j* francês), porém ele o faz de modo bastante geral, sem especificar registros ou contextos específicos dessas variedades.

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 9. O tratamento dado ao espanhol, segundo Nascentes (2003[1936])

A língua:

Nomeada como “espanhola”, é vista ora em uma perspectiva histórica, ora em uma perspectiva sincrônica. É vista como diversa, sem entrar em detalhes de variedades linguísticas.

A descrição geral:

O trabalho não apresenta divisões claras, porém aborda fenômenos linguísticos de modo agrupado, isto é, trata primeiro alguns temas fonéticos, depois temas morfológicos, em seguida temas sintáticos e, por fim, temas lexicais.

Técnicas de descrição:

Uso de exemplos linguísticos preponderantemente provenientes do conhecimento do autor e somente em alguns casos retirados de obra ou estudos de referências, contrastes com o português (e, eventualmente, com outras línguas).

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou como de recepção dos estudos hispânicos sobre o espanhol, vistos como dados de autoridade para o autor brasileiro.

4.3. A Língua Nacional de João Ribeiro

4.3.1. Dados externos

A obra **A língua nacional** (1933[1921]), foi escrita por **João Batista Ribeiro** de Andrade Fernandes⁴⁴ (1860 – 1934), renomado filólogo, jornalista, poeta, ensaísta, historiador, folclorista e crítico literário.

Nasceu em Laranjeiras (Sergipe), realizou o curso de humanidades no Ateneu Sergipense de Aracaju e iniciou o curso para ser médico na Faculdade de Medicina de Salvador, que abandonou pouco tempo depois. Em 1881, transferiu-se para o Rio de Janeiro para tornar-se um homem de letras. Segundo Silva (2008, p. 29), João Ribeiro “pode ser considerado um autodidata exemplar de sua geração” e esta característica parece ter lhe permitido aprofundar em várias áreas do conhecimento.

João Ribeiro

⁴⁴ A fotografia de João Ribeiro é do acervo da Academia Brasileira de Letras (ABL), e está disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia> (acesso em 10 de junho de 2019).

João Ribeiro, que primeiro incursionou pelo âmbito jornalístico, prestou concurso para a cátedra de Português no Colégio Pedro II em 1887 — com o trabalho “Morfologia e colocação dos pronomes”. Em 1890, foi nomeado para a cadeira de História Universal naquele colégio. Em 1898, passou a integrar a Academia Brasileira de Letras, que havia sido fundada um ano antes, tornando-se o primeiro acadêmico a ser eleito para a instituição recém fundada⁴⁵ (SILVA, 2008, p. 28).

Entre suas principais obras linguísticas, constam a **Gramática portuguesa** (1887), os **Estudos filológicos** (1902), a **Língua Nacional** (1921) e **Curiosidades verbais** (1927). Segundo Elia (1975), os estudos de João Ribeiro revelavam que ele “queria também a ‘alma’ das línguas, o elemento humano que lhes dava as suas feições distintivas, a força vital que lhes explicaria as formas e o sentido das transformações. Daí a sua preocupação com os estudos folklóricos” (p. 127).

A Língua Nacional (1933[1921]) é considerada uma das primeiras obras da chamada “direção filológica” (cf. ELIA, 1975), sendo que nela encontramos uma abordagem “culturalista”⁴⁶. Ribeiro, que também é tido como um grande historiador⁴⁷, imprimiu em suas descrições linguísticas dados de ordem histórica e cultural que teriam influência sobre o uso linguístico. Podemos ver, neste material que tomamos para análise, a importância dada a condições sócio-históricas em que a língua se insere para poder estudá-la (PETRI, SCHNEIDERS e SCHERER, 2015, p. 55).

4.3.2. Dados internos

O livro **A Língua Nacional** (1933[1921]) compõe-se de uma reunião de 31 capítulos – alguns deles já haviam sido publicados em revistas especializadas da época, como a **Sciencia e Letras** e a **Revista de língua portuguesa**, conforme o próprio autor explicita na obra. Nos capítulos, são comentadas especificidades do português do Brasil, em contraposição ao português europeu. De acordo com Ribeiro, as diferenças linguísticas seriam válidas e nenhuma deveria ser considerada “errada”.

⁴⁵ A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1897.

⁴⁶ Esta abordagem provém das escolas filosóficas de Baden e Marburgo, da Alemanha que, *grosso modo*, davam à cultura um lugar central para a reflexão sobre problemas filosóficos. Nos estudos de filologia, Ribeiro se baseia nessa abordagem culturalista ao incorporar dados históricos e sociais relacionados aos fatos linguísticos enfocados em suas análises.

⁴⁷ Como se sabe, João Ribeiro publicou a obra **A História do Brasil** (1900). Nela, ele também emprega seus conhecimentos filológicos ao comentar momentos da história brasileira, tais como aqueles relativos à escolha dos nomes dados ao país. De acordo com Silva (2008, p. 86): “quando escreve sobre história, João Ribeiro utiliza seus conhecimentos de filologia; o contrário também é verdadeiro, seus conhecimentos de história são ferramentas fundamentais para suas pesquisas filológicas”. Vemos, portanto, que estas áreas frequentemente se entrelaçaram nas obras do autor.

Tais diferenciações — estejam no âmbito lexical, morfológico, sintático, etc. — caracterizariam uma pluralidade de ideias, sentimentos e modos de se expressar. Desse modo, parecia-lhe inadmissível que os brasileiros tivessem de alterar sua forma de falar segundo a gramática dos portugueses, conforme depreendemos dos seguintes fragmentos: “Parece todavia incrível que a nossa Independencia ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 8); “A primeira lição elementar de todas as ciencias é que objetivamente não pode haver um fenomeno bom e outro mau ou ruim. Todos os fenômenos são essencialmente legitimos” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 9-10); e “No dia em que [os portugueses] não nos compreenderem, façam glossários e, se o quizerem, traduzam os escritores americanos” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 22).

A obra é endereçada a amadores e estudiosos do português da América e, portanto, tem como língua-objeto o português brasileiro. A língua espanhola está presente de modo secundário, em passagens específicas. Dados linguísticos de outros idiomas — como francês, italiano, latim, árabe, alemão, quéchua, quimbundo, tupi — também são mencionados ao longo do material, de forma secundária e pontual.

Em palavras gerais, podemos dizer que o espanhol é mencionado pelo autor quando ele quer trazer à tona a origem indígena de certas expressões, isto é, o local onde são registradas quando estabelece paralelos desta língua com o português. No **Anexo V**⁴⁸, apresentamos um quadro que reúne trechos da obra em que é mencionada a língua espanhola.

Com base em todas as ocorrências do espanhol em Ribeiro (1933[1921]), observamos que o modo de denominar esta língua é variável:

a) ora encontramos o uso de castelhano/castelhanismo, como nos seguintes trechos:

- “Sem duvida os castelhanos admitiram - *llapa* - mas não é palavra ‘castelhana de buena estirpe’. É um americanismo.” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 83)
- “[Tocaio] É um puro castelhanismo de origem curiosa e pitoresca como iremos ver, e que entrou na linguagem regional riograndense pelo contacto

⁴⁸ Neste quadro, assim como nos seguintes (**Anexos VI, VII e VIII**), colocamos: na primeira coluna, o número da citação; na segunda coluna, encontram-se os fragmentos transcritos; e, na terceira, a página de ocorrência da menção.

das gentes fronteiriças e gaúchas." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 92)

- "O caso de - *tocaio* - castelhano apresenta uma curiosidade historica digna de nota." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 93)
- "Se o - *tocaio* - castelhano provem da antiga formula tu Caius em reminiscencia fragmentaria do brocardo latino, não é singularidade estranhavel." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 94)
- [Sobre o termo alarife] "A's belas artes, isto é, as artes finas e sutis como lhes chamam os arabes (*alfunuun azzarifah*) parece relacionar-se o radical da palavra na sua derivação castelhana e principalmente na metafora e translação do sentido com que a observamos na America." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 177)
- "**Inhapa** (pg. 83). O que diz Soler com falta absoluta de razão, como ficou provado, é o seguinte: 'Es palabra castellana de buena estirpe, pero no se escribe con **y**: es **llapa**.'" (RIBEIRO, 1933[1921], p. 251)
- "- No castelhano, como no português e nas linguas romanas, **tocaio** pertence a uma familia de palavras interessantes de etimologia difícil e até hoje muito discutida: **tocar**, **tocare**, **toucher** e seus derivados" (RIBEIRO, 1933[1921], p. 259)

b) ora de espanhol/espanholismo, como em:

- "*Maragato*: espanholismo da fronteira. Origens historicas na peninsula iberica. A palavra era já familiar: *maragatos* restritamente eram os josefinos ou os habitantes da região de S. José na republica Oriental do Uruguai." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 123)
- "Esta definição dos lexicos portugueses não se compadece com o sentido que se lhe dá no sul do Brasil, na fronteira onde é de uso muito comum, e por isso Romanguera atribue-o ao influxo do espanhol por intermedio das vizinhas republicas hipano-americanas." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 175-176)

Pela leitura dos fragmentos, não há informação ou um posicionamento explícito do autor que justifique um uso consciente de termos distintos para falar desse idioma. No entanto, é possível verificar que Ribeiro eventualmente opta por usar *castellano* quando trata de dados linguísticos encontráveis especificamente na região de Castela ou na Espanha; e espanhol quando aborda dados linguísticos da América.

Esta hipótese parece válida quando analisamos o trecho que aparece no primeiro tópico, encontrado na página 83. Além disso, quando observamos as duas citações em que ocorre o uso de espanhol/espanholismo, notamos que estes termos sempre estão vinculados a dados linguísticos encontráveis em regiões ou países da América. Esta hipótese não é, todavia, comprovada em todos os casos. A seguir, apresentamos o trecho da obra que refuta esse pressuposto:

"**Inhapa** (pg. 83). O que diz Soler com falta absoluta de razão, como ficou provado, é o seguinte: 'Es palabra castellana de buena estirpe, pero no se escribe con **y**: es **llapa**. Véase el diccionario de Salvá, que dice primeramente: '**El aumento** de azougue que se echa al metal al tiempo que se trabaja en el buítron'. [...] También existe el verbo **llapar** en las dos acepciones antedichas i se halla em Salvá. Sustantivo i verbo aparecen también en la Sociedad Literaria i Dominguez: no discrepan los tres diccionarios en ninguna cosa. Hai en castella la voz **adahaba** como dice mui bien el distinguido filólogo, para expresar exactamente lo que en America conocemos por **llapa**, pero esta voz es inusitada en Chile.'" (RIBEIRO, 1933[1921], p. 251)

Ao tratar do termo "inhapa", o autor comenta que em *palavra castellana* este é nomeado e conhecido na *América* como *llapa*. Nesse caso, entendemos que, para ele, o "castelhano" seria falado na América. De acordo com este fragmento, Ribeiro tende a distinguir dados da península ibérica e da América por meio de designações diferentes, porém nem sempre segue esse critério à risca.

Com respeito à presença de dados de língua na obra, constatamos que o autor cita exemplos linguísticos do espanhol provenientes de várias partes do mundo hispanofalante: Espanha, Colômbia, Peru, Chile, Bolívia, México, Paraguai, Argentina, Uruguai (ou do que ele chama de região platina/Rio da Prata). Os dados linguísticos encontrados neste material são provenientes:

a) do conhecimento do autor (informação depreendida pela ausência de fontes), como, por exemplo, nas citações⁴⁹:

- "A palavra *chumberga* existe desde os tempos coloniais no Brasil. [...] Como era também uma expressão peninsular, de toda a Espanha, por essa razão veio repercutir nas republicas de origem espanhola e, como reflexo, na linguagem fronteiriça do Rio Grande do Sul." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 53)
- "A palavra - inhapa [*ñapa*] - tem grande extensão de uso na America do Sul. É conhecida na Colombia, no Perú, no Chile e nas regiões platinas.[...]"

⁴⁹ Em sua totalidade, são aqueles presentes nas citações 2, 5, 9, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 31, 35 e 39 do **Anexo V**.

(RIBEIRO, 1933[1921], p. 82)

- "Nem no sentido especial do vocabulo americano faltavam vozes á lingua espanhola: *adehala*, por exemplo (do arabe *adejala*) como não faltam, tão numerosas são, no português: quebra, crescença, gages, propina, etc." [...]"

(RIBEIRO, 1933[1921], p. 84)

- "O caso de - *tocaio* - castelhano apresenta uma curiosidade historica digna de nota." (RIBEIRO, 1933[1921], p. 93)

b) ou são extraídos de materiais (dicionários, vocabulários, etc.) elaborados por estudiosos ou instituições de referência, como em:⁵⁰

- "O modismo não é original nem próprio ou exclusivo do Rio Grande do Sul, é de todos os gaúchos da banda oriental e da Argentina. Ciro Baio no seu Vocabulario Criollo, também o registra, com o refrão gaúcho: 'En la tropa nunca falta un buey corneta.' E com a definição exata do termo: '*Buey corneta*. Buey revoltoso, alborotador de uma hacienda.'" (RIBEIRO, 1933[1921], p. 43)
- "Rufino Cuervo registrou a forma - *ñapa* - na linguagem de Bogotá. Entretanto, a mais geral entre hispano-americanos e que deu entrada no dicionario da Academia é - *llapa* - (*lhapa*). [...]" (RIBEIRO, 1933[1921], p. 83)
- "Os espanhois tomaram-na aos "peruleros" de volta á metropole num sentido especial, de termo de mineração, definindo-a, segundo a Academia: 'Llapa. Azougue que en las minas del Peru se añade al mineral argentifero para facilitar el termino de su trabajo en el buitron' " (RIBEIRO, 1933[1921], p. 83-84)

Constatamos que, quantitativamente, textos literários tiveram pouca importância como fontes de dados linguísticos para Ribeiro. Chamam a atenção também os dados incorporados à língua espanhola em virtude de seus contatos com outras línguas, em especial as indígenas, como o quéchua, por exemplo.

Encontramos em **A Língua Nacional** menções a vários estudiosos, instituições e escritores hispânicos, que são tomados como referência e autoridade para as informações que compõem a obra. A seguir, apresentamos o **Quadro 10**, em que reunimos todos os nomes citados:

⁵⁰ Em sua totalidade, são aqueles presentes nas citações 1, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 37, 38 do **Anexo V**.

Quadro 10. Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Ribeiro (1933[1921])

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Antonio Enríquez Gómez (Espanha) ⁵¹	207
[Antonio Ruiz de] Montoya (Peru)	152
Ciro Bayo y Seguro (Espanha)	43, 85, 89, 145, 176, 187
Daniel Granada y Conti (Espanha)	86, 87, 88, 145, 152, 176
Fidelis Pastor del Solar (Chile?)	83, 251
Leopoldo Eguilaz y Yanguas (Espanha)	175
Luís Besses y Terrete (Espanha)	256
Martín Sarmiento (Espanha)	225
Real Academia Española (Espanha)	84
Rodolfo Lenz (Alemanha/Chile)	90
Rufino José Cuervo (Colômbia)	83
Tineo Rebolledo (Espanha)	256
[?] Zerollo (?)	250

Conforme podemos observar no **Quadro 10**, nos fragmentos levantados foram localizadas treze citações a hispânicos, dos quais oito são espanhóis e quatro são latino-americanos. Dentre os espanhóis, encontramos tanto a Real Academia Espanhola e mais alguns estudiosos da linguagem — que escreveram vocabulários e gramáticas, como **Ciro Bayo**, **Daniel Granada**, **Eguilaz y Yanguas**, **Luís Besses** e **Tineo Rebolledo** — quanto escritores de prosa e poesia, como **Antonio Gómez** e **Martín Sarmiento**. Os primeiros oferecem a Ribeiro uma sistematização ou alguma informação relacionada a usos vocabulares em diferentes partes do mundo hispânico; os últimos trazem o dado linguístico, o uso real de determinado termo em texto literário.

⁵¹ Ribeiro (1933[1921]) não cita o nome deste dramaturgo, porém o filólogo brasileiro o conhecia e fez explícita menção ao nome de uma das obras deste escritor do século de ouro espanhol, **El siglo pitagórico y vida de Don Gregorio Guadaña** (1644).

Com relação aos hispano-americanos mencionados — Montoya, Solar, Lenz e Rufino Cuervo — todos eles produziram materiais em que registram/explicam um termo de uma determinada língua e são mencionados quando Ribeiro quer apresentar o significado de uma expressão ou o local onde é possível encontrá-la. Ressaltamos a citação de Ruiz de Montoya, embora o filólogo brasileiro não tenha especificado a obra do estudioso peruano que tomou como base, acreditamos ser de seus textos acerca do vocabulário guarani. Por essa menção e por outras também — como a feita à Gabriel Soares de Sousa, ou a obras sobre variedades do espanhol —, percebemos que Ribeiro usa fontes que tratam de outras línguas da América, demonstrando interesse pelos materiais que exploram variedades regionais (rio-platense, chilena, gaúcha). Mesmo quando propõe filiação hispânica ou românica, verificamos que ele introduz esse viés de diversificação das línguas ibéricas na América.

Por meio das menções a estudiosos da linguagem espanhóis e hispano-americanos, não é possível dizer que o filólogo brasileiro estabeleça uma discussão aprofundada com eles. O que podemos ver são pontos específicos de discordância entre Ribeiro e alguns estudiosos, tais como Solar e Rebolledo, sobre o significado de certos termos.

Com relação aos níveis de articulação abordados nos fragmentos, há uma grande prevalência de informações lexicais, como já era esperado, considerando que **A língua nacional** enfoca o estudo de palavras e expressões, apesar de não se restringir somente a elas — citamos, como exemplo, os comentários do autor a respeito da variação na colocação pronominal com verbos no imperativo (RIBEIRO, 1933[1921], p. 11) ou locuções verbais (RIBEIRO, 1933[1921], p. 10) entre usos do português europeu e do português brasileiro⁵².

Vinculadas a estes dados, também são encontradas explicações históricas:

- a) que os relacionam a certas localidades, como em: “A palavra *chumberga* existe desde os tempos coloniais no Brasil. [...] (RIBEIRO, 1933[1921], p. 53); “*Maragato*: espanholismo da fronteira. Origens historicas na peninsula iberica.” (*ibid.*, p. 123); “No seculo XVI chamavam-lhe[o pica-pau] ainda

⁵² As diferenças de colocação pronominal verificadas entre o português do Brasil e no português de Portugal estiveram em estudo desde o século XIX. Manuel Said Ali, nas **Difficuldades de Língua Portuguesa** (1919[1908]) se ocupou deste tema e propôs uma explicação fonética para esta variação. Para mais informações, cf. DANNA, 2014. De acordo com Ribeiro (1933[1921]), tal variação não seria fonética; ela estaria relacionada à intencionalidade: “O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem. Em — “me diga” — pede-se: em — “diga-me” — ordena-se. Assim, pois, somos inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades.” (*ibid.*, p. 11)

Uipicú e mesmo hoje é o nome corrente no Paraguay entre os guaranis ou seus descendentes” (*ibid.*, p. 152).

- b) Com informações etimológicas, como em: “[Sobre o termo *ñapa*] Romanguera diz que a expressão é azteca e explica a razão: os mexicanos aos compradores de cacau costumavam dar uma certa quantidade do produto, a qual chamavam de *anhapa*.” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 82); “O etimo quíchua é - yápana. Essa etimologia que tem por si a historia e o testemunho colonial,” (*ibid.*, p. 83); “Se a palavra - chacara - é de origem americana e quíchua, não o sabemos com absoluta segurança, apesar do consenso unanime dos americanistas e lexicografos e das variantes que se estendem até Costa Rica [...]” (*ibid.*, p. 90).
- c) com esclarecimentos sobre temas geográficos, como a influência do espanhol no português devido à grande presença de hispano-americanos no sul do Brasil e a presença de determinado termo em países e regiões específicos, verificados nos seguintes fragmentos: “O Rio Grande do Sul é como uma porta aberta á lingua franca dos hispano americanos.” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 81); “O sentido antigo de **botar** não é o atual; era lançar de dentro para fora, como expelir. Essa significação do movimento centrífugo ainda se conserva na America” (*ibid.*, p. 244); “[Encrenca] Foi tomada á giria dos criminosos, e, como quasi todo o calão dessa origem, veio de Buenos Aires e adjacencias.” (*ibid.*, p. 248).

De modo geral, considerando que **A Língua nacional** é uma obra cuja língua-objeto é o português, podemos dizer que a presença de informações sobre o espanhol é um recurso utilizado para Ribeiro dar esclarecimentos sobre dados da língua portuguesa, como a origem, significado, história, etc. de certos termos encontrados no Brasil.

A aproximação entre o português e o espanhol ocorre de modo mais explícito nos seguintes trechos: “As formas brasileiras são mais aproximadas de *yapa* e *ñapa* (inhapa) que parecem menos puras, mas sem razão, a Don Daniel Granada. A forma castelhana *llapa* é, ao contrario, a mais corrompida.” (RIBEIRO, 1933[1921], p. 87) e “Entretanto, [...] [olhos de sapiranga] também é conhecida no extremo sul e no Rio da Prata como refluxos do guaraní, a mesma expressão familiar no Brasil com leve alteração de sentido. Diz-se por lá - ojos de sapirá [...]” (*ibid.*, p. 187). Neles, o estudioso brasileiro comenta sobre termos encontrados em países de fala espanhola que,

apesar de algumas diferenças de significante, também estão presentes em determinadas regiões do Brasil, com significado semelhante. É o caso de *ñapa/yapa-inhapa* e *ojos de sapirá*/olhos de sapiranga.

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 11. O tratamento dado ao espanhol, segundo João Ribeiro (1933[1921])

A língua:

Nomeada como “castellana”, principalmente ao tratar de dados linguísticos da Espanha, e “espanhola”, especialmente ao falar de variedades da América. A língua é vista como mutável devido a questões históricas, sociais e geográficas.

A descrição geral:

A obra se divide em capítulos independentes e os dados do espanhol aparecem diluídos nesses capítulos. Não há uma estrutura específica de apresentação, a língua espanhola aparece quando o autor pretende contextualizar/reconstruir dados ou estabelecer paralelos com o português.

Técnicas de descrição:

Uso de dados linguísticos do conhecimento do autor, provenientes de obras literárias ou registradas em textos de referência (dicionários e vocabulários). Aproximação de dados do português e espanhol com dados de línguas indígenas.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou como de recepção de estudos feitos por hispânicos, vistos como autoridade e referência para o autor brasileiro.

4.4. O problema da língua brasileira de Sílvio Elia

4.4.1. Dados externos

O autor de **O problema da língua brasileira**, cuja primeira edição foi publicada em 1940, é Sílvio Edmundo Elia⁵³ (1913 – 1998), reconhecido latinista, filólogo⁵⁴, romanista e linguista. Nascido no Rio de Janeiro, era filho de mãe alagoana e pai italiano. Desde os doze anos, estudou no Colégio Pedro II, onde — como já dissemos — e segundo afirma o próprio Elia, estavam “os melhores professores de Letras do Rio de Janeiro”; era considerado “o colégio padrão do Brasil” (ELIA, 1999, p. 33). Ali, teve aulas com José Oiticica e Antenor Nascentes, estudiosos que o influenciaram⁵⁵. Além de haver concluído o ensino secundário neste colégio de renome, formou-se em Direito e realizou o doutoramento na Faculdade de Letras da UFRJ em 1973 (RANAURO, 2013, p. 149).

Sílvio Elia

Elia atuou como professor em diversas instituições de ensino, fossem elas regulares ou de nível superior, dentre as quais destacamos o Colégio Pedro II, o Instituto de Educação (RJ), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade de Brasília (UnB). No exterior, atuou como professor visitante na Universidade de Lisboa, entre os anos 1964 e 1966, e da Universidade de Coimbra, em 1969 (BECHARA, 1999, p. 11-15). Também escreveu crônicas para jornais, tais como **A Manhã**, o **Correio da Manhã**, o **Diário de Notícias** e **A Tribuna**.

Com relação ao círculo intelectual em que estava inserido, Elia tinha uma amizade estreita com outro reconhecido filólogo de sua época, Serafim da Silva Neto. Com ele, mantinha “intermináveis conversas telefônicas”, segundo o relato de sua filha (GALVÃO, 2013, p. 18). Além dele, este estudioso também esteve em contato estreito com Mattoso Câmara Jr. e Celso Cunha.

⁵³ A fotografia de Sílvio Elia foi retirada de **Historiografia da Linguística Brasileira - Boletim 4**, publicado em 1999, e disponibilizado no site do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH/DL-USP): http://cedoch.fflch.usp.br/sites/cedoch.fflch.usp.br/files/u63/boletim4_9-15.pdf (acesso em 10 de junho de 2019).

⁵⁴ Apesar de ter escrito trabalhos filológicos, Elia preferia ser chamado de linguista ou, como ele dizia, “aprendiz de linguista” (ALTMAN, 1999, p. 44).

⁵⁵ Sílvio Elia ressaltou a influência que estes professores tiveram em sua formação e desenvolvimento na área dos estudos linguísticos no depoimento que cedeu à Cristina Altman, publicado no **Boletim 4** do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH/DL-USP).

Ao longo de sua vida como homem de letras, Sílvio Elia publicou tanto dicionários e gramáticas para fins escolares, quanto trabalhos para um público mais especializado. Dentre suas obras, além do material que selecionamos para análise, destacamos: **Método de Latim** (1949), **Compêndio de Língua e de Literatura** (1951) — em coautoria com Jeanete Budin, **Dicionário Gramatical** (1953), **Orientações da Linguística Moderna** (1955) e **A Unidade Linguística no Brasil** (1979).

Embora esteja circunscrita no chamado período científico dos estudos linguísticos do Brasil, a obra **O problema da língua brasileira** — ganhadora do prêmio João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, no ano de 1941 (RANAURO, 1999) — não foi escrita, segundo o próprio autor, com um “veio filológico”, mas sim com intenções de incursionar em caminhos da ciência linguística, mais especificamente, do idealismo linguístico de Karl Vossler (cf. ALTMAN, 1999, p. 45; RANAURO, 2013, p. 149).

4.4.2. Dados internos

A obra **O problema da língua brasileira** (1961[1940]) está composta por cinco capítulos, antecidos por um prefácio escrito pelo filólogo Nelson Romero (1890 – 1963) e uma nota sobre a edição de 1961 escrita por Elia quatro anos antes (isto é, em 1957). Por sua vez, sucedem esses capítulos uma conclusão e uma relação de trabalhos mencionados ao longo do livro.

De acordo com a nota de Elia (1961[1940]), nessa segunda edição, “optamos [...] pelos acrescentamentos que não modificassem a obra em sua feição original” (p. 17), e afirma ter mantido as principais ideias publicadas no livro 1940, fazendo apenas pequenas complementações. Em outras palavras, a segunda edição é, assim, uma versão mais robusta das reflexões presentes na primeira, além de ter sido publicada no último ano de nosso recorte temporal; por esses motivos, tomamos essa edição como material de análise, conforme já mencionamos no **Capítulo 2** desta tese.

Ao longo dos capítulos, Sílvio Elia primeiro se dedicou a traçar um panorama dos estudos da linguagem — desde a idade antiga — até culminar na Linguística como ciência nos séculos XIX e XX. Em um segundo momento, ele explicitou o que se entende por “língua” nessa nova orientação de estudo. Finalmente, em um terceiro momento, debruçou-se sobre o tema-chave de sua obra: o que ele entende por “língua brasileira” e o status do(s) falar(es) “brasileiro(s)” diante do “português de Portugal”. Para essa discussão, traz posicionamentos diversos de vários estudiosos brasileiros,

como Renato Mendonça (1912 – 1990), Antenor Nascentes (1886 – 1972), João Ribeiro (1860 – 1934), Gladstone Chaves de Melo (1917 – 2001) e Serafim da Silva Neto (1917 – 1960).

Na nota de 1957, Elia menciona que o estudioso espanhol Ramón Menéndez Pidal se preocupou também com o “problema da língua espanhola” na América Hispânica. Segundo suas palavras: “Como se não bastasse, veio trazer-me particular júbilo a colocação que de problema análogo para o espanhol do Novo Mundo fêz ninguém menos que Don Ramón Menéndez Pidal” (ELIA, 1961[1940], p. 16).

A presença da língua espanhola (e dos estudos sobre “o problema” do espanhol na América Hispânica) em Elia (1961[1940]) parece, com base na leitura da nota, ter uma finalidade bastante específica: torna-se um dos parâmetros de comparação e análise para o filólogo-linguista brasileiro a respeito do português do Brasil. No **Anexo VI**, apresentamos um quadro que reúne trechos em que é mencionada a língua espanhola e os hispânicos ao longo da obra.

Esta língua aparece de modo pouco explícito na obra, isto é, não há muitas menções diretas a ela, nem a dados linguísticos. Não há abordagem de nenhum nível de articulação neste material. A única exceção encontrada é o seguinte fragmento, em que o autor comenta acerca do tratamento dado ao termo *quiroga* por Menéndez Pidal, tema abordado de modo bastante superficial:

“A propósito da etimologia da palavra “carioca”, muito controvertida, convém que a Autora [Giovanna Aita] adjunte a suas notas – o que, possivelmente, já terá feito – o que a propósito de “quiroga” disse Menéndez Pidal in *Toponímia Prerrománica Hispana*, Editorial Gredos, Madrid 1952, págs. 263-6, artigo *Mars Cariociecus y la Etimología de ‘Quiroga’*, saído anteriormente no *Boletín de Filología de Lisboa*, tomo XII, 1951 [...]” (ELIA, 1961[1940]: p. 152)

Se, por um lado, é feita apenas duas referências explícitas ao espanhol — sempre nomeado desta forma no livro, pois o único caso de *castellano*⁵⁶ está presente em um trecho de autoria de Dámaso Alonso — parece que Silvio Elia está todo o tempo às voltas com esse idioma quando defende seu posicionamento a respeito das línguas e, especialmente, da língua brasileira.

⁵⁶ Referimo-nos ao seguinte trecho: “[...] é exatamente para estas, na sua forma clássica – as academias –, que Dámaso Alonso vem finalmente apelar. O próprio linguista espanhol atenua a sua afirmação ao acrescentar: ‘No nos importa esto, sino nuestro porvenir inmediato, de una inmediatez que podemos llamar el futuro histórico advinable. Sobre esse futuro histórico humano podemos obrar. La rotura última de comunidad idiomática castellana puede ser retrasada bastantes siglos si actuamos con decisión y con sensata energía.’ Estamos, pois, assaz distantes da posição de um Cuervo.” (ELIA, 1961[1940]: p. 94)

Além de falar brevemente do “espanhol”⁵⁷, segundo certa concepção de “língua geral” — ou seja, que abrangeria todas as localidades, regionalismos, os diversos falares — é ao terminar a leitura da obra que compreendemos melhor o papel que a língua espanhola cumpre ao longo do texto. O fragmento a seguir nos dá uma pista sobre esse papel:

“A constituição de uma *língua* brasileira, como língua de cultura ou civilização, que é só a que nos pode interessar, só se daria por uma rutura com o Ocidente. Foi o que também viu para o espanhol da Argentina, Amado Alonso: ‘Para que se dê um fracionamento em nosso idioma tem de romper-se a atual cultura. Romper-se, quebrar-se com descontinuidade, não meramente transformar-se. As línguas românicas não nasceram porque o antigo Império Romano, unidade estatal, se tinha fracionado em vários Estados, como sucedeu recentemente com o Império colonial espanhol, senão porque a cultura de que a língua era instrumento e expressão se fracionou na barbárie do exclusivismo e da vista curta [...]. Foi necessário um colapso da cultura material e espiritual. Que nacionalismo quereria pagar tão caro um idioma exclusivo?’ 21

21. Alonso, XXVIII, 115-6. *El Problema de la Lengua*.” (ELIA, 1961[1940]: p. 169-170)

Conforme podemos depreender deste trecho, Elia faz menção às reflexões de Amado Alonso a respeito do “espanhol da Argentina”, que — na argumentação do filólogo-linguista brasileiro, se estenderia à língua portuguesa e ao português falado no Brasil (a língua brasileira). Assim, da mesma forma que o espanhol europeu, em território argentino, passou a contar com novas características — formando o que Elia chama de “espanhol da Argentina” — o português trazido para o Brasil assumiu traços distintos, conformando a denominada língua brasileira.

Parece-nos importante tecer comentários acerca do que Elia diz entender por “língua brasileira” como de “cultura ou civilização” ao trazer uma passagem da obra de Alonso. Para o filólogo brasileiro, a “língua brasileira” — assim como a “língua argentina” — deveria romper com a “atual cultura”, isto é, com a cultura da época, que buscava artificialmente reconstruir falares primitivos para formar uma “nova cultura”, em contraposição à cultura dos antigos colonizadores (Portugal e Espanha). Elia, assim como Alonso, não defende uma “nova língua”, mas uma “língua brasileira” ou

⁵⁷ Apresentamos o seguinte fragmento que ilustra o tratamento breve dado ao espanhol na obra: “Como disse algures Amado Alonso do espanhol e que iremos repetir aplicando-o ao português a nossa língua é tão brasileira, quanto a de Portugal é portuguesa. [...]. Penso que, na espécie, o que deve prevalecer é o critério da língua geral. ‘Ao conceito de língua geral, escreve Amado Alonso, chegamos por exclusão: é a falada pelas pessoas cultas de tôdas as partes, uma vez descontados todos os localismos.’ ” (ELIA, 1961[1940]: p. 110)

“língua argentina” que estivesse na boca da população do Brasil ou da Argentina. Do mesmo modo, a língua de cultura deveria ser, por conseguinte, a língua escrita registrada nas literaturas nacionais (brasileira/argentina).

A língua espanhola está no livro, portanto, como um parâmetro subjacente de comparação a respeito do *status* atribuído à língua brasileira. Tal comparação, realizada por meio de aproximação e constatação de semelhança entre o espanhol e o português europeus e seus desenvolvimento além-mar, apresenta-se como uma técnica importante de argumentação.

A comparação entre as duas línguas está vinculada à presença de uma discussão conceitual intensa, que envolve uma série de estudiosos, alguns deles do mundo hispânico. Abaixo, no **Quadro 12**, listamos os especialistas espanhóis e latino-americanos mencionados na obra.

Quadro 12. Estudiosos hispânicos citados em Elia (1961[1940])

Estudiosos hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Amado Alonso García (Espanha/Argentina)	66, 67, 86, 87, 110, 114, 169, 170, 171
Dámaso Alonso y Fernández de las Redondas (Espanha)	93, 94
José Ortega y Gasset (Espanha)	158, 160, 164, 165, 174
Juan Valera y Alcalá-Galiano (Espanha)	89
Luis Juan Piccardo (Uruguai)	77
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	89, 90, 91, 92, 93, 152
Rufino José Cuervo (Colômbia)	87, 89, 90, 93, 94

Como podemos observar, Silvio Elia cita quantitativamente poucos estudiosos hispânicos, se compararmos com outros materiais que tomamos por análise nesta tese. A maioria desses estudiosos é da Espanha, e os sulamericanos mencionados são especialistas bastante conhecidos no mundo hispânico por seus estudos linguísticos.

Observando as páginas em que os estudiosos são mencionados, observamos que quatro deles ganham destaque: Amado Alonso, Ortega y Gasset, Menéndez Pidal e Rufino Cuervo. Ortega y Gasset é citado quando o autor brasileiro trata das reflexões a respeito da “possível decadência” que a Europa estaria sofrendo no final do século XIX e início do século XX. Os outros três, no entanto, aparecem envolvidos em uma

discussão da qual o filólogo-linguista brasileiro se ocupa mais: o conceito de língua e, conseqüentemente, os fatores ou leis aos quais ela estaria submetida.

Nesta obra, assim, encontramos um tema de discussão conceitual que envolve o posicionamento do autor — no caso, o brasileiro Silvio Elia — e estudiosos do mundo hispânico. Nessa discussão, vemos duas ideias contrárias. De um lado, o colombiano Rufino Cuervo, que entende que as línguas, assim como os objetos de estudo da Biologia, Física, etc., estão submetidas às leis naturais. Dessa forma, uma língua poderia se deteriorar e morrer, por exemplo. De outro lado, Menéndez Pidal e Amado Alonso compreendem que as línguas são um produto cultural, histórico e social, diferente do que se estuda nas ciências naturais e, portanto, poderiam receber influências do local e época em que se inserem.

O posicionamento de Elia (1961[1940]) se alinha às reflexões dos estudiosos espanhóis. As ideias do colombiano Rufino Cuervo, deterministas, são citadas como algo a ser combatido, enquanto o brasileiro encontra nas reflexões de Menéndez Pidal e Alonso apoio e robustez para sua argumentação a favor de que as línguas se transformam devido a fatores sócio-histórico-culturais. De acordo com este posicionamento, tais aspectos estariam envolvidos nas transformações do português e do espanhol que vieram para a América, e que teriam formado o “espanhol da Argentina” e, conseqüentemente, o “português brasileiro”/“língua brasileira”.

Além de ser usado por Elia como fonte de comparação com o português para defender seu ponto de vista a respeito da língua como produto social, histórico e cultural, ressaltamos que o conhecimento do espanhol também se revelou essencial para que o brasileiro entrasse em contato com reflexões sobre o tema fora do Brasil.

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 13. O tratamento dado ao espanhol, segundo Elia (1961[1940])

A língua:

Nomeada como “espanhola” nas poucas ocorrências verificadas. Assim como todas as línguas, é vista como um produto social, histórico e cultural. É variável devido a esses três fatores. Para exemplificação, aborda-se o espanhol argentino em contraposição ao espanhol encontrado na Espanha.

A descrição geral:

Obra composta por cinco capítulos em que o espanhol aparece de modo diluído e de maneira secundária, implicitamente nos posicionamentos de estudiosos hispânicos.

Técnicas de descrição:

À exceção de um dado do espanhol, não há uma descrição específica desta língua.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou não apenas de recepção, mas também de discussão conceitual a respeito da visão de “língua”. Tal discussão gerou posicionamentos do estudioso brasileiro, cujas ideias se alinharam às reflexões de Pidal e Alonso e foram contrárias às de Rufino Cuervo.

4.5. Iniciação à Filologia Portuguesa, de Gladstone Chaves de Melo

4.5.1. Dados externos

A obra **Iniciação à Filologia Portuguesa**, publicada em 1951, é de autoria de Gladstone Chaves de Melo⁵⁸ (1917 – 2001), estudioso dedicado aos estudos filológicos no Brasil. Nascido em Campanha, cidade de Minas Gerais, Chaves de Melo bacharelou-se em Direito, tornou-se livre docente e doutor em Língua Portuguesa na Universidade do Brasil (hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). Atuou como professor em diversas instituições superiores, como a Faculdade

Gladstone Chaves de Melo

Nacional de Filosofia (hoje a Faculdade de Letras da UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (cf. AZEVEDO FILHO, 2013, p. 10).

⁵⁸ A fotografia de Gladstone Chaves de Melo, tirada em 1999, foi encontrada na **Revista** n. XIII da **Academia Brasileira de Filologia**, publicada em 2013 e está presente na página 253. Realizamos uma edição de imagem, focalizando o filólogo brasileiro.

Foi, ainda, escritor e político, eleito para cargos de vereador e deputado estadual. Segundo Bechara (2013, p. 8), o autor trabalhou no Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, tendo convivido com filólogos de prestígio, tais como Silvio Elia e Maximiano de Carvalho e Silva. Integrou a Academia Brasileira de Filologia (a partir de 1951), foi sócio honorário da Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa (Portugal) e membro da Associação Galega da Língua, da Espanha (cf. CARVALHO E SILVA, 2013, p. 17-18).

A bibliografia de Chaves de Melo é ampla e abarca trabalhos de filologia, gramática, crítica textual, cultura brasileira, filosofia, pedagogia, política, religião e traduções. Dentre suas obras, além da que tomamos para estudo, destacamos **A língua do Brasil** (1946), **Novo manual de análise sintática** (1971), **Ensaio de estilística da língua portuguesa** (1976) e **Gramática fundamental de língua portuguesa: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira** (1978). Ressaltamos que este autor também publicou inúmeros estudos em jornais e revistas, especializados ou não, brasileiros — como **O Globo**, **O Estado de São Paulo**, **Revista Linguagem** (Instituto de Letras da UFF) e **Revista Confluência** (Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário) — e internacionais — como **Revista de Portugal** (Portugal) e **Revista de Cultura Brasileña** (Espanha) (cf. AZEVEDO FILHO, 2013, p. 10-11; CARVALHO E SILVA, 2013, p. 32-33).

Em palavras gerais, Chaves de Melo foi um estudioso que transitou por várias áreas, esteve inserido em instituições pertencentes a uma elite intelectual, conviveu com os principais filólogos e estudiosos da linguagem ao longo de seus 83 anos de vida e obteve reconhecimento nacional e internacional por seus trabalhos.

4.5.2. Dados internos

O livro **Iniciação à filologia portuguesa** é composto por quatro partes, que tratam dos seguintes temas: (a) o que é a filologia e suas especificidades, (b) a perspectiva histórica das línguas, (c) o português como língua românica e temas gramaticais de destaque e (d) diretrizes para o ensino de língua.

Um prefácio, datado de 1949, antecede essas partes e nele podemos encontrar informações importantes a respeito da obra, merecedoras de alguns comentários. Em primeiro lugar, Chaves de Melo explicita o objetivo do livro nos seguintes fragmentos: “Trata-se de uma iniciação, de uma tomada de contato com uma ciência [a filologia] de certo modo recente” e “[...] foi escrito para defender os métodos, o espírito e as

conclusões da Filologia Portuguesa contemporânea, e para denunciar os charlatães, os gramatiquinhos, os obsessos do erro e da gramática de bitola estreita” (CHAVES DE MELO, 1951, p. 9). Em outras palavras, para o autor, o livro teria a tarefa de dar as noções gerais do trabalho filológico, assumindo uma função de divulgação da filologia portuguesa e ser um instrumento para combater os “maus gramáticos”, isto é, os “gramatiquinhos”, que tacham como “erros” diversos usos linguísticos.

Em segundo lugar, Chaves de Melo aponta que a sua obra está dirigida tanto a professores de língua portuguesa que possuem deficiência de conhecimentos próprios da formação superior quanto a estudiosos de outras ciências e interessados em filologia, conforme depreendemos dos fragmentos a seguir: “É livro essencialmente didático: seja-nos permitido dizer que ele se destina aos professores de português que não puderam ter formação universitária e lutam com as deficiências, os desconcertos, os destemperos e as taras decorrentes do autodidatismo.” (CHAVES DE MELO, 1951, p. 10) e “[...] os homens de outras especialidades científicas, os escritores e curiosos que têm como ‘pis aller’ o estudo de filologicas. A estes também endereçamos o presente livrinho” (CHAVES DE MELO, 1951, p. 10-11). Como é possível verificar, a obra se insere no âmbito da filologia, porém possui uma finalidade didática: os leitores de Chaves de Melo não são seus pares, mas profissionais e interessados da área de letras e filologia.

O objeto de estudo da obra é a língua portuguesa vista sob uma perspectiva dita “filológica”. O espanhol está presente de modo secundário, em passagens específicas. Algumas vezes, informações sobre a língua espanhola são comentadas ao lado de dados de outras línguas românicas, principalmente do francês, do italiano e, claro, do português. Não obstante, ressaltamos que Chaves de Melo (1951) traz ao longo de suas páginas informações sobre vários outros idiomas, tais como: inglês, alemão, chinês, japonês, russo, tcheco, albanês, armênio, grego, etc.

De modo geral, informações sobre o espanhol aparecem na obra quando o autor pretende tratar da história das línguas — em especial, o português, mas não exclusivamente. No **Anexo VII**, apresentamos um quadro que reúne trechos da obra em que é mencionada a língua espanhola.

Ao longo da obra, percebemos que, o autor utiliza o termo “espanhol” para se referir à língua falada na Espanha e na América Hispânica. O emprego do termo “castelhano” ocorre em apenas três passagens:

Sua área primitiva [do gótico] foi o sudeste europeu, mas as célebres invasões dos Bárbaros [...], que marcaram o fim do Império Romano, levaram os dialetos góticos, idioma dos invasores, a longínquas terras, como a Península Ibérica, por exemplo, onde Suevos e Visigodos imprimiram no Latim local um sotaque particular, que contribuiu com sua parcela para a formação histórica do Português e do Castelhana. (CHAVES DE MELO, 1951, p. 93)

A língua do norte do Minho [galego], pelo contrário, nada mais fez que desenvolver, assim, mesmo penosamente, as suas tendências, ao passo que foi sofrendo pelo tempo adiante cada vez mais forte influência do castelhana. (*ibid.*, p. 109)

Chorar, llorar e pleurer são a mesma palavra latina *plorare*, com formas respectivamente portuguesa, castelhana e francesa; *piiedade, piedad, piété* e *pietà* são a mesma palavra, que adquiriu, na evolução histórica e em lugares diversos, forma portuguesa, castelhana, francesa e italiana. (*ibid.*, p. 187)

Nos fragmentos acima, notamos que o uso de “castelhana” aparece vinculado a questões de formação histórica desta língua e apenas à variedade peninsular. Chaves de Melo nunca se refere dessa forma às variedades americanas. A seguinte citação aparentemente poderia contradizer o que acabamos de afirmar, já que o estudioso menciona que:

[...] os hispano-americanos preferem chamar de castelhana à sua língua nacional, o que se dá por duas razões, primeiro, por força da inércia, porque os primeiros colonizadores denominavam castelhana a língua [...] segundo, mais modernamente, por orgulho ou sentimento nacional (CHAVES DE MELO, 1951, p. 117 [grifos nossos]).

Não obstante, nesse trecho, o autor usa o termo para comentar sobre como os “outros”, isto é, os latino-americanos denominavam a sua própria língua e não como ele próprio a nomeia. A presença dessa explicação, na parte em que Chaves de Melo aborda o espanhol como língua românica, sua origem na Península Ibérica e sua expansão para além-mar, parece um indício de que o autor vê a necessidade de explicar sobre esta forma de nomear a língua da Hispano-América, embora ele não a utilize.

O termo “espanhol”, ao contrário, parece abarcar todas as variedades, independentemente de questões históricas e/ou continentais. Vemos, assim, que o estudioso fala a respeito da formação histórica do espanhol, da evolução fonética, de questões sintáticas (concordância verbal) desta língua, do espanhol da Espanha, do México, da Argentina, da Venezuela, da Colômbia, de Cuba, etc.

Com relação a variedades latino-americanas, encontramos na seguinte passagem uma menção de Chaves de Melo a estudiosos que defendem a existência de uma “língua argentina”: “A paixão nacionalista levou alguns argentinos, principalmente nos fins do século passado e princípios deste, a pugnar pela existência de uma ‘língua argentina’, exatamente como no Brasil [...]” (CHAVES DE MELO, 1951, p. 116). Vemos que o filólogo brasileiro apenas cita esta discussão, fazendo um paralelo com estudiosos brasileiros que defendem a “língua brasileira”, sem — contudo — se alinhar a este posicionamento.

Os dados de língua espanhola presentes na obra são todos do conhecimento do autor, o que podemos depreender da inexistência de fontes vinculadas a eles. Não há, por exemplo, dados linguísticos do espanhol retirados de textos literários. Poderíamos pensar que o seguinte trecho contradiz a afirmação anterior, pois apresenta um fragmento de texto literário. Porém, como é possível constatar, este fragmento da literatura fornece um dado do português, e não do espanhol:

A concordância singular do verbo, neste caso, encontra-se pelo menos no grego, no alemão, no francês, no latim, no inglês e no espanhol. Que ela é vernácula digam os seguintes exemplos, dispostos por ordem cronológica dos autores: ‘*Uma [sic] das cousas que me mais espantou desno tempo que comecei a revolver livros...*’ (Damião de Góis, D. Manuel, 577) (CHAVES DE MELO, 1951, p. 160)

Ademais, estes dados linguísticos provindos do conhecimento do autor são, em sua grande maioria, compreendidos como presentes em todas as variedades e registros do espanhol. A exceção encontra-se na passagem a seguir, na qual Chaves de Melo oferece ao leitor informações a respeito da semelhança do “uso culto” do espanhol na América e na Espanha, ressaltando que haveria um “cuidado” maior com a língua na Venezuela e na Colômbia:

A segunda língua românica que se transplantou para outras regiões foi o espanhol. Estabeleceu-se a língua de Castela na América, tornando-se com o tempo o idioma nacional do México, das repúblicas da América Central, de Cuba, e de quase todos os países da América do Sul [...]. De um modo geral, a língua românica se implantou solidamente em todos esses países, onde o uso culto coincide quase cem por cento com o de Espanha, exatamente como se dá no Brasil com relação a Portugal. Mas, ainda assim, é de lembrar que na Venezuela e na Colômbia se conserva o espanhol com mais carinho e cuidado [...] No uso popular, o espanhol americano apresenta variantes locais, ou seja, dialetos, na sua máxima parte continuações ou reproduções ou paralelismos do dialeto continental espanhol andaluz, - dialetos enriquecidos, além disso, no vocabulário por um contributo, mais ou menos considerável de vozes indígenas. [...] (CHAVES DE MELO, 1951, p. 116)

Coincidência ou não, lembramos que Venezuela e Colômbia são os países de origem de renomados gramáticos hispânicos, que sistematizaram usos do espanhol, tais como Andrés Bello e Rufino Cuervo — este último é citado por Chaves de Melo. Como hipótese, acreditamos na possibilidade de o filólogo brasileiro conhecer as sistematizações dos estudiosos venezuelano e colombiano, e identificar ali uma variedade linguística “mais culta”.

Ainda na citação acima, o autor tece comentários a respeito das variedades do espanhol, que se encaixariam no âmbito do “uso popular” e, dentre suas características, estaria a incorporação de contribuições vocabulares de línguas indígenas. Não há na obra de Chaves de Melo, no entanto, esclarecimentos detalhados sobre algum dado ou fenômeno linguístico de língua espanhola característico de um local, de um estrato social, etc.

As informações sobre o espanhol apresentadas em Chaves de Melo (1951) giram em torno, principalmente, da formação histórica da língua — dando atenção especial ao nível fonético, isto é, à evolução fonética. Assim, traz dados sobre a presença de substratos para a formação do espanhol e de variedades, a filiação da língua ao latim e seu parentesco com as línguas românicas. Com relação à evolução fonética, encontramos análises breves sobre alterações que ocorreram do latim para o espanhol: a questão da ditongação de certas vogais, sons oclusivos que se tornaram fricativos (*b>v*), o surgimento de palatais (*p>ll*) e a conservação de líquidas entre vogais (*malus>malo*).

De modo secundário, o filólogo brasileiro traz dados sobre onde se fala espanhol, seja na América, seja na Europa (no caso, ele comenta sobre a presença deste idioma não apenas na Espanha, mas também na Península Balcânica). Ademais, faz comentários sobre dialetos, geralmente vinculando-os a questões lexicais.

Com relação ao tratamento dado a dialetos, há posicionamentos divergentes. Confome já vimos no fragmento aqui transcrito da página 116, Chaves de Melo valoriza a contribuição de “vozes, vocábulos indígenas” para o surgimento de dialetos. Por sua vez, também utiliza o verbo “deformar” ao falar dos dialetos crioulos encontrados por toda a América, como em: “Acrescente-se que o que acabo de dizer se entende particularmente com a Argentina e o México. O espanhol deformou-se em dialetos crioulos, na América Central, em Santo Domingos e em Trinidad, e na Ásia, nas Filipinas.” (CHAVES DE MELO, 1951, p. 118 [sublinhados nossos]). Por fim, há

um único ponto em que é tratada uma informação do nível sintático: fala-se sobre a concordância de singular em enunciados do espanhol que possuem construções partitivas. Questões dos níveis morfológico e semântico, por exemplo, não são abarcadas na obra, diferentemente do que ocorre em outros materiais filológicos do nosso corpus.

Em alguns fragmentos levantados, observamos o recurso de aproximação entre o português e o espanhol. A modo de exemplificação, trazemos para a presente tese as seguintes passagens, nas quais há comentários sobre semelhanças de estruturas entre essas línguas:

O português, por exemplo, é língua do quarto tipo [IV – línguas complexas de relação mista], dado que, ao lado de nomes e verbos primitivos (1), apresenta nomes e verbos derivados por prefixação e sufixação (2), ao mesmo passo que estabelece as relações entre os diversos membros da frase fundamentalmente por meio de desinências (3). O mesmo se diga do latim, do francês, do espanhol, etc. (CHAVES DE MELO, 1951, p. 78)

Manteve o sistema verbal do latim vulgar e incorporou as criações românicas. Mais tarde se enriqueceu com certas importações eruditas, pelo quê é vário e plástico o verbo português. Em certo sentido é aqui, como no vocalismo, a mais latina das línguas românicas, embora esteja seguida de perto pelo espanhol. (*ibid.*, p. 134)

Não obstante, há tópicos na obra em que o autor reforça as divergências na evolução fonética entre o português e o espanhol, como em:

[...] nenhuma outra língua latina conservou tão bem como o português o vocalismo da época imperial: o espanhol acabou por ditongar o e e o o abertos, e o francês alterou fundamente a gama de vogais [...]. Compare-se *roda*, ptg., com *rueda* esp., com *ruota*, it., sabendo-se que tudo isso são transformações do lat. *rota* (o aberto) [...]. (CHAVES DE MELO, 1951: p. 129-130)

O latim *malus* ou *malu* continua no it. *malo*, no logudorês *malu*, no engadinês *mel*, no fr. prov. e catal. *mal*, no esp. *malo* e no ptg *mau* [...]. Como se pôde observar, só no português se perdeu o *l* e o *n* intervocálicos." (*ibid.*, p. 131)

As outras línguas românicas também possuem fonemas palatais, mas a origem dêles em cada língua é mais de uma vez diferente da dos portugueses. Assim, por exemplo, uma das fontes do *ch* português é o grupo *pl-* inicial latino, grupo que sofre tratamento diverso nos outros romances: planu latino é plain em francês, piano em italiano, *llano* (pronuncia-se *lhano*) em espanhol e *chão* em português. (*ibid.*, p. 132)

Diferentemente de Ribeiro (1933[1921]), por exemplo, várias aproximações entre espanhol e português não ocorrem somente entre estas línguas. Nessas

passagens, vemos que dados do espanhol aparecem junto a informações de outras línguas — como francês, italiano, inglês, etc. — o que contribui para a construção de um texto que, por um lado, reflete o conhecimento do autor sobre os estudos comparativos de formação das línguas (não apenas românicas), e que, por outro, auxilia o leitor a compreender a evolução linguística do português e suas particularidades.

Os dados e informações do espanhol encontrados são, provavelmente, resultado das leituras e estudos de Chaves de Melo. No livro, o autor cita obras e vários estudiosos estrangeiros, alguns deles do mundo hispânico. No **Quadro 17**, reunimos todos eles e explicitamos em que página são mencionados.

Quadro 14. Estudiosos citados em Chaves de Melo (1951)

Estudiosos hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Amado Alonso García (Espanha/Argentina)	117, 265
Américo Castro Quesada (Espanha)	117
Avelino Herrero Mayor (Espanha/Argentina)	117
Félix Restrepo Mejía (Colômbia)	63
Rodolfo Lenz (Alemanha/Chile)	265
Rufino José Cuervo (Colômbia)	117

Com base no quadro, podemos ver que Chaves de Melo cita explicitamente poucos estudiosos hispânicos. Nessa obra, por exemplo, não encontramos qualquer menção à Real Academia Espanhola, que é um dos nomes mais citados em outros materiais analisados nesta tese. Tampouco aparecem escritores, já que não há textos literários em espanhol no livro⁵⁹.

Os estudiosos citados e, portanto, conhecidos por Chaves de Melo são, na sua maioria, nascidos, naturalizados ou radicados na América Hispânica. A única exceção é o filólogo e historiador Américo Castro. A grande presença de hispano-americanos, se compararmos com o número de espanhóis, parece ser um indício da aproximação

⁵⁹ Na bibliografia de **Iniciação à Filologia Portuguesa**, foi encontrada a menção ao escritor dominicano Pedro Henrique Ureña, como tradutor de *Americanisch-Spanisch und Vulgärlatein* (1924). Por não ter sido mencionado ao longo da obra e por não ser o autor do texto referenciado, não o acrescentamos ao **Quadro 17**.

e maior atenção do filólogo brasileiro aos estudos produzidos em nosso continente; porém, essa proximidade não se refletiu em maior quantidade de informações sobre as variedades latino-americanas do espanhol, conforme mencionamos anteriormente.

Os estudiosos hispânicos são apenas referenciados e não é possível detectar uma discussão conceitual entre eles e Chaves de Melo. A seguir, apresentamos as únicas passagens em que encontramos menção a ideias ou posicionamentos desses estudiosos:

[...] os hispano-americanos preferem chamar de castelhano à sua língua nacional, o que se dá por duas razões, primeiro, por força da inércia, porque os primeiros colonizadores denominavam castelhana a língua [...] segundo, mais modernamente, por orgulho ou sentimento nacional. Como nota o grande Amado Alonso, “se não me engano, o motivo principal, além do citado de arcaísmo, é um que se relaciona com o sentimento de nacionalidade: espanhol nasceu, subsistiu e vive na Espanha [...]; e o que em Espanha é força positiva, na América é força negativa [...] (Castellano, español idioma nacional – Historia espiritual de três nombres – 2ª edição, Losada, Buenos Aires [1943], p. 133). (CHAVES DE MELO, 1951, p. 117-118)

Partindo de dados mais concretos e comparando línguas agora próximas e tangíveis, o linguista alemão Lenz quis ver na base de muitas peculiaridades fonéticas do espanhol chileno influxos de substrato araucano, língua indígena local. Não pôde, porém, sustentar-se a tese do linguista teuto chileno diante das sérias objeções e confutações de Max Wagner e Amado Alonso (*ibid.*, 265)

No primeiro trecho acima, o brasileiro menciona a explicação de Amado Alonso para a preferência do termo “castelhano” entre argentinos e mexicanos ao nomear a língua que falam. Por sua vez, no segundo trecho, Chaves de Melo comenta que o estudo de Rodolfo Lenz sobre a contribuição do araucano na fonética do espanhol chileno não se sustenta mais após as críticas do linguista norte-americano Max Wagner e de Amado Alonso, porém não dá detalhes sobre tais críticas e sobre suas próprias ideias a respeito do tema. Acreditamos que a ausência de tais discussões provavelmente se deva à finalidade “didática” da obra (que o autor explicita no prefácio), principalmente quando aborda o espanhol, que não constitui a língua principal de análise.

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos abaixo um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 15. O tratamento dado ao espanhol, segundo Chaves de Melo (1951)

A língua:

Nomeada majoritariamente como “espanhola”. O termo “castelhano” aparece vinculado a dados sobre formação histórica da língua e à variedade peninsular. A língua é tratada numa perspectiva histórica. É entendida como variável e comenta-se a existência de regionalismos (especialmente relacionados à variação vocabular). A contribuição indígena nas variedades americanas é ora validada, ora reprovada. São abordados temas fonéticos, lexicais e sintáticos.

A descrição geral:

A obra dividida em quatro partes, voltada para um público menos especializado, apresenta dados do espanhol diluídos nessas partes. Não há uma estrutura específica de apresentação de dados linguísticos. A língua espanhola aparece quando o autor pretende contextualizar dados ou estabelecer paralelos com o português ou outras línguas (românicas ou não).

Técnicas de descrição:

Uso de dados linguísticos provindos apenas do conhecimento do autor. Aproximação de dados do português e espanhol com dados de outras línguas - de diversos troncos linguísticos - para ressaltar semelhanças e divergências evolutivas.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou como de recepção de estudos feitos por hispânicos, vistos como autoridade para o autor brasileiro.

4.6. A unidade da România Ocidental de Theodoro Henrique Maurer Jr.

4.6.1. Dados externos

A **unidade da România Ocidental**, publicada em 1951, é de autoria de Theodoro Henrique Maurer Jr (1906 – 1979)⁶⁰, professor, renomado filólogo paulista e considerado um linguista precursor, *avant la lettre*, no Brasil (cf. ALTMAN, 1998, p. 69, 270).

Nascido na cidade de Campinas, filho de suíços, viveu parte da primeira infância nos Estados Unidos. No Brasil, cursou o ensino primário em um colégio de Sumaré e, de modo autodidata, realizou os estudos secundários. Além disso, ainda na juventude, também

Theodoro Maurer Jr.

⁶⁰ A fotografia é do acervo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

se dedicou à Teologia. Licenciou-se em Letras Clássicas e Português na recém-criada Universidade de São Paulo, no ano de 1940, e tornou-se doutor pela mesma instituição, em 1944. No ano seguinte, realizou estudos linguísticos na Universidade de Yale, nos Estados Unidos (CASTILHO, 1972-1973, p. 7-8).

Profissionalmente, no âmbito da educação regular, atuou como professor de inglês e latim em colégios de Campinas, e de português e latim em São Paulo, no ginásio do Instituto Mackenzie. Lecionou ainda francês e grego, além das disciplinas já mencionadas, no curso pré-teológico do Instituto José Manuel da Conceição, da cidade de Jandira. Como docente universitário, ministrou aulas na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), assumindo a cadeira de Filologia Românica (ALTMAN, 1998, p. 69; CASTILHO, 1972-1973, p. 8-9).

Dentre os principais trabalhos publicados por Maurer Jr., além da obra tomada para análise nesta tese, destacamos: **Dois problemas da Língua Portuguesa** (1951), **Gramática do Latim Vulgar** (1959), **O problema do Latim Vulgar** (1962) e **O infinitivo flexionado em português** (1968). **A unidade da România Ocidental** foi apresentada por Maurer Jr. como tese para obter o título de livre-docente em Filologia Românica na Universidade de São Paulo.

4.6.2. Dados internos

A obra **A unidade da românia ocidental** (1951) tem o objetivo de apresentar a influência do latim — culto e vulgar — na constituição e desenvolvimento das línguas românicas e, ao mesmo tempo, da contínua unidade linguística dessas línguas. Está dividida em três seções principais, que abordam, respectivamente, a história da România ocidental, o vocabulário românico e temas gramaticais das línguas românicas. É precedida por um prefácio do autor e finalizada por uma conclusão e uma bibliografia.

Neste material, devido à natureza da obra, são muitas as informações e dados linguísticos provenientes de vários idiomas, tais como: português, francês, italiano, espanhol, romeno, catalão, galego, etc. Apesar de o foco ser as línguas românicas, vemos que o autor possui um conhecimento mais amplo das línguas; menciona fenômenos, por exemplo, do eslavo, holandês, inglês, etc. ou seja, de outros troncos linguísticos.

Durante a leitura do texto e do levantamento dos fragmentos em que o espanhol é citado (ver mais adiante), observamos que informações a respeito dessa língua são mobilizadas pelo autor com frequência. Tais informações aparecem, algumas vezes, para explicitar mecanismos da língua, outras vezes são simples listagem de exemplos linguísticos e, em um último caso, uma combinação de explicações sobre funcionamentos da língua e listas com dados da língua espanhola. Essas informações geralmente aparecem ao lado de comentários sobre o português, o italiano e o francês.

Estamos nos referindo aqui à língua sempre como “espanhol”/“língua espanhola”, pois essa é a forma como o filólogo brasileiro a denomina. Na obra, há casos em que aparece “castelhano”, porém ocorrem em citações diretas de fragmentos pertencentes a outras obras. Apesar da presença unânime do termo “espanhol”, não há em Maurer Jr. (1951) nenhuma explicação sobre o porquê dessa escolha e a respeito da não utilização dos termos “castelhano” ou “língua castelhana”.

Realizamos o levantamento de todos os fragmentos em que o espanhol aparece explícito e de todas as citações a hispânicos (estudiosos, escritores e instituições). No **Anexo VIII**, apresentamos um quadro que reúne todos esses trechos.

A quantidade de fragmentos levantados (no total de 129) corrobora a presença significativa da língua espanhola nos estudos apresentados em Maurer Jr. (1951). Conforme podemos ver ao consultar o quadro do anexo, o estudioso brasileiro trata do espanhol em uma perspectiva histórica, o que já era possível imaginar pela natureza da obra.

À exceção de menções pontuais a termos indígenas/americanismos que entraram para o espanhol, esta língua é apresentada em Maurer Jr. como um “código linguístico” idêntico em todo o território ou registro em que ela é usada. Em outras palavras, na obra, não são mencionadas variações deste idioma, exceto as históricas.

Pelos fragmentos, vemos que o espanhol é analisado em quatro níveis de articulação na obra: lexical, semântico, morfológico e sintático. No nível lexical, Maurer Jr. aborda diversos temas envolvendo dados dessa língua, como os latinismos, os empréstimos lexicais — vindos das próprias línguas românicas e também de outros territórios não pertencentes à România —, contribuições léxicas mútuas entre as línguas românicas e a formação das palavras nesses idiomas. Com relação a este último item, há passagem em que são listados: (i) vários sufixos e prefixos, suas

origens, seus usos e significados nas línguas românicas; (ii) a estrutura de palavras compostas, sua origem e significação.

Também recorrendo a dados do espanhol, no âmbito semântico, o estudioso brasileiro analisa os empréstimos e variações de sentido entre palavras do latim e das línguas românicas. No nível morfológico, são sistematizadas informações a respeito do caso genitivo, da formação do superlativo, os numerais, os pronomes relativos, as perífrases verbais, as preposições formadas por participios e os advérbios de modo. Por fim, sobre aspectos sintáticos, são tratados temas como concordância, ordem das palavras, complementos sem preposição, o desenvolvimento da subordinação, orações infinitivas, (in)existência do artigo definido em determinados contextos linguísticos, entre outros tópicos.

Informações de ordem fonética e ortográfica aparecem de forma complementar, sem constituir um ponto de sistematização do autor. É o caso, por exemplo, da explicação sobre empréstimos lexicais e a identificação desses vocábulos por meio do som:

Frequentemente a disseminação de um centro regional qualquer se revela claramente pela fonética, isto quando a disseminação é recente. [...] Do francês derivam it. **giardino**, esp. **jardin** e port. **jardim**. [...] As outras línguas seguem a forma oblíqua do francês; it. **garzone**, esp. **garzón**, port. **garção** (MAURER JR, 1951, p. 68).

Os dados da língua espanhola aparecem sempre em Maurer Jr. próximos a dados de outras línguas. As aproximações, em geral, têm por objetivo revelar semelhanças entre processos de desenvolvimento das línguas românicas. Podemos mencionar como exemplo desse tipo de aproximação por semelhança o seguinte trecho, que aborda a presença do sufixo *-ia* nas línguas neolatinas do Ocidente, incluindo o português, o espanhol, o francês e o italiano:

Ao contrário nas línguas do Ocidente, em que o processo [sufixação por *-ía*] é vivaz na fase romance antiga, são comuns os derivados documentados em todas elas, mostrando a unidade do Ocidente em oposição à Dácia: e.g., it. **allegria**, fr. ant. **alegrie**, esp. **alegría**, port. **alegria** [...] (MAURER JR., 1951, p. 92)

As informações sobre a língua espanhola aparecem com frequência ao lado de dados de outras línguas românicas. No entanto, é possível encontrar trechos em que há aproximações em que se destacam semelhanças apenas entre este idioma e o

português, como em: “Nas duas línguas ibéricas [-ata] vem em numerosos empréstimos e num ou outro exemplo vernáculo, e.g., port. **sonata, cantata** [...]; esp. **sonata, cantata** [...]” (MAURER JR., 1951, p. 109); “O galicismo [referência à aposição do nome próprio] espalha-se também nas línguas ibéricas, apesar do clamor dos puristas, como em português: praça Marechal Deodoro, rua Barão de Itapetininga [...]. Em espanhol temos: **Calle Valencia** (em Barcelona), **Teatro Martín**, etc.” (*ibid.*, p. 181).

Apesar de grande parte das aproximações entre português e espanhol enfocarem semelhanças entre essas línguas, o filólogo brasileiro também comenta a respeito de diferenças que foram sendo reforçadas ao longo do tempo. É o caso, por exemplo, do emprego de artigos diante de nomes de lugares (países, cidades, povos, etc.). Conforme podemos ver na citação a seguir, Maurer Jr. explica que o uso do artigo diante de nomes de lugares foi progredindo ao longo do tempo entre as línguas românicas, ao passo que em espanhol essa progressão não é vista, conservando a omissão do artigo, vista nos estágios antigos destas línguas:

Nomes dos povos. No período medieval mais antigo era frequente a sua omissão [do artigo] em estes nomes, especialmente no plural. [...] Na Ibéria o uso do artigo progride lentamente, sob influência externa, sem dúvida. [...] O espanhol mantém mais viva a tradição, omitindo o artigo com frequência, e.g., **Venezuela, Chile, Méjico**; e mesmo em numerosos outros a omissão ainda é comum, especialmente quando o nome próprio não serve de sujeito, e.g., ‘viene de Rusia’, ‘há estado en Alemaña’, etc. (MAURER JR., 1951, p. 190).

Todas essas aproximações, sejam para indicar semelhanças entre as línguas românicas, sejam para indicar diferenças, ocorrem por meio da exemplificação dos fenômenos linguísticos. Em outras palavras, o estudioso brasileiro lança mão de dados linguísticos de vários idiomas, incluindo dados do espanhol.

Pelos trechos levantados, vemos que a maioria dos exemplos de língua espanhola não possuem uma referência de fonte e parecem integrar os conhecimentos do autor sobre os estágios de desenvolvimento das línguas românicas. Os outros dados linguísticos, que constituem a minoria, são retirados: (i) de textos literários, tais como as obras **Poema del Cid**, **Crônica de D. Álvaro de Luna**, **Don Quijote de la Mancha**, **La Celestina**, **Más Cartas a Eulogio**; ou (ii) de estudos de referência sobre o espanhol, como obras de Andrés Bello, Rufino Cuervo, Real Academia Espanhola, Menéndez Pidal e Rafael Lapesa.

Podemos observar que, dos exemplos que possuem fonte, Maurer Jr. utiliza dados provindos do cânone literário espanhol — é o caso de fragmentos retirados do **Poema del Cid**, de **Don Quijote** e **La Celestina** (a única exceção seria a obra **Más Cartas a Eulogio**, que é argentina — ou de textos cujos autores são reconhecidos pela comunidade linguística (inter)nacional, como é o caso de Bello, Cuervo, RAE, Pidal e Lapesa.

Para uma melhor análise dos estudiosos e escritores mencionados em Maurer Jr. (1951), reunimos todos os nomes explicitamente citados (ou cujas obras foram mencionadas) e as páginas em que são encontrados no **Quadro 20**. Vejamos cada um deles.

Quadro 16. Estudiosos citados em Maurer Jr. (1951)

Estudiosos hispânicos (citados explicitamente ou por meio de suas obras)	Página(s) da citação
Álvaro de Luna (Espanha)	207
Andrés de Jesús María y José Bello López (Venezuela/Chile)	169, 170, 186, 190, 202, 203, 207, 215
[Fernando de Rojas] (Espanha)	186
Gonzalo de Berceo (Espanha)	201
Idel Becker (Uruguai/Brasil)	169
Juan Valera y Alcalá-Galiano (Espanha)	205
Luis de Granada (Espanha)	213
Marquês de Santillana [Iñigo López de Mendoza] (Espanha)	215
[Miguel de Cervantes Saavedra] (Espanha)	207, 208, 213
Rafael Lapesa Melgar (Espanha)	42, 51, 162, 201
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	20, 22, 30, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 149, 155, 171, 189, 198, 200, 201
Real Academia Española (Espanha)	172, 175, 185, 196, 203, 205, 213
Rodolfo Ragucci (Argentina)	181
Rufino José Cuervo (Colômbia)	186, 190, 202, 203, 207, 215

Segundo os dados do **Quadro 16**, podemos observar que são mencionados 14 hispânicos em Maurer Jr. (1951). Deste número total, 10 deles são espanhóis — ou nasceram em territórios que viriam a ser da Espanha, como é o caso de Álvaro de Luna e Gonzalo de Berceo, que viveram no período medieval. Os outros quatro são da Hispano-América, a saber, da Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela/Chile.

Álvaro de Luna, Fernando Rojas (citado por meio da referência à obra **La Celestina**, possivelmente publicada em 1502), Gonzalo de Berceo, Juan Valera, Luis de Granada, Marquês de Santillana, Miguel de Cervantes (mencionado por meio do clássico **Don Quixote de la Mancha**, publicado em 1605) e Rodolfo Ragucci, isto é, 8 dos hispânicos mencionados, são escritores/poetas que aparecem em momentos nos quais Maurer Jr. oferece exemplos da língua espanhola.

Os demais, a saber, Andrés Bello, Idel Becker, Rafael Lapesa, Menéndez Pidal, Academia Española e Rufino Cuervo são estudiosos/instituição que se debruçaram sobre a língua espanhola e aos quais Maurer Jr. recorre para oferecer informações sobre este idioma. Todos eles gozam de reconhecimento por seus estudos sobre a língua espanhola.

Dentre os estudiosos hispânicos arrolados, verificamos que Ramón Menéndez Pidal é o que mais se destaca em número de citações (total de 16). O filólogo brasileiro o menciona em sua obra ao tratar:

a) de informações históricas, como em:

[...] Menendez Pidal menciona o marcador, juntamente com o frade, o estudante e o jogral, como tipos andejos, com os quais o viajante medieval encontraria frequentemente e dos quais poderia obter notícias falsas dos mais variados países [...].

(15) Ver *Poesia juglaresca y juglares*, pag. 71. (MAURER JR., 1951, p. 20-21)

No século 9, Afonso III se deixava seduzir pelo brilho da corte carolínea e 'parece mesmo que foi casado com uma princesa franca' (Pidal). Na corte de Oviedo encontra-se já um comes palatii como na corte franca.[...]

(69) Pidal, *El Idioma Esp. en sus Primeros Tiempos*, pag. 55. (*ibid.*, p.51)

b) de dados históricos de línguas, não sendo condição necessária dados do espanhol, conforme podemos observar nos seguintes fragmentos (especialmente no último deles):

Mesmo quando êste latim chega mais próximo à língua falada, como naquilo a que Pidal chama 'latim vulgar leonês' [...] nota-se, contudo, uma gramática alatinada com declinação causal, voz passiva, particípio, futuro, sufixos adverbiais, etc. [...] O autor considera este latim 'preciosa sobrevivência do latim falado na alta Idade Média, pelos séculos 5 e 6, quando se começavam a constituir os romances (pag. 65). (MAURER JR., 1951, p. 30)

Semicultismos semelhantes ocorrem também em outras línguas, como no espanhol **cabildo** (capitulum), **tilde** (titulum), **rolde** (rotulum), **molde** (modulum); no português, e.g. **cabido**, **molde**, **espádoa**, **artigo** (articulum) [...] (57).” “(57) Sobre exemplos espanhóis ver M. Pidal, *Gram. Hist. Esp.* pag. 60. (*ibid.*, 1951, p. 41)

‘La Lengua vulgar aparece usada con plena conciencia en las Glosas Emilianenses... y en las Glosas Silenses’ (R. Lapesa, *Hist. de la Leng. Esp.*, pag. 92). Cf. Pidal ‘los glosadores monacales manifiestan mucho más decidida intención de escribir en romance’ (*El. Id. Esp.*, pag. 23). À pág. 78 nota que as Glosas Emilianenses são o primeiro texto em que se quer escrever espanhol. (*ibid.*, 1951, p. 42)

“Em referência à ordem, note-se que em toda România se pospõe geralmente o cardinal com o valor de ordinal, e.g., port. **página seis**, fr. **page six**, it. **pagina sei**, esp. **la ley dos** [...]. Nas numerações seriadas, como em títulos monárquicos, capítulos de livros, etc. temos posposição: fr. **Louis premier**, **chapître premier**, port. **Pio décimo**, **século terceiro**, esp. **Enrique cuarto**, **Frederico segundo**, it. **Pio undécimo**, **classe quarta**. (183) M. Pidal, *Orígenes del Español*, pag. 399” (*ibid.*, 1951, p. 171)

Maurer Jr. parece ser um conhecedor de algumas obras de Menéndez Pidal, pois faz referência a quatro delas em seu livro: **Manual de Gramática Histórica Española** (1918 [4ª edição]) **Poesía Juglaresca y Juglares** (1924), **Orígenes del español** (1926) e **El Idioma Español en sus Primeros Tiempos** (1942).

Além do estudioso espanhol, outros nomes também saltam à vista quando observamos a quantidade de vezes em que aparecem na obra de Maurer Jr.: Andrés Bello (8 citações), Real Academia Española (7 citações) e Rufino José Cuervo (6 citações).

Bello é citado sempre vinculado à sua “Gramática Castellana” (1847) — este é o nome que o estudioso brasileiro menciona, porém sabemos que o nome correto da obra é **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Na maioria das vezes, Bello não é citado por um fragmento ou ideia presente nessa gramática, mas sim pelas **Notas** (1942) que Rufino José Cuervo fez a ela. Por esse motivo, vemos que os textos dos estudiosos venezuelano e colombiano aparecem quantitativamente na mesma proporção na obra do brasileiro.

Com relação às ideias gramaticais de Bello, Maurer Jr. comenta sobre a sistematização acerca dos galicismos no espanhol, dos adjetivos distributivos, da ausência de artigo diante de nomes de povos/países, dos usos do gerúndio, além de incorporar exemplos presentes na gramática do autor venezuelano. Por sua vez, sobre as **Notas** de Rufino José Cuervo, faz menção ao posicionamento do estudioso colombiano a respeito das orações infinitivas, à presença do particípio, ao uso do gerúndio preposicionado e ao infinitivo com valor de imperativo na língua espanhola.

A referência à Real Academia Española se restringe à **Gramática** da instituição e os temas desta obra mencionados por Maurer Jr. são: a posição do adjetivo explicativo diante de substantivos, a concordância dos tempos verbais, o modo potencial (condicional), o uso adjetivo do gerúndio, a significação modal do gerúndio e a existência de um infinito (infinitivo) exclamativo.

Os demais estudiosos do espanhol são citados pontualmente, em passagens específicas. Maurer Jr. menciona Rafael Lapesa e sua obra **Historia de la Lengua Española** (1942) para tratar da história da Espanha e de estágios do espanhol antigo; já Idel Becker, autor de um dos materiais de análise desta tese, aparece em um agradecimento de Maurer Jr., por ter disponibilizado informações acerca de galicismos no espanhol.

Em muitos casos, Maurer Jr. cita estes estudiosos/instituição para agregar informação sobre determinado tema linguístico. Não obstante, em algumas ocasiões, vemos a voz do filólogo brasileiro diante de sistematizações, como é o caso da citação 4, em que ele diz concordar sobre a importância do latim nos textos em língua romance, ainda na época medieval:

Menendez Pidal, em seu já citado **El Idioma Español en sus Primeros Tiempos**, declara: 'nada há mais visível em nossas épocas de origens do que a grande pressão do latinismo sobre o romance, **pressão muito maior do que a que pôde existir em qualquer época posterior**, mesmo nas épocas mais cultas e cultistas que queremos recordar, como foram os séculos 15 e 17 (pag. 125). Estamos plenamente de acôrdo com a afirmação do eminente romanista espanhol (MAURER JR., 1951, p. 39 [sublinhados nossos]).

Um posicionamento de validação também ocorre em uma menção à **Gramática** da Real Academia sobre a preferência pelo termo *potencial* para designar o modo verbal que, tradicionalmente, leva o nome de *condicional* (modo usado, por exemplo, para exprimir hipóteses, desejos, dúvida, cortesia):

(230) O uso deste nome (condicional) se tem criticado com razão. A gramática da Academia Espanhola emprega *potencial*. Clédat prefere *dubitativo* (*En marge des grammaires*, pags. 145ss). Parece-nos que o nome usado pela gramática da Academia é muito feliz (MAURER JR., 1951, p. 196 [sublinhados nossos]).

Em um único caso, constatamos uma divergência entre o posicionamento da Real Academia Espanhola e o de Maurer Jr. Estamos nos referindo ao que é dito na seguinte citação, em que se aborda o uso modal do gerúndio — isto é, quando assume a função de um complemento de modo. Para o brasileiro, a RAE estaria desconsiderando outros usos do gerúndio em espanhol, como o de apontar para relações de consequência:

A gramática espanhola da Academia registra esta significação como a mais frequente do gerúndio castelhano [...]. Parece-nos, contudo, que alguns dos exemplos aduzidos pela Gramática incluem já outras relações, e.g., de consequência: ‘y de allí manaba una fuente cuyas aguas se deslizaban **formando** manso Arroyo y **alimentando** en torno un prado amenísimo’ (Valera) = ‘de modo que formavam...’ (MAURER JR., 1951, p. 205).

Como é possível observar, apesar das menções a estudos sobre a língua espanhola e do posicionamento de Maurer Jr., validando ou rechaçando algumas sistematizações, percebemos ao longo da obra que o filólogo brasileiro não estabelece discussões conceituais mais aprofundadas com os estudiosos ou instituições hispânicas; limita-se, apenas, a indicar um ou outro tema com o qual concorda ou rechaça.

Com base no levantamento dos dados realizados, expomos a seguir um quadro-síntese com as informações mais significativas para respondermos aos questionamentos da presente tese:

Quadro-síntese 17. O tratamento dado ao espanhol, segundo Maurer Jr. (1951)

A língua:

Nomeada como “espanhola”, é vista como um código idêntico em todo o território hispanofalante. É tratada segundo uma perspectiva histórica.

A descrição geral:

A obra está dividida em três seções, está voltada para um público especializado e apresenta dados do espanhol diluídos nessas partes. A língua espanhola aparece quando o autor busca estabelecer relações entre evoluções linguísticas de línguas diversas, em especial, as românicas, porém inclui eventualmente dados de outros troncos linguísticos.

Técnicas de descrição:

Uso de dados linguísticos provindos majoritariamente do conhecimento do autor. Aproximação de dados do espanhol com dados de outras línguas – principalmente do português, francês e italiano - para ressaltar semelhanças e divergências evolutivas.

O contato intelectual com estudiosos hispânicos:

O contato se revelou como de recepção de estudos feitos por hispânicos, vistos como autoridade para o autor brasileiro. Em alguns casos, há posicionamentos a favor ou contrários partes desses estudos; porém o estudioso brasileiro não se aprofunda em discussões de ideias ou conceitos.

CAPÍTULO 5. CONFIGURAÇÃO, RUPTURA E CONTINUIDADE NO TRATAMENTO DIDÁTICO E CIENTÍFICO DO ESPANHOL

Nos **Capítulos 3 e 4**, apresentamos informações a respeito dos autores, da estrutura geral dos materiais para fins escolares e filológicos selecionados e dos dados levantados com relação ao tratamento dado ao espanhol presentes nesses textos, partindo dos seguintes critérios que aqui retomamos: (i) terminologia usada para nomear a língua (espanhola, castelhana, etc.); (ii) modelização global da descrição e os níveis de articulação abordados; (iii) existência de outras línguas nas sistematizações linguísticas analisadas e aproximações entre o português e o espanhol como técnica de descrição; (iv) origem dos dados linguísticos; (v) menção a autores hispânicos e variedades linguísticas abordadas; (vi) eventuais contatos intelectuais entre os autores desses nove materiais e estudiosos hispânicos.

Neste capítulo, por meio de síntese, cruzamos as principais informações obtidas, tanto do âmbito externo quanto do âmbito interno, indicando continuidades e rupturas verificadas entre os estudiosos e os materiais examinados.

5.1. Considerações sobre o perfil dos autores e dos materiais selecionados

Com base nas informações colhidas a respeito dos sete autores que escreveram os materiais analisados nesta tese, observamos que todos eles — independentemente do lugar de nascimento — acabaram por residir e produzir suas obras no estado do Rio de Janeiro ou em São Paulo. No Rio, estiveram Antenor Nascentes, João Ribeiro, Gladstone Chaves de Melo e Sílvio Elia. Já em São Paulo, encontraram-se Idel Becker, José Ramón Calleja Álvarez e Theodoro Maurer Jr.

À exceção de Álvarez, sobre o qual não obtivemos dados significativos a respeito de sua formação escolar e de nível superior, constatamos que todos os autores são estudiosos, autodidatas, da área de letras. A maioria deles estudou e/ou deu aulas em colégios renomados da época, como o Collegio Pedro II, doutorou-se em instituições de ensino superior e atuou como docente nas primeiras faculdades de Letras do país, que à época — e ainda hoje — gozam de grande reconhecimento, tais como aquelas pertencentes à Universidade de São Paulo, e às atuais Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além de faculdades públicas, vale ressaltar que alguns desses estudiosos, tais como Idel Becker, Maurer Jr. e

Chaves de Melo, também lecionaram em universidades particulares de renome, como a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Inseridos em contextos de ensino e pesquisa de qualidade, estes autores formavam uma elite intelectual e tinham o reconhecimento de seus pares.

De acordo com a bibliografia específica e, em alguns casos, com posicionamentos explícitos dos autores nos textos analisados, a maioria deles realizava estudos sob uma orientação filológica, que, grosso modo, privilegiava ‘fatos’ linguísticos registrados, considerando seus aspectos históricos, atendo-se principalmente às línguas românicas. Excluem-se deste grupo o autor espanhol José Ramón Calleja Álvarez e o estudioso argentino-brasileiro Idel Becker.

Silvio Elia e Maurer Jr., romanistas, pertencentes mais à geração da metade do século XX — ou à chamada terceira fase dos estudos filológicos, segundo a classificação de Elia (1975) — do que à do princípio daquele século, chegaram a incursar por estudos que se vinculavam à ciência denominada Linguística, que ainda não tinha sido institucionalizada no Brasil (cf. ALTMAN, 1998).

Dentre os seis autores brasileiros enfocados aqui, conseguimos identificar que, pelo menos, quatro deles tiveram algum tipo de atuação no exterior. É o caso de: (i) Antenor Nascentes, que proferiu diversas conferências em países latino-americanos; (ii) Gladstone Chaves de Melo, que se tornou membro da Asociación Galega da Língua; (iii), Sílvio Elia, que foi professor visitante na Universidade de Lisboa e na Universidade de Coimbra; (iv) Theodoro Maurer Jr., que realizou estudos em solo estadunidense, mais especificamente, na Universidade de Yale.

Assim, com base nos dados externos, a respeito da formação e atuação dos autores dos materiais selecionados, verificamos que, de modo geral, a língua espanhola foi estudada ou comentada — seja de forma sistemática, seja de forma mais pontual — por estudiosos de uma elite intelectual — isto é, reconhecidos como homens de letras — que dominavam o *modus operandi* de estudos de pretensão científica, como os realizados sob um viés filológico.

Antenor Nascentes, Idel Becker e José Ramón Calleja Álvarez escreveram suas obras com o objetivo de apresentar ao seu público-alvo uma sistematização da língua espanhola. Duas delas, isto é, Nascentes (1920) e Álvarez (1947[1946]) apresentam considerações explícitas a respeito de sua vinculação a determinações legais do governo sobre o ensino do espanhol para os jovens brasileiros. Como vimos, em Nascentes (1919), encontramos na capa do material que foi um trabalho apresentado

no concurso de provimento da cadeira de espanhol no Collegio Pedro II, fazendo alusão ao Decreto-lei 3.674. Por sua vez, em Álvarez (1947[1946]), encontramos na própria obra a transcrição completa da Portaria n. 556 de 1945, em que o governo brasileiro indicaria o objetivo do ensino de espanhol nos cursos clássico e científico.

João Ribeiro, Gladstone Chaves de Melo, Sílvio Elia e Theodoro Maurer Jr. escreveram suas obras com o fim de abordar a língua portuguesa ou as línguas românicas segundo um viés filológico. Em outras palavras, nesses materiais, o espanhol era uma língua que previsivelmente estaria no elenco a ser considerado; restava saber com que nível de destaque. Não havia, nelas, qualquer pretensão de uma sistematização detalhada do espanhol e questões governamentais não resvalaram nessas obras. Diferentemente dos materiais para fins escolares, os filólogos visavam como público-alvo aos alunos de cursos de Letras ou outros estudiosos da linguagem.

5.2. Uma síntese dos dados presentes nos materiais para fins escolares

O **Capítulo 3** desta tese foi dedicado ao exame de três materiais para fins escolares: Nascentes (1920), Becker (1945) e Álvarez (1947[1946]). Pelo levantamento dos dados presentes nessas obras, vimos que Nascentes (1920), Becker (1945) e Álvarez (1947[1946]) utilizam o termo “espanhol” ou “língua espanhola” para nomear a língua-alvo que sistematizam. Em Nascentes (1920), a decisão de nomeá-la assim é totalmente consciente e fundamentada, inclusive, em textos específicos sobre o assunto, como a obra de Menéndez Pidal. Becker (1945), por sua vez, usa o termo “espanhol” concomitantemente com “castelhano”, em passagens que ambas as designações poderiam ser intercambiáveis. Álvarez (1947[1946]), ao contrário de Becker e de modo similar à abordagem de Nascentes, explicita a existência dos termos “espanhol” e “castelhano” para designar a língua-alvo de descrição, mas —diferentemente de Nascentes, não recorre a um texto de referência sobre o assunto e não vê qualquer diferença entre as duas designações.

Com relação à(s) variedade(s) ou falar(es) do espanhol que os autores tomaram para sistematização, apenas Nascente explicita seu escopo para análise: a variedade padrão, de prestígio – o da Espanha – e em casos pontuais algumas variedades – majoritariamente espanholas, exceto uma ou outra vez que aborda uma variedade presente em território latino-americano. Nascentes, portanto, valoriza o ensino do espanhol europeu padrão, dando pouca importância à língua encontrada na América,

diferentemente de Becker, que incorpora argentinos, uruguaios, paraguaios e mexicanos, além dos espanhóis. Álvarez, por sua vez, em uma visão de língua espanhola como homogênea, falada igualmente em todos os territórios hispânicos. Os materiais para fins escolares têm, assim, pouca preocupação de abarcar a diversidade de fenômenos linguísticos da língua espanhola.

As três obras tomadas para análise apresentaram modelos globais de descrição com algumas diferenças. Nascentes (1920), por exemplo, se intitula uma gramática e compõe-se integralmente de sistematizações linguísticas, ao passo que Becker (1945) e Álvarez (1947[1946]) são manuais de ensino de espanhol que abarcam não apenas uma síntese gramatical da língua, mas também textos literários. Álvarez (1947[1946]) também inclui outras seções diversas, voltadas para as atividades típicas do contexto escolar. Parece, portanto, que, ao longo do período enfocado, esses livros vão se especializando, passando a ter como foco claro e único a sala de aula.

Focando-nos no tratamento de fatos gramaticais, percebemos que as três seguem um padrão geral: apresentam explicações sobre funcionamentos da língua, seguidas de exemplos linguísticos — exceto alguns casos em que Álvarez (1947[1946]) opta por apresentar apenas listas de dados linguísticos. Não obstante, estas descrições são realizadas por meio de línguas diferentes: toda a **Grammática** de Nascentes é escrita em português; o **Manual** de Becker apresenta alternâncias: explicações mais objetivas estão em português; informações mais refinadas estão em espanhol; a parte dedicada à gramática de **Español Básico**, de Álvarez, foi publicado inteiramente em espanhol. A ruptura relativa à língua usada na descrição se mostra, assim, gradual, culminando no uso da língua-alvo.

Os níveis de articulação linguísticos enfocados nas três obras também parecem ser uma constante: as informações de ordem morfológica são o destaque em todas elas. Esclarecimentos sobre fenômenos sintáticos mostraram-se como o segundo foco de atenção de Nascentes (1920) e Becker (1945), perdendo espaço em Álvarez (1947[1946]).

Nascentes (1920) é o único autor a trazer para suas descrições do espanhol informações de outras línguas — no caso, do inglês, francês, italiano e alemão. Vimos que os dados sobre essas línguas modernas atuaram como um recurso usado pelo estudioso brasileiro para explicar um fato linguístico do espanhol não encontrável em português. O conhecimento que ele tinha das línguas, trouxe para a sua **Grammatica**

uma técnica de descrição do espanhol que não foi encontrada nos outros dois materiais de análise.

Uma técnica descritiva vista nos três materiais em análise foi a de aproximar o português e o espanhol. Nascentes (1920) e Becker (1945) usaram esta técnica de modo recorrente. Diferentemente dessas duas obras, em Álvarez (1947[1946]) foram localizadas poucas passagens em que fenômenos linguísticos do português e espanhol fossem comparados. Em outras palavras, esta técnica não foi muito produtiva nesse último material. Nas passagens presentes em Álvarez (1947[1946]), assim como em Becker, tampouco percebemos uma predileção de comparar as línguas para contrastá-las ou indicar similitudes, enquanto que em Nascentes, segundo posicionamento do autor, há uma intenção por sinalizar as divergências, que seriam poucas. Considerando o parentesco e a natureza das línguas, os autores parecem ver o espanhol como uma língua de estrutura e mecanismos muito semelhante ao português, que ofereceria poucas dificuldades de aprendizagem para o aluno brasileiro. Nesses materiais, não se revela necessário esmiuçar as sistematizações do espanhol, definindo categorias, comparando estruturas ou trazendo uma diversidade de dados para explicitar estruturas e usos linguísticos.

A obra **Español Básico** (1947[1946]) também se diferencia das demais porque é a única que não apresenta nos textos dedicados à gramática qualquer referência a estudiosos hispânicos — nem de outra origem — ou a escritores. Já em Nascentes (1920) e Becker (1945), encontramos menção a vários estudiosos, instituições ou escritores hispânicos. Os materiais para fins escolares, parecem ir — aos poucos — tomando configurações próprias, se diferenciando de textos linguísticos voltados para um público mais especializado. Talvez pensando no objetivo didático, tendem a simplificar sistematizações e a imprimir uma visão de língua homogênea, imutável que, ao final e ao cabo, torna-se uma língua “ideal”, entendida em contraposição com o que seria uma língua “real”, registrada, usada pelos falantes do idioma.

Com relação às menções a hispânicos e instituições encontradas em Nascentes (1920) e Becker (1945), reunimos todas elas no quadro a seguir. Na primeira coluna, estão os nomes das pessoas/instituição citadas; na segunda e na terceira, marcamos com um X se esta menção foi levantada em Nascentes (1920) ou Becker (1945), junto do número total de páginas em que foi encontrada — informação que vai entre parênteses.

Quadro 18. Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados em Nascentes (1920) e Becker (1945)

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos	Nascentes (1920)	Becker (1945)
Andrés de Jesús María y José Bello López (Venezuela/Chile)	X (13)	X (19)
Antonio García Gutiérrez (Espanha)	X (2)	
Antonio Zozaya (Espanha)	X (3)	
Azorín [pseudônimo de José Augusto Trinidad Martínez Ruiz] (Espanha)		X (1)
Emilio Castelar y Ripoll (Espanha)	X (2)	
Eugenio de Ochoa y Montel (França/Espanha)	X (1)	
Fernán Caballero [pseudônimo de Cecilia Böhl de Faber y Ruiz de Larrea] (Suíça/Espanha)	X (1)	
Francisco Martínez de la Rosa (Espanha)	X (5)	
Francisco de la Torre (Espanha)	X (1)	
Gaspar Melchor de Jovellanos (Espanha)	X (2)	
Gaspar Núñez de Arce (Espanha)	X (1)	
Gustavo Adolfo Bécquer (Espanha)		X (1)
Félix Lope de Vega y Carpio (Espanha)	X (1)	
Frei Luiz de Granada (Espanha)	X (2)	
Inca Garcilaso de la Vega (Peru)		X (3)
Jorge Manrique (Espanha)		X (1)
José de Espronceda (Espanha)	X (2)	
José Zorrilla y Moral (Espanha)	X (4)	
Juan B. Selva (Argentina?)		X (1)
Juan Moneva y Pujol (Espanha)		X (1)
[Juan Ostenero y ?] Velasco (Espanha?)	X (1)	
Juan de Valdés (Espanha)		X (2)
Juan Valera y Alcalá-Galiano (Espanha)	X (1)	
Leandro Eulogio Melitón Fernández de Moratín y Cabo (Espanha)	X (2)	X (2)
Luis de Góngora y Argote (Espanha)	X (1)	X (1)

Luis de Granada (Espanha)		X (2)
Manuel Bretón de los Herreros (Espanha)	X (1)	
Manuel del Palacio y Simó (Espanha)	X (1)	
Mariano José de Larra (Espanha)	X (1)	
Miguel Cané (Uruguai/Argentina)		X (1)
Miguel de Cervantes Saavedra (Espanha)	X (17)	X (5)
Miguel de Toro y Gómez (Espanha)	X (6)	
Pedro Calderón de la Barca (Espanha)	X (1)	X (1)
Pedro de Ribadeneira (Espanha)	X (1)	
Rafael María Baralt (Venezuela)	X (1)	
Ramón de Campoamor y Campoosorio (Espanha)	X (1)	
Ramón Menéndez Pidal (Espanha)	X (4)	X (1)
Real Academia Española (Espanha)	X (46)	X (45)
Roberto Fernando Giusti (Itália/Argentina)		X (25)
Rodrigo Caro (Espanha)		X (1)
Rufino José Cuervo (Colômbia)	X (4)	
Santa Teresa (Espanha?)	X (1)	
Santiago M. Lugones (Argentina?)		X (1)
Tirso de Molina [pseudônimo de Frei Gabriel Téllez] (Espanha)	X (1)	X (1)
Tomás de Iriarte (Espanha)	X (2)	X (1)
Vicente Salvá (Espanha)	X (7)	X (1)
Vicente Blasco Ibáñez (Espanha)	X (13)	

Com base no **Quadro 18**, observamos que, dos 47 nomes citados, apenas 10 aparecem tanto em Nascentes (1920) quanto em Becker (1945), a saber: Andrés Bello, Leandro Moratín, Luís de Góngora, Miguel de Cervantes, Pedro Calderón de la Barca, Menéndez Pidal, Real Academia Española, Tirso de Molina, Tomás de Iriarte e Vicente Salvá. Podemos dizer, assim, que um pouco mais de 20% dos estudiosos e escritores hispânicos estão presentes nesses dois materiais, sinalizando que estes autores se baseiam em sistematizações e fontes literárias de língua espanhola bastante diferentes.

Apesar da pouca equivalência de hispânicos mencionados, notamos algumas constâncias: a predominância de citações a estudiosos e escritores oriundos da Espanha; a posição da Real Academia Española como principal referência de sistematização do espanhol tomada pelos autores; e o lugar de destaque de Andrés Bello como o estudioso hispano-americano, mais citado tanto em Nascentes (1920) como em Becker (1945). Esses fatores parecem indicar uma preferência por sistematizações consideradas “oficiais”, amplamente reconhecidas e normativadoras, que dão preferência a estruturas e usos de uma variedade peninsular da língua espanhola. Segundo verificamos em nossa pesquisa de mestrado (cf. DANNA, 2014), apesar de Andrés Bello propor em sua **Gramática** categorizações inovadoras — tais como as relativas aos pronomes pessoais — ele se vincula retoricamente como um continuador das sistematizações da Real Academia Española.

Ainda dentro do âmbito das divergências ou rupturas, lembramos que foi encontrada uma menção a Antenor Nascentes na obra de Becker, porém que não possui qualquer relação com a **Gramática** do espanhol de Nascentes. Pelo menos em um nível retórico, não foi atribuído ao filólogo brasileiro um papel de referência para o autor de **Manual de Español** (1945).

O levantamento das menções a estudiosos e escritores hispânicos nas três obras nos revela, assim, que os materiais cujos autores estão inseridos em um contexto mais especializado dos estudos linguísticos e que escrevem tanto para o alunado quanto para o professorado, preocuparam-se por referenciar as obras e autores em que se basearam. Já o material escrito por um autor que, até onde sabemos, não tinha formação ou experiência nos estudos linguísticos e que diz seguir as orientações do **Programa de Espanhol** (1943) e a **Portaria Ministerial** n. 556 (1945) não apresenta a preocupação de explicitar suas bases teóricas.

Outro aspecto que torna a obra **Español Básico** (1947[1946]) menos robusta em comparação com as de Nascentes (1920) e Becker (1945) é o tipo de dado linguístico abordado pelo autor espanhol. Na obra de Álvarez (1947[1946]), os exemplos linguísticos não possuem qualquer tipo de fonte e, por esse motivo, podemos entender que provêm do conhecimento do autor sobre a língua. Podemos aventar que Álvarez, por ser nativo, não via a necessidade de indicar uma fonte confiável de uso linguístico; ou que, por não estar em um círculo de estudiosos da linguagem, não entendia o levantamento de fenômenos linguísticos em materiais de referência como algo importante. Recordamos que os materiais do governo que

orientavam o ensino de espanhol à época tampouco exigiam esse rigor em referenciar usos da língua espanhola.

De modo diferente procederam Antenor Nascentes e Idel Becker. Ambos os estudiosos incluíram, em suas obras, tanto dados linguísticos sem fontes — entendidos como de conhecimento desses autores — quanto oriundos de obras de referência, incluindo não apenas textos literários, mas também gramáticas e dicionários em que a língua espanhola era sistematizada. Pela formação e atuação junto a filólogos e estudiosos que seguiam uma linha de pretensão “científica”, parecem ter sentido a necessidade de incorporar em suas produções dados em uso ou já documentados em obras de referência, explicitando que estão tratando de uma língua real, existente, não abstrata, falada pelos usuários da língua.

5.3. Uma síntese dos dados presentes nos materiais filológicos

O **Capítulo 4** desta tese foi dedicado ao exame de seis materiais filológicos: Nascentes (1919) e (2003[1936]), Ribeiro (1933[1921]), Elia (1961[1940]), Chaves de Melo (1951) e Maurer Jr. (1951). Com relação ao modo de nomear a língua que é o foco de análise desta tese, pudemos notar a formação de dois grupos de materiais.

O primeiro deles é o dos materiais mais antigos, Nascentes (1919) e Ribeiro (1933[1921]). Ambos usam tanto o termo “espanhol” quanto “castelhano”. Em Nascentes (1919), encontramos uma preferência de uso pelo termo “espanhol” em comparação com “castelhano”, embora, para o filólogo brasileiro, ambos os termos fossem intercambiáveis. Por sua vez, Ribeiro (1933[1921]) usa em maior quantidade o termo “castelhano” e, em menor, “espanhol”, sem, no entanto, fazer qualquer comentário sobre se eles seriam termos intercambiáveis ou se designariam falares diferentes. Nascentes menciona um fator diatópico para explicitar a possibilidade de denominar a língua como “castelhana”: este termo havia sido ratificado pela Real Academia Española devido à importância do reino de Castela na formação desta língua. Tal aspecto aparece em Ribeiro (1933[1921]) de modo não explícito: com “castelhano” ele faz referência a dados linguísticos oriundos da região de Castela ou de localidades da Espanha; já com “espanhol”, refere-se a dados linguísticos ligados a regiões ou países da América Latina.

No segundo grupo, temos Nascentes (2003[1936]), Elia (1961[1940]) e Maurer Jr (1951), que utilizam sempre o termo “espanhol”. Nascentes não explica por que opta definitivamente por essa designação, rompendo com a alternância verificada na

sua obra de 1919. O que verificamos é que, com “espanhol”, ele fala de fenômenos linguísticos da Espanha e da Hispano América, sem especificar registros ou contexto. Elia e Maurer Jr têm postura semelhante; usam o termo sem justificar tal uso e fazendo referência à língua de forma geral, sem comentar regionalismos, falares de determinado país, contextos de uso linguístico, etc. Parece que o modo de nomear a língua, seja em um material que toma o espanhol como língua principal de descrição, seja em um material que o espanhol aparece de modo secundário, já não é uma questão para esses estudiosos brasileiros.

Chaves de Melo (1951) mostra-se no meio dos dois “grupos” anteriormente comentados. Neste material, encontramos em quase todos os casos o uso de “espanhol” em vez de “castelhano”. Chaves de Melo usa o termo “espanhol” para tratar de dados de diversas variedades linguísticas, sejam elas peninsulares ou americanas. Essas características o fazem se aproximar do segundo grupo. No entanto, nos quatro casos de uso de “castelhano”, vemos que este termo se vincula à parte histórica e à variedade peninsular da língua, aproximando-se do primeiro grupo.

Com relação à modelização global da descrição mobilizados para tratar do espanhol, constatamos que não há semelhança de estrutura geral entre as obras filológica: cada uma apresenta divisões específicas. Sobre os níveis de articulação abordados, verificamos que Nascentes (1919) e Chaves de Melo (1951) trazem informações tanto do nível fonético-fonológico quanto do lexical. No segundo material, no entanto, as questões lexicais são vistas de modo secundário, se as compararmos com o foco dado às sistematizações do nível fonético. Chaves de Melo ainda trata de temas sintáticos, o que não vemos em Nascentes (1919). Pelo objetivo da obra, já poderíamos deduzir que, em Ribeiro (1933[1921]), há uma prevalência de tratamento de temas lexicais. No entanto, também encontramos nesse material informações sobre aspectos morfológicos do espanhol.

Nascentes (2003[1936]) e Maurer Jr. (1951) são as obras que mais se distanciam dos materiais mencionados anteriormente. Em ambas, são abordados quatro níveis de articulação, sendo que, nesses dois materiais, há a coincidência de três níveis: lexical, morfológico e sintático. Além desses três níveis, Maurer Jr. (1951) apresenta contribuições semânticas sobre o espanhol. Nesta obra, o leitor encontra alguns dados de fonética e ortografia do idioma, porém de modo muito esparso. Já em Nascentes (2003[1936]), o quarto nível tratado é o fonético e não há espaço para questões semânticas ou ortográficas.

Conforme pudemos ver no **Capítulo 4**, os autores desses cinco materiais abordaram os dados preponderantemente segundo um viés histórico, o que os alinha à orientação filológica a que estavam vinculados. Além dessa característica comum às obras, observamos que o nível fonético é o que está presente em quase todas elas, à exceção de Ribeiro (1933[1921]). A “novidade” que parece despontar — e que nos salta à vista — está ligada ao nível semântico, que aparece apenas em uma obra, sendo que esta foi publicada na década de 1950, isto é, no final do nosso período de análise.

Quadro 19. Estudiosos, instituições e escritores hispânicos citados nos materiais filológicos

Estudiosos, instituições ou escritores hispânicos	Nascentes (1919)	Ribeiro (1933 [1921])	Nascentes (2003 [1936])	Elia (1961 [1940])	Chaves de Melo (1951)	Maurer Jr. (1951)
Alonso de Ercilla ⁶¹ (Espanha)	X (1)					
Álvaro de Luna (Espanha)						X (1)
Amado Alonso (Esp./Arg.)				X (9)	X (2)	
Américo Castro (Espanha)					X (1)	
Andrés Bello (Ven./Chile)						X (8)
Antonio Enríquez Gómez (Espanha)		X (1)				
Antonio Capmany (Espanha)	X (1)					
[Antonio de] Montoya (Peru)		X (1)				
Agustín Durán (Espanha)	X (1)					
A. Herrero Mayor (Esp./Arg.)					X (1)	
Ciro Bayo (Espanha)		X (6)				
Dámaso Alonso (Espanha)				X (2)		

⁶¹ Neste quadro, devido ao espaço limitado, decidimos apresentar os nomes dos escritores e estudiosos de forma mais curta, algumas vezes abreviada.

Daniel Granada (Espanha)		X (6)				
Elio Antonio [Nebrija] (Espanha)	X (2)					
Eugenio de Ochoa (Fr./Esp.)	X (2)					
Félix Restrepo (Colômbia)					X (1)	
[Fernando de Rojas] (Espanha)						X (1)
Fidelis del Solar (Chile?)		X (2)				
Francisco de Quevedo (Espanha)	X (1)					
Garcilaso de la Vega (Espanha)	X (1)					
Gonzalo de Berceo (Espanha)						X (1)
Idel Becker (Uru./Bra.)						X (1)
Íñigo Mendoza [Marquez de Santillana] (Espanha)	X (1)					X (1)
J. Ortega y Gasset (Espanha)				X (5)		
José Zorrilla (Espanha)	X (1)					
Juan Valera (Espanha)			X (1)	X (1)		X (1)
Lope de Rueda (Espanha)	X (1)					
Lorenzo de Sepúlveda (Espanha)	X (3)					
L. Eguilaz y Yanguas (Espanha)		X (1)				
Luís Besses (Espanha)		X (1)				
Luis de Góngora (Espanha)	X (1)					
Luis de Granada (Espanha)						X (1)
L. Juan Piccardo (Uruguai)				X (1)		
Martín Sarmiento (Espanha)		X (1)				

Miguel de Cervantes (Espanha)	X (3)					X (3)
P. Calderón de la Barca (Espanha)	X (1)					
Rafael Lapesa (Espanha)						X (4)
Ramón de la Cruz (Espanha)	X (1)					
R. Menéndez Pidal (Espanha)	X (20)		X (2)	X (6)		X (16)
Real Academia Española (Espanha)	X (1)	X (1)	X (1)			X (7)
Rodolfo Lenz (Alem./Chile)		X (1)			X (1)	
Rodolfo Ragucci (Argentina)						X (1)
Rufino Cuervo (Colômbia)		X (1)	X (1)		X (1)	X (6)
Sebastián de Covarrubias (Espanha)	X (1)			X (5)		
Tineo Rebolledo (Espanha)		X (1)				
Tirso de Molina [pseudônimo de Gabriel Téllez] (Espanha)	X (1)					
T. Navarro Tomás (Espanha)			X (2)			
[?] Zerollo (?)		X (1)				

Pela análise conjunta das menções a estudiosos, escritores e instituições hispânicas encontradas nos materiais filológicos, constatamos que os autores brasileiros, de modo geral, deram mais espaço a espanhóis do que latino-americanos. A exceção encontra-se em Chaves de Melo (1951), cuja maioria de estudiosos é nascida, naturalizada ou radicada na América.

Com relação à origem dos autores citados, vemos também que há um aumento, porém não-linear, do número de hispano-americanos nos materiais filológicos. Verificamos que nas obras de Nascentes — de 1919 e 2003[1936], respectivamente — são mencionados apenas nomes da Espanha; já na obra de Ribeiro (1933[1921]), a maioria dos estudiosos citados também são espanhóis, sendo latino-americanos

apenas quatro deles. Se a grande presença de nomes espanhóis continua nos três materiais que foram publicados nas décadas seguintes, todas elas também mencionam estudiosos da América Hispânica. É nesse período que foi publicada a obra de Chaves de Melo (1951) que, conforme já explicitamos anteriormente, dá maior espaço a estudiosos americanos que a espanhóis. Uma análise do local de origem desses estudiosos, escritores e instituições revela que os estudos linguísticos de latino-americanos vão ganhando espaço nos materiais filológicos brasileiros, ainda que de forma tímida.

De modo geral, a menção a estes estudiosos e escritores ocorre nos materiais filológicos para cumprir duas funções: (i) oferecer dados linguísticos ou informações a respeito do espanhol; e (ii) atuar como argumentos de autoridade. A grande exceção, neste caso, é Elia (1961[1940]), que cita estudiosos espanhóis e latino-americanos vinculando-os a discussões teóricas mais gerais, a respeito, por exemplo, do conceito de língua.

Elia (1961[1940]), junto de Chaves de Melo (1951), se diferencia dos demais por outra particularidade: citam apenas estudiosos da linguagem, deixando de lado escritores ou poetas do mundo hispânico. Apesar de termos encontrado bastantes menções a autores de textos literários do mundo hispânico em Maurer Jr. (1951), de modo geral, a presença deles se revela mais nas obras das primeiras décadas do século XX, isto é, em Nascentes (1919; 2003[1936]) e em Ribeiro (1933[1921]).

No **Quadro 19**, notamos uma grande quantidade de nomes de estudiosos, instituições e escritores de renome, reconhecidos tanto no seu país de origem, como internacionalmente, como é o caso de Andrés Bello, Amado Alonso, Dámaso Alonso, Antonio de Nebrija, Francisco de Quevedo, Luís de Góngora, Miguel de Cervantes, Calderón de la Barca, Rafael Lapesa, Menéndez Pidal, Real Academia Española, Rufino Cuervo, Sebastián de Covarrubias, Tirso de Molina, entre outros. Dos nomes levantados, constatamos que quatro se sobressaem pela presença em várias obras: o escritor espanhol Juan Valera, que aparece em três materiais a partir da década de 1930; o estudioso colombiano Rufino Cuervo, encontrado em quatro dos materiais, tendo uma presença mais significativa em Maurer Jr. (1951); a instituição Real Academia Espanhola, mencionada uma vez nas três obras publicadas entre 1919 e 1936, porém mais vezes citada em Maurer Jr. (1951); o estudioso espanhol Menéndez Pidal, referenciado em quatro obras e que — diferentemente da RAE e de Rufino Cuervo — é citado em grande número tanto em Nascentes (1919) quanto em Maurer

Jr. (1951), primeiro e último materiais localizados no recorte temporal considerado nesta tese.

Nos materiais filológicos, a Real Academia Espanhola perde o lugar de maior referência para os autores — o que se verificou nos materiais para fins escolares —, porém mantém-se como uma instituição cujas sistematizações são importantes e referenciadas por vários estudiosos brasileiros. As citações a estudiosos e à RAE não trouxeram como consequência discussões teóricas a essas obras, à exceção de Elia (1961[1940]), que expôs as ideias de Menéndez Pidal e Amado Alonso sobre língua como produto socio-histórico-cultural e o posicionamento contrário de Rufino Cuervo, que vê a língua do mesmo modo que os objetos das ciências naturais — isto é, que teriam um ápice e uma decadência. Ao expor estas posições contrárias a respeito do conceito de língua, Elia diz explicitamente alinhar-se às ideias dos estudiosos espanhóis, trazendo para os estudos filológicos brasileiros uma visão de língua mutável devido a fatores extralinguísticos, como os históricos, geográficos, culturais. A ausência de discussões mais aprofundadas nas cinco outras obras deve-se, a nosso ver, ao pouco espaço que os hispânicos tinham na formação filológica dos estudiosos brasileiros.

As referências a esses estudiosos, escritores e instituição aparecem também como fontes de dados linguísticos do espanhol. É o que ocorre em Nascentes (1919; 2003[1936]), Ribeiro (1933[1921]), Chaves de Melo (1951) e Maurer Jr. (1951). Observamos que em quatro dos materiais filológicos — a saber, Nascentes (1919; 2003[1936]), Ribeiro (1933[1921]) e Maurer Jr. (1951) —, os dados ou informações linguísticas do espanhol são proveniente de três categorias: (i) do conhecimento de língua do estudioso brasileiro; (ii) de obras ou estudos linguísticos de referência; e (iii) de obras literárias. Os dados do conhecimento do autor são maioria ou formam grande parte dos exemplos linguísticos nas quatro obras. Já os dados provenientes de textos literários ou de estudos de referência ocupam lugar secundários nesses materiais, exceto em Ribeiro (1933[1921]).

Quanto aos dados de textos literários, verificamos que foram majoritariamente retirados de obras do cânone literário espanhol, sendo que aparece de modo bastante esparsa um ou outro dado de textos literários escritos por latino-americanos, como é o caso de um dado extraído de uma obra argentina, encontrado em Maurer Jr (1951). Sejam retirados de textos literários ou de estudos de referência, sejam provenientes do conhecimento do autor, constatamos que os estudiosos brasileiros — em geral —

deram pouca atenção às variedades do espanhol, entendendo a língua muitas vezes como um código linguístico uno para toda a população hispanofalante. Ribeiro (1933[1921]) e Chaves de Melo (1951) são as únicas obras que teceram comentários sobre diferenças do espanhol em certas regiões e registros. O primeiro atribui dados linguísticos como encontráveis em vários países, como na Espanha, Colômbia, Peru, Chile, Bolívia, México, Paraguai, Argentina e Uruguai. O segundo se ateuve timidamente ao espanhol falado na Venezuela e na Colômbia, ao afirmar que nesses países se usaria um espanhol mais “cuidado”; e a alguns usos entendidos como “cultos” e “populares”, sendo estes últimos relacionados à incorporação de termos indígenas à língua espanhola.

Com relação às técnicas de descrição apuradas no **Capítulo 4**, verificamos que a aproximação entre o português e o espanhol aparece em todas os materiais analisados. A aproximação ocorre nessas obras para indicar semelhanças e diferenças, principalmente, em uma perspectiva histórica. Nas obras de Nascentes (1919; 2003[1936]), ela já é indicada nos títulos. Na obra de 1919, o autor afirma que haveria mais divergências entre a língua espanhola e a portuguesa no nível fonético; já na obra de 1936, as diferenças são analisadas em vários âmbitos, pois, segundo Nascentes, esta técnica traria bons resultados para a análise do espanhol. Parece, portanto, que ao longo do tempo, uma análise apurada de outros níveis de articulação trouxe sinais de mais diferenças entre o português e o espanhol, divergências que atingiriam não apenas produções sonoras, mas também estruturas morfológicas e sintáticas.

Em Ribeiro (1933[1921]) e em Elia (1961[1940]), as aproximações ocorrem em poucos fragmentos. Na primeira obra, encontramos apenas dois trechos em que há comparações explícitas de aspectos lexicais, constatando algumas semelhanças de significado. Na segunda obra, a língua espanhola atuou como um parâmetro de comparação para que Elia pudesse defender o status do português do Brasil como uma variedade do português e não como uma língua diferente. O foco, assim, residiu na seguinte semelhança: do mesmo modo que haveria o espanhol da Argentina (e não a língua “argentina”), haveria o português do Brasil (e não a língua “brasileira”).

Por fim, nas duas obras que estão situadas no final do período de análise delimitado, vemos que a aproximação entre o espanhol e o português muitas vezes foi acompanhada de outras línguas, em geral, românicas. Dentre as línguas românicas que apareceram, destacaram-se o italiano e o francês. Diferentemente de Antenor

Nascentes, não explicitaram que se tratava de uma técnica boa, nem focaram em diferenças. Tampouco deram preferência às semelhanças e usaram as aproximações para tratar de temas específicos, como fizeram João Ribeiro e Silvio Elia. Nessas obras, parece-nos que as aproximações, que tinham por objetivo demonstrar a evolução das línguas e seu parentesco, foi aplicada como uma técnica já consabida e esperada pelo leitor.

5.4. Cruzamento das sínteses acerca dos materiais para uso escolar e filológicos

Com base nas sínteses expostas nos itens 5.2 e 5.3, foi possível cruzar os resultados das análises feitas a partir dos materiais que tomamos para análise. Apesar de terem objetivos e público-alvo distintos, o cruzamento das análises nos revelou algumas continuidades e descontinuidades a respeito da presença do espanhol nesses materiais linguísticos.

Vimos que o termo “espanhol” foi, de modo geral, o mais usado nessas obras para fazer referência à língua falada na Espanha e em vários países da América⁶². Independentemente de a escolha desse termo ter sido feita de modo consciente — como em Nascentes (1920) — ou inconsciente, parece que o termo “espanhol”, para os autores dos materiais analisados, faria alusão ao conjunto total dos falares que seriam identificados como pertencentes a este idioma, enquanto que o termo “castelhano” estaria ligado à história dessa língua, ao seu lugar de origem (isto é, o reino de Castela) e/ou a uma variedade de maior prestígio. A escolha pelo uso de um ou de outro termo, portanto, não se revela, nos materiais analisados, desprovida de um significado específico; isto é, “castelhano” e “espanhol” não são sinônimos, pois o primeiro está vinculado a uma concepção de língua mais prestigiosa e original.

Com relação às variedades de língua, podemos dizer que os autores em suas obras não tiveram preocupação em abarcar diversos falares do espanhol. Em outras palavras, encontramos alguns poucos casos em que houve sistematizações ou comentários sobre usos linguísticos encontrados em regiões diversas de fala hispana, como é o caso de Becker (1945), Ribeiro (1933[1921]) e Chaves de Melo (1951), porém a atenção dada a estes usos foi tímida. A concepção geral de língua em circulação parece ter como um traço caracterizador a homogeneidade.

⁶² Como sabemos, o espanhol também é língua oficial da Guiné Equatorial, porém não encontramos qualquer menção a esse fato ou a dados dessa variedade linguística nos materiais selecionados.

Constatamos que o espanhol foi sistematizado ou comentado nos materiais para fins escolares ou filológicos preponderantemente a partir de dados linguísticos provenientes do conhecimento dos autores, isto é, a partir de dados que não foram retirados de nenhum registro real de língua, seja ele oral ou escrito. Não obstante, este não foi o único tipo de dado linguístico levantado nos materiais e, com respeito a estes dados, apuramos uma ruptura entre os dois tipos de materiais com os quais trabalhamos: alguns materiais filológicos incluíram dados de língua oriundos tanto de obras literárias quanto de estudos linguísticos de referência, enquanto nos materiais para fins escolares não foram encontrados exemplos de língua provenientes de estudos de referência, apenas literários. Parece-nos que este é mais um indício de que os materiais para fins didáticos apresentam uma sistematização linguística cujo principal fim é possibilitar o contato do estudante brasileiro com a literatura em língua espanhola.

Se, por um lado, não foram encontrados dados do espanhol retirados de obras de referência nos materiais para uso escolar, por outro, foram levantadas nessas obras várias menções a estudiosos e instituições do mundo hispânicos que se dedicaram a estudos do espanhol, assim como nos materiais filológicos. A maioria dos estudiosos e instituições hispânicos levantada nesses materiais é formada por espanhóis, apesar de alguns nomes de estudiosos sul-americanos terem destaque em algumas obras, como é o caso, por exemplo, de Andrés Bello e Rufino José Cuervo. Entretanto, quando nos detemos na principal referência linguística dos materiais analisados, observamos uma divergência entre as obras para fins escolares e as filológicas. Entre os materiais para fins escolares, as sistematizações da Real Academia Espanhola são as grandes bases para os autores; já nos materiais filológicos, os estudos de referência mais citados são aqueles do colombiano Rufino José Cuervo e do espanhol Menéndez Pidal, além dos da Real Academia Espanhola. Podemos dizer, assim, que os autores dos textos filológicos dão menos espaço à Real Academia em seus estudos do que os autores dos materiais para uso escolar, embora, ressaltemos, esta instituição seja citada várias vezes em quatro dos materiais filológicos.

Vimos que quase a totalidade dos autores de materiais filológicos trataram dados lexicais do espanhol e, em quantidades menores de obras, aparecem também comentários sobre aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. A prevalência do foco sobre temas lexicais não foi verificada, no entanto, nos materiais para fins

escolares. Dito de outro modo, em Nascentes (1920), Becker (1945) e Álvarez (1947[1946]), os principais temas enfocados foram os morfológicos e sintáticos. De forma secundária, apresentaram sistematizações sobre a fonética e a ortografia do espanhol. Em um ou outro caso, encontramos ainda descrições suscintas sobre temas semânticos/lexicais e etimológicos. Percebemos, assim, que o foco de descrição dos materiais para uso escolar e os filológicos foi bastante distinto.

A divergência de foco de análise entre os autores de materiais filológicos e os dos materiais para fins escolares parece estar vinculada ao papel exercido pelo Programa de Espanhol publicado em 1943, que indicava os conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes brasileiros no ensino secundário, preponderantemente temas do âmbito da Morfologia e da Sintaxe. O foco sobre esses dois níveis de articulação ficou mais evidente em Álvarez (1947[1946]), obra na qual o “autor” parece ter tomado o Programa de Espanhol como o seu grande documento orientador. Becker (1945), que também é posterior ao documento, parece não ter seguido esse documento à risca, enquanto que Nascentes (1920) foi publicado antes do Programa de Espanhol ser elaborado.

CAPÍTULO 6. REFLEXÕES ACERCA DA EMERGÊNCIA E DO TRATAMENTO DADO AO ESPANHOL NOS MATERIAIS LINGUÍSTICOS

A emergência dos estudos de língua espanhola no Brasil parece ter ocorrido tardiamente — se comparada com os estudos de língua inglesa e francesa — em decorrência de um julgamento a respeito da proximidade histórica e da semelhança estrutural entre o espanhol e o português, tornando desnecessário ou pouco interessante o estudo oficial da primeira nas escolas regulares brasileiras e, igualmente, no âmbito filológico. Além disso, certos elementos do contexto brasileiro — tais como cultura de prestígio, saberes de erudição ou relações comerciais e políticas — não estiveram vinculados ao mundo hispânico até o início do século XX, fatores que contribuíram para que a língua espanhola não atingisse uma posição de destaque entre os estudos de línguas modernas a ponto de entrarem ou permanecerem nos currículos educacionais oficiais.

O contexto sócio-político-histórico-intelectual do início do século XX se revelou essencial para o surgimento de estudos do espanhol tanto no contexto escolar quanto no contexto acadêmico e científico, porém de modo diferente para cada um desses âmbitos. A chegada de espanhóis ao Brasil e a conveniência das trocas comerciais e diplomáticas entre o governo brasileiro e governos da América do Sul naquele momento propiciaram condições para que a língua espanhola chegasse a integrar o currículo de um colégio de renome, impulsionando tanto a produção de material linguístico sobre o espanhol para a finalidade escolar, quanto um trabalho acadêmico, de caráter “científico”, pré-requisito para que um professor ministrasse tal disciplina. A falta de reciprocidade de outros governos com relação ao estudo da língua portuguesa nas escolas — como os do Uruguai e da Argentina —, além de fatores pessoais — como a insatisfação de Antenor Nascentes na cátedra de Espanhol —, que levou à extinção do ensino de espanhol no Colégio Pedro II e a um hiato da produção de material linguístico de espanhol para fins escolares, evidenciam o peso que fatores diplomáticos e subjetivos exerceram sobre o estudo, para aplicação no ensino regular, dessa língua no Brasil.

Os estudos de orientação filológica parece que estiveram menos ligados a decisões governamentais e a um contexto socio-histórico-político brasileiro tão

específico, como o do início do século XX. O contexto acadêmico-intelectual ganhou maior peso neste âmbito e a língua espanhola foi mobilizada nos trabalhos filológicos, nas quatro décadas estudadas, quando os estudiosos necessitavam explicar alterações do português em uma perspectiva histórica — comparando-as com alterações históricas do espanhol —, descrever especificidades de uma variedade do português do Brasil em contraposição com o português de Portugal — novamente comparando, por exemplo, com especificidades do espanhol da Argentina em relação às do espanhol da Espanha —, ou reconstruir as “leis” da evolução das línguas românicas.

Se, por um lado, as duas esferas — escolar e científica — sofreram impactos diferentes com relação ao contexto sócio-político-histórico-intelectual, constatamos algumas semelhanças relativas ao tratamento dado à língua espanhola presentes nesses materiais. Em primeiro lugar, chegamos à conclusão de que a denominação de “espanhola” ou “castelhana” utilizada nas obras — tanto escolares quanto filológicas — não esteve livre de traços específicos de significação, ou seja, não se tratou sempre de sinônimos nesses materiais. De modo geral, explícita ou implicitamente, vemos que os usos registrados nas gramáticas ou textos ‘exemplares’ — como os da Real Academia Espanhola, os de Andrés Bello, os de Rufino José Cuervo e os de Ramón Menéndez Pidal — e a variedade linguística espanhola — distinguida algumas vezes pelo termo “castelhano” — são os validados pelos estudiosos ou, ainda, tidos como “mais cultos” ou “originais”, enquanto apenas em um ou outro caso há destaque para a validação de variedades de outras regiões, como as da América Hispânica. Pontuamos, por exemplos, que os chamados “americanismos”, gerados pela contribuição das línguas indígenas ao espanhol falado na América, foram por vezes considerados erros ou vícios. Reforça essa predileção pelo espanhol da Espanha, em especial o espanhol da região de Castela, a presença maciça de textos literários desse país, se comparados com os do continente americano. Parece que, apesar de estar rodeado por países hispanofalantes e de ter a pretensão de estabelecer acordos comerciais e diplomáticos com as nações vizinhas, a variedade linguística valorizada no Brasil é aquela de além-mar, mais especificamente da região de Castela, da registrada pelos bons autores, isto é, que está no cânone literário espanhol, boa parte deles pertencente ao Século de Ouro espanhol. Exceções pontuais a essa tendência estiveram relacionadas a variedades

da Colômbia e Venezuela, que coincidentemente ou não, são países de origem de dois dos principais estudiosos “exemplares” sul-americanos mencionados nos nossos materiais: Rufino José Cuervo e Andrés Bello, respectivamente.

Os autores dos materiais das duas esferas — escolar e científica — optaram por tomar como base sistematizações de estudiosos conhecidos por se vincularem a determinadas políticas linguísticas que valorizavam certos usos e condenavam outros, geralmente aqueles que não eram bem vistos pela Real Academia Española. Lembremos, por exemplo, da veemente condenação de Andrés Bello — gramático citado em obras dos dois âmbitos de nosso corpus — acerca do voseo em sua **Gramática de la lengua española para uso de los americanos** (1847) e da subsequente exclusão de seu ensino nas escolas chilenas, resultando na desvalorização deste uso linguístico. A falta de citação, por exemplo, a estudos que descrevam usos próprios de determinadas regiões (isto é, que não estão relacionados a obras e centros de prestígio) revelam-nos um apagamento ou desprestígio social de comunidades linguísticas do mundo hispânico que, pelo que transparece, não mereceriam espaço na escola e no ambiente acadêmico brasileiro.

Outro ponto de contato entre as esferas escolar e científica foi percebido em uma técnica usada pelo autor que, ele mesmo, representou a ponte que liga os dois âmbitos: Antenor Nascentes. A **Grammatica** (1920) trouxe explicações sobre estruturas e usos da língua espanhola recorrendo a comparações com outras línguas românicas, quando um fenômeno do espanhol não tinha um paralelo direto com o português. Tanto o conhecimento de outras línguas e de sua história quanto o uso delas para explicitar fatos linguísticos da língua-alvo de descrição foram técnicas de análise empregadas pelos autores e obras filológicas que analisamos na tese. Não obstante, apesar de ter trazido para um material escolar uma prática observada nos trabalhos de orientação filológica, verificamos que o seu interesse por investigar e analisar variedades linguísticas/dialetológicas do português — como as encontradas em **O Linguajar Carioca** (1922) — não transpassou para os estudos de língua espanhola, já que tanto na sua gramática quando nos seus trabalhos filológicos (1919; 2003[1936]) sobre o idioma não foram encontradas passagens nos quais se abordasse variedades diatópicas (nem de registros, nem de norma), apenas variações históricas, diacrônicas.

A perspectiva de tratamento dos dados de língua espanhola e os níveis de articulação enfocados revelaram rupturas entre os materiais das duas esferas analisadas. Dentre os textos para fins escolares, verificamos um tratamento predominantemente sincrônico da língua, evidenciado por uma visão de língua aparentemente “imutável” e “ideal”, características que se tornaram mais evidentes no material que absorveu o maior número de determinações legais, Álvarez (1947[1946]). Os temas categorizados como pertencentes à morfologia/‘lexiologia’ e sintaxe foram os destaques nessas obras para fins escolares e foi nesses níveis de articulação que encontramos mais aproximações entre o português e o espanhol. Por sua vez nos materiais filológicos, predominou um tratamento diacrônico da língua, segundo o qual as línguas teriam sofrido modificações por fatores históricos, geográficos e culturais; conseqüentemente, essa língua é vista como “real”. Os fatos linguísticos enfocados foram majoritariamente dos níveis fonético-fonológico e lexicais nos textos filológicos das primeiras décadas do nosso recorte temporal; estendendo-se também aos níveis morfológico e sintático nos materiais do final do período delimitado. Fosse por influência de documentos oficiais – no caso dos materiais para fins escolares —, fosse pelo foco de atenção inicial dado a níveis de articulação menos complexos no começo da filologia brasileira, chegamos à conclusão de que a língua espanhola foi examinada em níveis diferentes nos materiais das duas esferas.

Vale lembrar, no entanto que, nas duas esferas, os estudos linguísticos se basearam em fatos linguísticos e não em reflexões acerca do funcionamento geral das línguas, como ocorria, por exemplo, em obras gramaticais vinculadas a uma orientação filosófica. O foco dos autores do nosso corpus nunca esteve em reconstruir categorias do pensamento que se refletiriam em construções linguísticas; ao contrário, baseando-se em dados — reais/mutáveis ou ideais/imutáveis — os estudiosos buscavam categorizar o conjunto de estruturas e falares da língua espanhola.

Constatamos que o contato intelectual com hispânicos — verificado no nível “retórico” (MURRAY, 1994) pelas citações explícitas a autores e suas sistematizações — se deu de forma tímida, em um movimento de recepção⁶³ revelados em outros estudos de Historiografia de textos e contribuições de instituições e estudiosos

⁶³ De acordo com diversos trabalhos de Historiografia Linguística (cf. ALTMAN, 1998; POLACHINI, 2013; COELHO, DANNA, POLACHINI, 2015, dentre outros), os estudos linguísticos realizados no Brasil têm se revelado como receptores de ideias e orientações estrangeiras.

espanhóis e sul-americanos, sendo principalmente os primeiros. Embora tenhamos verificado uma diversidade de estudiosos citados pelos seus estudos sobre o espanhol nos diferentes materiais analisados, a Real Academia Espanhola se revelou a grande referência dos materiais linguísticos para fins escolares, talvez devido ao seu caráter normatizador e homogeneizador, o que se encaixa com a visão de língua ideal e imutável que sobressaiu nesses materiais. No âmbito dos textos filológicos, a Real Academia Espanhola também exerceu um papel importante de referência para os estudiosos, porém junto a ela verificamos que as contribuições linguísticas de Menéndez Pidal e Rufino José Cuervo — filólogos da língua espanhola que buscavam imprimir sistematizações de caráter científico — também um lugar de destaque nos saberes dos filólogos brasileiros.

Percebemos assim que no recorte temporal que analisamos ocorreu o primeiro *boom* acerca do interesse pelo espanhol no Brasil, seja na educação regular brasileira, seja no âmbito dos estudos filológicos — visto não só nos textos filológicos analisados, mas também pela tentativa de integrar os estudos sobre o português a estudos sobre o espanhol produzidos por espanhóis, materializada no surgimento da **Revista Ibérica** em 1959. Este *boom* teve seu término a partir de 1961, com uma medida do governo — no caso, a 1ª Lei de Diretrizes e Bases — que recolocou a língua espanhola em uma posição pouco relevante e com sinais de falência da tentativa de aproximação entre filólogos brasileiros e espanhóis, visto pelo fechamento da **Revista Ibérica**.

O historiógrafo da linguística geralmente propõe pesquisas acerca de períodos e materiais que estão temporalmente distantes para que ele possa observar o “problema” e abordá-lo de modo objetivo e global, considerando todos os aspectos que podem estar envolvidos no panorama que ele pretende analisar. Metaforicamente, assemelha-se à atividade de analisar um quadro: se estamos muito próximos a ele, podemos focar nossa visão em um detalhe e perder as relações que cada detalhe estabelece com o todo.

Apesar desta tese ter abordado um período que se distancia do “hoje”, inevitavelmente constatamos semelhanças com o momento atual do espanhol no Brasil, agravado ao longo dos quatro anos em que realizamos a presente pesquisa. Em linhas gerais, vimos que, na década de 1990, devido a fatores sócio-político-educacionais diversos, destacando-se os investimentos de empresas privadas até o

estabelecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e à publicação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (BRASIL, 1996), o espanhol passou a integrar o currículo do Ensino Médio sendo, em geral, a segunda língua estrangeira escolhida pelas escolas públicas e privadas. No âmbito acadêmico, a partir dessa década, houve aumento de cursos de Letras-Espanhol nas diferentes partes do país (cf. GUIMARÃES, 2011) o que teria impulsionado as produções científicas produzidas (artigos, livros, teses e dissertações), apesar de não termos encontrado um levantamento quantitativo delas. Além disso, o surgimento de associações (como a Associação Brasileira de Hispanistas, em 1999) e o aumento de congressos e eventos acadêmicos nessa e na década posterior também são índices do crescimento da produção científica acerca do espanhol. Outras medidas, como a Lei 11.161/2005 (BRASIL, 2005) que estabeleceu a oferta obrigatória — e matrícula optativa — do ensino de espanhol e a inserção desta língua no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) também impulsionaram a língua espanhola a se recolocar em um local de destaque dentre as línguas estrangeiras modernas a serem estudadas no Brasil.

De modo semelhante ao *boom* acerca do estudo do espanhol que constatamos na tese, marcado por um início (1919) e um fim (1961), nos últimos anos temos observado as consequências da revogação da Lei 11.161/2005 pela Medida Provisória nº 746 de 2016 (BRASIL, 2016). Esta medida retirou a obrigatoriedade da oferta de ensino de espanhol no Ensino Médio, impedindo que o alunado brasileiro possa entrar em contato com esta língua. Em decorrência da desvalorização do estudo de espanhol no Brasil, temos observado o risco de fechamento de cursos de Letras-Espanhol oferecidos pelas universidades públicas que, por falta de alunos de graduação, acabam modificando mecanismos de seleção para captar mais discentes para esta habilitação. Por sua vez, algumas universidades privadas de renome, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), por exemplo, deixaram de oferecer a habilitação Espanhol nos últimos anos. Este cenário irá acarretar (se já não está acarretando) uma diminuição de pesquisas relativas ao espanhol.

Diversas tentativas de impulso e promoção da língua espanhola como objeto de estudo — seja em escolas, seja em ambientes acadêmicos — têm sido realizadas, como o encaminhamento de projetos de lei que obrigam o ensino do espanhol em determinados estados do país e a luta pela manutenção de faculdades e cursos de

Letras-Espanhol. Dentre os movimentos de defesa e valorização do espanhol no Brasil, destacamos: (i) a campanha Fica Espanhol, nascida no Rio Grande do Sul, que luta pela permanência do espanhol como disciplina obrigatória no ensino regular, que atingiu inclusive as redes sociais (por meio da *hashtag* #FicaEspanhol) e que vem propiciando inúmeras manifestações de alunos e professores de espanhol, que divulgam a importância desta língua por meio de vídeos e depoimentos; e (ii) as ações tomadas pela Associação de Professores de Espanhol de diversos estados, como a de São Paulo (APEESP), a do Paraná (APEEPR), a do Rio de Janeiro (APEERJ), entre outras, presentes nas cinco regiões do Brasil. Ao lado dessas iniciativas, compreendemos a presente tese também como uma tentativa de resistência ao sucateamento do estudo desta língua no país.

O presente estudo historiográfico parece contribuir, assim, com as investigações linguísticas acerca do espanhol ao possibilitar-nos transitar entre passado e presente, identificar fatores impulsionadores ou desestimuladores e processos que reaparecem ciclicamente relacionados ao estudo e à produção de material linguístico sobre esta língua, além de ter revelado continuidades e rupturas, semelhanças e divergências, entre tratamentos dados ao espanhol em materiais de esferas distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese verificou o papel destacado que fatores contextuais, de ordem social, política, econômica e educacional exerceram na emergência de materiais linguísticos do espanhol para fins escolares e filológicos entre 1919 e 1961. Buscamos aproximar o tratamento dado à língua espanhola nas esferas escolar e acadêmica/filológica, geralmente estudadas de modo separado, inclusive em programas de pós-graduação distintos. A aproximação entre as duas esferas nos pareceu possível ao pensarmos que os autores desses materiais, em geral, circularam pelos mesmos ambientes intelectuais, como o Colégio Pedro II e as faculdades de Letras de universidades públicas e particulares, que passaram a ser criadas a partir da década de 1930; e que as determinações legais que atingiram o ambiente escolar — e, conseqüentemente as aulas e os materiais linguísticos produzidos para esta esfera — poderiam ter tido algum reflexo também nos materiais filológicos.

Sob a perspectiva da Historiografia Linguística, realizamos tarefas de localização e documentação de obras e informações, contextualizamos os nove materiais linguísticos selecionados para análise e seus autores, e operamos com dados ‘externos’ e ‘internos’ para compreender o tratamento geral dado à língua espanhola nesses textos. Constatamos que os materiais para fins escolares imprimiram sistematizações sincrônicas do espanhol, entendendo esta língua como pouco variável, ideal e homogênea; deram maior atenção aos níveis morfológicos e sintáticos da língua; seguiram modelizações de descrição semelhantes, embora tenhamos percebido que a obra posterior ao Programa de 1945 já assumido uma configuração mais aplicada às atividades de sala de aula. Por sua vez, os materiais filológicos privilegiaram um tratamento diacrônico do espanhol, compreendido como uma língua variável devido a fatores histórico, geográficos e sociais; deram atenção aos níveis fonético e lexical na maioria de suas obras; trouxeram dados do espanhol para fins diversos, sempre ligados a explicações históricas de fatos linguísticos do português ou de outras línguas românicas. As sistematizações linguísticas nesses materiais assumiram configurações diversas. Chegamos à conclusão de que, independentemente da esfera em que o material se inseriu, deu-se preferência por usos linguísticos característicos da Espanha, mais especificamente, da região de Castela; regionalismos e americanismos apareceram de forma tímida e, em alguns

casos, condenados pelos autores. Os materiais analisados ainda nos possibilitaram ver que os estudiosos brasileiros tiveram contato intelectual, por meio de textos, com alguns estudiosos hispânicos — dos quais destacamos Andrés Bello, Menéndez Pidal e Rufino José Cuervo — e com as sistematizações da Real Academia Espanhola (RAE). Verificamos, ainda, que a presença da Real Academia Espanhola pareceu ser mais acentuada sobre os materiais para fins didáticos, provavelmente, por seu caráter normatizador e homogeneizador.

Acreditamos, no entanto, que a historiografia da língua espanhola no Brasil nesse período merece ser ampliada. Devido à dificuldade de localização de algumas das obras que tomamos para análise, assim como ao tempo que levamos para “cercar o nosso problema”, não pudemos contemplar, por exemplo, uma análise que privilegiasse dados internos, como aqueles que enfocaram a análise em uma classe de palavra. Por exemplo, um caminho de análise seria verificar o tratamento dado aos artigos e pronomes, tanto nos materiais para fins escolares quanto em materiais filológicos que abordassem fatos linguísticos categorizados como tais. Nossa sugestão por investigar o tratamento dado aos artigos e pronomes deve-se ao fato não só de possuírem funcionamentos específicos no espanhol, diferentes do português, mas também porque durante a pesquisa verificamos sistematizações diversas, que pareciam revelar modos distintos de tratar os dados englobados dentro destas categorias.

Outros possíveis caminhos que sobressaíram durante o levantamento de dados que realizamos foram:

- (i) investigar se o posicionamento “retórico” dos autores, ao dizer que seguiam certa sistematização linguística da Real Academia Espanhola, por exemplo, se confirmariam na prática;
- (ii) analisar a contribuição de estudiosos de outras nacionalidades nas sistematizações do espanhol;
- (iii) examinar textos que saíssem da descrição gramatical, como dicionários e vocabulários, a fim de captar a recepção de americanismos e indigenismos — de modo geral, condenados nos materiais que analisamos — e o tratamento dado a eles.
- (iv) verificar se o tratamento geral dado ao espanhol nos materiais escolares e filológicos se assemelha ou se diferencia de outras línguas estrangeiras modernas de destaque, como o inglês e o francês.

Finalmente, ressaltamos que a presente tese contribui não apenas para escrevermos uma nova história do espanhol no Brasil — agora considerando interpretações sob o viés da Historiografia Linguística —, mas também nos auxilia a compreender o momento atual dos estudos sobre a língua espanhola em nosso país e a refletir sobre caminhos de luta e resistência.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Amado. **Castellano, Español, Idioma Nacional: historia espiritual de três nomes**. Buenos Aires: Editorial Losada S/A, 1943 [1938].

ÁLVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico**. (Col. Didática do Brasil). São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1946.

ALTMAN, Maria Cristina F. S. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998 [1995].

ALTMAN, Maria Cristina F. S. Filologia e Linguística: outra vez. *In: Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, n. 6, 2004, p. 161-198.

ALTMAN, Maria Cristina F. S. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *In: Todas as Letras — Revista de Língua e Literatura*. v. 14, n. 1, 2012. p. 14-37. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526/3488>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ARAÚJO, Catya Marques A. de. **O ensino de espanhol no Brasil: história de um processo em construção**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/catyamarques.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ARCANJO, Fernanda; HANASHIRO, Midori. **A história da educação no Brasil**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. O linguista e o filólogo Gladstone Chaves de Melo. *In: Revista da Academia Brasileira de Filologia*. n. XIII, Nova Fase, segundo semestre, 2013. p. 10-12.

BARBADINHO NETO, Raimundo. Bibliografia de e sobre Antenor Nascentes. *In: BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). Estudos Filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

BECHARA, Evanildo. 1999. Sílvia Elia (1913 – 1998) *In: ALTMAN, C. Historiografia da Linguística Brasileira - Boletim 4. Em homenagem a Sílvia Elia*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; 1999. Disponível em: http://cedoch.fflch.usp.br/sites/cedoch.fflch.usp.br/files/u63/boletim4_9-15.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

BECHARA, Evanildo. Gladstone Chaves de Melo e o Instituto de Língua Portuguesa. *In: Revista da Academia Brasileira de Filologia*. n. XIII, Nova Fase, segundo semestre, 2013. p. 8-9.

BECKER, Idel. **Manual de español**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945 [1944].

BELLO, Andrés. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Madrid: Imprenta de la biblioteca económica de educación y enseñanza, 1853[1847].

BRASIL. Decreto-lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919. Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para exercicio de 1919. **Diário Oficial da União — Seção 1 — 8 jan. 1919**, p. 345. (Col. Leis do Brasil). Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1919. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3674-7-janeiro-1919-570619-publicacaooriginal-93752-pl.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. **Diário Oficial da União — Seção 1 — 7 abr. 1925**, p. 8541. (Col. Leis do Brasil). Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1925. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931. Lei Francisco Campos. Organiza o ensino secundario. **Diário Oficial da União 01 mai. 1931**, p. 6945. Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Resolve expedir os programas do curso complementar, anexos a esta portaria. **Diário Oficial da União 19 mar. 1936**. p. 5791-5793. Rio de Janeiro, DF, 1936. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104320/1936%20-%20Portaria%20Ministerial%20-%20DOU%2019-03-1936%20-%20Programas%20do%20curso%20complementar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Decreto-lei n. 4.244 de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 1942. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1942/10/08?ref=breadcrumb>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial 127 de 03 de fevereiro de 1943. Resolve expedir e determinar que se execute o programa de espanhol, que se anexa a presente portaria ministerial, dos cursos clássico e científico do ensino secundário. **Diário Oficial da União — Seção 1 — 05 fev. 1943**, p. 11. Rio de Janeiro,

DF, 1943. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2162571/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-02-1943>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial 556 de 13 de nov. de 1945. Expede instruções metodológicas para a execução do programa de espanhol. **Diário Oficial da União — Seção 1 — 22 nov. 1945**. Rio de Janeiro, DF, 1945. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2569954/pg-22-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-1945>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União — Seção 1 — 12 ago. 1971**, p. 24. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1972. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1971/08/12>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. **Diário Oficial da União — Seção 1 — 08 ago. 2005**, p. 1. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11161-5-agosto-2005-538072-publicacaooriginal-31790-pl.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Medida provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. **Diário Oficial da União — Seção 1 — Edição Extra, 23 set. 2016**, p. 1. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CAMARGO, Moacir Lopes de. O ensino do espanhol no brasil: um pouco de sua história. In: **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas SP, v. 43, n. 1, jan.-jun., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132004000100011. Acesso em: 15 jun. 2019.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *In: Alfa*, v. 45, São Paulo, 2001, p. 49-69. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/4185/3783>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Gladstone Chaves de Melo. *In: Revista da Academia Brasileira de Filologia*. n. XIII, Nova Fase, segundo semestre, 2013. p. 13-34.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. Apresentação. *In: Alfa Revista de Linguística*. Miscelânea de estudos dedicados ao professor Theodoro Henrique Maurer Jr. São Paulo, v. 18-19, 1972-1973. p. 5-16. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/276/showToc>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CELADA, Maria Teresa; GONZÁLEZ, N. M. Los estudios de Lengua Española en Brasil. *In: Anuario brasileño de estudios hispánicos*, 2000. p. 35-58.

CELADA, Maria Teresa; GONZÁLEZ, N. M. El español en Brasil: un intento de captar el orden de la experiencia. *In: SEDYCIAS, João (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: presente, passado, futuro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 71-96.

CELADA, Maria Teresa. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. 277 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CHAVES DE MELO, Gladstone. **Iniciação à filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.

COELHO, Olga Ferreira. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira: Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem**. 185 f. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

COELHO, Olga Ferreira. Filologia, Linguística e Historiografia linguística no Brasil. *In: COELHO, Olga Ferreira. (Org.). A historiografia linguística no Brasil (1993-2018). Memória, Estudos*. Campinas: Pontes, 2018. p. 65-80.

COELHO, O; DANNA, S.; POLACHINI, B. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. **Revista Confluência**. Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, v.46, n.43, 2013.

DANNA, Stela Maris D. G. **Tradição e ruptura na emergência do conceito de “artigo”: de Nebrija às gramáticas de línguas brasileiras (séculos XVI-XX)**. Iniciação científica. CEDOCH-DL-USP/FAPESP (processo n. 09/51067-2). 2009-2010. Orientadora Professora Dra. Olga Ferreira Coelho.

DANNA, S. M. D. G. **Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul**. 218 f.

Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

DEL PINO DÍAZ, María Joaquina. (s.f.). Rufino José Cuervo y su aportación a la lingüística del siglo XIX. **Revista Cauce**, n. 3. p. 129-146. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/literatura/cauce/pdf/cauce03/cauce_03_008.pdf. Acesso em 15 de junho de 2019.

ELIA, Silvio. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1961[1940].

ELIA, Silvio. **Ensaio de filologia e linguística**. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL, 1975.

ELIA, Silvio. Silvio Elia, por Silvio Elia. In: ALTMAN, C. **Historiografia da Lingüística Brasileira - Boletim 4. Em homenagem a Silvio Elia**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; 1999. Disponível em: http://www.cedoch.fflch.usp.br/sites/cedoch.fflch.usp.br/files/u63/boletim4_31-46.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

ESPARZA, Miguel Ángel.; SARMIENTO, Ramón. Introducción a la Gramática Castellana (1492) de Elio Antonio de Nebrija. In: NEBRIJA, Elio Antonio de. **Gramática Castellana**. Madri: Fundación Antonio de Nebrija, 1992 [1492].

FREITAS, Luciana Maria Almeida de. **Da fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas**. 309 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Inglês no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000 [1948].

GIL, Gloria. O ensino do inglês, do português e do espanhol como línguas estrangeiras no Brasil e na Argentina: uma comparação glotopolítica. In: **HELB**. ano 3, n. 3, 1/2009. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-3-no-3-12009/108-o-ensino-do-ingles-do-portugues-e-do-espanhol-como-linguas-estrangeiras-no-brasil-e-na-argentina-uma-comparacao-glotopolitica>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GALVÃO, Maria Silva Elia. Sílvia Elia em família. In: **Revista da Academia Brasileira de Filologia**. n. XIII, Nova Fase, segundo semestre, 2013. p. 15-22. Disponível em: <http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIII.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GIUSTI, Roberto Fernando. In: BECKER, Idel. **Manual de español**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945 [1944].

GONZÁLEZ, Mario M. LITERATURA E DIFERENÇAS NA ESPANHA DOS ÁUSTRIAS. In: **Ipotesi: revista de estudos literários**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 1999. p. 69-80. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/LITERATURA-E-DIFEREN%C3%87AS-NA-ESPANHA1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, José Ramón. *In: Archivum: Revista de la Facultad de Filología*. Tomo 44-45, n. 2, 1994-1995, p. 251-270. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=500963>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUIMARÃES, Lucia M. P. **Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana: o caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914)**. Acervo Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul/dez, 1998.

GUIMARÃES, Anselmo. História do ensino de espanhol no Brasil. *In: Scientia plena*. v. 7, n. 11, p. 1-9, 2011.

GUIMARÃES, Anselmo. A língua espanhola como disciplina escolar: considerações iniciais de pesquisa. *In: VI Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”*. Sergipe/São Cristóvão: 20 a 22 de setembro de 2012.

GUIMARÃES, ANSELMO. **Panaméricas utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)**. Editora UFS: São Cristóvão, 2016.

GUIMARÃES, Anselmo. **História dos livros didáticos de espanhol publicados no Brasil (1919-1961)**. 228 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

HANNA, Vera Lucia Harabagi. Reflexões sobre a trajetória do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. *In: Revista do GEL*. São Paulo, v. 6, n. 2, 2009. p. 207-231.

HAMPEJS, Zdenek. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. *In: BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). Estudos Filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

HELB., História do Ensino de Línguas no Brasil. **Idel Becker: o pioneiro do ensino de E/LE no Brasil**. s/d. Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14:idel-becker-o-pioneiro-do-ensino-de-ele-no-brasil&catid=1079:1945&Itemid=2. Acesso em: 15 jun. 2019.

KOERNER, E. F. K. Models in Linguistic Historiography. *In: KOERNER, E. F. K. Practicing linguistic historiography: selected essays*. (Col. Studies in the history of language sciences). Amsterdam: John Benjamins, 1989, p. 47-59.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *In: Revista da Anpoll*, v. 1, n. 2, 1996. p. 45-70.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1975 [1962].

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *In: Cadernos PROLAM/USP*. São Paulo, v. 14, n. 26, set./2015. p. 90-107. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/102283>. Acesso em: 29 jun. 2019.

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española**. España: Gredos, 1981.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. *Contexturas, APLIESP*, n. 4, 1999, p. 13-24.

MARQUES, Guilherme Ramon G. **Desenvolvimento e integração: a América do Sul em perspectiva histórica**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *In: Revista História*, São Paulo, n. 121, ago./dez., 1989. p. 5-26.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. **A unidade da Romênia ocidental**. Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo n. 126. São Paulo: [s.n.], 1951.

MOTA, Carlos G. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *In: Estudos avançados* 9, v. 24, 1995, p. 243-254.

MURRAY, Stephen O. **Theory groups and the study of language in North America, a social history**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

NASCENTES, Antenor. **Ensaio de phonetica differencial luso-castelhana: dos elementos gregos que se encontram no espanhol**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1919.

NASCENTES, Antenor Veras. **Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria Drummond, 1920.

NASCENTES, Antenor. Esbozo de comparación del Español con el Portugués. **Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003[1936].

NASCENTES, Antenor Veras. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Tomo I, 1. ed. segunda tiragem. Rio de Janeiro, 1955.

OLIVEIRA, Ana Paula Fabro de. **O discurso do Dicionario de la lengua española (RAE) em diferentes condições de produção: língua, sujeitos e sentidos**. 199f. Tese (Doutorado em Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol). Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

PETRI, Verli; SCHNEIDERS, Caroline M.; SCHERER, Amanda. “A língua nacional” de João Ribeiro: alguns apontamentos. *In: Polifonia*. v. 22, n. 31, jan.-jun., 2015. p. 53-72.
Disponível em:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3121/2156>.

Acesso em: 15 jun. 2019.

PINZÓN CAMARGO, Libia Carolina. La denominación de la lengua Castellano o Español? *In: Cuadernos de Lingüística Hispánica [en línea]* 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=322230192011>. Acesso em: 15 jun. 2019.

POLACHINI, Bruna S. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras no século XIX: estudo historiográfico**. 219 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

POLACHINI, Bruna S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. 458 f. (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

POZO Y POZO, Adolfo. **Gramática española**. (Col. Livros didáticos FTD). São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1943.

PRADO, Maria Ligia Coelho O Brasil e a distante América do Sul. *In: Revista de História*, n. 145, 2001. p. 127-149. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18921>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RANAURO, Hilma. Silvio Elia: retrato e biografia. *In: Revista Confluência*, do Instituto de Língua Portuguesa, n. 17 e 18, 1999. p. 11-34. Homenagem a Sílvia Elia. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/?cat=47>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RANAURO, Hilma. Silvio Elia e a filosofia de Vossler. *In: Revista da Academia Brasileira de Filologia*. n. XIII, Nova Fase, segundo semestre, 2013. p. 84-86.

RECUERO, Ana Lúcia P. C. **Por que (não) ensinar espanhol no Brasil? As políticas linguísticas e a gramatização no ensino do espanhol a partir da glotopolítica**. 291 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de Santa Maria, RS, 2017.

RIBEIRO, João. **A língua nacional: notas aproveitáveis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933[1921].

SAID ALI, Manuel. **Difficuldades da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919 [1908; 2ª edição revista pelo autor].

SILVA, Roberto Cândido. **O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade**. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SWIGGERS, Pierre. L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. *In: Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists, Berlin/GDR, August 10 - August 15, 1987, 2713-2716.* Berlin: Akademie-Verlag, 1991.

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. *In: Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL.* La Laguna (Tenerife), 22-25 octubre de 2003, ed. Corrales Zumbado, C.; Dorta Luis, J. Et Al. Madrid: Arco Libros, 2005 [2004], p. 113-145.

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *In: Revista Argentina de historiografía lingüística*, I, 2009. p. 67-76.

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificadores. Tradução: Cristina Altman. *In: Revista Eutomia*, Recife (PE), ano III, v. 2, dez. 2010. p. 1-17.

SWIGGERS, Pierre. Historiografía de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos con referencia a la (historia de la) gramática española y francesa. *In: Lengua, literatura y educación en la España del siglo XIX*, ed. por Neus VILA RUBIO, 15-37. Bern – Berlin: Peter Lang; Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, 2012.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *In: Revista Confluência*. n. 44-45, 2013. p. 39-59.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Impactos da imigração espanhola no desenvolvimento econômico e territorial do estado do Rio Grande do Sul no século XX.** 218 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Maria, RS, Santa Maria, 2012.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg.; PAULI, Rita Inês Paetzhold. A participação dos espanhóis no contexto imigratório do estado do Rio Grande do Sul. *In: RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 149, dez.- 2015. p. 149-169. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289490035_A_participacao_dos_espanhois_no_contexto_imigratorio_do_Estado_do_Rio_Grande_do_Sul. Acesso em: 15 jun. 2019.

VARGENS, Dayla P. de M. **Uma história de politização do ensino de espanhol: associação de professores de espanhol do Estado do Rio de Janeiro.** 270 f. Tese (Doutorado em Línguas Neolatinas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

WEBER, Regina; SOUZA, Daiane; VELEDA, Renata K.; CORRÊA, Vagner M.; LESSA, Aluisio. **Pesquisa sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul.** 2009, Disponível em: <https://docplayer.com.br/13310395-Pesquisas-sobre-a-imigracao-espanhola-no-rio-grande-do-sul.html>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ANEXO I

Portaria Ministerial de 19 de março de 1936, página 5793.

Visão geral da página e destaque para os temas de literatura espanhola abordados no curso complementar.

Quinta-feira 19

DIÁRIO OFFICIAL

Março de 1936 5793

Litteratura latina

I — Litteratura e os generos literarios
 Anthologias francesas e inglesas;
 Anthologias francesas de autores allegres, ingleses e Italianos;
 Classicos gregos (tradução);
 Poetica Comedia (tradução);
 Canto de Heland commentado;
 Theatra de Shakespeare;
 Theatra classico francez;
 Theatra de Ibsen (tradução);
 Romanos de Dostoiwsky, Gogol e Turgeniiff (tradução);
 Obras poeticas de Schiller (tradução);
 Poetica e romances de Goethe (tradução);
 Poesia, romances e theatra de Victor Hugo;
 Romanos de Walter Scott e Dickens;
 Theatra hespanhol;
 D. Quixote de Cervantes;

II — Litteratura portugueza

Anthologias Portuguezas;
 Os Lusitidos commentado;
 Obras de Garrett;
 Obras de Camillo;
 Obras de Herculano;
 Obras de Eça de Queiroz;
 Contos de Fialho de Almeida;
 Poemas lyricos de Augusto Gil e Eugenio de Castro;
 Chrenomathia Archaisca;
 Obras de Camillo Castello Branco.

III — Litteratura brasileira

Anthologias de autores brasileiros;
 Classicos brasileiros da seção da Academia Brasileira de Letras;
 Cartas Jesuiticas;
 Obras completas de Claudio Manoel da Costa;
 Obras completas de Alvarado Pezoso;
 Obras completas de Silva Alvarenga;
 Memorias de J. J. de Almeida;
 Confederação dos Famosos de Gonçalves Magalhães;
 Colombo da Porto Alegre;
 Obras completas de Alvarado de Azevedo;
 Poemas completos de Fagundes Varela;
 Poemas completos de Gonçalves Dias;
 Romanos de José de Alencar;
 Romanos de Manoel de Macedo;
 Romanos de Bernardo Guimarães;
 Romanos de Alfredo Tasso;
 Memorias de um Sargento de Milicias, de Manoel Antonio de Almeida;
 Obras de Joaquim Nabuco;
 Poemas e romances de Machado de Assis;
 O Adhemar de São Pompeio.

Principes de litteratura

Preliminares

1 — Concepto e significação da litteratura e do facto litterario: suas condições. Generos litterarios: a poesia, a prosa, o theatro, o romance, a historia, a eloquencia, a satyira, o folk-lore; suas modalidades. A critica, a ensaio, o jornalismo e outros generos. Apropriação das influencias do meio da época e dos costumes. Escolas litterarias. Noção de estilo.

Litteraturas orientaes antigas

2 — Os monumentos litterarios da India antiga: os Vedos, os grandes poemas epicos e a litteratura dramatica. Caldeu, o codigo de Hammurabi. Os persas e o Zendavesta. Os hebreus e a Biblia.

Litteratura grega

3 — Periodo classico — Homero e Hesiodo.
 4 — Poesia lyrica e pastoral. Alcan, Sappho e Anacreonte. Aedre; Pindaro. A tragedia e a comedia.
 5 — Historia e philosophia. Herodoto, Thucydides e Xenofonte. Plauto e Aristoteles. A eloquencia. Demosthenes.
 6 — Periodo greco-alexandrinio. Gzases de romances. O idyllo: Theophrasto. Periodo greco romano. Polybia, Plutarco e Luciano. Influencia do Christianismo: São João Chrysostome. Periodo bizantino; declinio do espirito grego.

7 — Phases de formação: origem da poesia religiosa dos romanos. Influencia do espirito grego. A epigraphia. A poesia epica e a satyrica: Enio e Lucilio — A comedia: Plauto e Terencio.

8 — Os precursors do periodo aureo: Caesar, Cicero, Sallustio. A poesia: Catullo e Lucraccio.

9 — O seculo de Augusto. A poesia: Virgilio, Horacio e Ovidio. A historia: Tito Livio.

10 — Periodo post-classico: Quinto Curcio, Seneca. A poesia: Lucano e Marcial. A satyira: Juvenal. A historia: Tacito.

11 — Periodo da influencia christã — Tertuliano, São Jeronymo e Santo Agostinho. Ultima phase da poesia latina.

Renaissance e Litteratura Italiana

12 — A invasão dos barbaros e suas consequências — Os primitivos codigos germanicos — a renascença carolingia — Genese das linguas e das litteraturas dos povos modernos. A poesia popular e as epopias.

13 — A origem da poesia Italiana: o metelloano: São Francisco de Assis — Precursors da Renaissance: Dante, Petrarca e Boccaccio.

14 — A renascença Italiana: O humanismo. Poetas e prosadores do seculo XVI.

15 — Periodo do classicismo e da decadencia. A Arcadia.

Litteratura Francesa

16 — A renascença francesa: Villon, Commines, Marot, Rabelais e a Poésia — Prosadores politicos e moralistas — Montaigne.

17 — O seculo classico — Matherbe — As academias e os salões — Descartes — O theatro — Corneille, Racine e Moliere — Merculius, Eloquencia sagrada. A fabula. Os grandes prosadores: Pascal, La Bruyere, Montesquieu.

18 — O seculo XVIII — Voltaire — A Enciclopedia — Os philosophos — Romanos, theatro, historia e critica.

19 — O romantismo francez: sua origem e evolução — Poetas e romances e o theatro historicos.

20 — A revolução parisiense. O realismo.

21 — Litteratura provincial — Sua influencia na Madri.

22 — O Felibrige — Rumanille e Mistral.

Litteratura hespanhola

22 — Origens da litteratura hespanhola — Periodo inicial — Os romances de cavallaria. O Cid. O Romancero. O Amadis de Gaula.

23 — A litteratura hespanhola no seculo XVI — a poesia: Quevedo e Gongora — Alonso de Ercilla — Hurtado de Mendoza — O misticismo: Santa Thereza de Jesus.

24 — Cervantes e o Don Quixote — O theatro hespanhol: Lope de Vega, Molina, Calderon de la Barca.

25 — Seculos XVIII e XIX — Prosadores: Antonio de Solis. O romantismo hespanhol. Zorilla, Campoamar, Espronceda e Quintana, Castellar e Blasco Ibañez.

Litteratura inglesa

26 — Periodo inicial — Chaucer e Gower. Era elizabethana — Spenser — Marlowe — Prosadores: Bacon e Burton.
 27 — Seculo XVII — Milton e o "Paradise Perdido" Dryden. O Classicismo: Addison e Pope. O romance ingles no seculo XVIII — Defoe-Swift e Goldsmith.

28 — O romantismo ingles — Scott, Byron, Shelley, Keats, Tennyson, Dickens — O pre-raphaelismo.

Litteratura allemã

29 — Origens da litteratura allemã: a epopoeia carolingia. Epoca da Reforma e da Renaissance — Hans Sachs — Klopstock, Lessing, Wieland, Kant e Herder.

30 — A litteratura allemã no seculo XIX — Goethe — Schiller — Hegel — Faust — Novalis — Schlegel — Schopenhauer — O drama wagneriano — Heine.

Historia da Civilização

I

A Historia como sciencia. Progresso dos estudos historicos do seculo XIX até os nossos dias. Historia e sociologia. A Philosophia da Historia. A Historia da Civilização. O progresso humano e as chamadas leis historicas. A complexidade das causas. Theoria geral da Historia.

Litteratura hespanhola

22 — Origens da litteratura hespanhola — Periodo inicial — Os romances de cavallaria. O Cid. O Romancero. O Amadis de Gaula.

23 — A litteratura hespanhola no seculo XVI — a poesia: Quevedo e Gongora — Alonso de Ercilla — Hurtado de Mendoza — O misticismo: Santa Thereza de Jesus.

24 — Cervantes e o Don Quixote — O theatro hespanhol: Lope de Vega, Molina, Calderon de la Barca.

25 — Seculos XVIII e XIX — Prosadores: Antonio de Solis. O romantismo hespanhol. Zorilla, Campoamar. Espronceda e Quintana, Castellar e Blasco Ibañez.

ANEXO II

Reprodução da Portaria n.º 556, de 13 de novembro de 1945, que integra a obra **Español Básico** (1947[1946]) de José Ramón Calleja Álvarez.

PROGRAMA DE ESPANHOL DOS CURSOS CLÁSSICO E CIENTÍFICO

---::---

PORTARIA N.º 556, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1945

Expede instruções metodológicas para execução do programa de espanhol

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, resolve, à vista do exposto pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, expedir e determinar que se observem, no curso colegial, as instruções metodológicas para execução do programa de espanhol, anexas à presente portaria.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1945. — *Raul Leitão da Cunha.*

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ESPANHOL

O estudo de espanhol no curso colegial tem por fim:

- a) proporcionar ao estudante a aquisição efetiva da língua espanhola, de maneira que ele possa ler e exprimir-se nela de modo correto, oralmente ou por escrito;
- b) comunicar-lhe o gosto pela leitura dos bons escritores;
- c) ministra-lhe apreciável parte do cabedal indispensável à formação do seu espírito e do seu caráter, bem como base à sua educação literária, se quiser fazê-la por si, auto-didaticamente;
- d) mostrar-lhe a origem românica, como a do português, que tem a língua de Castela e da maioria dos países americanos, o que o ajudará a compreender os seus sentimentos pan-americanos.

Para que alcancem os objetivos indicados, deverá o ensino revestir-se de cunho prático, em qualquer das três partes paralelas do programa: gramática, leitura explicada e outros exercícios.

A leitura se fará durante todo o ano; a gramática vai repartida por seis unidades das quais a primeira e a segunda e a terceira, até verbos irregulares exclusive, serão estudadas no primeiro trimestre, o resto da terceira, e a quarta no segundo, a quinta e sexta no terceiro; os trabalhos indicados no programa sob a denominação de "outros exer-

ESPAÑOL BÁSICO

11

cícios" se distribuirão por todo o ano letivo pelo modo que o professor julgar mais conveniente.

A Leitura — 1) O professor se empenhará em obter o máximo de proveito da leitura, não se esquecendo de que ela oferece, quando bem escolhida e orientada, um manancial de idéias que fecundam e disciplinam a inteligência e concorrem para acentuar e elevar, no espírito dos adolescentes, a consciência humanística. Na leitura, explicada minuciosamente, de todos os pontos de vista educativos, é que os alunos encontrarão boa parte da base necessária à formação de sua personalidade integral, bem como aquelas generalidades fundamentais de onde eles poderão subir a estudos mais elevados de caráter especial.

2) O conhecimento do vocabulário, da ortografia, das formas e construções corretas será sobretudo adquirido mediante considerações expendidas a propósito dos textos de leitura; dos fatos neles observados deduzirão os próprios alunos, auxiliados pelo professor, as regras da boa linguagem consignadas na gramática expositiva.

3) Recomenda-se, que, no comentário da leitura ou mesmo noutras ocasiões, o professor conduza as suas considerações de maneira que ache meio de falar, embora sumariamente, nos grandes vultos da civilização espanhola e hispano-americana, principalmente escritores. Isto para que os alunos não deixem o aprendizado colegial, sem saber, por exemplo, quem foi o Cid Campeador, El Gran Capitán, Santa Teresa, Carlos V, Isabel a Católica, Carlos III, Ramón y Cajal, Sarmiento, Bolívar, Sucre, Juárez, Francia, etc.

Técnica geral do ensino — Dada a semelhança entre o espanhol e o português, o ensino poderá ser dado naquela língua desde a primeira aula.

Em todos os assuntos o professor se esforçará por salientar as divergências profundas que em certos pontos, como em matéria de vocabulário, as duas línguas apresentam.

Combaterá certos vícios próprios do brasileiro, como a aspiração do *H*, a pronúncia do *j* como *r* forte, emissão reduzida do *e* e do *o* finais, o uso do artigo *lo* em vez de *el*, a ditongação inadequada do *e* e do *o* tônicos. Depois do primeiro trimestre, não será permitido ao aluno, em classe, o uso da língua portuguesa a fim de habituá-lo a pensar em espanhol.

Em todo o curso o professor se esforçará por incutir nos alunos o amor da língua espanhola e o zelo dela, traduzido no desejo de bem manejá-la.

Observações finais — Para a realização do curso, além dos livros da biblioteca escolar, de que os alunos se devem utilizar para leituras e consultas, deverão eles ter consigo os seguintes compêndios: a) livro de leitura; b) gramática; c) dicionário portátil, em um volume.

O livro de leitura deverá conter trechos, sobretudo contemporâneos, de escritores espanhóis e hispano-americanos.

A gramática, além da parte teórica, deverá conter uma parte prática que servirá de base para os exercícios de conversação.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1945. — Raul Leitão da Cunha.

ANEXO III

Reprodução das capas e folhas de rosto dos materiais para fins escolares levantados e localizados.

1. **Grammática da língua espanhola para uso dos brasileiros** (1920) de Antenor Nascentes.

Fonte: Acervo do archive.org (último acesso em 10 de junho de 2019).

2. **Gramática Española** (1943) de Adolfo Pozo y Pozo.

Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

3. **El castellano contemporâneo** (1944) de Candido Jucá Filho
Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

4. **La lengua española** (1944) de João de Sousa Ferraz e Gastón Figueira.
Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

5. **Gramática castellana** (1944), de Vicente Solana e Bento Bueno de Moraes
Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

6. **Manual de espanhol** (1945) de Idel Becker.
Fonte: Acervo do archive.org (último acesso em 10 de junho de 2019).

7. **El español del colégio** (1946[1944]) de Beatriz Magalhães de Chacel
Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

8. **Español básico** (1947[1946]) de José Ramón Calleja Álvarez
Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

9. **Español: gramática, literatura y antología** (1952[1949]) de Aristóteles de Paula Barros.

Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

ANEXO IV

Reprodução das capas e folhas de rosto de Nogueira e Peixoto (1945) e Rigo (1948).

1. **Verbos Castellanos** (1945), de Décio de Matos Nogueira e Ênio Sandoval Peixoto.

Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

2. **Método prático de espanhol sem mestre** (1948), de Raul Reinaldo Rigo (? - ?)

Fonte: Arquivo pessoal de Stela Danna.

ANEXO V

Quadro das menções à língua espanhola em Ribeiro (1933[1921]).

Número da citação	Fragmento em que há menções ao espanhol	Página(s) da citação
1	<p>“O modismo não é original nem próprio ou exclusivo do Rio Grande do Sul, é de todos os gaúchos da banda oriental e da Argentina.</p> <p>Ciro Baio no seu Vocabulario Criollo, também o registra, com o refrão gaúcho:</p> <p>‘En la tropa nunca falta un buey corneta.’</p> <p>E com a definição exata do termo:</p> <p>‘<i>Buey corneta</i>. Buey revoltoso, alborotador de una hacienda.”</p>	43
2	<p>“A palavra <i>chumberga</i> existe desde os tempos coloniais no Brasil. [...] Como era também uma expressão peninsular, de toda a Espanha, por essa razão veio repercutir nas republicas de origem espanhola e, como reflexo, na linguagem fronteiriça do Rio Grande do Sul.”</p>	53
3	<p>"Em Espanha também esse marechal Schomberg creou a moda de uniformes luzidios e por isso o nome passou a essas côres garridas, a uma certa pintura de verniz e até a uma seguidilha de versos menores.</p> <p>O antigo entremez Baile de los Hilos de Flandres depara-nos a expressão:</p> <p style="padding-left: 40px;">Sus colores las hacen <i>chambergos</i> Solo por lucir.</p> <p style="text-align: right;"><i>Migajas del Ingenio</i> (ed. por Cantarelo)</p> <p>- pag. 73"</p>	58-59
4	<p>"O Rio Grande do Sul é como uma porta aberta á lingua franca dos hispano americanos."</p>	81
5	<p>"A palavra - inhapa [<i>ñapa</i>] - tem grande extensão de uso na America do Sul. É conhecida na Colombia, no Perú, no Chile e nas regiões platinas.[...]</p> <p>Romanguera diz que a expressão é <i>azteca</i> e explica a razão: os mexicanos aos compradores de cacau costumavam dar uma certa quantidade do produto, a qual chamavam de <i>anhapa</i>."</p>	82
6	<p>"Os filologos sul-americanos que podiam melhor dizer do assunto, nada alegam em favor de tão remota e gratuita etimologia [da inhapa/ñapa], cuja fonte Romanguera cala e não podemos descobrir. Deve ser falsa."</p>	82-83
7	<p>"Rufino Cuervo registrou a forma - ñapa - na linguagem de Bogotá. Entretanto, a mais geral entre hispano-americanos e que deu entrada no dicionario da Academia é - llapa - (lhapa). [...]</p> <p>"O etimo quíchua é - yápana.</p> <p>Essa etimologia que tem por si a historia e o testemunho colonial, é aceita por todos; os proprios que a combatem não oferecem grandes recursos de argumentação. Assim</p>	83

	<p> vemos combate-la F. de Solar (nos seus Reparos al diccionario de chilenismos, de Zorobabel Rodriguez) a proposito de Yapa por llapa, que é, diz ele, a forma vernacula.</p> <p>Sem duvida os castelhanos admitiram - <i>llapa</i> - mas não é palavra "castelhana de buena estirpe". É um americanismo."</p>	
8	<p>"Os espanhois tomaram-na aos "peruleros" de volta á metropole num sentido especial, de termo de mineração, definindo-a, segundo a Academia:</p> <p>'Llapa. Azougue que en las minas del Peru se añade al mineral argentifero para facilitar el termino de su trabajo en el buitron' "</p>	83-84
9	<p>"Nem no sentido especial do vocabulo americano faltavam vozes á lingua espanhola: <i>adehala</i>, por exemplo (do arabe <i>adejala</i>) como não faltam, tão numerosas são, no português: quebra, crecença, gages, propina, etc." [...]</p> <p>"<i>Perulos</i> eram os espanhois que voltavam das minas do Perú, gente rica e americanizada. O mesmo se deu em Portugal que chamavam <i>brasileiros</i> os portugueses de torna-viagem. E ainda é uso atual.</p> <p>Os <i>Perulos</i> e brasileiros voltam com riquezas e vocabulario novo: e não é demais que provoquem a exploração e a ridiculez. A civilização crescente da America vai atenuando esses riscos eventuais, cada vez mais raros."</p>	84
10	<p>"Ciro Baio registra essa voz sob a forma <i>yapa</i> para Chile, Bolivia e Perú e <i>ñapa</i> para Colombia, e mais o verbo popular <i>yapar</i> de compreensível derivação. Eis alguns exemplos tomados ao seu <i>Vocabulario criollo</i>: 'A fulano le robaron el reloj y de yapa el ladron le dio una paliza.'</p> <p>- Un chico va a comprar algo á la tienda y el mercader para tenerle por parroquiano (<i>fregués</i>) le da un juguete ó un dulce de <i>yapa</i>.</p> <p>Quanto á derivação verbal, os exemplos são igualmente característicos</p> <p>'<i>Yápe me usted el plato</i>' pedindo aumento da ração."</p>	85
11	<p>"Dom Daniel Granada no seu – Vocabulario Rioplatense - também exemplifica:</p> <p>- Una chinita en una pulperia (<i>venda</i>): Media libra de erba (<i>mate</i>) y una cuarta de azucar... Ahora deme la <i>llapa</i>."</p>	86
12	<p>"As formas brasileiras são mais aproximadas de <i>yapa</i> e <i>ñapa</i> (inhapa) que parecem menos puras, mas sem razão, a Don Daniel Granada.</p> <p>A forma castelhana <i>llapa</i> é, ao contrario, a mais corrompida."</p>	87
13	<p>"Azara dizia das <i>chacaras</i> que "eran tierras de labor"; <i>chacra</i>, é o termo adotado no Codigo Rural de Buenos Aires (apud. Granada, op. c)"</p>	88
14	<p>"Ciro Baio expõe os termos em que se deve entender o vocábulo:</p> <p>'Al salir de los pueblos americanos se hallan: 1º las <i>quintas</i> que son de una cuadra cuadrada; 2º las <i>chácra</i>s de cuatro; 3º las <i>estancias</i> de muchas cuadradas e aun</p>	89

	leguas."	
15	"Se a palavra - chacara - é de origem americana e quíchua, não o sabemos com absoluta segurança, apesar do consenso unanime dos americanistas e lexicografos e das variantes que se estendem até Costa Rica, segundo o testemunho de Rodolfo Lenz (<i>Dic. etiml. de voces chilenas</i>)."	90
16	"[Tocaio] É um brasileirismo conhecido nas regiões do sul e também em toda a America espanhola. "	91
17	"[Tocaio] É um puro castelhanismo de origem curiosa e pitoresca como iremos ver, e que entrou na linguagem regional riograndense pelo contacto das gentes fronteiriças e gaúchas."	92
18	"O caso de - <i>tocaio</i> - castelhano apresenta uma curiosidade historica digna de nota."	93
19	"Se o - <i>tocaio</i> - castelhano provem da antiga formula <i>tu Caius</i> em reminiscencia fragmentaria do brocardo latino, não é singularidade estranhavel."	94
20	" <i>Maragato</i> : espanholismo da fronteira. Origens historicas na peninsula iberica." "A palavra era já familiar: <i>maragatos</i> restritamente eram os <i>josefinos</i> ou os habitantes da região de S. José na republica Oriental do Uruguai."	123
21	"O nome é espanhol e provavelmente os antigos uruguaios de S. José foram uma pequena colonia de <i>maragatos</i> oriundos da <i>maragateria</i> , legião leonesa da peninsula iberica."	123-124
22	"Na Espanha os <i>maragatos</i> representam uma subraça de origem obscura provavelmente celtibéros ou visigodos, ou mouros, na opinião discorde e contraditoria dos autores. São por excelencia arrieiros e tropeiros e os mais honestos da peninsula; vivem assim como nomades, fazendo o serviço nas cidades do norte, <i>Salamanca</i> , <i>Astorga</i> , <i>La Coruña</i> . Tem trajes pitorescos proprios, os <i>Zaraguelles</i> nos homens, especie de calças largas; nas mulheres casadas o chapéu em forma de crescente <i>el Caramiello</i> é característico. É famosa ainda a sua dansa <i>El Canizo</i> , dos dias de festa." "Derivados: <i>maragateria</i> (na Espanha a região onde habita a parte sedentaria da tribu), <i>maragatear</i> , <i>maragatagem maragatice</i> ."	124
23	"Nenhuma fidalguia se compara á da honestidade proverbial dos <i>maragatos espanhóis</i> ."	125
24	"No Rio da Prata, e em algumas republicas sul-americanas, o vocabulo <i>quilombo</i> significa lupanar ou bordel: ' <i>Quilombo</i> - lupanar. En el Brasil llaman <i>quilombo</i> á la habitacion clandestina en un monte ó desierto que servia de refugio á los esclavos fugitivos etc. (I) (1) <i>Vocab. rioplatense</i> por Daniel Granada, 336."	145
25	"Como quer que seja, nas regiões do sul, a expressão <i>mujer quilombero</i> tem o sentido de rameira ou prostituta (2). ' <i>Quilombo</i> . Voz brasileña. Sinónimo de burdel ó lupanar y que se ha generalizado con esta acepcion (<i>que</i>	145-146

	<i>absolutamente não é brasileira</i> , anotamos aqui) en media America del Sur. En el Brasil llamaban antes <i>quilombo</i> al asilo de los negros cimarrones en lo más recóndito del <i>matto</i> (monte). El ' <i>quilombo de Palmares</i> , allá por el siglo XVII, y el Carlota de Matto Grosso en 1770, son famosos en los anales de la esclavitud por la bravura de los negros y la crueldade de los blancos' (2) <i>Ciro Baio - Vocab. criollo-español</i> "	
26	"No seculo XVI chamavam-lhe[o pica-pau] ainda <i>Uipicú</i> e mesmo hoje é o nome corrente no Paraguay entre os guaranis ou seus descendentes (1)." (1) <i>Uipicu</i> em Gabriel Soares, <i>Ipecu</i> em Montoya e em Granada, <i>Vocab. Rioplatense</i> . O nome mais geral na America espanhola é <i>carpinteiro</i> , pelo habito de picar os troncos velhos das arvores com o que a ave procura a alimentação e caça aos insetos."	152
27	"Esta definição dos lexicos portugueses não se compadece com o sentido que se lhe dá no sul do Brasil, na fronteira onde é de uso muito comum, e por isso Romanguera atribue-o ao influxo do espanhol por intermedio das vizinhas republicas hispano-americanas." "(1) Foi registrada modernamente por Dozy e Engelmann e Eguilaz y Yanguas – nos vocabulários que se seguiram a P. de Alcalá. Desde este antigo vocabulista castellano a palavra <i>alarife</i> é definida mais exata e precisamente como <i>juiz alvanel</i> , <i>juiz de edificios</i> ."	175-176
28	"Essa definição é muito acertada. O <i>Vocabulario rioplatense</i> de Granada não registra a palavra, por omissão; mas ela é de uso no Rio da Prata. No <i>Vocabulario criollo-espanol</i> de <i>Ciro Baio</i> (1) lá o encontramos: ' <i>Alarife</i> . Persona lista y avisada (Argentina)' (1) <i>Voc. criollo-espanol sul-americano</i> por <i>Ciro Baio</i> - Madrid, 1911."	176
29	"Nas pampas argentinas os alarifes não seriam construtores ou mestres de obras. Seria espantoso entre nomades e salteadores aquela vocação da gente sedentaria." "A's belas artes, isto é, as artes finas e sutis como lhes chamam os arabes (<i>alfunuun azzarifah</i>) parece relacionar-se o radical da palavra na sua derivação castelhana e principalmente na metáfora e translação do sentido com que a observamos na America."	177
30	"Entretanto, e apesar dessa equivalencia, [olhos de sapiranga] também é conhecida no extremo sul e no Rio da Prata como refluxos do guaraní, a mesma expressão familiar no Brasil com leve alteração de sentido. Diz-se por lá - ojos de sapirá "la vista apagada y laganõsa" conforme a define <i>Ciro Baio</i> no seu <i>Vocabulario criollo</i> ."	187
31	"A escolha de nomes geograficos não é fortuita, ao que se vê e parece. Os espanhois dizem, em conjuntura igual, <i>dar en Esgueva</i> , que assim se chama um rio de Castela."	199
32	[Sobre Noruega] "E não era uma invenção e achado da retorica portuguesa. Foi um lugar comum do chamado <i>falar critico</i> ou <i>falar culto</i> do gongorismo iberico."	207

	Na <i>Vida de Don Gregorio Guadana</i> (cap. VI) lá encontramos o dialogo: Dona Beatriz sacó un pañuelo de Holanda y dijo: - Tia, lléguese al norte y deje <i>noruega</i> . - Critica es usted, mi señora Doña Beatriz, dijo el poeta; bien hace de hablar culto que la posada <i>no es mui clara</i> ."	
33	"O beneditino P. Fr. Martin Sarmiento resume excelentemente esses erros cartograficos num breve lance: 'De manera que todos los primeros pilotos, que aportaban á la America, por áquella Costa que hai desde el <i>Meary</i> hasta el <i>Oricoco</i> , á qualquiera Rio, golfo, enseada, ó braço de Agua, que encontrassem, creiam que habian hallado la embocadura del <i>Marañon</i> , ó de las Amazonas. Pinzon fué el primero que por anos de 1500 se hallo debaxo de la Equinoccial: y reconoció la boca del verdadero Marañon. <i>Despues cada uno la situaba en donde podia</i> ."	224-225
34	"O sentido antigo de botar não é o atual; era lançar de dentro para fora, como expelir. Essa significação do movimento centrifugo ainda se conserva na America, nas republicas ibericas."	244
35	"[Encrenca] Foi tomada á giria dos criminosos, e, como quasi todo o calão dessa origem, veio de Buenos Aires e adjacencias."	248
36	"Mas também é certo que sempre se disse filho familia e "em algumas provincias de Espanha (diz Zerollo) hijo singularmente, es varon; Fulano tiene tres famílias (tres hijosas)".	250
37	" Inhapa (pg. 83). O que diz Soler ⁶⁴ com falta absoluta de razão, como ficou provado, é o seguinte: 'Es palabra castellana de buena estirpe, pero no se escribe con y : es llapa . Véase el diccionario de Salvá, que dice primeramente: ' El aumento de azougue que se echa al metal al tiempo que se trabaja en el buiron'. [...] Tambien existe el verbo llapar en las dos acepciones antedichas i se halla em Salvá. Sustantivo i verbo aparecen tambien en la Sociedad Literaria i Dominguez: no discrepan los tres diccionarios en ninguna cosa. Hai en castella la voz adahaba como dice mui bien el distinguido filólogo, para espressar exactamente lo que en America conocemos por llapa , pero esta voz es inusitada en Chile."	251
38	"Tambem no Diccionario gitano-espanol de Tines ⁶⁵ Rebolledo, ha a definição: Pirar , andar, caminhar, marchar, pisar. Pirelar , tem o mesmo sentido (83). Mais conforme com o uso brasileiro é o que depara o Vocabulario Jergal e Dic. de Argot español , de Luiz Besses ao registrar as frases " Ir de pira - salir huyendo; espacarse ; azotar las calles."	256

⁶⁴ Neste caso, há um erro de digitação, pois o fragmento transcrito encontra-se na obra **Diccionario de chilenismos del señor don Zorobabel Rodríguez** (1876), de Fidelis Pastor del Solar, e não de "Soler".

⁶⁵ Aqui há novamente um erro de digitação, pois o autor de **Diccionario gitano-español y español-gitano** (1909) é o espanhol Tineo Rebolledo.

39	"- No castelhano, como no português e nas linguas romanas, tocaio pertence a uma familia de palavras interessantes de etimologia difícil e até hoje muito discutida: tocar, tocare, toucher e seus derivados"	259
----	---	-----

ANEXO VI

Quadro das menções à língua espanhola e a hispânicos em Elia (1961[1940]).

Número da citação	Fragmento em que há menções ao espanhol	Página(s) da citação
1	<p>“Comunicar, diz Amado Alonso, é referir-se racionalmente aos objetos em que pensamos e consignar suas relações pertinentes, tudo por meio de termos e construções convencionais, isto é, aptas para a intercompreensão. O lógico é o esqueleto, o que mantém consistente e arquitetado o nosso pensamento. O lógico é uma melodia pura e descarnada, uma sucessão de precisas referências a objetos, que é como uma sucessão de tons bem afinados. Expressar-se, ao contrário, é fazer valer eficazmente as ressonâncias afetivas e valorativas, os ictus da vontade e os timbres coloristas da fantasia que sinfonizam e ritmam a delgada melodia do racional.</p> <p>Alonso XXVIII, 12. <i>El problema de la lengua</i>.”</p>	66-67
2	<p>“Convém aqui lembrar as distinções estabelecidas por E. Coseriu e expostas por Luiz Juan Piccardo in <i>Gramática y Enseñanza</i>, Montevideu, 1956, pág. 12. Aí se distinguem três planos na Gramática: o <i>teórico</i>, o das <i>definições</i> e o da <i>divisão e análise</i>. Ao primeiro compete definir as categorias linguísticas (sintáticas, verbais e gramaticais); ao segundo cabe determinar de que modo as categorias se expressam numa dada língua; finalmente, no plano da análise se pesquisam todas as determinações possíveis do falar.”</p>	77
3	<p>“Que o evolucionismo naturalista já foi desterrado felizmente dos domínios da Linguística é o que podemos ler em Amado Alonso: [...] Se nossa língua fosse, de fato, um organismo vivo, sujeito às leis da vida orgânica, se fosse como um trigo semeado pelos campos da América espanhola, que remédio senão aguardar a sua caducidade e decomposição como organismo atual e esperar sua ressurreição futura nos trigos diferentes de cada país! [...] O fracionamento futuro da nossa língua ‘à luz da História é de iludível realização’, formulou (o mesmo) Cuervo 10.</p> <p>Alonso, XXVIII, 104-5. <i>El problema de la Lengua</i>.”</p>	86-87
4	<p>“Na sua introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil, escreve o prof. Serafim da Silva Neto:</p> <p>‘[...] Assim o português caminharia fatalmente para o brasileiro, tal como o latim se havia desentranhado em várias línguas. Era essa a opinião da fina flor da Linguística de então: assim pensavam Pott, Duvau, Schleicher, Rufino José Cuervo, Francisco Adolfo Coelho’ (pág. 262).</p> <p>A alusão que aí se faz ao nome de Rufino José Cuervo traz ao debate magistral artigo de D. Ramón Menéndez Pidal [...] Analisa Pidal a polêmica [...] que travaram o citado Cuervo e don Juan Valera. Cuervo vaticinava a constituição de novas línguas no continente sul-americano [...].</p>	89

5	<p>“[...] ‘Pott encarava o fenômeno como pertencente ao mundo das necessidades físicas e não ao da liberdade humana. Daí comentar mestre Pidal: ‘No se trata aqui de leyes históricas, sino de leyes naturales [...]’</p> <p>Pidal mostra a seguir como a evolução dos estudos linguísticos não tardou a desterrar tão errôneas doutrinas. Excelentemente observa: ‘Cuando Cuervo escribe esto, con íntima y amarga desesperanza de la utilidad práctica que quise dar a sus <i>Apuntaciones</i>, ya avanzaba triunfante la reacción contra esas sus ideas adoptivas [...]’ “</p>	90
6	<p>“Desce, então, Pidal à análise das condições históricas e sociais que possibilitaram a fragmentação da România e mostra como em nada se assemelham com a situação presente dos idiomas neolatinos da América. São palavras suas, cheias de verdade e sabedoria: ‘En vez de observar señales de mayor aislamiento entre los pueblos hispanohablantes y menor cultivo de la lengua literaria, vemos todo lo contrario [...]; así que los pueblos en que fraccionó el Imperio español se comunican hoy entre sí mucho más que cuando formaban un solo Estado’ (pág. 63)</p> <p>Insiste mestre Pidal, com toda a razão, que os fenômenos linguísticos são históricos e não físicos e que, portanto, há neles lugar para a intervenção da vontade humana. Eis como se manifesta: ‘[...] La acción del individuo y de la colectividad sobre el idioma se va haciendo cada vez menos inconsciente. Llegará a no ser difícil en un futuro de acción más concertada entre las naciones hispanohablantes que dos o tres generaciones perseveren en un propósito, convencidas de la necesidad, y se impongan la tarea de unificar cualquier divergencia en la pronunciación, o en la gramática [...]’</p> <p>Tais conceitos se podem aplicar ipsis litteris ao português do Brasil, pois as condições históricas em que presidiram à formação das nações sul-americanas foram uma só. [...]”</p>	91-92
7	<p>“[...] Pidal acentua a importância da iniciativa individual, contra o consenso das transformações inconscientes, o que tem por consequência conferir à parole, no setor da Linguística Histórica, uma importância nova e frequentemente desconhecida [...]”</p>	93
8	<p>“[...] Dámaso Alonso se ocupa com a Unidad y Defensa del Idioma [...].</p> <p>Dámaso Alonso, ao contrario de Pidal, não se libertou do determinismo pessimista de Cuervo. Na sua opinião ‘... a la larga la profecía de Cuervo es valedera: no hay lengua en el mundo que no haya de fragmentarse y extinguirse un día. También nuestro mismo planeta terminará por ser una bolsa sobre la que la alegría de la voz humana ya no suene, y de la que terminará por desaparecer hasta la misma vida vegetal’ (pág. 283).</p> <p>Não nos parece muito feliz a aproximação feita entre a extinção generalizada dos idiomas e a extinção da espécie humana sobre a face do planeta. No primeiro caso, o fenômeno se deve a causas históricas e sociais; no</p>	93-94

	segundo, ao determinismo biológico e físico inerente às leis da natureza.”	
9	<p>“[...] é exatamente para estas, na sua forma clássica – as academias -, que Dámaso Alonso vem finalmente apelar. O próprio linguista espanhol atenua a sua afirmação ao acrescentar: ‘No nos importa esto, sino nuestro porvenir inmediato, de una inmediatez que podemos llamar el futuro histórico advinable. Sobre esse futuro histórico humano podemos obrar. La rotura última de comunidad idiomática castellana puede ser retrasada bastantes siglos si actuamos con decisión y con sensata energía.’</p> <p>Estamos, pois, assaz distantes da posição de um Cuervo. [...] O mestre colombiano não infundia conteúdo apocalíptico às suas palavras; acreditava simplesmente falar em nome da ciência, que não tinha mistérios para quem, pelo estudo, lhe conhecia as leis e os princípios.”</p>	94
10	<p>“Como disse algures Amado Alonso do espanhol e que iremos repetir aplicando-o ao português a nossa língua é tão brasileira, quanto a de Portugal é portuguesa. [...]. Penso que, na espécie, o que deve prevalecer é o critério da língua geral. ‘Ao conceito de língua geral, escreve Amado Alonso, chegamos por exclusão: é a falada pelas pessoas cultas de todas as partes, uma vez descontados todos os localismos.’ ”</p>	110
11	<p>“Vale a pena aqui ouvirmos a lição de Delacroix: ‘Na Itália, a língua de Roma tornou-se o latim comum, em França a língua de Paris tornou-se o francês comum. Foi da capital que o francês partiu, e na capital, de certa classe social, a burguesia. A Côte aceitou-o; depois a província e os grandes escritores o estabeleceram. O espanhol comum é o resultado da supremacia política e literária de Castela. [...]’ ”</p>	113
13	<p>“Disse-o muito bem Amado Alonso: ‘Falsa visão essa que imagina as formosas línguas românicas como submersão progressiva do latim nos respectivos países! Que cegueira crer que as línguas, fatalmente, naturalmente, caminham para a desintegração, queiramos ou não! Somos nós, nós os que falamos, que levamos o idioma para baixo ou para cima, para o fracionamento ou para a unificação, para a ruralização e dialetização localista ou para a urbanização geral, para a barbárie ou para a civilidade.²²’</p> <p>22. Alonso, XXVIII, 110-1. <i>El Problema</i>.</p>	114
14	<p>“A propósito da etimologia da palavra “carioca”, muito controvertida, convém que a Autora [Giovanna Aita] adjunte a suas notas – o que, possivelmente, já terá feito – o que a propósito de “quiroya” disse Menéndez Pidal in <i>Toponimia Prerrománica Hispana</i>, Editorial Gredos, Madrid 1952, págs. 263-6, artigo <i>Mars Cariocicus y la Etimología de ‘Quiroya’</i>, saído anteriormente no <i>Boletim de Filologia</i> de Lisboa, tomo XII, 1951 [...]”</p>	152
15	<p>“Para <i>Spengler</i> essa nova filosofia da História [...] representa para o mundo das idéias o que a revolução copernicana foi para a astronomia. Em primeiro lugar, como salienta <i>Ortega y Gasset</i> no prefácio da tradução espanhola, se tentava uma interpretação ‘histórica da história’.</p>	158

	<p>'Durante o século XX, disse o citado filósofo espanhol, se seguia uma propensão inversa; parecia obrigatório deduzir o histórico do que não é histórico. Assim Hegel descreve o desenrolar dos acontecimentos humanos como resultado automático da dialética abstrata dos conceitos; Buckle, Taine, Ratzel derivam à História da Geografia; Chamberlain, da Antropologia; Marx, da Economia. Todos êstes ensaios supõem que não há uma realidade última e propriamente histórica 2.'</p> <p>1. Ortega y Gasset, LXII. Prefacio. <i>La Rebelión de las Masas</i>."</p>	
16	<p>"Ortega y Gasset viu com deprêzo a ânsia de certos povos ante a possibilidade de virem a ocupar no século XX o lugar que a Europa deixaria vago.</p> <p>'É deplorável, declarou, o frívolo espetáculo que os povos menores oferecem. Tendo em vista que, conforme se apregoa, a Europa decai e, portanto, deixa de mandar, cada nação e naçãozinha brinca, gesticula, fica de pernas para o ar ou se empertiga e estira, dando-se ares de pessoa maior que governa seus próprios destinos. Daí, concluí, o <i>vibriônico</i> panorama de 'nacionalismos' que se nos oferece por tôda a parte' 11</p> <p>11. Ortega y Gasset, LXII, 168-9. <i>La Rebelión</i>."</p>	160
17	<p>"Vou citar a propósito longo trecho de Ortega y Gasset: ['Tem-se falado muito êstes anos da decadência da Europa. Eu suplico fervorosamente que não se continue cometendo a ingenuidade de pensar em Spengler simplesmente porque se fala da decadência da Europa e do Ocidente. [...]']</p> <p>Essa falta de discussão da tese, em que Gasset vê insinceridade, parece-me ao contrário ser prova de que a mesma está de tal maneira arraigada no espírito do escritor, se manifesta tão evidente, que prescinde de debate"</p> <p>16. Ortega y Gasset, LXII, 167-8. <i>La Rebelión</i>.</p>	164-165
18	<p>"A constituição de uma <i>língua</i> brasileira, como língua de cultura ou civilização, que é só a que nos pode interessar, só se daria por uma rutura com o Ocidente. Foi o que também viu para o espanhol da Argentina, Amado Alonso: 'Para que se dê um fracionamento em nosso idioma tem de romper-se a atual cultura. Romper-se, quebrar-se com descontinuidade, não meramente transformar-se.</p> <p>As línguas românicas não nasceram porque o antigo Império Romano, unidade estatal, se tinha fracionado em vários Estados, como sucedeu recentemente com o Império colonial espanhol, senão porque a cultura de que a língua era instrumento e expressão se fracionou na barbárie do exclusivismo e da vista curta [...]. Foi necessário um colapso da cultura material e espiritual. Que nacionalismo quereria pagar tão caro um idioma exclusivo? 21</p> <p>21. Alonso, XXVIII, 115-6. <i>El Problema de la Lengua</i>."</p>	169-170
19	<p>"Terminaremos, pois, citando mais uma vez Amado Alonso, que tão bem soube mostrar o que se deve entender por língua própria:</p> <p>'Uma língua é própria de uma nação quando é a que as crianças aprendem dos pais, a que os co-nacionais empregam na sua vida de relação e que os poetas e</p>	171

	escritores elaboram e cultivam esteticamente para suas produções de alta cultura [...] 21b 21b. Alonso, LXIX, 176. <i>Castellano, Español, Idioma Nacional.</i>	
20	“Os últimos vinte anos representaram um desses momentos. Daí o sentimento generalizado de uma decadência a que aludia Ortega y Gasset. Daí o ímpeto de nações não perfeitamente integradas na cultura ocidental para romper com ela e voltar ao seu <i>eu</i> primitivo, passando uma possante esponja sobre as ‘deformações’ européias.	174

ANEXO VII

Quadro das menções à língua espanhola em Chaves de Melo (1951).

Número da citação	Fragmento em que há menções ao espanhol	Página(s) da citação
1	“Para a Semântica Geral, recomendam-se o clássico <i>Essai de Sémantique</i> , de Michel Bréal (Hachette, Paris), o <i>Diseño de Semántica General</i> , de Félix Restrepo (Barcelona, 1917. Há segunda edição, de que não tenho nota, mas que traz um belo estudo de Meillet, a propósito da primeira edição) e o magnífico volume consagrado à Semântica, o quarto, da <i>Grammaire historique de la langue française</i> , do sábio dinamarquês Nyrop.”	63
2	“O português, por exemplo, é língua do quarto tipo [IV – línguas complexas de relação mista], dado que, ao lado de nomes e verbos primitivos (1), apresenta nomes e verbos derivados por prefixação e sufixação (2), ao mesmo passo que estabelece as relações entre os diversos membros da frase fundamentalmente por meio de desinências (3). O mesmo se diga do latim, do francês, do espanhol, etc.”	78
3	“Por indo-iraniano se entendem dois grupos, o da Índia e o do Irã, que se assemelham quase tanto como o Português e o Espanhol.”	86
4	“Sua área primitiva [do gótico] foi o sudeste europeu, mas as célebres invasões dos Bárbaros [...], que marcaram o fim do Império Romano, levaram os dialetos góticos, idioma dos invasores, a longínquas terras, como a Península Ibérica, por exemplo, onde Suevos e Visigodos imprimiram no Latim local um sotaque particular, que contribuiu com sua parcela para a formação histórica do Português e do Castelhana.”	93
5	“[...] em consequência de tais formações nacionais, um dos <i>romances</i> , quase sempre o da região que teve hegemonia política e que agregou a si outros territórios, [...] vai-se impondo e, acompanhando a expansão do poder central, vai absorvendo os romances preexistentes nas diversas regiões. Dêste modo se formaram as <i>línguas nacionais</i> , como o espanhol, o português, o francês.”	107
6	“Os catalães entretêm forte um espírito de autonomia perante os espanhóis, e traduzem esse sentimento pelo cultivo e uso orgulhoso da própria língua, ao lado do espanhol.”	108
7	“[...] surgem [...] várias línguas românicas, das quais são principais, nos tempos modernos, doze: o português, o galego, o espanhol, o catalão, o provençal, o francês, o franco-provençal [...], o reto-romano [...], o italiano, o sardo, o dalmático e o romeno ou valáquio.”	108-109
8	“A língua do norte do Minho [galego], pelo contrário, nada mais fez que desenvolver, assim, mesmo penosamente, as suas tendências, ao passo que foi sofrendo pelo tempo adiante cada vez mais forte influência do castelhano.”	109

9	“O espanhol, na Europa continental, fala-se na Espanha e é usado na Península Balcânica, principalmente em Salonica, pelos judeus espanhóis, que conservam uma língua de aspecto antigo, nas grandes linhas o espanhol de 1500.”	110
10	“A segunda língua românica que se transplantou para outras regiões foi o espanhol. Estabeleceu-se a língua de Castela na América, tornando-se com o tempo o idioma nacional do México, das repúblicas da América Central, de Cuba, e de quase todos os países da América do Sul [...]. De um modo geral, a língua românica se implantou solidamente em todos esses países, onde o uso culto coincide quase cem por cento com o de Espanha, exatamente como se dá no Brasil com relação a Portugal. Mas, ainda assim, é de lembrar que na Venezuela e na Colômbia se conserva o espanhol com mais carinho e cuidado [...] No uso popular, o espanhol americano apresenta variantes locais, ou seja, dialetos, na sua máxima parte continuações ou reproduções ou paralelismos do dialeto continental espanhol andaluz, - dialetos enriquecidos, além disso, no vocabulário por um contributo, mais ou menos considerável de vozes indígenas. [...]	116
11	“A paixão nacionalista levou alguns argentinos, principalmente nos fins do século passado e princípios deste, a pugnar pela existência de uma ‘língua argentina’, exatamente como no Brasil [...] (31)”	116-117
12	(31) V. a respeito, para detalhes, e sobre o espanhol na América, Amado Alonso, El problema de la lengua en América, Madrid, 1935; Américo Castro, La peculiaridad lingüística rio-platense, Losada, Buenos Aires [1941]; Avelino Herrero Mayor, Presente y futuro de la lengua española en América, “El Ateneo”, Buenos Aires [1944]; o grande livro de Rufino José Cuervo, Apuntaciones críticas sobre el lenguaje bogotano, 6ª edición, Paris, 1914 [...].	117
13	“[...] os hispano-americanos preferem chamar de castelhano à sua língua nacional, o que se dá por duas razões, primeiro, por força da inércia, porque os primeiros colonizadores denominavam castelhana a língua [...] segundo, mais modernamente, por orgulho ou sentimento nacional. Como nota o grande Amado Alonso, “se não me engano, o motivo principal, além do citado de arcaísmo, é um que se relaciona com o sentimento de nacionalidade: espanhol nasceu, subsistiu e vive na Espanha [...]; e o que em Espanha é força positiva, na América é força negativa [...] (Castellano, español idioma nacional – Historia espiritual de três nombres – 2ª edição, Losada, Buenos Aires [1943], p. 133).”	117-118
14	“Acrescente-se que o que acabo de dizer se entende particularmente com a Argentina e o México. O espanhol deformou-se em dialetos crioulos, na América Central, em Santo Domingos e em Trinidad, e na Ásia, nas Filipinas.”	118
15	“[...] nenhuma outra língua latina conservou tão bem como o português o vocalismo da época imperial: o espanhol acabou por ditongar o e e o o abertos, e o francês alterou fundamente a gama de vogais [...]. Compare-se <i>roda</i> , ptg.,	129-130

	com <i>rueda</i> esp., com <i>ruota</i> , it., sabendo-se que tudo isso são transformações do lat. <i>rota</i> (o aberto) [...].”	
16	“O latim <i>malus</i> ou <i>malu</i> continua no it. <i>malo</i> , no logudorês <i>malu</i> , no engadinês <i>mel</i> , no fr. prov. e catal. <i>mal</i> , no esp. <i>malo</i> e no ptg <i>mau</i> [...]. Como se pôde observar, só no português se perdeu o <i>l</i> e o <i>n</i> intervocálicos.”	131
17	“As outras línguas românicas também possuem fonemas palatais, mas a origem dêles em cada língua é mais de uma vez diferente da dos portugueses. Assim, por exemplo, uma das fontes do <i>ch</i> português é o grupo <i>pl-</i> inicial latino, grupo que sofre tratamento diverso nos outros romances: <i>planu</i> latino é <i>plain</i> em francês, <i>piano</i> em italiano, <i>llano</i> (pronuncia-se <i>lhano</i>) em espanhol e <i>chão</i> em português.”	132
18	“Manteve o sistema verbal do latim vulgar e incorporou as criações românicas. Mais tarde se enriqueceu com certas importações eruditas, pelo quê é vário e plástico o verbo português. Em certo sentido é aqui, como no vocalismo, a mais latina das línguas românicas, embora esteja seguida de perto pelo espanhol.”	134
19	“A concordância singular do verbo, neste caso, encontra-se pelo menos no grego, no alemão, no francês, no latim, no inglês e no espanhol. Que ela é vernácula digam os seguintes exemplos, dispostos por ordem cronológica dos autores: ‘ <i>Uma [sic] das cousas que me mais espantou</i> desno tempo que comecei a revolver livros...’ (Damião de Góis, <i>D. Manuel</i> , 577)”	160
20	“ <i>Chorar</i> , <i>llorar</i> e <i>pleurer</i> são a mesma palavra latina <i>plorare</i> , com formas respectivamente portuguesa, castelhana e francesa; <i>piedade</i> , <i>piedad</i> , <i>piété</i> e <i>pietà</i> são a mesma palavra, que adquiriu, na evolução histórica e em lugares diversos, forma portuguesa, castelhana, francesa e italiana.”	187
21	“A importação estrangeira é fonte sempre aberta de enriquecimento do léxico [...] porque felizmente continua, e cada vez mais intenso, o intercâmbio cultural entre os povos. Há no português palavras francesas, provençais, catalãs, espanholas, italianas, inglesas, alemãs, russas, turcas, holandesas, persas, malaias, tupis, bantus, nagôs, japonesas, chinesas, etc., etc. [...]”	189
22	“[...] puristas há por aí, que se irritam sobremaneira com os galicismos, sempre intoleráveis, que têm tal aversão às francesias que as querem de qualquer modo substituir, ainda que seja por um espanholismo ou por grotescas vozes manipuladas com elementos gregos ou latinos.”	190
23	“Há, pois, um sistema sonoro francês, um português, um espanhol, um italiano, um romeno, um provençal, etc., todos irreduzíveis, estanques. Mas o que é mais estranho e inexplicável é que todos estes sistemas nada mais são que resultantes históricos de um único sistema precedente, o latino.”	249
24	“Outra particularidade curiosa da evolução fonética é que ela está intimamente ligada ao espaço e ao tempo. A um determinado fonema na situação x corresponderá um fonema diverso em cada região. Assim, ao grupo <i>pl</i> latino	252

	inicial correspondeu na Itália <i>pi</i> , na Espanha <i>lh</i> (escrito <i>ll</i>), em Portugal <i>ch</i> : para <i>plenu</i> latino temos o ital. <i>pieno</i> , o esp. <i>lleno</i> e o port. <i>cheio</i> .”	
25	[Sobre a lei do menor esforço] “[...] como explicar que o espanhol, o galego e o português do Minho pronunciem <i>b</i> onde existia um <i>v</i> intervocálico? Como explicar que o espanhol tenha substituído entre vogais um <i>j</i> , fonema sonoro, pela aspiração surda, difícil de executar?”	259
26	“[...] o latim, por exemplo, acabou por se tornar a língua da Península Ibérica. Mas acontece que, antes da romanização, falava a população indígena dialetos celtiberos. Então, adotando por sua a língua dos vencedores, imprimiram os locais na língua de Roma as marcas dos seus hábitos linguísticos, falaram o latim com um “sotaque” peculiar, o que teria causado a dialeção hispânica desse latim, ponto de partida para a futura formação do espanhol, do português, do asturiano, etc.”	264-265
27	“Partindo de dados mais concretos e comparando línguas agora próximas e tangíveis, o linguista alemão Lenz quis ver na base de muitas peculiaridades fonéticas do espanhol chileno influxos de substrato araucano, língua indígena local. Não pôde, porém, sustentar-se a tese do linguista teuto chileno diante das sérias objeções e confutações de Max Wagner e Amado Alonso”	265

ANEXO VIII

Quadro das menções à língua espanhola e a hispânicos em Maurer Jr. (1951).

Número da citação	Fragmento em que há menções ao espanhol	Página(s) da citação
1	“[...] Menendez Pidal menciona o marcador, juntamente com o frade, o estudante e o jogral, como tipos andejos, com os quais o viajante medieval encontraria frequentemente e dos quais poderia obter notícias falsas dos mais variados países (15).” (15) Ver <i>Poesia juglaresca y juglares</i> , pag. 71.	20-21
2	“Sabe-se, por exemplo, de Jaime II, que ouviu numerosos jograis na Espanha. Pidal se refere a uma ocasião em que cerca de 1.500 jograis se reuniram em uma corte promovida pelos Malatesta em Rimini.”	22
3	“Mesmo quando êste latim chega mais próximo à língua falada, como naquilo a que Pidal chama ‘latim vulgar leonês’ [...] nota-se, contudo, uma gramática alatinada com declinação causal, voz passiva, particípio, futuro, sufixos adverbiais, etc. [...] O autor considera este latim ‘preciosa sobrevivência do latim falado na alta Idade Média, pelos séculos 5 e 6, quando se começavam a constituir os romances (pag. 65).”	30
4	“Menendez Pidal, em seu já citado El Idioma Español en sus Primeros Tiempos , declara: ‘nada há mais visível em nossas épocas de origens do que a grande pressão do latinismo sobre o romance, pressão muito maior do que a que pôde existir em qualquer época posterior , mesmo nas épocas mais cultas e cultistas que queremos recordar, como foram os séculos 15 e 17” (pag. 125). Estamos plenamente de acôrdo com a afirmação do eminente romanista espanhol.” “(54) Pidal observa, a respeito dos jograis, que eles juntamente com os sacerdotes foram os primeiros a sentir a necessidade de cantar no idioma comum do auditório [...]. O mesmo autor critica a ideia errônea de que os jograis fossem grandes ignorantes [...].	39
5	“Como já antes observando, citando uma frase de Pidal, a latinização mais intensa é a dos primórdios dos romances literários.”	40
6	“Semicultismos semelhantes ocorrem também em outras línguas, como no espanhol cabildo (capitulum), tilde (titulum), rolde (rotulum), molde (modulum); no português, e.g. cabido , molde , espádoa , artigo (articulum) [...] (57).” “(57) Sôbre exemplos espanhóis ver M. Pidal, <i>Gram. Hist. Esp.</i> pag. 60.”	41
7	“[...] missa conserva o i breve nas duas línguas ibéricas [português e espanhol], mas transforma-o regularmente em e no francês e no italiano.”	41
8	“‘La Lengua vulgar aparece usada con plena conciencia en las Glosas Emilianenses... y en las Glosas Silenses’ (R.	42

	Lapesa, <i>Hist. de la Leng. Esp.</i> , pag. 92). Cf. Pidal 'los glosadores monacales manifiestan mucho más decidida intención de escribir en romance' (<i>El. Id. Esp.</i> , pag. 23). À pág. 78 nota que as Glosas Emilianenses são o primeiro texto em que se quer escrever espanhol."	
9	"Esta penetração latina, medieval e posterior, é naturalmente maior nas grandes línguas literárias do Ocidente, português, espanhol, francês e italiano, mas não se limita absolutamente a elas."	44
10	"Mais tardios são os documentos romances de outras regiões. O Poema del Cid data de 1140 mais ou menos, enquanto em Portugal a primeira poesia de que se fixa data certa é de 1189, composta por Pai Soares de Taveirós." "(61) Savi-Lopes, <i>Orígenes Neolatinos</i> , pag. 323."	49
11	"No século 9, Afonso III se deixava seduzir pelo brilho da corte carolínea e 'parece mesmo que foi casado com uma princesa franca' (Pidal). Na cõrte de Oviedo encontra-se já um comes palatii como na cõrte franca.[...] (69). (69) Pidal, <i>El Idioma Esp. en sus Primeros Tiempos</i> , pag. 55."	51
12	"[Franceses] Estabelecem-se na Espanha, principalmente ao longo da estrada do norte, [...] constantemente percorrida por numerosos peregrinos que formam aí bairros franceses nas cidades (70) [...]. (70) Lapesa, <i>Hist. de la Leng. Esp.</i> , pag 95 e Pidal, <i>op. cit.</i> , pag. 72."	51
13	"Em 1097 trouxe êle [Bernardo de Sédirac] grande número de monges cluniacenses, que passaram a ocupar cargos não só em Toledo, mas em sedes episcopais importantes [...], contribuindo para a restauração da gramática latina e demais estudos entre o clero espanhol (72) (72) Pidal, <i>op. cit.</i> , pags. 87s."	52
14	"A influência francesa se revela ainda na escrita, onde se substitue a velha letra gótica pela francesa, primeiro em Navarra e depois em Castela. Pidal atribue a êste acontecimento grande importância como fator determinante do olvido da literatura do passado e da influência predominante da literatura francesa. (73) (73) Pidal, <i>op. cit.</i> , pags. 87."	52
15	"[...] lembremos que o português e o espanhol são frequentemente os introdutores de termos árabes na România medieval e mais tarde os principais introdutores dos termos americanos e asiáticos, durante as descobertas marítimas do século 16."	53
16	"Regular foneticamente parece o sufixo -anus , it. e esp. - ano , fr. -ain . [...] O mesmo se dará certamente com um sufixo como -itatem (port. -idade , esp. -idad , fr. -ité , it. -ità), onde a fonética dá ao sufixo um aspecto popular [...]"	60
17	"Outros divergentes românicos nascem dos empréstimos feitos às línguas irmãs. Assim port. hotel (fr.) e hospital ; chão (pop.) e plano (erudito), lhano (esp.) e piano (it.) [...].	62
18	"As formas eruditas são particularmente frequentes na Ibéria. Alguns exemplos do que queremos dizer são: port.	63

	missa e esp. misa , ao lado do it. messa , fr. messe (lat. missam) [...]"	
19	"Exemplos de formas latinas, para citar apenas algumas, entradas no romance medieval são: necessitare (fr. necessiter – desde o século 14 -, it. necessitare , esp. necesitar , port. necessitar) [...]"	64
20	"Palavras como port. capítulo [...] têm correspondentes exatos e eruditos em tôdas as línguas irmãs, por exemplo esp. capítulo , fr. chapitre , it. capitolo [...]"	65
21	"A mesma forma, registro , é do italiano e do espanhol."	66
22	"Vejam os alguns exemplos ilustrativos desta unidade [do germanismo na Romênia Ocidental]: germ. lista (it. list(r)a , donde fr. liste , prov. esp. e port. lista [...]"	67
23	"Frequentemente a disseminação de um centro regional qualquer se revela claramente pela fonética, isto quando a disseminação é recente. [...] Do francês derivam it. giardino , esp. jardin e port. jardim . [...] As outras línguas seguem a forma oblíqua do francês; it. garzone , esp. garzón , port. garção ."	68
24	"Quanto às palavras e formas francesas, elas passam mais comumente à Ibéria (português e espanhol) do que à Itália.[...]: fr. hommage [...] passa para it. omaggio , enquanto provavelmente o provençal omenatge origina esp. homenaje e o port. homenagem [...]"	69
25	"Numerosos são os termos militares franceses [...]: général , substantivado no século 14, donde it. generale , esp. e port. general [...]"	70
26	"Depois das contribuições francesas as mais importantes são as italianas [...]: pugnale , do lat. pugnalem (esp. puñal , port. punhal ; o fr. poignard [...]"	71
27	"Brunot nos dá uma longa lista de italianismos introduzidos na França seiscentista. Assinalamos dentre eles os que especialmente interessam a nossa tese, isto é, os que também passaram para a Ibéria: canaglia (fr. canaille , esp. canalla , port. canalha) [...]"	72
28	"O italiano caffè , do turco kahvé , passa para o francês e daí para o português e o espanhol.[...] Sobretudo na época das descobertas numerosos termos exóticos [...] se introduzem através do português e do espanhol. [...] Alguns termos espanhóis assim disseminados são: bizarro (cf. bizarre , it. bizarro) [...]"	73
29	"Entre os termos indígenas (americanismos) introduzidos através do espanhol contam-se: maiz (fr. mais , it. e port. mais , raro na última língua) [...]"	74
30	"Os puristas extremados [...] ficariam de certo apavorados com um exame completo de quanto, neste terreno [das inovações semânticas], devemos ao francês – nós, os espanhóis e mesmo os italianos. [...] [...] Como exemplo, registramos: port. esp. e it. indivíduo , fr. individu (pessoa) é cousa diversa do latim clássico	77 ⁶⁶

⁶⁶ Os exemplos dessas inovações semânticas nas línguas neolatinas vão se estender até a página 84 e, devido à extensão, não o reproduzimos no quadro.

	individuum (no neutro: átomo , etc.) [...]"	
31	"Ao lado de it. guardare , fr. garder , prov., esp e port. guardar , vêm derivados como it. guardiano , fr. gardien , prov. guardiã , esp. guardian , port. guardião , esp. port. prov. e it. ant. guarda fr. garde [...]"	87
32	"[...] temos aí documentação panromânica de vários nomes assim formados [de verbos]. Notemos, entre outros: dolus , de dolere (rom. dor , it. duolo , fr. ant. duelo , esp. duelo , port. dó [...]"	88
33	"Damos aqui uma lista dêstes deverbais, que melhor ilustrarão o que afirmamos: rogare (esp. ruego , port. rôgo , fr. ant. ruef) [...]"	89 ⁶⁷
34	"Ao contrário nas línguas do Ocidente, em que o processo [sufixação por -ía] é vivaz na fase romance antiga, são comuns os derivados documentados em todas elas, mostrando a unidade do Ocidente em oposição à Dácia: e.g., it. allegria , fr. ant. alegrie , esp. alegría , port. alegria [...]"	92
35	"As formas em -ía são provavelmente sobretudo de influência francesa, embora não sempre: port. esp. e it. Normandia , Lombardia , it. Turchia , esp. e port. Turquia .	93
36	"Em geral, porém -ibilis , conservado no baixo latim e no latim medieval [...], acabou por adquirir certa popularidade, entrando muito cedo nas línguas românicas [...]. Assim, embora o sufixo apresente certa adaptação fonética, o seu tratamento não é inteiramente regular, o que se vê melhor na forma -ibilis , onde a vogal breve, que seria e no latim vulgar, se conservou, e.g. port. visível , esp. terrible , fr. paisible ."	94
37	"O espanhol tem -aja , que é vernáculo, mas não muito comum, e -alla , de importação posterior certamente. A forma anômala -alla em espanhol e a frequência com que os exemplos ibéricos coincidem com os franceses ou italianos levam-nos a suspeitar que, em parte ao menos, o sufixo é, aqui, de importação tardia. Comparem-se port. antigualha , esp. antigualla com fr. antiquaille e it. anticaglia [...] Há também formações vernáculas, sem correspondentes italianos ou franceses, na Ibéria, o que mostra que, se o sufixo foi importado em casos numerosos, chegou a naturalizar-se (cf. port. migalha , esp. migaja , morralla , etc.)"	95-96
38	"O sufixo [-anus], porém, vem frequentemente precedido de i (-ianos), que após as consoantes m , c , n , r , l , p e b se perderia, palatalizando a consoante, ou sofreria metátese, em termos genuinamente populares. É o que se verifica , e.g., em *mattianam (port. maçã , esp. manzana) [...]"	98
39	" -NS , -NTIS (-ANS , -ENS , -IENS). O sufixo do participio presente ativo latino, perdendo, com algumas exceções discutidas mais adiante, a sua função verbal nas línguas românicas, reduziu-se a sufixo formativo de adjetivos e substantivos verbais de agente ou instrumento [...]. Entre os	99

⁶⁷ Os exemplos de derivações deverbais do latim para as línguas neolatinas vão se estender até a página 91.

	adjetivos temos: port. amante, seguinte [...]; esp. caliente, corriente [...]"	
40	"[...] línguas onde o particípio não chegou a empregar-se geralmente como forma verbal, e.g., em português e em espanhol, do que em francês e italiano, onde o particípio presente, por influência latina, se conservou como parte da conjugação verbal."	101
41	"Em espanhol encontraríamos os mesmos derivados geralmente, predominando também os eruditos e.g., incidente, perseverante, triunfante [...]"	102
42	"O tratamento fonético do sufixo [-antia e -entia] é normal por toda parte: rom. -inta , it. anza, enza , fr. ance , esp. -anza (e -encia), port. ança e -ença [...]"	103
43	" -ARIUS . É outro sufixo do latim vulgar, como se vê do seu tratamento fonético nas diversas línguas (rom. -ariu , it. aio , às vezes -aro- [...], esp -ero , port. -eiro) [...]. Os mesmos derivados se encontram nas línguas irmãs [...]: it. tributario, falsario, reazionario [...]; esp. estatutário, lapidario, notario [...]"	103-104
44	" -ENSIS . [...] É por isto provável que se deva antes à tradição literária a sobrevivência do sufixo, embora a sua vernaculização maior suponha o seu emprego em época bastante antiga (port. -ês , esp. -és , fr. -ois [...], it. -ese , etc). Assim temos: port. português, francês, montês [...], esp. montés, francês, inglês [...] A forma erudita ressurgiu, recebendo largo emprego no português e no espanhol, bem menor no italiano [...]: port. lisbonense (e lisbonês) [...], esp. bracarense [...]"	104
45	" -ISCUS . [...] enquanto o italiano e o francês apresentam alterações fonéticas regulares [...], o espanhol e o português conservam frequentemente a forma primitiva -isco (esp. morisco, berberisco , port. mourisco, levantisco) [...]. O que nos interessa especialmente, porém, é a origem da forma -esco no português e no espanhol."	105
46	"Da mesma origem [do sufixo francês -esque] veio o português e espanhol -esco , em parte provavelmente por meio do francês."	105-106
47	"Entre as formas ibéricas cujos correspondentes exatos se encontram fora da Península, lembrem-se: esp. e port. burlesco , fr. (século 16), do it. burlesco [...]"	106
48	"ISMUS e -ISTA [...] Com -ista temos: modista, artista, arrivista, dentista . Em espanhol: animismo, catolicismo, comunismo, socialismo, cientista, absolutista, oficinista [...]"	106-107
49	"Muito menos produtivo [do que no italiano e francês] foi o sufixo [-isa] na Ibéria, mas, quando ocorre, usa-se geralmente com as mesmas palavras já encontradas nas duas línguas anteriores. Poucas são as exceções. Assim port. pitonisa, diaconisa [...]; esp. sacerdotisa, profetisa [...]. -ATA. [...] Do tipo antigo e popular se forma com o tempo o sufixo -ata , que passa a juntar-se também a temas substantivados com acepções diversas: fr. bouchée , it. boccata , port. e esp. bocada , etc [...]"	108

50	<p>“Nas duas línguas ibéricas [-ata] vem em numerosos empréstimos e num ou outro exemplo vernáculo, e.g., port. sonata, cantata [...]; esp. sonata, cantata [...]</p> <p>No francês aparece com a forma -ade [...]. Alguns vêm do espanhol, e.g. algarade, etc..</p> <p>-ATUS. Para designar cargo e dignidade [...]. Tais são os que aparecem em fr. comté, duché [...], it. contato, marchesato, esp. condado, ducado, marquesado, port. condado, etc</p> <p>Exceto no italiano, onde o sufixo conservou a forma latina, êste é reintroduzido mais tarde em uma forma erudita: fr. -at, esp. e port. -ato [...]</p>	109
51	<p>-ITIA (-ITIES). [...] No romeno o sufixo é regularmente eata. Nas outras línguas se encontram, ao lado das formas mais ou menos regulares (it. -ezza, esp. e port. -eza – nestas línguas também -ez, de -itiem -, fr. -esse – com vocalismo regular, mas tratamento semi-erudito do grupo -ti-) [...] Claramente eruditos, mas não muito produtivos são: it. -izia, fr. -ice, esp. -icia, port. -iça ou -icia [...].</p> <p>(116) O latim da Ibéria devia ter certa predileção para a forma -ities do sufixo, o que explicaria a frequência de -ez no romance: port. <i>pequenez, honradez, rigidez</i>, esp. <i>rustiquez, calvez</i>, etc.”</p>	110
52	<p>-ATICUM. Parece ter tido o seu maior desenvolvimento na Gália [...]. Muito cedo o sufixo se espalhou para regiões vizinhas, mas sem grande vitalidade, como em it. camarlingatico, panatico (provisão do pão); esp. com a forma -adgo e -azgo) alguacilazgo, [...], cardenaladgo, etc.; port. vinhadego [...], fr. fermage, afféage, avénage.”</p>	111
53	<p>“O espanhol emprega-o apenas para tributos e cargos, mas com um tratamento fonético regular ou semi-erudito”</p>	111-112
54	<p>“O que nos interessa de um modo especial [...] é que na forma assumida na Gália êle passa a todas as línguas românicas vizinhas [...]. Daí derivam esp. -aje, port. -agem [...]. No espanhol, aparecem alguns desde o Poema del Cid, eg. mensaje, 32).”</p>	112
55	<p>-TIONE (-ATIONE E -ITIONE). Outro sufixo que pertenceu ao latim vulgar [...] fr. -aison, etc., prov. azo, -ezo, esp. -azón, -izón e -ezón, port. -azão, -izão e -ezão. [...] No francês: semaison, raison, saison, tondaison; no espanhol: corazón, cerrazón, clavazón; no português: razão, sação.</p>	113
56	<p>-TORIUS. O sufixo forma adjetivos e substantivos desde o latim vulgar [...] esp. -dero, -dera (raro e ant. -duero), provavelmente por confusão com -arius (esp. ero), port. -doiro, -doira (-douro, doura). [...] Como substantivos notem-se [...] esp. afiladera (pedra de amolar), port. podadoura.</p> <p>[...] O sufixo erudito serve de formar adjetivos e substantivos, geralmente de cunho latino, embora não se limite absolutamente a eles [...] e.g. port. difamatório, eliminatório [...], esp. declaratorio, definitorio [...]</p>	114
57	<p>“[sobre o sufixo -itas] Dois fatos, porém, denunciam imediatamente a dívida das línguas românicas ocidentais ao</p>	115

	latim da Idade Média. O primeiro é que, embora algumas línguas do grupo e.g., o espanhol e o português, apresentem a sonorização normal do -t- [...] tôdas elas conservam o i pretónico [...]. O segundo fato notável é que [...] êle se junta muito comumente a formas latinas do tema, como acontece, e.g. em port. fidelidade (fiel) [...]; esp. amabilidadade (amable) [...]	
58	“O sufixo [-ittus], encontradiço em tôdas as línguas do Ocidente, apresenta tratamento duplo, conservando-se i no português e no espanhol (-ito), enquanto nas outras línguas passa a e . [...]”	116
59	“[...] depois aparecem também as criações vernáculas. Entre as numerosas importações notemos: esp. e port. estilete (fr. stylet , este do it. stileto = punhal, etc.) [...]”	117
60	“A lista que acabamos de dar confirma também o que antes dissemos: enquanto -ito é um simples diminutivo, indicando o mesmo ser que o primitivo, apenas com menor dimensão (port. rapazito , esp. muchachita) [...], o sufixo importado tem quase sempre uma idéia adicional [...] -FICARE [...] É um sufixo literário (123), embora apresente algumas vezes transformação fonética mais profunda, como acontece em espanhol, onde temos -iguar (apaciguar , amortiguar , averiguar) e em português com -iguar (provavelmente do espanhol) e -vigar (apaziguar , averiguar , arc. eivigar). [...]”	118
61	“ -IZARE [...]. aparece cedo no latim, primeiro sob a forma issare [...], depois em uma forma popular -idiare , donde port. -ear e -ejar , esp. -ear e -ejar (raro), fr. oyer (arc. eier), it. (- eggiare). [...] cf. port. serpear [...], esp. blanquear [...], fr. guerroyer [...], it. amareggiare [...]”	119
62	“O sufixo [-izare] junta-se com igual facilidade a substantivos e adjetivos e o número dos verbos assim formados é enorme, aumentando continuamente, e.g., port. civilizar , organizar [...]; fr. agoniser , cauteriser [...]; it. civilizzare , cristalizzare [...], esp. realizar , nacionalizar [...]”	120
63	“ DIS- . [...] a dívida do Ocidente ao latim se evidencia pela abundância das composições com dis- , forma erudita, em lugar de des- (fr. dé). Notem-se apenas fr. disjoindre [...]; port. distrair [...]; esp. disparar , etc. [...] EX- . Revela igualmente origem vulgar [...] comum por tôda parte: rom. sbate (bater), it. sfuggire , fr. échapper , esp. escavar , port. esfarelar [...]”	122
64	“ ANTE- . Meyer-Lübke dá-o apenas como italiano, espanhol e português, observando que é especialmente da língua escrita [...] esp. antemostrar , anteponer , port. antepassar , antegoçar [...]”	123
65	“Assim o [prefixo anti-] encontramos anteposto a adjetivos e substantivos, e.g., fr. antimonarchique (1714), anticlérical [...]; it. anticolérico , antibilioso [...]; esp. anticatarral , antiabolicionista [...]; port. antimilitarista , antiministerial [...] ARCHI- . Modernamente se emprega com uma infinidade de substantivos e adjetivos [...] fr. achibigote [...], esp. archivolta , archiduque [...]; it. arcibeato [...]”	124

67	“ CIRCUM- . Prefixo latino de largo uso como prevérbio [...]. Temos entre outros fr. circoncire (século 12) [...], esp. circumnavegar, circunscribir [...], port. circumnavegar, circumfluir [...].”	124-125
68	“ COM- (CON- E CO-). [...]. No Ocidente Meyer-Lübke o dá como próprio do italiano, espanhol e português. Entretanto frequentemente compostos genuinamente romances são simples formas petrificadas, como em [...] comedere (port. e esp. comer)”	125
69	“ CONTRA- . [...] Entre os inúmeros exemplos modernos notemos: fr. contrepoint (termo musical, desde o século 14) [...]; port. contra-baixo, contra-fogo [...]; esp. contra-almirante, contraaviso [...]; it. contrabando, contraccolpo [...].”	126-127
70	“ EX- . [...] Apesar do seu desenvolvimento recente, generalizou-se logo, usando-se com frequência na România moderna. Exemplos: fr. ex-ministre, ex-médecin ; it. ex frate, ex prete [...]; esp. ex ministro, ex provincial [...]; port. ex-colega, ex-aluno [...]”	127
71	“Por via culta [o prefixo extra-] entra na România ocidental, usando-se às vezes como prevérbio (e.g. fr. extravaguer, extravaser , port. extraviar, extrapor , esp. extralimitarse , etc) e sobretudo como prefixo nominal [...]. Assim fr. extrajudiciaire [...]; extraoficial [...]; port. extraordinário [...].”	128
72	“ In- [...] Inúmeros são os exemplos em tôdas estas línguas: e.g. fr. imbelliqueux [...], it. immoderato [...]; esp. impaciente [...]; port. impossível [...].”	128-129
73	“ INTER- . Apresenta uma forma popular entre- no francês, no espanhol e no português. [...]: fr. intercadence [...]; esp. interarticular, intercambiabile [...]; port. interferir, interpenetrar [...] PER- [...] No Ocidente há algumas formas antigas, como perdonare (fr. pardonner , port. perdoar , etc.), mas não muito populares [...]. Assim port. percorrer, perfazer, perpassar ; esp. perlongar, perforar ; it. perlustrare, pernottare , etc.”	129
74	“ POST- . [...] Um pequeno número de exemplos têm as línguas românicas, sem que o prefixo tenha chegado a real produtividade. Naturalmente só ocorre em formações eruditas: fr. postcommunion [...]; it. pospasto [...]; esp. pospierna [...]; port. posbélico [...]. PRAE- . Prefixo latino e erudito que teve acolhimento bem maior nas línguas românicas [...]. e.g. fr. préjuger [...]; it. preannunziare [...]; port. prefabricar [...]; esp. prefijar, predefinir [...]”	130
75	“ SUB- . [...] Como popular que é, o prefixo é panromânico, encontrando-se ora numa, ora noutra forma: rom. suprinde (empreender), it. socchiudere (fechar ao meio), fr. sousentendre , esp. sodormir , port. sobraçar, sotopor . [...]”	131
76	“ SUPER- . Não ocorre no romeno e, apesar de apresentar forma vernácula nas línguas do Ocidente, a sua vitalidade aí deve provir de uma imitação erudita do latim. As formas	132

	românicas são: port. e esp. sobre- , fr. sur- , etc. [...]"	
77	" ULTRA- . [...] Nas línguas românicas ocidentais chega a servir, sobretudo desde o começo do século 19, de verdadeiro prefixo, naturalmente apenas na linguagem culta. Entre os exemplos mais comuns mencionamos fr. ultra-montain [...] esp. ultramarino , ultraliberal [...]; port. ultramoderno , ultrarromântico [...]; it. ultrademocrático , ultraclericale [...]."	132-133
78	"VICE-. [...]. Com o tempo vice- adquire certa produtividade em tôdas as línguas do grupo românico ocidental, como se vê de: fr. viceduc , vicegérant [...]; it. vice-ammiraglio , vice-bibliotecario [...]; esp. vicegerente , vicegovernador [...]; port. vice-governador , vice-procurador [...]"	133
79	"[...] uma porção dos mais antigos exemplos de compostos semelhantes (substantivos compostos de tema verbal + complemento) pertence a tôdas as línguas do grupo, justamente aqueles que servem dos nomes de objetos, plantas, etc. Assim ao fr. garde-robe [...], correspondem o it. guarda roba , o esp. guardarropa e o port. guarda-roupa [...]"	138
80	"Concluimos o exame dêste primeiro tipo com mais alguns exemplos tirados das diversas línguas do grupo: fr. cassemuseuau [...]; it. becafico [...]; esp. ahorcapierro [...]; sacarolhas [...]."	139
81	"[...] Um exame destes compostos [substantivos compostos por juxtaposição de determinado + determinante] revela grande quantidade de formações comuns. Assim encontramos por tôda parte os correspondentes exatos das palavras portuguesas couve-flor , porco-espinho , pedrapomes (só o italiano usa o simples pomice no mesmo sentido), papel-moeda (cf. papier-monnaie , etc.), madrepérola (pelo menos no italiano e no espanhol) e outros."	140
82	"Algumas composições românicas [do tipo substantivo composto por juxtaposição de determinante + determinado] terão provavelmente a sua origem na imitação do tipo germânico, naturalmente mais corrente logo após a invasão. Algumas formas que podem ter relação com esta corrente são: [...] talvez port. varapau , esp. varapalo , fr. maître-autel (altar principal), mère-patrie . [...] Influência moderna e alemã há no italiano e português ferrovia e no espanhol ferrocarril (al. Eisenbahn)."	141
83	"Já nos referimos antes a um tipo medieval [de adjetivos compostos pela juxtaposição de dois adjetivos] de origem mais popular, mas que assumiu frequentemente aspecto erudito, recebendo o primeiro elemento, às vezes, a vogal final i – ou o, sobretudo no italiano -, e.g., it. agrodolce , pianoforte , esp. agridulce , altibajo , port. agridoce , altibaixo , auriverde . Ao lado destas formas, são mais comuns: it. verdazzuro , verdebruno , chiaroscuro , esp. e port. tartamudo ."	144
84	"Este tipo [de adjetivos formados de um primeiro elemento nominal qualquer + adjetivo] introduz-se na România, limitando-se porém, em geral ao italiano, ao espanhol e ao português, e aí mesmo é de emprêgo literário, restrito,	145

	frequentemente poético. [...] Exemplos: it. aliveloce , bocchiduro , codiroso [...]; esp. aliaberto , barbispeso , boquiancho , boquirrubio , ojinegro , cuellicurto [...] Em um segundo grupo de adjetivos com um elemento nominal anteposto, o adjetivo que serve de segundo elemento conserva o seu valor, servindo-lhe o primeiro de complemento, adverbial ou outro [...] Apenas alguns exemplos do tipo: port. altissonante [...]; esp. altiloquente , altissonante ; it. altivolante , oricrinito .”	
85	“Estes compostos [adjetivos formados de adjetivos + substantivos] são comuns com nomes de côres, servindo o substantivo determinante de especificar matizes diversos das côres fundamentais. [...] Assim port. azul-céu , azul-cobalto , azul-pavão [...]; esp. verdemar , verdemontaña (nome de um mineral), etc.”	146
86	“É provável que a ausência ou a presença do –s esteja ligada à grande divisão dialetal primitiva de que já falamos: também a Ibéria conservou êste –s . Menendez Pidal atribui à influência culta a conservação das vogais abertas em certas regiões, notando que nas zonas mais cultas da Península, bem como nas do sul da Gália, se conservou a pronúncia latina clássica, sem ditongação (Ed. Id. Esp. en sus primeiros tempos , pag. 99). Crê o mesmo autor que a reação culta restaurou os grupos cl- , pl- , fl- , eliminando a palatização, em muitos pontos da Gália e da Ibéria (ib. pag. 106).	149
87	“Cria-se uma ortografia etimológica, que insiste em representar fonemas latinos inteiramente perdidos no falar do povo. Assim ressurgem o h inicial. Desde a Idade Média aparece, e.g., no francês hom e hui , port. homem , esp. hombre , etc. [...] Ainda nas línguas que procuram mais fielmente estabelecer um sistema ortográfico racional, a influência latina é inevitável, como se vê da atual ortografia portuguesa na fixação do uso de s e z , de c e ss , ou no espanhol quanto ao uso de b e v (caballo e uva).”	151
88	“Na Renascença, em parte por imitação do italiano, mas naturalmente também por latinismo, o superlativo se dissemina na Ibéria (catalão, espanhol e português). [...] Bem frequente é esta vernaculização no espanhol, e ainda mais no italiano, onde o superlativo está mais completamente naturalizado: it. poverissimo , facilissimo [...]; esp. amiguísimo , difícilísimo [...]”	153
89	“[...] convém lembrar que o novo superlativo sintético tem valor mais forte do que a forma analítica popular, tanto em português como no espanhol e no italiano. [...] As línguas românicas concordam em desconhecer mais ou menos completamente as formas antigas das centenas, exceto em alguns vestígios como port. duzentos , trezentos , quinhentos , esp. docientos , trecientos , quinientos [...]”	154
90	“A forma do aumentativo com <i>i</i> se explica, porém, melhor no italiano [mille>millione]. Também Pidal (<i>Gram. Hist. Esp.</i> , pág. 245) tira a forma espanhola do italiano, e não do francês.”	155

91	“Consideremos, porém, a forma dos novos ordinais românicos. Nas duas línguas da Ibéria naturalizaram-se simplesmente os ordinais latinos. Apenas primeiro, segundo e terceiro (esp. primero, segundo e tercero) são antigos.”	156
92	“O provençal e o catalão empregam um tipo formado sobre os distributivos antigos com o sufixo -enus , conhecido também no espanhol e no português (em português a conservação do -n- revela introdução recente, de origem espanhola, sem dúvida: trezeno, dezeno).”	157
93	“Quanto a Portugal, diz explicitamente Júlio Moreira (158) que o povo só conhece os relativos que e quem (muito raro o segundo). A observação aplica-se também ao italiano e ao espanhol, segundo nos informam. [...]”	158
94	“No espanhol e no português medievais a perífrase [sum + particípio passado] é muito comum [...]. Do espanhol arcaico, diz Lapesa: “Os verbos intransitivos se conjugam de ordinário com ser ” (Hist. De la Leng. Esp. , pág. 116), notando que o mesmo acontecia com os reflexivos.”	162
95	“Alguns exemplos mais notáveis da influência francesa moderna na sintaxe das línguas irmãs, mormente do português e do espanhol, ilustrarão a realidade deste fenômeno.”	167
96	“Fenômenos da sintaxe francesa que se alastram assim para as línguas irmãs são, por exemplo, alguns empregos de preposições: assim, a por de em expressões como barco a vapor, navio a vela, fogão a carvão . [...] A mesma construção aparece em espanhol (e.g. máquina a vapor, molino a viento, lámpara a petróleo , por máquina de vapor , etc.) [...] Assim no espanhol se ouve estátua en mármol, busto en bronce , e no português muito comumente: estátua em bronze, busto em mármore [...]”	168
97	“O emprego do gerúndio como simples adjetivo tem progredido em português e no espanhol por imitação francesa, embora, segundo pensamos, existam outros fatores e antigos para certos empregos adjetivos do gerúndio [...]. A. Bello se refere a uma frase como “envió cuatro fardos, conteniendo veinte piezas de paño” e chama-lhe “uno de los más repugnantes galicismos que se cometen hoy día” (178). Nas duas línguas da Ibéria se nota, por imitação francesa, uma tendência para o abuso do artigo indefinido e do pronome pessoal sujeito (como em eu escrevi a carta em vez de escrevi a carta) e dos possessivos. (178) <i>Gramática Castellana</i> , § 1128. (179) Agradecemos à gentileza dos profs. I. Becker e G. Leoni da Faculdade de Filosofia do Instituto Mackenzie algumas preciosas informações sobre galicismos no espanhol e no italiano respectivamente.”	169
98	“As regras românicas de concordância do adjetivo distributivo são um tanto complexas, mas em geral se observa a tendência para fazer concordar o adjetivo com o substantivo mais próximo, sobretudo quando o adjetivo precede a este, e.g., esp. ‘con eterno nombre y vida’, ‘su	170

	<p>distinguido mérito y servicios' [...] (181) [...] Cf. em espanhol uma frase como 'Todos se precian de patriotas; y sin embargo de que muchos lo parecen, cuán pocos lo son!' (182)</p> <p>(181) Sobre o assunto ver Diez, <i>Gramm. des lang. rom.</i> III, pags. 86s, A. Bello y Cuervo, <i>Gramática Castellana</i>, § 839 e a <i>Gramática de la Lengua Española</i> da Academia.</p> <p>(182) A. Bello y R. Cuervo, <i>Gramática Castellana</i>, § 298.</p>	
99	<p>"Em referência à ordem, note-se que em toda România se pospõe geralmente o cardinal com o valor de ordinal, e.g., port. página seis, fr. page six, it. pagina sei, esp. la ley dos [...]. Nas numerações seriadas, como em títulos monárquicos, capítulos de livros, etc. temos posposição: fr. Louis premier, chapître premier, port. Pio décimo, século terceiro, esp. Enrique cuarto, Frederico segundo, it. Pio undécimo, classe quarta.</p> <p>(183) M. Pidal, <i>Orígenes del Español</i>, pag. 399"</p>	171
100	<p>"A gramática da Academia Espanhola, usando palavras diferentes, faz a mesma distinção fundamental. Para ela o adjetivo explicativo antepõe-se ao substantivo, e.g. la mansa oveja, la cândida paloma, la blanca nieve [...]"</p>	172
101	<p>"Entre os adjetivos que admitem acepção diferente, segundo a posição, temos, entre outros [...] fr. homme pauvre (sem recursos) e pauvre homme (digno de dó), esp. hombre pobre e pobre hombre, it. uomo povero e pover'uomo, port. homem pobre e pobre homem [...].</p> <p>Tendência semelhante para distinguir o sentido da forma correspondente [a mème] se nota nas outras línguas, embora ela não seja absoluta: cf. esp. 'este cuadro es del mismo pintor', mas 'Juan mismo me lo ha dicho' (Ver Gramática de la R. Academia Esp., § 229)."</p>	175
102	<p>"Em latim clássico [benedicere e maledicere] regem o dativo, mas recebem frequentemente o acusativo no latim eclesiástico e medieval. [...] Aquí as línguas românicas seguiram a sintaxe eclesiástica, eg. fr. benire e maudire [...]; it. benedire e maledire, esp. bendecir e maldecir, port. bendizer e maldizer. [...]"</p>	176
103	<p>"[Blasphemare] Transitivo no latim [...]. Mas a forma erudita reintroduzida mais tarde postula a preposição contra ou de, e.g., port. blasfemar contra Deus, esp. blasfemar de la virtude, contra Dios, fr. blasphemer contre la religion [...]"</p>	177
104	<p>"Na Ibéria medieval, até o século 16, os exemplos são numerosos, mas de então para cá extingue-se mais ou menos totalmente o partitivo, a não ser em algumas expressões. Alguns exemplos antigos são: 'cogió de lagua en elle' (Cid, 131) [...]"</p>	180
105	<p>"O galicismo [referência à aposição do nome próprio] espalha-se também nas línguas ibéricas, apesar do clamor dos puristas, como em português: praça Marechal Deodoro, rua Barão de Itapetininga [...]. Em espanhol temos: Calle Valencia (em Barcelona), Teatro Martín, etc. (a construção clássica é com de: plaza de Bolívar, calle de Cervantes) (204)</p>	181

	(201 bis) A mesma construção [dos nomes de cor] se encontra também no italiano e no espanhol. Assim temos it. <i>mobili in stile Rinascimento, automobile tipo 1948</i> ; esp. <i>muebles estile Renacimiento, tela color oro</i> , etc. Ver, por exemplo, R. Ragucci, <i>Más Cartas a Eulogio</i> , Buenos Aires, 1943, para estas e outras expressões frequentemente empregadas no espanhol moderno.	
106	“[Complemento modal sem preposição] É muito frequente no francês, mas usual igualmente nas outras línguas do grupo: [...] esp. ‘Recibíólo el Cid abiertos amos los braços’ (Cid , 11), ‘Cavalgó Minaya, el espada en la mano (ib., 38); port. ‘Àquelas duvidosas gentes disse Com palavras mais duras que elegantes A mão na espada, irado e não facundo’ (Lusiadas IV , 14).”	182
107	“Magnífica ilustração desta sintaxe espontânea e popular temos no mais antigo texto literário da Ibéria, o Poema do Cid. Veja-se, por exemplo, o nº 38: ‘A Minaya Álbarr Fáñez matáronle el cavalo, bien lo acorren mesnadas de cristianos. La lança a quebrada, al espada metió mano, maguer de pie buenos golpes va dando. Violo mio Cid... Acostós a un aquazil que tenié el Castellano diol tal espada...’ (208)”	184
108	“Vejam-se, por exemplo, no Poema do Cid , que apresenta frequentemente um cunho um tanto popular na sua linguagem, frases [com subordinação] como: ‘miedo iba aviendo que mio Cid se repintrá’ (n.º 63); ‘começos de alegrar de la ganancia que han fecha’ (ib.). [...] (211) Para a formulação das regras de concordância dos tempos em duas línguas românicas ver a <i>Gramática de la Lengua Española</i> da Real Academia, pag. 339 e a <i>Grammaire Larousse</i> , pags. 123 a 126.	185
109	“No espanhol ocorre a mesma oração infinitiva, mas é de emprego limitado. Menciona-a Rufino Cuervo nas Notas à Gramática Castellana , de A. Bello (nota 70), citando como exemplo ‘El dulce sonido de tu habla... me certifica ser tu mi señora Melibea’ (Celestina , XII)	186
110	“A uniformidade com que as línguas do Ocidente constroem estas orações [circunstanciais] se verifica facilmente pela semelhança das locuções conjuntivas de subordinação usadas geralmente para introduzi-las. [...] Notem-se, por exemplo, as conjunções concessivas aqui citadas e suas correspondentes, it. ancorchè, benchè, purchè , esp. aunque, bien que , port. ainda que, bem que , etc.”	187
111	“[Adjetivo apostro com valor adverbial] Encontra-se sobretudo frequentemente com verbos de movimento, mas também com outros. Exemplos: [...] esp. ‘el sentimiento nacional Cristiano de los rebeldes brilló esplendoroso’ (Pidal, em El Id. Esp.); ‘estos rasgos... aparecen frecuentes, abundantes’ (ib.); port. ‘A imaginação e o orgulho exercem grande poder, e correm mais fogosos do que pensas’ (R. da Silva, apud. Epifânio).”	188-189

112	<p>“Nomes dos povos. No período medieval mais antigo era frequente a sua omissão [do artigo] em estes nomes, especialmente no plural. Do século 13 em diante e, sobretudo do século 14 ao 16, o emprego do artigo se generaliza [...] no Cid ‘veríedes armarse moros’, ‘moros le reciben’ (n.º34)</p> <p>[...] Na Ibéria o uso do artigo progride lentamente, sob influência externa, sem dúvida. [...] O espanhol mantém mais viva a tradição, omitindo o artigo com frequência, e.g., Venezuela, Chile, Méjico; e mesmo em numerosos outros a omissão ainda é comum, especialmente quando o nome próprio não serve de sujeito, e.g., ‘viene de Rusia’, ‘há estado en Alemaña’, etc. (221)</p> <p>(221) Ver A. Bello e R. Cuervo, <i>Gramática Castellana</i>, pag. 228.”</p>	190
113	<p>“Na linguagem bíblica [o futuro como imperativo] aparece por toda parte, por exemplo nos mandamentos: esp. no matarás, it. non avrai altro Dio fuori di me, fr. tes père et mère honoreras, port. não furtarás, etc..”</p>	194
114	<p>“(230) O uso deste nome (condicional) se tem criticado com razão. A gramática da Academia Espanhola emprega <i>potencial</i>. Clédat prefere <i>dubitativo</i> (<i>En marge des grammaires</i>, pags. 145ss). Parece-nos que o nome usado pela gramática da Academia é muito feliz. O condicional românico tem pontos de contato com o optativo grego, que é também um potencial.”</p>	196
115	<p>“[Condicional] a) Com valor de passado do futuro imperfeito. É o sentido que tem frequentemente no discurso indireto, e.g., no Cid ‘aun no sabié mio Cid... si serié corredor (n.º 86). Já vimos que é a significação mais antiga do modo aqui estudado.”</p>	197
116	<p>“Uma aplicação dêste condicional da dúvida ou da incerteza com o valor de passado encontra-se sobretudo no espanhol, onde exprime um fato que se tem como certo, mas do qual não se tem documentação direta. Assim, e.g., ‘Muchos vendrían acompañando a los señores de alta calidad’ (M. Pidal, Poesia Juglaresca y Juglares, pag. 76); ‘así pobremente irían (iam certamente) muchos de los juglares que difundían las leyendas heroicas (ib., pag. 71).”</p>	197-198
117	<p>“[Condicional] d) Com valor do subjuntivo potencial latino na segunda pessoa do plural, para exprimir uma espécie de ‘impessoal’. Encontra-se frequentemente em textos medievais [...]. Assim no Poema do Cid: ‘Veríedes cavalleros venir de todas partes’ (n.º83)”</p>	198
118	<p>“Pidal assinala a ocorrência de alguns indicativos por subjuntivos nas Glosas Silenses, etc., crendo tratar-se de traço dialetal próprio da parte oriental da Península (235). Sem contestarmos a sugestão do eminente romanista espanhol, inclinamo-nos a ver aí os traços de uma tradição mais popular.”</p> <p>(235) <i>Orígenes del Español</i>, pag. 384.</p>	200
119	<p>“Pidal observa em sua obra, Orígenes, pag. 374: ‘Como acabamos de ver, o particípio ativo não é usado como forma romance; exige uma tradução para outra forma’.”</p>	200-201

120	<p>“Na Ibéria emprega-se [o particípio] com certa frequência durante o período medieval, até o século 16, tanto no português como no espanhol, sendo usado neste último sobretudo por Berceo (236)</p> <p>(236) Quanto ao espanhol notem-se estas palavras de R. Lapesa: ‘Sea por latinismo, sea por conservación arcaizante, el participio activo tiene aun bastante uso en algunos textos [...]’. (<i>Hist. de la Leng. Esp.</i>, pag. 117)</p>	201
121	<p>“Também M. Pidal assinala o emprego do gerúndio pelo particípio latino nas Glosas Emilianenses e Silenses (241).</p> <p>(240) Os exemplos vêm nas <i>Notas</i> de Cuervo à <i>Gramática Castellana</i> de A. Bello, § 72. Tôda a sua longa nota é interessante em referência ao assunto aqui estudado [sobre o particípio]</p> <p>(241) <i>Orígenes del Español</i>, pag. 373.</p>	202
122	<p>“No espanhol a gramática da Academia registra o uso adjetivo de ardendo e hirviendo e o valor adjetivo do gerúndio com o objeto direto dos verbos de percepção [...]. Outros empregos adjetivos aparecem, por influência francesa sobretudo, e são condenados pelos puristas, dizendo mesmo A. Bello a propósito de uma frase como Envió 4 fardos, conteniendo 20 piezas de paño ‘uno de los más repugnantes galicismos que se cometen hoy día’ (Op. cit., § 1128). Cuervo, no § 72 das suas Notas à mesma gramática, trata de maneira mais objetiva do emprego atributivo do gerúndio, acrescentando, contudo: ‘mas por causa de sua origem adverbial e da relação que conserva com o verbo em virtude da tradição sintática, não é tão lato em seu uso como os particípios grego e latino’. À doutrina mais extremada de Bello chama luminosa, ‘embora estreita’.</p>	203
123	<p>“Nas línguas românicas é particularmente comum o emprêgo modal do gerúndio. A gramática espanhola da Academia registra esta significação como a mais frequente do gerúndio castelhano [...]. Parece-nos, contudo, que alguns dos exemplos aduzidos pela Gramática incluem já outras relações, e.g., de consequência: ‘y de allí manaba una fuente cuyas aguas se deslizaban formando manso Arroyo y alimentando en torno un prado amenísimo’ (Valera) = ‘de modo que formavam...’.”</p>	205
124	<p>“No espanhol o gerúndio preposicionado é abundante até o século 15, e.g., ‘dixeles en respondiendo’ (Marquês de Santillana); ‘el cual, en lo mandando matar, se puede con verdad decir se mato a sí mismo’ (Cron. de D. Álvaro de Luna). Desde então vai escasseando, empregando-se hoje apenas para indicar anterioridade imediata (249). Cf. no D. Quixote ‘en gustando alguna gota, luego al punto quedaban sanos de sus llagas’ (l. c. 3)</p> <p>(249) Ver as <i>Notas</i> já citadas de Cuervo à <i>Gramática Castellana</i> de A. Bello.</p>	207
125	<p>“A mesma construção [dos particípios do latim] ocorre na România, faltando, naturalmente, a característica casual pertencente à forma latina [...] esp. ‘Limpas, pues, sus armas, hecho del morrión celada, puesto nombre a su rocín, y confirmándose a sí mismo, se dio a entender que no faltaba otra cosa sino buscar una dama...’ (D. Quixote, l,</p>	208

	cap. 1) [...]”	
126	“Mais frequente é o particípio absoluto nos textos antigos das duas línguas ibéricas, como no Poema do Cid : ‘ Este golpe fecho , outro dio Nuño Gustioz’ (n.º 152); ‘ Tierras de Valencia remanidas en paz , adelinó porá Castiella Minaya Albar Fañez’ (n.º 80)”	209
127	“[...] nas outras línguas ocidentais se emprega [com o infinito] sempre a: [...] esp. ‘Yo a pecar, y vos a esperarme; yo a huir de vos, y vos a buscarme’ (Granada), mas é interessante observar que o espanhol também conhece, na língua clássica, o infinito sem preposição com o mesmo valor: ‘y por fin y remate de todo, romperme mis cueros y derramarme mi vino’ (D. Quixote) [...]”	212-213
128	“Infinito exclamativo temos em frases como esp. ‘irme yo con él?’ (D. Quixote), fr. ‘moi, l’emporter’; port. ‘eu dizer isto’, etc.. (258) Ver a Gramática da Real Academia Espanhola, pag. 410.	213
129	“[Sobre o infinito imperativo] Assim tem o francês: fermer la porte, agiter avant de s’en servir, lire le deuxième chapitre , etc., e o espanhol: ¡callar!, ¡obedecer! cf. o exemplo ‘Rehilar, tortero, que el huso es de madera’ (anexim da coleção do Marquês de Santillana) (265). (265) Êste e outros exemplos vêm nas <i>Notas de Cuervo à Gramática Castellana</i> de A. Bello, pag. 62.”	215